

Relatório e Contas

Anual

2022

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

Relatório e Contas

Consolidado e Separado

2022

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

Sede: Largo do Calhariz nº 30 - 1200-086 Lisboa

Nº Cont. 510 999 018

Índice

A RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

B RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO

B1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

B2 Relatório e Pareceres às Contas Consolidadas

C RELATÓRIO E CONTAS SEPARADO

C1 Demonstrações Financeiras Separadas

C2 Relatório e Pareceres às Contas Separadas

D RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE



A Relatório Único de Gestão

Índice

1. ÓRGÃOS SOCIAIS
2. QUEM SOMOS
 - 2.1 Principais Indicadores
 - 2.2 A nossa História
 - 2.3 Estrutura Acionista e Societária
 - 2.4 A presença Internacional do Grupo
 - 2.5 Destaques de 2022
 - 2.6 As Nossas Pessoas
3. ESTRATÉGIA E GESTÃO DO RISCO
 - 3.1 Estratégia do Grupo Longrun
 - 3.2 Como gerimos o risco
4. DESEMPENHO FINANCEIRO
 - 4.1 Enquadramento de Mercado
 - 4.2 Quotas de Mercado
 - 4.3 Desempenho Financeiro Consolidado
 - 4.4 Desempenho Financeiro Individual
 - 4.5 Como vemos o Futuro
5. EVENTOS SUBSEQUENTES
 - 5.1 Eventos Subsequentes
6. DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA
 - 6.1 Cumprimento da Legislação e Regulamentação
7. APLICAÇÃO DE RESULTADOS
 - 7.1 Proposta de Aplicação de Resultados

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

1.1 ÓRGÃOS SÓCIAIS

Os membros dos órgãos sociais da Longrun Portugal, SGPS, S.A., a 31 de dezembro de 2022 são:

Conselho de Administração

Presidente

Lingjiang XU

Vogais

Wai Lam William MAK

Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia

Hui CHEN

Conselho Fiscal

Presidente

Pedro Antunes de Almeida

Vogais

Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias

João Filipe Gonçalves Pinto

Suplente

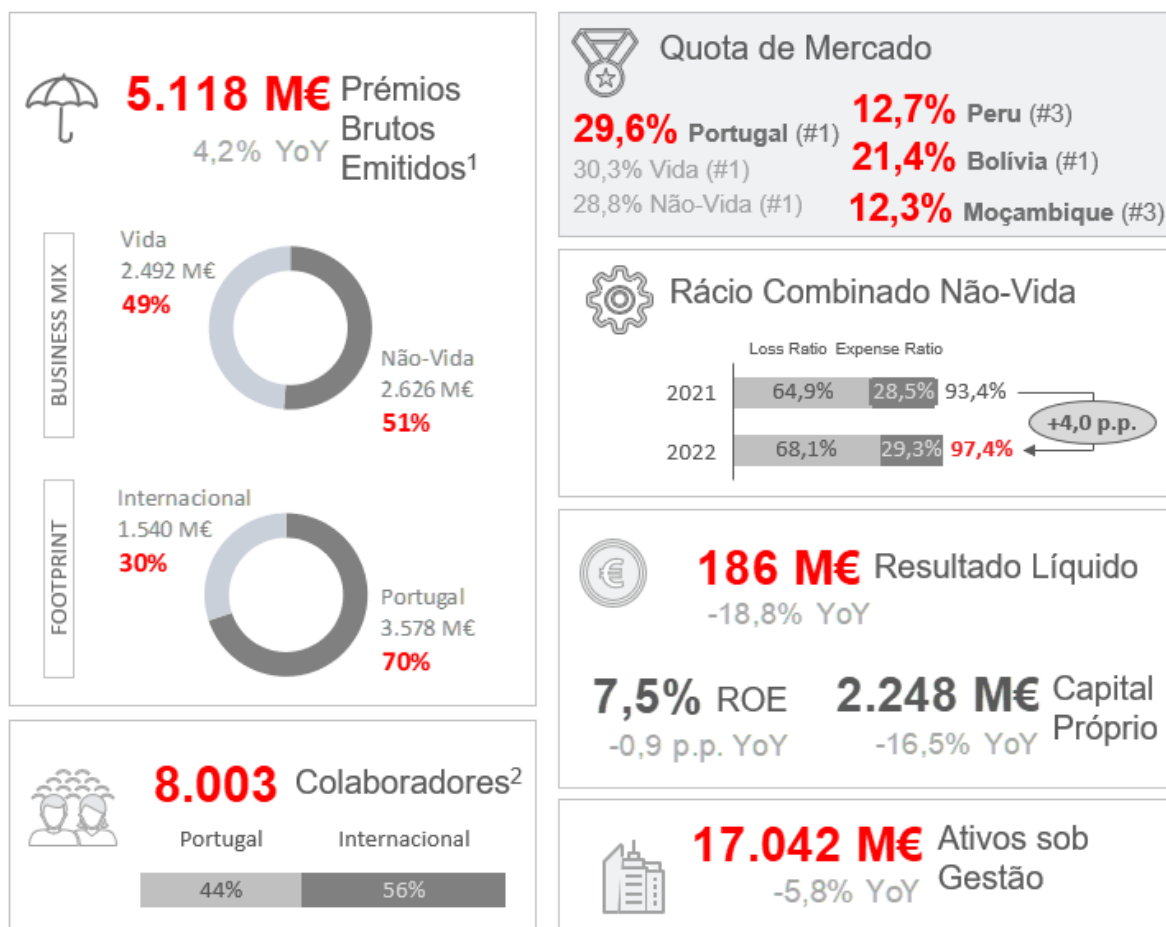
Anabela de Jesus Nunes Prates

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., representada por Ricardo Nuno Lopes Pinto, ROC

2. QUEM SOMOS

2.1 Principais Indicadores



1. Inclui montantes relativos a contratos de investimento; 2. Exclui colaboradores da Luz Saúde

2.2 A nossa História

Dois séculos de história contribuíram para a atual credibilidade, dimensão e solidez das empresas do perímetro de consolidação da Longrun Portugal, SGPS, S.A. (a “Longrun”)

As nossas raízes remontam a 1808, aquando da criação da seguradora Bonança, mas é em 2004 que nos estabelecemos como Fidelidade Mundial, após a integração da Fidelidade e da Mundial Confiança, reforçada, em 2005, com a aquisição da Império Bonança, pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos.

Os anos que se seguiram demonstraram o progresso na integração das duas empresas, concretizando-se o lançamento da marca única Fidelidade em 2013. O ano de 2014 é marcado pela privatização da Fidelidade, após aquisição pelo Grupo Fosun e também de uma etapa de consolidação de liderança em Portugal e expansão internacional.

A HISTÓRIA CONTINUA



2.3 Estrutura Acionista e Societária

ESTRUTURA ACIONISTA

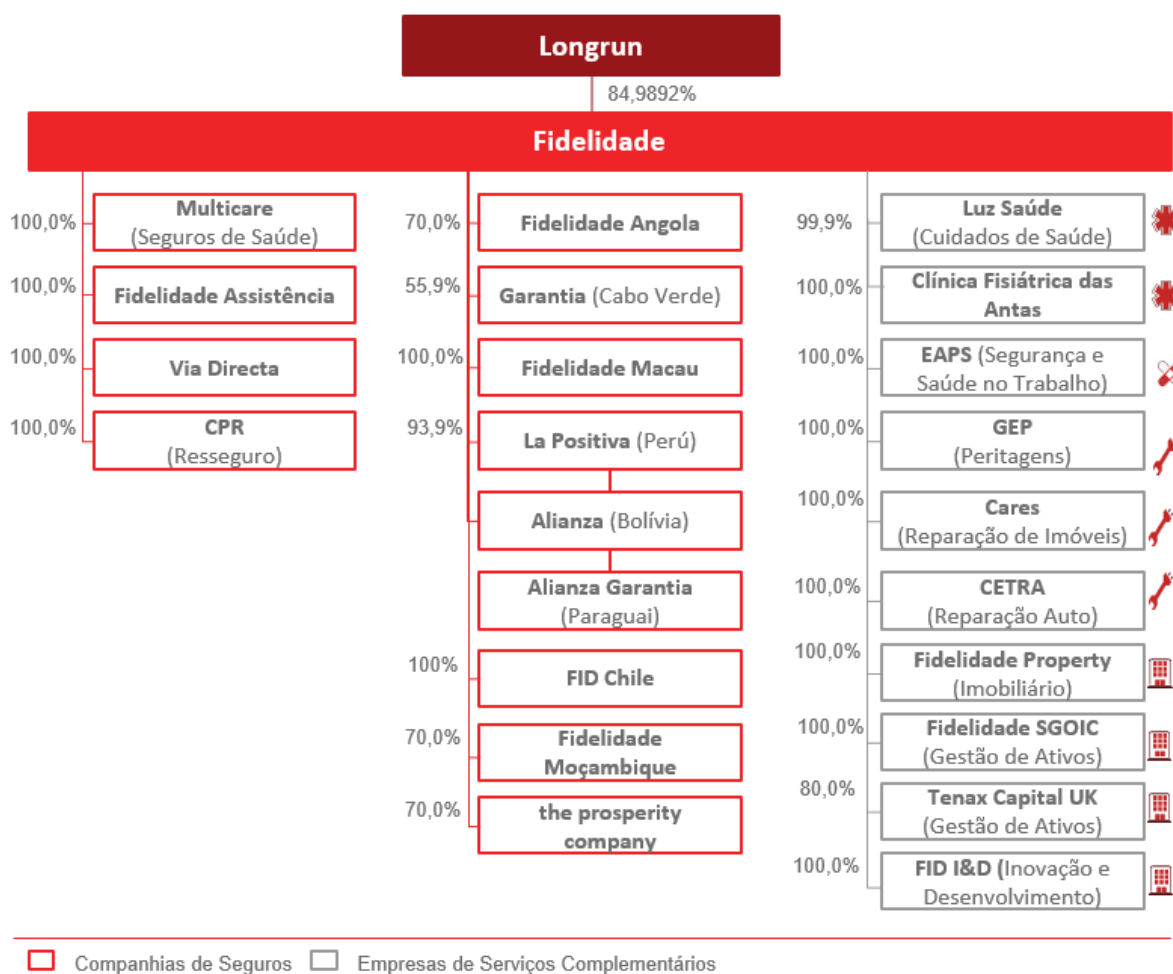
A Longrun é detida a 100% pela Millennium Gain Ltd (Hong Kong), do Grupo Fosun. O Grupo Fosun é um dos maiores conglomerados privados chineses com presença internacional e cotado na bolsa de Hong Kong (Fosun International Limited, 00656.HK). O Grupo Fosun possui participações em diversos setores como seguros, banca, indústria farmacêutica, turismo, entre outros.

O principal ativo da Longrun é a sua participação de 84,9892% na Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (a “Fidelidade”) que é a sociedade que encabeça o Grupo Fidelidade.

EMPRESAS DO GRUPO

A Longrun, através da sua participação no Grupo Fidelidade, opera no mercado nacional de seguros através de cinco companhias: a Fidelidade, a Multicare, a Fidelidade Assistência, a Via Directa e a Companhia Portuguesa de Resseguro. No mercado internacional atua através de sucursais da Fidelidade - em Espanha, França e Luxemburgo - e através de empresas subsidiárias - Fidelidade Angola, Garantia (Cabo Verde), SIM (Moçambique), Fidelidade Macau, La Positiva (Perú), Alianza (Bolívia), Alianza Garantia (Paraguai), Fid Chile e the prosperity company (Liechtenstein). Por outro lado, a Fidelidade detém igualmente subsidiárias e participações estratégicas em empresas de prestação de serviços complementares aos seguros (e.g.: Grupo Luz Saúde, CETRA, EAPS, Fidelidade Property, Tenax, etc.), que se enquadram na estratégia de garantir a excelência operacional e a qualidade do serviço prestado ao longo da cadeia de valor, permitindo posicionar-se como um grupo de prestação de serviços globais associados à proteção das pessoas.

As principais empresas integradas no perímetro de consolidação da Longrun (doravante também designado por Grupo) são as seguintes:



Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. é a sociedade que encabeça o Grupo Fidelidade, sediada em Lisboa, e a empresa líder do mercado de seguros português, disponibilizando produtos nos segmentos Não Vida e Vida, contando com operações em diversas geografias.



Multicare – Seguros de Saúde, S.A. é a seguradora do grupo vocacionada para os seguros de doença, gerindo a marca líder do ramo saúde em Portugal, com mais de um milhão de clientes. Diferencia-se pelo seu pioneirismo, aposta na prevenção e capitais robustos. Dispõe de uma rede com cerca de cinco mil prestadores privados de saúde, incluindo as principais unidades de referência. É a única seguradora de saúde com a certificação do Sistema de Gestão de Qualidade ISO 9001, desde 2011.



Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. é uma seguradora especializada em seguros de Assistência e de Proteção Jurídica. Atuando essencialmente como resseguradora, é líder de mercado em Portugal.

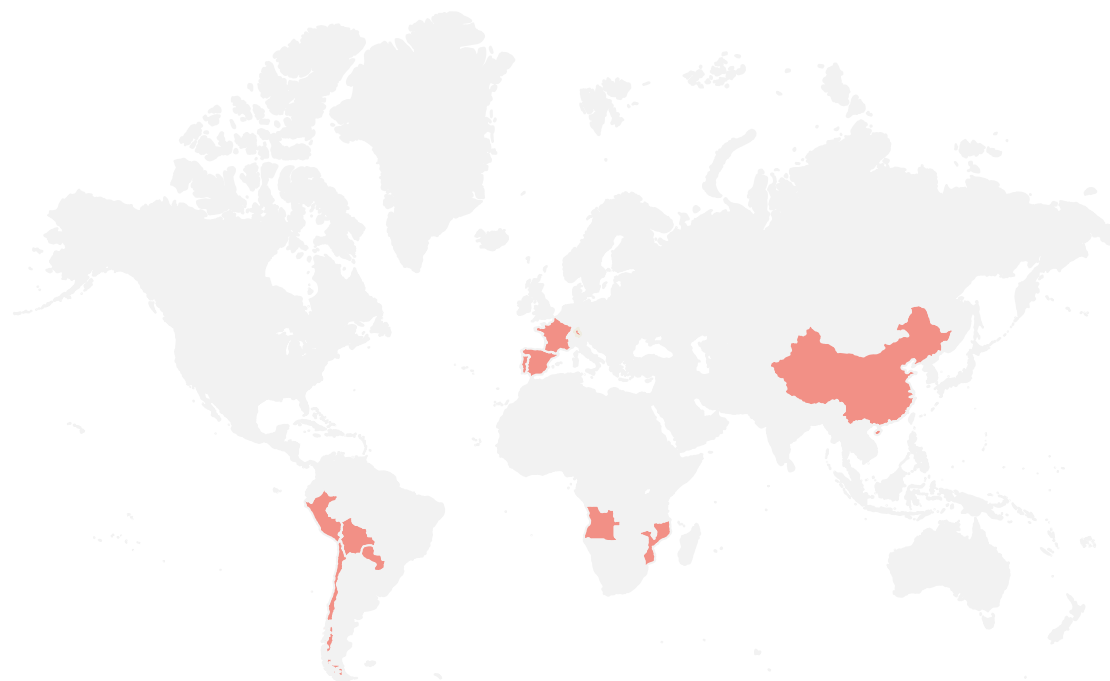


Via Directa – Companhia de Seguros S.A. é a seguradora do Grupo vocacionada para a comercialização de seguros através de canais remotos (telefone e internet), operando através de várias marcas, entre elas a OK! teleseguros. É pioneira na venda de seguros online em Portugal e líder no segmento das seguradoras diretas.

	<p>Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A., atua no resseguro dos ramos Não Vida em Portugal, subscrevendo essencialmente riscos ao abrigo dos Tratados não Proporcionais com a Fidelidade.</p>
	<p>Fidelidade Angola – Companhia de Seguros, S.A, (anterior Universal Seguros, S.A.), constituída em 2012, ao nível de quota de mercado ocupa, atualmente, a terceira posição no ranking. Atua nos ramos Não Vida e Vida, disponibilizando uma gama diversificada de produtos, em particular no segmento Empresas.</p>
	<p>A Fidelidade está presente em Macau desde 1999, devidamente autorizada a exercer a atividade de seguros, servindo a população local com uma oferta diversificada de soluções de proteção de clientes particulares e empresas. Inicialmente através de sucursais e posteriormente através das empresas de direito local: A Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A. (constituída em 2015) e a Fidelidade Macau Vida – Companhia de Seguros, S.A. (constituída em 2020). Estas empresas de seguros comercializam seguros Não Vida e Vida, respetivamente, através de uma rede de mediação e do Banco Nacional Ultramarino (“BNU”), entidade com quem existe um acordo de Bancassurance.</p>
	<p>Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. é a seguradora líder no mercado cabo-verdiano, atuando nos ramos Vida e Não Vida com uma diversificada gama de produtos, incluindo seguros de saúde (pioneira no mercado). Distribui os seus seguros através de agências e do canal bancário, tendo, para o efeito, celebrado um acordo de Bancassurance com o Banco Comercial do Atlântico, também seu acionista.</p>
	<p>Fundada em 1937, La Positiva Seguros y Reaseguros, S.A., encabeça o grupo segurador La Positiva que, no mercado peruano, ocupa a 3.ª posição. Dispõe de uma ampla gama de produtos dos ramos Não Vida e do ramo Vida, contando com uma extensa rede de distribuição no país. O Grupo La Positiva está ainda presente na Bolívia e no Paraguai, através da sua participação nas companhias Alianza Compañía de Seguros y Reaseguros S.A. E.M.A. e a Alianza Vida Seguros y Reaseguros, S.A. As sociedades La Positiva Seguros y Reaseguros, S.A. (Não Vida) e a sua participada La Positiva Vida Seguros y Reaseguros, S.A. (Vida) são empresas cotadas na bolsa de Lima (POSITIC1; POSITVC1).</p>
	<p>Alianza Compañía de Seguros y Reaseguros S.A foi fundada em 1991 e encabeça o maior grupo segurador de capital privado na Bolívia, comercializando seguros Não Vida e Vida, estes últimos através da Alianza Vida Seguros y Reaseguros S.A., que também detém a liderança de mercado das seguradoras Vida de capital privado. Ambas as empresas estão cotadas na Bolsa Bolivariana de Valores.</p>
	<p>Alianza Garantia S.A. é uma seguradora que opera nos ramos Não Vida e Vida no Paraguai desde 1972. Esta sociedade é uma subsidiária da Alianza Compañía de Seguros y Reaseguros S.A (Bolívia), que entrou no seu capital em 2014. Atualmente ocupa o 10.º lugar no ranking das seguradoras Não Vida no Paraguai.</p>
	<p>Fidelidade Moçambique – Companhia de Seguros, S.A., anteriormente denominada Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. é uma das maiores e mais experientes companhias de seguros a operar neste país com uma oferta diversificada de produtos dos ramos Vida e Não Vida, marcando a 3ª posição no mercado segurador. Está presente em todo território nacional através de uma rede de balcões própria nas capitais provinciais, sob a marca Ímpar, e através do acesso exclusivo à rede do Millennium BIM, um dos maiores e mais prestigiados bancos a operar em Moçambique.</p>
	<p>FID Chile Seguros Generales. S.A. é empresa de seguros dos ramos Não Vida que iniciou a sua operação em janeiro de 2020, após ter obtido a autorização do regulador chileno no último trimestre de 2019. A FID Chile desenvolveu uma gama de produtos Não Vida dirigida a clientes individuais e empresariais, que distribui através de brokers e de outros canais não tradicionais.</p>
	<p>Luz Saúde, S.A. é a cabeça do Grupo Luz Saúde, um dos maiores grupos do mercado de prestação de cuidados de saúde privados em Portugal, gerindo catorze hospitais privados, treze clínicas privadas em regime de ambulatório e uma residência sénior. Em 2022, contou com 1.200 camas, 389 mil atendimentos de urgência e 60 mil cirurgias e partos.</p>

 <p>safemode Gestão de Segurança e Saúde nas Empresas</p>	<p>Safemode é a marca sob a qual a EAPS – Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A. desenvolve e presta serviços de análise de risco e de segurança e saúde no trabalho, que inclui, entre outros, medicina do trabalho.</p>
 <p>G E P GESTÃO DE PERITAGENS S.A.</p>	<p>GEP – Gestão de Peritagens, S.A. é a empresa responsável pelas peritagens e averiguações das seguradoras do Grupo Fidelidade, com presença em Portugal, Angola e Cabo Verde.</p>
 <p>CAR SERVICE Reparação e Manutenção Automóvel FIDELIDADE</p>	<p>CETRA – Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A, é a empresa do Grupo Fidelidade que, operando sob a marca Fidelidade Car Service, está vocacionada para a prestação de serviços de reparação automóvel.</p>
 <p>FIDELIDADE PROPERTY</p>	<p>As empresas Fidelidade - Property Europe, S.A. e Fidelidade - Property International, S.A. são responsáveis pela gestão dos investimentos imobiliários do Grupo Fidelidade na União Europeia e no resto do mundo.</p>
 <p>CARES Assistência e Reparações</p>	<p>Cares – Assistência e Reparações, S.A. é a empresa do Grupo Fidelidade especializada em reparações, manutenções e assistência em imóveis, trabalhando para o mercado segurador, retalho e corporate, e certificada pela ISO 9001 de Qualidade desde 2013.</p>
 <p>FIDELIDADE REAL ESTATE INVESTMENT MANAGEMENT</p>	<p>Fidelidade – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., foi constituída em 2018, tendo por objetivo gerir fundos de investimento imobiliários nos mercados do sul da Europa.</p>
 <p>TENAXCAPITAL Asset Management</p>	<p>Tenax Capital Limited é uma empresa de gestão de ativos, sediada em Londres, especializada na gestão de fundos direcionados para seguradoras e bancos privados, centrada na construção de produtos com baixo peso de capital nestas instituições financeiras. Atualmente, a empresa conta com cerca de 800 milhões de euros em ativos sob gestão em diversos fundos de ações, obrigações e investimentos alternativos.</p>
 <p>the prosperity company</p>	<p>A the prosperity company (“TPC”) é a sociedade que encabeça um grupo cujo objetivo principal é a oferta de soluções de poupança, atualmente ancorada em produtos de pensões <i>Unit Linked</i>, para particulares. A principal empresa do grupo é uma seguradora vida sediada no Liechtenstein, tendo o grupo outras empresas para a exploração de outras dimensões da sua proposta de valor, tanto para clientes como para intermediários. A sua atividade incide hoje em dia sobretudo na Suíça e na Alemanha.</p>

2.4 A presença Internacional do Grupo



30,1%

DO NEGÓCIO DA FIDELIDADE ESTÁ FORA DE PORTUGAL



13

PAÍSES, INCLUINDO PORTUGAL



8.003¹

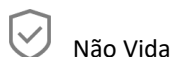
COLABORADORES

LATAM

Perú
Bolívia
Paraguai
Chile



Vida



Não Vida

EUROPA

Portugal
Espanha
França
Liechtenstein



Subsidiária

ÁFRICA

Angola
Moçambique
Cabo Verde



Sucursal

ÁSIA

Macau
China



Escritório de representação

O Grupo detém uma posição de liderança no mercado segurador português, complementada por uma presença internacional com elevado potencial.

Nos últimos anos, o negócio internacional do Grupo conheceu uma verdadeira transformação. A diversificação geográfica confere ao Grupo maior resiliência perante contextos adversos, ao mesmo tempo que garante novas oportunidades de crescimento futuro para o negócio segurador.

¹ Grupo Longrun, excluindo os colaboradores da Luz Saúde

O Grupo qualifica as suas empresas no exterior como participações estratégicas e ambiciona ser uma referência nos mercados internacionais em que opera. Nesse sentido, a *governance* internacional, implementada no passado recente, baseia-se num modelo de elevada proximidade entre as equipas locais e os serviços centrais. O objetivo é o de promover o desenvolvimento das operações no estrangeiro, por um lado aproveitando as melhores práticas da Fidelidade pelo Mundo, e, por outro lado, valorizando as especificidades locais das diferentes operações.

EXPANSÃO INTERNACIONAL

Numa primeira fase, a expansão internacional do Grupo passou por países onde o acionista e parceiro de distribuição da Fidelidade, Caixa Geral de Depósitos já marcava presença. A expansão para estes mercados seguia uma lógica de colaboração e materialização de sinergias com este parceiro em mercados com forte proximidade cultural com o mercado nacional.

Neste contexto, o Grupo desenvolveu a sua presença internacional na Europa a partir de 1995, através das suas sucursais em Espanha e França, mas também a sua presença em África (Angola, Cabo Verde e Moçambique) e em Macau.

Numa segunda fase, e já após o processo de privatização da Fidelidade, a expansão internacional conheceu um desenvolvimento acelerado com a entrada em mercados de elevado potencial, tanto pelas suas perspetivas socioeconómicas como pelo crescimento acelerado dos respetivos setores seguradores.

O Grupo Longrun entrou, assim na América Latina em 2019, através da compra de uma posição maioritária na seguradora La Positiva, com sede no Perú. Esta compra garantiu ainda a entrada no mercado da Bolívia e no mercado do Paraguai. Já em 2020, a Fidelidade lançou a sua operação no Chile.

Em 2022, o Grupo reforçou a sua posição competitiva, tendo ganho quota de mercado em praticamente todos os mercados e competido diariamente em muitas das geografias por posições de liderança.

O crescimento das operações internacionais resultou do crescimento orgânico obtido em muitas das geografias, e das aquisições realizadas, sendo as mais recentes a Seguradora Internacional de Moçambique e a the prosperity company (“TPC”) no Liechtenstein. No primeiro caso, o Grupo reforçou a sua presença no mercado moçambicano onde já estava presente, assumindo, assim, um lugar entre as maiores seguradoras neste mercado. Já no caso da TPC, a aquisição da maioria do capital garantiu o acesso a uma seguradora com uma plataforma tecnológica avançada e uma ampla oferta de produtos Vida.

2.5 Destaques de 2022

Temas corporativos

Aquisições

the prosperity company

Aquisição da seguradora the prosperity company (“TPC”) através da conclusão da aquisição de 70% do capital da *holding* do Grupo TPC, que tem como principal atividade o desenvolvimento de produtos de poupança de longo prazo, assentes em soluções tecnológicas inovadoras. A TPC está presente em vários países, tais como Alemanha, Suíça e Itália.

La Positiva Generales

Reforço da participação na La Positiva – através do lançamento com sucesso de uma Oferta Pública de Aquisição (“OPA”) sobre as ações da seguradora peruana La Positiva Seguros y Reaseguros, S.A. (“La Positiva”) que lhe permitiu adquirir mais 42,9% do seu capital, fazendo um investimento de 396,3 milhões de Soles, cerca de 101,2 milhões de Euros. A Fidelidade, que era já detentora de 51% do capital da La Positiva passa, assim, a controlar 93,9% da seguradora. Esta transação, já prevista no acordo inicial de 2018, permite reforçar a posição de controlo da Fidelidade na La Positiva, considerada um ativo estratégico na expansão internacional do Grupo.

Luz Saúde

Reforço da participação na Luz Saúde, dando concretização ao plano traçado em 2017, através da conclusão da aquisição de mais 49% do capital da Luz Saúde, passando assim a deter diretamente 99,9% do capital. Esta transação inscreve-se na estratégia de reforço da posição do Grupo na área da saúde, em particular no que se refere à prestação de cuidados de saúde hospitalares de elevada qualidade e diferenciação, domínio em que o Grupo Luz Saúde detém uma posição destacada e prossegue numa trajetória de continuada afirmação.

Tenax Capital Limited

Reforço da participação adicional de 5% no capital da Tenax Capital Limited, por via do exercício da *call option* que estava contratualmente acordada, passando assim a deter 80% do capital social.

Ratings

EM PORTUGAL

Fidelidade

A agência de notação financeira *Fitch* reafirmou, este ano, a atribuição à Fidelidade o *Rating A- stable* (IDR) e *A stable* (IFS), notação das mais elevadas no panorama empresarial nacional, que expressa a forte capacidade da Fidelidade para honrar os seus compromissos financeiros.

A Fidelidade obteve o *Rating ESG* da *Sustainalytics*, revelador dos esforços feitos pela Fidelidade ao longo dos anos no sentido de ter uma atuação cada vez mais responsável social, ambiental e economicamente. Em particular, destaca-se a gestão do risco de *Data Privacy and Security* que foi avaliada como “Forte”.

ATIVIDADE INTERNACIONAL

Fidelidade Macau - *Fitch*

A agência de notação financeira *Fitch* atribuiu à Fidelidade Macau, pela primeira vez, o *Rating A- stable* (IFS), notações das mais elevadas na Região Administrativa Especial de Macau.

FID Chile – *Feller Rate*

É atribuído pela *Feller Rate* o *Rating A+* com perspetiva estável, contribuindo para o processo de consolidação da FID Seguros no mercado chileno.

La Positiva – *Moodys e Pacific Credit Rating*

É atribuído o *Rating A* com perspetiva estável à La Positiva Generales e à La Positiva Vida pela *Moodys* e pela *Pacific Credit Rating*.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT

Em 2022, no quadro do seu compromisso de contribuir para um futuro mais sustentável, a Fidelidade aderiu ao *United Nations Global Compact*, uma iniciativa especial do Secretário-Geral da ONU dedicada à sustentabilidade empresarial e assente em 10 Princípios, alicerçados em declarações e convenções universais.

UNEP FI Principles for Sustainable Insurance

Ainda em 2022, a Fidelidade subscreveu os UNEP FI - *Principles for Sustainable Insurance*, refletindo o seu empenho em implementar princípios de responsabilidade e transparência e em integrar os fatores ambiental, social e de *governance* em todos os processos do negócio.



PRÉMIOS E RECONHECIMENTOS

A Longrun, através da Fidelidade, continuou, em 2022, a reforçar a sua presença qualitativa no mercado, do que resultou um conjunto de reconhecimentos e distinções por parte dos seus principais *stakeholders*. Os Prémios e Reconhecimentos de 2022 refletem o empenho do Grupo em afirmar-se como uma empresa responsável e sustentável, em todos os âmbitos de ação.

Portugal Digital Awards

A Fidelidade conquistou o prémio *Best Insurance Project*, atribuído ao melhor projeto de transformação digital no setor dos seguros, com o serviço “Tratamento Automático dos Sinistros Automóvel”. Um serviço que assenta, por um lado, numa tecnologia modular para corrigir a distorção espacial introduzida pela câmara e pelo utilizador nas fotografias captadas para efeitos de declaração de sinistro e, por outro, num sistema de *auto machine learning* (ML), que permite gerar modelos de ML de qualidade com intervenção humana mínima.

A conjugação dos dois sistemas permite um elevado grau de automação, reduzindo em aproximadamente 60% a carga de processamento manual das declarações de acidente, garantindo a manutenção de serviço e o tempo de resposta aos clientes. Na categoria *Digital Grand Awards*, a aplicação Auto Digital da Via Directa, que permite ao cliente, no momento de contratar um seguro automóvel, realizar ele próprio a vistoria à viatura, conquistou o título de *Best Future of Customer Experience Project*. Através de um processo simples e inovador, a aplicação pretende criar uma experiência de utilização única ao cliente, independentemente da sua capacidade de utilização de ferramentas digitais. O Auto Digital permite, ainda, realizar vistorias de forma digital através de vídeos de realidade aumentada.

Innovation Awards

A FID Seguros Chile ganhou, em 2022, o prémio internacional *The World’s Digital Insurer*, na categoria de *Insurer Innovation Awards – Americas*. Este prémio reflete a contínua expansão geográfica e contribui para uma maior proximidade e credibilidade junto dos clientes e parceiros de negócio.

Best Contact Centers 2022

Os *contact centers* da Fidelidade e da Multicare, cuja operação é assegurada pela *NewSpring Services*, foram premiados na edição de 2022 dos prémios APCC - Associação Portuguesa de *Contact Centers*.

CTT e-Commerce Awards

O projeto *Just in Case*, produto da Fidelidade para seguros de viagens, foi o vencedor da edição do CTT e-Commerce Awards 2022, na categoria *App e-commerce*.

Prémios Human Resources

A Fidelidade foi premiada em 2022, na 11ª edição dos Prémios *Human Resources* Portugal, tendo-lhe sido atribuído os prémios *Well-Being*, “Gestão de Seniores e Envelhecimento Ativo/Preparação para a Reforma” e “Diretor de Recursos Humanos”.

Prémio Iberian Lawyer

A Fidelidade foi distinguida, pelo quarto ano consecutivo, nos *Gold Awards* organizados pela *Iberian Lawyer*, sendo que, nesta sexta edição, a Fidelidade, para além de ter sido a única seguradora portuguesa nomeada para o prémio *In-House Legal Team of the Year - Insurance*, foi galardoada com o prémio *In-house Counsel of the Year*, da indústria seguradora na Península Ibérica.

Nomeação para Prémio EFMA

O projeto FIXO Fidelidade foi nomeado para a categoria de *Product & Service Innovation* nos prémios *EFMA-Accenture Innovation in Insurance Awards*.

Fidelidade Sociedade Gestora

Em 2022, foram atribuídos prémios relacionados com os edifícios, nomeadamente para o hotel *The Ivens*, considerado pelos leitores da *Condé Nast Traveler* o sexto melhor hotel da Península Ibérica, sendo-lhe também atribuído o título “*Best Visual Identity*” nos Prémios *AHEAD Europe*. Estas duas distinções salientam a qualidade do portefólio imobiliário do fundo IMOFID, gerido pela Fidelidade Sociedade Gestora (FSG), entidade detida a 100% pela Fidelidade. A Fidelidade Property Europe conquistou o prémio SIL 2022 (Salão Imobiliário de Lisboa) pela melhor reabilitação urbana na categoria Turismo. O projeto premiado consistiu na adaptação/reabilitação de um palacete oitocentista em pleno Chiado, antigo edifício da Rádio Renascença, situado no nº 14 da Rua Ivens e que se desenvolve também do nº 1 ao nº 5 da Rua Capelo. A sua transformação num hotel de charme de 5 estrelas estará a cargo do grupo hoteleiro português CAISOR, que atualmente gere o *Lx Boutique Hotel*, também na baixa de Lisboa.

2.6 As Nossas Pessoas

A EQUIPA DO GRUPO LONGRUN

Valorizar, apoiar e desenvolver as nossas pessoas é o compromisso que assumimos com a sociedade. É esse o nosso propósito enquanto empregador responsável, que encontra nas suas equipas o motor de desenvolvimento do negócio, um negócio feito por pessoas e para as pessoas.

No final de 2022, as empresas integradas no perímetro da Longrun, exceto Luz Saúde, contavam com 8.003 colaboradores, representando um aumento de 2,9% face ao ano anterior. Este aumento correspondeu a um incremento de 232 colaboradores, dos quais 102 em Portugal e 130 colaboradores nas operações internacionais.

TOTAL COLABORADORES ²	2021	2022
Portugal	3.436	3.538
Internacional	4.335	4.465
Total	7.771	8.003

DISTRIBUIÇÃO DE COLABORADORES COM VÍNCULO AO GRUPO POR ANTIGUIDADE³

ANTIGUIDADE	2021	2022
Até 10 anos	62,5%	66,0%
11-20 anos	15,4%	13,2%
21-30 anos	16,4%	14,8%
31-40 anos	4,7%	4,8%
Mais de 40 anos	1,0%	1,2%
Total	100%	100%

POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

Reconhecendo que o talento é um dos seus mais importantes ativos, o Grupo continuou, em 2022, a apostar nas suas pessoas numa abordagem holística, atuando ao nível do seu bem-estar, mas também de um ponto de vista mais profissional, nomeadamente no desenvolvimento de novas competências e na melhoria da forma de trabalhar.

² Grupo Longrun, excluindo os colaboradores da Luz Saúde

³ Grupo Longrun, excluindo os colaboradores da Luz Saúde

3. ESTRATÉGIA E GESTÃO DO RISCO

3.1 Estratégia do Grupo Longrun

“Preparar o futuro para que a vida não pare”. Uma visão de negócio que é, também, um compromisso com a sociedade, assente numa perspetiva de sustentabilidade e criação de valor para os nossos *stakeholders*.

Com mais de dois séculos de história, as empresas integradas no Grupo Longrun têm norteado a sua atuação por uma visão de longo prazo, que visa o crescimento e a consolidação do negócio e, em simultâneo, a criação de impacto positivo nas várias geografias em que atua, tanto do ponto de vista económico, como do ponto de vista social e ambiental.

Aos imperativos estratégicos de negócio correspondem, por isso, imperativos de sustentabilidade, que consubstanciam a nossa visão de futuro, enquanto agente de desenvolvimento e construção de uma sociedade sustentável.

Para tal, ouvimos os nossos *stakeholders* e consideramos os seus contributos na definição da estratégia que guia a nossa atuação, identificando as grandes prioridades, num compromisso contínuo com a nossa missão e os nossos valores.

Atuar com responsabilidade, honrando o passado e construindo o futuro, rumo ao desenvolvimento sustentável.

O Grupo definiu um plano transversal de crescimento e transformação sustentados, que redefine prioridades e estabelece metas. Um plano ambicioso, assente em quatro imperativos estratégicos, orientados à ação e complementados pela aposta transversal na internacionalização.

Imperativos que asseguram uma atuação global sustentada, enquadrada numa abordagem ESG.

ACELERAR O CRESCIMENTO

Reforço da presença nacional

Para reforçar a sua posição no mercado português, o Grupo Longrun aproveita a força das suas marcas, a presença nos vários canais de distribuição, as suas reconhecidas capacidades técnicas e a sua cultura de inovação para servir cada vez mais clientes. Acresce um esforço contínuo de melhoria da dinâmica comercial, uma reforçada coordenação entre os diferentes canais de venda, por forma a oferecer uma experiência omnicanal e uma adaptação da oferta de produtos às expectativas dos clientes nos diferentes canais de distribuição.

Este plano de ação tem resultado num contínuo incremento da quota de mercado, principalmente do negócio Não Vida, e numa comprovada resiliência face a adversidades externas, conforme observado em anos recentes. Simultaneamente, o potencial identificado no negócio Vida a nível nacional, reforçado pelo posicionamento do Grupo, através da Fidelidade, no ecossistema da Poupança, tem sido um dos impulsionadores de crescimento.

Inovação e transformação digital

A inovação e transformação digital apresentam-se como meios para o Grupo Longrun impulsionar a sua atividade seguradora, através da criação de novos modelos de negócio suportados por novas tecnologias. É, igualmente, uma peça chave para reforçar a sua presença no mercado nacional e um meio de acrescentar valor às operações internacionais.

OTIMIZAR A RENTABILIDADE

O Grupo Longrun tem vindo a apresentar nos últimos anos um resultado positivo e consistente, graças a diversas iniciativas de melhoria de rentabilidade, que continuam a ser um foco de atuação para o futuro. Destacam-se, dessas iniciativas, a contínua automatização dos processos internos, a transformação do negócio Vida e a otimização da gestão da carteira de investimentos.

Melhoria contínua da eficiência

A melhoria contínua da eficiência assenta na automação e no uso de tecnologias de *analytics*, que se traduz numa crescente digitalização da interação com o cliente e com os parceiros de distribuição. Esta aposta permite ao Grupo aumentar o número de processos que não necessitam de intervenção humana, libertando deste modo os recursos para atividades de maior valor acrescentado. Outro resultado são os ganhos de eficiência obtidos, com impacto relevante em várias vertentes do negócio, como a subscrição ou a gestão de sinistros.

Transformação do negócio vida

Num contexto macroeconómico de subida acentuada das taxas de juro, o negócio Vida Financeiro continua a ser um dos eixos fundamentais para a rentabilidade da companhia. Dando continuidade à transição para produtos de capital não garantido (*unit linked*), o Grupo, através da Fidelidade, continuará a procurar assumir um papel relevante na área da poupança e do investimento.

A redefinição da oferta, na qual se destaca a cadência regular de lançamento de séries fechadas conduziu a um crescente peso deste tipo de produtos, contribuindo para um maior equilíbrio da carteira. A esta reformulação junta-se uma aposta em capacidades diferenciadas de gestão de ativos, de modo a explorar o potencial que esta linha de negócio apresenta no mercado português.

Otimização dos investimentos

A otimização da gestão da carteira de investimentos passa por garantir a adequação ao contexto de mercado e regulatório em que o Grupo se insere, estando as preocupações de sustentabilidade sempre presentes nas nossas decisões de investimento, assumindo, assim, um posicionamento de investidor responsável. Procuramos potenciar o binómio «retorno e risco», salvaguardando a postura de prudência, que desde sempre tem caracterizado a atuação do Grupo. Esta otimização centra-se também na diversificação dos investimentos, seja em termos geográficos, seja em termos de classes de ativos, para mitigar riscos e garantir proteção contra contextos de mercado adversos.

FOCAR NO CLIENTE

Atualmente, a ambição do Grupo Longrun não se limita apenas a oferecer um seguro e a mutualizar o risco respetivo do cliente, mas sim a apoiá-lo proactivamente na gestão dos seus riscos e na resolução dos seus problemas e necessidades, de forma abrangente. Esta ambição requer que se desenvolvam novas ofertas integradas nos ecossistemas em que atua, disponibilizando produtos e serviços fora da sua atividade primária e focados, cada vez mais, na prevenção e na resolução das necessidades holísticas do cliente.

Temos vindo a concretizar este caminho em áreas como a Mobilidade, o Património, a Saúde e a Assistência, através da aquisição e internalização de diversos serviços relevantes para a atividade e, também, através da realização de parcerias estratégicas com importantes grupos com presença global.

Face a uma crescente complexidade do mercado e a uma cada vez maior exigência dos consumidores, continuaremos a procurar alavancar a presença do Grupo Longrun ao longo da cadeia de valor, por forma a oferecer uma proposta de valor diferenciadora aos nossos clientes, procurando continuar a introduzir critérios de sustentabilidade que fomentem a transição ecológica e o bem-estar social.

MOBILIZAR A ORGANIZAÇÃO

Para conseguir concretizar os três primeiros objetivos estratégicos de crescimento, rentabilidade e foco no cliente, o Grupo Longrun precisa de estar dotado de talento e métodos de trabalho. Por isso, mantém-se atento à transformação e tendências do setor, de modo a garantir hoje o talento necessário aos desafios de amanhã, em linha com a ambição de tornar-se num empregador de referência no mercado nacional. Desenvolvemos um plano de ação que nos permite, de forma estruturada, dar respostas aos exigentes desafios que enfrentamos e preencher as potenciais lacunas identificadas com o talento disponível no mercado.

Adicionalmente, prosseguimos com a aposta contínua na formação dos colaboradores e na mobilidade interna, fomentando a partilha de experiências e a geração de conhecimento. A par disso, a reformulação da forma de trabalhar e dos processos organizacionais com base em metodologias *Agile* é uma jornada que o Grupo tem seguido, havendo um número crescente de equipas interdisciplinares a trabalhar já sob esta metodologia.

Neste sentido, o Grupo Longrun continua a promover as ações necessárias para que os valores, o propósito e a identidade do Grupo sejam assimilados por todos os colaboradores. As diversas iniciativas de responsabilidade social garantidas pela Fidelidade, como o programa WeCare, promovem, também, o enraizamento do espírito de comunidade por todo o Grupo.

NEGÓCIO INTERNACIONAL

A expansão internacional assume um papel determinante na estratégia de crescimento do Grupo Longrun, ao mesmo tempo que ajuda a reduzir a concentração histórica no mercado português e serve como mecanismo fundamental para assegurar a diversificação do risco.

O processo de internacionalização do Grupo visou, numa fase inicial, os mercados com os quais Portugal tem maiores afinidades económicas, culturais e linguísticas, tendo seguido, em grande medida, o seu parceiro natural da distribuição via canal bancário (CGD), concentrando-se em mercados onde o Banco estava presente.

A aquisição de uma participação maioritária no Grupo Segurador La Positiva em 2019 e o início de atividade da operação no Chile em 2020, marcaram o arranque de uma nova fase de expansão internacional do Grupo, seguindo-se a aquisição de uma participação maioritária na Seguradora Internacional de Moçambique (SIM) e no the prosperity group AG, com a sua operação focada em mercados europeus, como a Alemanha e a Suíça.

O objetivo do Grupo passa por equilibrar a consolidação das várias operações internacionais com a possibilidade de explorar de forma seletiva oportunidades de expansão em mercados complementares onde, pelas suas competências, possa apresentar vantagens competitivas, tendo sempre presente o rigoroso cumprimento de todos os critérios de sustentabilidade financeira e operacional.

3.2 Como gerimos o risco

SISTEMAS DE GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO

O sistema global de gestão de risco do Grupo Longrun integra as atividades diárias, contribuindo para a manutenção da sua solidez e estabilidade, através de um exercício contínuo de identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos.

Este modelo de gestão de risco, alinhado com os requisitos previstos no regime de Solvência II, em vigor desde janeiro de 2016, assume-se, assim, como um instrumento fundamental na definição do perfil de risco do Grupo Longrun, possibilitando, sempre que necessário, a adoção de medidas adequadas e imediatas face a alterações de carácter material.

O Exercício de Autoavaliação dos Riscos e da Solvência (“ORSA”), que implica uma avaliação qualitativa e quantitativa de todos os riscos a que a Companhia está, ou poderá estar, exposta, e uma projeção da sua posição de solvência no curto a médio prazo, permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida. Paralelamente, desempenha um papel fundamental na monitorização, quer do perfil de risco do Grupo, quer da adequação do capital aos requisitos regulamentares e às necessidades internas de capital.

Relativamente ao sistema de governação, o Grupo possui políticas, processos e procedimentos adequados à sua estratégia de negócio e às suas operações, garantindo uma gestão prudente da sua atividade.

Para dar resposta ao cumprimento dessas políticas, processos e procedimentos, existem no seio do Grupo um conjunto de funções-chave atribuídas aos seguintes órgãos da empresa Fidelidade:

DIREÇÃO DE GESTÃO DE RISCOS <ul style="list-style-type: none">▪ Função de Gestão de Riscos▪ Função Atuarial	DIREÇÃO DE AUDITORIA <ul style="list-style-type: none">▪ Função de Auditoria	DIREÇÃO DE COMPLIANCE <ul style="list-style-type: none">▪ Função de <i>Compliance</i>
---	---	--

A par das funções-chave, a gestão dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno é também assegurada pelos seguintes Comitês:



PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS

O modelo adotado pelo Grupo dispõe de três linhas de defesa, com o objetivo de medir, monitorizar e controlar os riscos de forma adequada.

As três linhas têm a responsabilidade de reportar à Comissão Executiva todas as matérias relevantes no âmbito da gestão de risco.

COMISSÃO EXECUTIVA

TERCEIRA LINHA

Função-chave de auditoria interna que, de forma independente, verifica se as demais linhas estão a cumprir o seu papel de forma eficaz, contribuindo para a sua melhoria contínua.

SEGUNDA LINHA

Funções-chave de Gestão de Riscos, *Compliance* e Atuarial. É da sua responsabilidade apoiar a primeira linha na identificação, avaliação e mitigação dos riscos, verificando o seu nível de exposição, se são mantidos dentro dos limites definidos e produzindo *reportings*.

PRIMEIRA LINHA

Direções que aceitam o risco (áreas técnicas, comercial, marketing, reclamações, financeira, investimentos e suporte ao negócio). Responsáveis pela identificação, documentação, avaliação e mitigação dos riscos, avaliando se são mantidos dentro dos limites e apetite ao risco definidos e tem como objetivo maximizar o seu retorno



O acompanhamento e controlo dos principais riscos intrínsecos à atividade seguradora do Grupo assumem particular relevância no âmbito da Gestão de Risco.

- **Risco específico de seguros**, decorrente da alteração adversa do valor dos passivos relativos a contratos de seguro dos ramos Vida e Não Vida;
- **Risco de mercado**, que reflete o risco de perda, em resultado de alterações adversas na situação financeira das empresas de seguros que compõem o Grupo;
- **Risco de crédito**, associado às perdas potenciais e incerteza quanto aos retornos esperados, por alterações adversas na situação financeira;
- **Risco operacional**, que traduz as perdas resultantes de falhas ou inadequação dos procedimentos internos de pessoas ou dos sistemas;
- **Risco de liquidez**, que reflete a possibilidade de não se deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento de obrigações para com os seus tomadores de seguros ou credores;
- **Risco de concentração**, que decorre de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco que possa ocorrer, tais como categorias de ativos, linhas de negócio ou clientes;
- **Risco estratégico**, decorrente do potencial de impacto atual e futuro nos proveitos ou no capital que resultem de decisões de negócio inadequadas, implementação imprópria de decisões ou a falta de capacidade de resposta às alterações ocorridas no mercado;
- **Risco de continuidade de negócio**, refletindo os impactos potenciais que ameaçam as operações contínuas do Grupo, a sua resiliência e capacidade de resposta efetiva para a cadeia de valor.

GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS E CONTABILIDADE DE COBERTURA

As empresas do Grupo realizam operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e taxas de juro.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor através dos resultados na data da sua contratação. Adicionalmente são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nominal.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos em contratos não derivados ou em contratos de base em passivos financeiros são separados e tratados como derivados autónomos, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base;
- Um instrumento separado com os mesmos termos que o derivado embutido satisfizesse a definição de um derivado;
- O contrato híbrido não for mensurado pelo justo valor com as respetivas variações refletidas em ganhos e perdas;

Contabilidade de cobertura

O Grupo investe em derivados com o objetivo de cobertura da exposição a riscos inerentes à sua atividade, designadamente a cobertura do justo valor de ativos em moeda estrangeira (risco de flutuação cambial), que aplica no âmbito da IAS 39. Os derivados também são utilizados na cobertura da exposição do Grupo à variabilidade de fluxos de caixa de taxa de juro e investimentos líquidos em operações estrangeiras.

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara no início da operação a documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Os derivados de cobertura de justo valor são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e gastos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, o Grupo reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto. Caso a relação de cobertura deixe de ser eficaz, a variação acumulada de justo valor refletida no elemento coberto é reconhecida em resultados até à respetiva maturidade.

No caso dos derivados de cobertura de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira e de derivados de cobertura de fluxos de caixa, desde que a cobertura seja determinada como uma cobertura eficaz, são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados reconhecidos em capital próprio. A porção ineficaz dos resultados, caso exista, deverá ser reconhecida em proveitos e custos do exercício.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

O Grupo utilizou a contabilidade de cobertura para cobertura de justo valor de instrumentos de capital até 2019. À luz da IFRS 9 o Grupo já não tem contabilidade de cobertura para este propósito, no entanto, tem de manter as regras da referida cobertura por ter aplicado a IFRS 9 com abordagem de sobreposição.

4. DESEMPENHO FINANCEIRO

4.1 Enquadramento de Mercado

EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA⁴

i) Mercado Mundial

O ano de 2022 ficou marcado por um abrandamento acentuado da atividade económica mundial, tendo-se, simultaneamente, verificado um aumento substancial da inflação, que registou dos valores mais elevados nas últimas décadas. A persistente pandemia da COVID-19, o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, o aumento dos preços de bens alimentares e energéticos e o aumento das taxas de juro potenciaram este abrandamento.

Neste sentido, observou-se um crescimento global de 3,2% em 2022, traduzindo-se assim em cerca de metade do registado em 2021 e no menor crescimento desde 2001, com exceção dos anos impactados pela crise financeira global e pela fase mais crítica da pandemia da COVID-19.

Após o aumento inesperado da inflação em 2022, é expectável que a mesma possa vir a estabilizar nos próximos anos, refletindo uma política monetária orientada para a reposição da estabilidade dos preços, nomeadamente através do aumento das taxas de juro de referência, por parte dos principais bancos centrais.

ii) Portugal

Em Portugal, o crescimento económico foi marcado, no primeiro trimestre de 2022, por uma recuperação da crise pandémica, mas foi perdendo dinamismo ao longo do ano, à medida que se fizeram sentir os efeitos do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, bem como da subida dos preços e das taxas de juro.

Apesar do contexto difícil, o PIB português registou um crescimento de 6,8% em 2022, acima do ritmo de 5,5% verificado em 2021. O aumento da inflação foi generalizado e impactado por pressões externas que fizeram subir o nível geral de preços, principalmente nos produtos energéticos e alimentares, elevando a inflação para 8,1% em 2022, (0,9% em 2021). A conseqüente redução do poder de compra das famílias conduziu a um arrefecimento da economia, devido a uma maior incerteza por parte dos agentes económicos. Por sua vez, a taxa de desemprego manteve-se em níveis historicamente baixos (fixando-se nos 5,9% em 2022, o que representa um decréscimo de 0,7pp face a 2021).

iii) América Latina

A região da América Latina registou um crescimento de 3,5%, abaixo dos 6,9% registados em 2021. Também nesta geografia, o crescimento na primeira metade do ano foi positivamente impactado por uma forte atividade económica, em resultado dos preços ainda favoráveis das mercadorias, pelas condições de financiamento externo estáveis e pela normalização das atividades nos setores de contacto intensivo, por via da estabilização da pandemia da COVID-19. Contudo, registou-se um abrandamento no crescimento na segunda metade do ano à medida que o crescimento dos países parceiros foi enfraquecendo, as condições financeiras ficaram mais restritivas e os preços dos produtos aumentaram. Neste sentido, a inflação situou-se, em média, nos 14,1%, acima dos 9,8% registados em 2021.

iv) África Subsariana

A região da África Subsariana registou um crescimento de 3,6%, abaixo dos 4,7% registados em 2021, por via de um menor crescimento por parte dos parceiros comerciais, condições financeiras e monetárias mais restritivas

⁴ Fonte: IMF Economic Outlook (Out-2022), Boletim Económico BdP (Dez-2022).

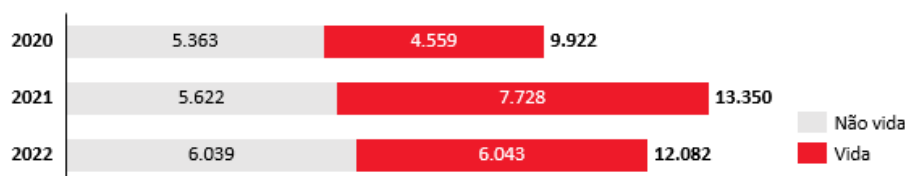
e uma alteração negativa nos termos de troca das mercadorias. Adicionalmente, a guerra na Ucrânia, por via da subida dos preços dos alimentos, impactou de forma significativa os países de baixos rendimentos. Neste caso, a região da África Subsariana foi especialmente afetada, uma vez que os alimentos representam, em média, cerca de 40% do cabaz de consumo desta região. A inflação situou-se, em média, nos 14,4%, acima dos 11,1% registados em 2021.

ENQUADRAMENTO DO SETOR SEGURADOR

i) Evolução do Mercado Segurador Português

Em 2022, o setor segurador registou um decréscimo face ao ano anterior, com a produção total a ser afetada pelo contexto económico de inflação e taxas de juro elevadas. O mercado segurador encerrou o ano de 2022 com valor total de prémios brutos de 12,1 mil milhões de euros, um decréscimo de 9,5% face a 2021 refletindo a evolução do segmento Vida (-21,8% para 6,0 mil milhões de euros). Por outro lado, o segmento Não Vida continuou a sua trajetória de crescimento, com um montante de prémios de 6,0 mil milhões de euros, mais 7,4% que em 2021.

Mercado Segurador Português



Unidade: milhões de euros

Fonte: ASF

A diminuição da produção no segmento Vida deveu-se, sobretudo, à componente de Vida Financeiro, em particular ao nível dos produtos *Unit Linked*. Apesar do contexto económico de aumento de taxas de juro, que se começou a fazer sentir no segundo semestre de 2022, a perda de rendimento provocada pela inflação e a instabilidade nos mercados financeiros impactou negativamente esta tipologia de produtos financeiros. Esta evolução contrasta com o aumento de prémios verificado em 2021, que beneficiou de níveis elevados da taxa de poupança das famílias face aos anos pré-pandemia⁵, refletindo a incerteza face à evolução da situação económica ainda em contexto de pandemia.

Por sua vez, a produção do segmento Não Vida manteve a tendência de crescimento, voltando a ganhar maior tração quando comparado com o crescimento verificado no ano anterior, maioritariamente fruto da recuperação da atividade económica.

Neste segmento, importa destacar, a evolução positiva registada no ramo Saúde (+11,8%), numa altura que a população está cada vez mais sensibilizada para a necessidade de complementar os serviços do Sistema Nacional de Saúde. Este crescimento permitiu que o ramo Saúde consolidasse o seu posicionamento como segundo maior ramo do segmento Não Vida, com a produção de seguro direto a ascender a 1.156 milhões de euros.

Não Vida: Prémios Brutos

Prémios Brutos		
2021	2022	Var

⁵ Fonte: INE in Grau de poupança do agregado familiar.

Não Vida	5.621	6.039	7,4%
Automóvel	1.894	1.966	3,8%
Saúde	1.034	1.156	11,8%
Acidentes de Trabalho	965	1.027	6,4%
Incêndio e Outros Danos	1.000	1.074	7,4%
Outros	728	816	12,0%

Unidade: milhões de euros

Fonte: ASF

ii) Evolução do mercado segurador no Perú, Bolívia e Chile

Nos mercados da América Latina, onde o Grupo Longrun está presente – em especial no Perú, Bolívia e Chile – o segmento Não Vida manteve a tendência de crescimento da produção, verificando-se, uma aceleração no crescimento em 2022, nos mercados do Chile e da Bolívia.

Não Vida: Prémios Brutos

País	Prémios Brutos	
	2021	2022
Perú	9,8%	0,3%
Chile	2,6%	4,2%
Bolívia	0,5%	9,8%

Unidade: % taxa de variação

Fonte: Entidades Reguladoras Locais com informação atualizada a outubro e agosto de 2022 (Perú e Bolívia); Chile com valores projetados por AACH (*Asociacion de Aseguradores de Chile A.G.*)

Em 2022, a produção do segmento Vida manteve um nível de crescimento muito elevado refletindo a forte dinâmica comercial dos produtos de anuidades (sobrevivência e velhice).

Vida: Prémios Brutos

País	Prémios Brutos	
	2021	2022
Perú	37,1%	5,1%
Chile	3,2%	26,3%
Bolívia	2,9%	14,0%

Unidade: % taxa de variação

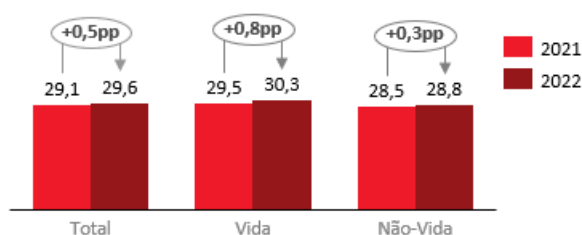
Fonte: Entidades Reguladoras Locais com informação atualizada a outubro e agosto de 2022 (Perú e Bolívia); Chile com valores projetados por AACH

4.2 Quotas de Mercado

POSICIONAMENTO NO MERCADO PORTUGUÊS

Em 2022, o Grupo Longrun manteve a sua posição de líder no mercado português, registando uma quota de mercado global de 29,6%, que correspondeu a um aumento de +0,5 p.p. face ao ano anterior refletindo a *performance* em ambos os segmentos Vida e Não Vida.

Quota de Mercado Total, Vida e Não Vida (Unidade: %; Fonte: ASF)

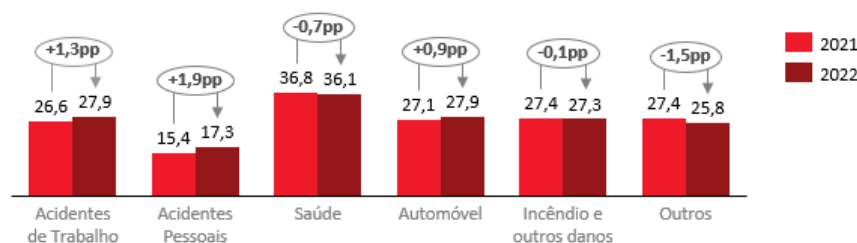


No segmento Vida, o Grupo Longrun, apesar do decréscimo no montante de prémios, reforçou a sua quota de mercado em +0,8 p.p. face a 2021, refletindo a *performance* comercial ao nível dos Produtos Financeiros, em especial na componente de produtos *Unit Linked* onde a quota de mercado aumentou de 27,3% em 2021 para 35,1% em 2022⁶.

Também no segmento Não Vida o Grupo aumentou a sua quota de mercado face a 2021, refletindo o contributo positivo da maioria das linhas de negócio:

- No ramo Acidentes de Trabalho registou-se um aumento de quota de Mercado em 1,3p.p. que possibilitou regressar à liderança desta linha de negócio;
- Também nos ramos Automóvel e Acidentes Pessoais verificou-se um reforço do posicionamento traduzido no aumento das quotas de mercado em 0,9p.p. e 1,9p.p. respetivamente, refletindo uma forte dinâmica comercial;
- Os ramos Saúde e Incêndio e outros danos apresentam um decréscimo de quota de mercado face a 2021, refletindo, essencialmente, o reforço da política criteriosa de subscrição de riscos.

Quota de Mercado Segmentos Ramo Não Vida (Unidade: %; Fonte: ASF)



⁶ Fonte: ASF, dezembro 2022

POSICIONAMENTO NO MERCADO INTERNACIONAL

América Latina

Em relação ao posicionamento no mercado segurador da América Latina, o Grupo Longrun consolidou, em 2022, a sua posição⁷:

- **Perú:** 3.ª posição, tendo o Grupo La Positiva alcançado uma quota de mercado de 12,7%⁸, semelhante ao ano anterior. Ao nível dos ramos Não Vida, a La Positiva Seguros detém a 3.ª posição com uma quota de mercado de 15,4%, enquanto no mercado Vida a La Positiva Vida alcançou a 5.ª posição, com uma quota de mercado de 10,6%.
- **Bolívia:** 1.ª posição, com uma quota de mercado de 21,4% no negócio Não Vida e de 24,2% no negócio Vida, reforçando a posição de liderança no conjunto das seguradoras de capitais privados;
- **Chile:** 17.ª posição (operação iniciou atividade apenas em 2020);
- **Paraguai:** 10.ª posição com uma quota de mercado de 3,27%.

Outras Geografias

O Grupo Longrun consolidou também a sua posição em **África**. Em Moçambique, a aquisição da Seguradora Internacional de Moçambique, S.A., que opera sob a marca Fidelidade Ímpar, permitiu alcançar a 3.ª posição no mercado segurador com uma quota de mercado de 12,3%⁹. Em Angola, o Grupo atingiu uma quota de mercado de 12,5%, alcançando, assim, a 3.ª posição no *ranking*¹⁰.

⁷ Fonte: Perú: SBS dezembro 2021 e outubro 2022; Bolívia: APS agosto 2022; Chile: CMF setembro 2022; Paraguai: BCP, Banco Central do Paraguai outubro 2022.

⁸ Incluiu La Positiva Seguros e La Positiva Vida.

⁹ Fonte: Relatório Principais Indicadores Trimestrais (III Trimestre 2022) - ISSM (Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique).

¹⁰ Fonte: Associação de Seguradoras de Angola, novembro de 2022.

4.3 Desempenho Financeiro Consolidado

SUMÁRIO EXECUTIVO

Unidades: mil€	2022	2021	Var. 22/21
Resumo D. RESULTADOS			
Prémios emitidos	5.118.141	4.911.602	4,2%
Vida	2.491.991	2.628.513	-5,2%
Não-Vida	2.626.149	2.283.089	15,0%
Rácio combinado (%) ¹	97,4%	93,4%	4,0 p.p.
Resultado Técnico	71.274	45.311	57,3%
Yield de investimento (%) ²	2,0%	3,6%	-1,6 p.p.
Resultado de Investimento ³	158.096	330.410	-52,2%
Resultado Líquido ⁴	186.242	229.261	-18,8%
Resumo BALANÇO			
AuM ⁵	17.042.020	18.100.666	-5,8%
Ativo Total	20.305.910	20.408.752	-0,5%
Provisões Técnicas	14.472.260	14.054.213	3,0%
Capital Próprio ⁶	2.248.053	2.692.835	-16,5%
ROE	7,5%	8,4%	-0,9 p.p.

1. Rácio Combinado Não-Vida ajustado aos custos técnicos da atividade seguradora; 2. Exclui produtos Unit Linked e imóveis de uso próprio; 3. Proveitos financeiros deduzidos da atribuição a clientes/juro técnico e despesas relativas à gestão de investimentos; 4. Após interesses minoritários; 5. Inclui imóveis de uso próprio; 6. Exclui interesses minoritários

Em 2022, o Grupo Longrun alcançou um volume consolidado de prémios emitidos no valor total de 5.118,1 milhões de euros, tendo registado um aumento global de 4,2% face ao ano anterior, suportado pelo forte crescimento do negócio Não Vida.

O rácio combinado registou um aumento face ao período homólogo, motivado pela retoma da normalidade na atividade económica, com reflexo na frequência de sinistralidade e pelo efeito da inflação.

O resultado de investimento registou uma diminuição de 52,2% atingindo 158,1 milhões de euros, influenciado pelo efeito da desvalorização dos ativos de investimento ao longo de 2022, refletindo quer a instabilidade sentida nos mercados financeiros, quer o efeito do aumento da inflação e taxas de juro.

A evolução favorável do resultado técnico acabou por não compensar a redução do resultado de investimento, levando a que o resultado líquido tenha registado uma diminuição de 43,0 milhões de euros face a 2021, para 186,2 milhões de euros.

De referir, ainda, que no final de 2022 o Grupo Longrun contava com 17,0 mil milhões de euros em ativos sob gestão, um decréscimo de 5,8% face a 2021 refletindo, sobretudo, o efeito da desvalorização dos ativos financeiros. Por outro lado, as provisões técnicas registaram um aumento de 3,0% face a 2021.

O capital próprio ascendeu a 2.248,1 milhões de euros, tendo o retorno médio sobre o capital acionista ("ROE") sido de 7,5%.

PREMIOS EMITIDOS**Prémios Consolidados**

<i>Unidades: mil€</i>	2022	% Mix	2021	% Mix	Var. 22/21
Premios Consolidados					
Prémios Vida¹	2.491.991	48,7%	2.628.513	53,5%	-5,2%
<i>Risco e Anuidades</i>	522.849	21,0%	443.081	16,9%	18,0%
<i>Vida Financeiro</i>	1.969.142	79,0%	2.185.433	83,1%	-9,9%
Não-Vida	2.626.149	51,3%	2.283.089	46,5%	15,0%
<i>Automóvel</i>	747.747	28,5%	668.183	29,3%	11,9%
<i>Saúde</i>	541.694	20,6%	466.993	20,5%	16,0%
<i>Incêndio e Outros Danos</i>	560.233	21,3%	477.570	20,9%	17,3%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	375.454	14,3%	312.145	13,7%	20,3%
<i>Outros</i>	401.021	15,3%	358.198	15,7%	12,0%
TOTAL	5.118.141	100,0%	4.911.602	100,0%	4,2%

Breakdown Geográfico

Prémios Vida¹	2.491.991	100,0%	2.628.513	100,0%	-5,2%
Portugal	1.831.491	73,5%	2.277.607	86,7%	-19,6%
Internacional	660.500	26,5%	350.906	13,3%	88,2%
Não-Vida	2.626.149	100,0%	2.283.089	100,0%	15,0%
Portugal	1.746.405	66,5%	1.604.564	70,3%	8,8%
Internacional	879.745	33,5%	678.524	29,7%	29,7%
TOTAL	5.118.141	100,0%	4.911.602	100,0%	4,2%
Portugal	3.577.896	69,9%	3.882.172	79,0%	-7,8%
Internacional	1.540.245	30,1%	1.029.430	21,0%	49,6%

1. Inclui contratos de investimento

Devido ao contexto macroeconómico de grande incerteza, que caracterizou o ano de 2022, o negócio Vida registou uma diminuição de 5,2% face ao ano anterior, para 2.492 milhões de euros, refletindo o comportamento dos prémios Vida Financeiro em Portugal. Em oposição, o negócio Vida a nível internacional registou um crescimento de 88,2% face ao ano anterior, beneficiando tanto da performance das operações internacionais como da integração, no início de 2022, do grupo the prosperity company, que desenvolve a sua atividade em diversos mercados europeus.

No segmento Não Vida o Grupo Longrun cresceu 15,0%, em 2022 para 2.626 milhões de euros, com desempenho positivo em todas as linhas de negócio e em todas as geografias. Em 2022, o negócio internacional representou cerca de um terço (33,5%) do volume total de prémios emitidos Não Vida.

As linhas de negócio que evidenciaram maior crescimento em 2022 foram Acidentes de Trabalho, Incêndio e Outros Danos e Saúde com aumentos de 20,3%, 17,3% e 16,0%, respetivamente.

Prémios em Portugal

Unidades: mil€	2022	% Mix	2021	% Mix	Var. 22/21
Premios Portugal					
Prémios Vida	1.831.491	51,2%	2.277.607	58,7%	-19,6%
<i>Risco e Anuidades</i>	<i>197.630</i>	<i>10,8%</i>	<i>191.050</i>	<i>8,4%</i>	<i>3,4%</i>
<i>Vida Financeiro</i>	<i>1.633.861</i>	<i>89,2%</i>	<i>2.086.557</i>	<i>91,6%</i>	<i>-21,7%</i>
Não Vida	1.746.405	48,8%	1.604.564	41,3%	8,8%
<i>Automóvel</i>	<i>549.147</i>	<i>31,4%</i>	<i>512.610</i>	<i>31,9%</i>	<i>7,1%</i>
<i>Saúde</i>	<i>417.944</i>	<i>23,9%</i>	<i>380.478</i>	<i>23,7%</i>	<i>9,8%</i>
<i>Incêndio e Outros Danos</i>	<i>298.086</i>	<i>17,1%</i>	<i>276.100</i>	<i>17,2%</i>	<i>8,0%</i>
<i>Acidentes de Trabalho</i>	<i>286.623</i>	<i>16,4%</i>	<i>256.387</i>	<i>16,0%</i>	<i>11,8%</i>
<i>Outros</i>	<i>194.604</i>	<i>11,1%</i>	<i>178.990</i>	<i>11,2%</i>	<i>8,7%</i>
TOTAL	3.577.896	100,0%	3.882.172	100,0%	-7,8%

Em Portugal, o Grupo Longrun registou um desempenho favorável na produção do ramo Não Vida, crescendo 8,8% face ao ano anterior e acima da média do mercado (7,4%), crescimento este para o qual contribuíram a generalidade das linhas de negócio. Esta evolução possibilitou o aumento da quota de mercado Não Vida em 0,3p.p. para 28,8%.

Ao nível da atividade Não Vida, o ramo Acidentes de Trabalho e Saúde foram os que registaram o maior crescimento, tendo a produção total chegado a 286,6 e 417,9 milhões de euros, respetivamente. Também a salientar que a quota de mercado do Grupo em Portugal para o ramo Acidentes de Trabalho aumentou para 27,9% (*versus* 26,6% em 2021).

No negócio Vida em Portugal, o Grupo registou uma diminuição de 19,6%, face ao ano anterior, influenciada pela evolução desfavorável dos produtos Vida Financeiro. No entanto, uma vez que o mercado registou uma diminuição de 21,8% face ao ano anterior, isto possibilitou o reforço de quota de mercado por parte do Grupo.

Prémios do negócio internacional

Unidades: mil€	2022	% Mix	2021	% Mix	Var. 22/21
Premios Internacional					
Prémios Vida	660.500	42,9%	350.906	34,1%	88,2%
<i>Risco e Anuidades</i>	<i>325.219</i>	<i>49,2%</i>	<i>252.031</i>	<i>71,8%</i>	<i>29,0%</i>
<i>Vida Financeiro</i>	<i>335.281</i>	<i>50,8%</i>	<i>98.875</i>	<i>28,2%</i>	<i>239,1%</i>
Não Vida	879.745	57,1%	678.524	65,9%	29,7%
<i>Automóvel</i>	<i>198.600</i>	<i>22,6%</i>	<i>155.573</i>	<i>22,9%</i>	<i>27,7%</i>
<i>Saúde</i>	<i>123.750</i>	<i>14,1%</i>	<i>86.515</i>	<i>12,8%</i>	<i>43,0%</i>
<i>Incêndio e Outros Danos</i>	<i>262.146</i>	<i>29,8%</i>	<i>201.470</i>	<i>29,7%</i>	<i>30,1%</i>
<i>Acidentes de Trabalho</i>	<i>88.831</i>	<i>10,1%</i>	<i>55.758</i>	<i>8,2%</i>	<i>59,3%</i>
<i>Outros</i>	<i>206.417</i>	<i>23,5%</i>	<i>179.209</i>	<i>26,4%</i>	<i>15,2%</i>
TOTAL	1.540.245	100,0%	1.029.430	100,0%	49,6%

O montante de prémios com origem no negócio internacional atingiu 1.540,2 milhões de euros em 2022, tendo registado um crescimento de 49,6% face ao ano anterior refletindo os segmentos Vida e Não Vida.

A atividade Não Vida cresceu 29,7%, tendo Perú, Chile e Angola, sido as geografias que mais contribuíram para o aumento de 201,2 milhões de euros dos prémios internacionais Não Vida.

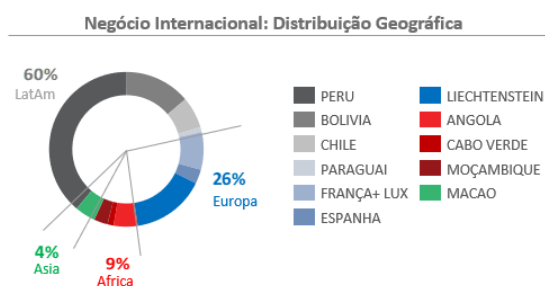
O ramo de Acidentes de Trabalho teve um crescimento muito positivo (59,3%), impulsionado pelo negócio do Grupo Longrun em Moçambique e em Angola. Por seu lado, o ramo Saúde registou um crescimento de 43,0%, influenciado pelo aumento da procura na subscrição de seguros de saúde, igualmente, em Moçambique e em Angola.

O ramo Vida Risco e Anuidades, que tem um peso importante no negócio da América Latina, registou um crescimento significativo de 29,0% refletindo essencialmente aumento da procura nas apólices de vida nas operações da Bolívia e Perú, bem como o efeito de valorização da moeda local face ao Euro.

Por fim, a referir que, na atividade internacional, o ramo Vida Financeiro registou um crescimento de 239%, refletindo a integração do grupo the prosperity company.

Unidades: mil€	2022			2021			Var. 22/21
	%Vida	%NV	Total	%Vida	%NV	Total	%
Premios Internacional							
PERÚ	34%	66%	597.556	36%	64%	520.098	14,9%
LIECHTENSTEIN	100%	0%	237.562	-	-	-	-
BOLIVIA	49%	51%	214.141	44%	56%	172.100	24,4%
FRANÇA+ LUX	39%	61%	120.989	31%	69%	98.864	22,4%
CHILE	0%	100%	101.578	0%	100%	61.624	64,8%
ANGOLA	6%	94%	77.199	4%	96%	42.350	82,3%
MACAU	73%	27%	66.106	76%	24%	65.118	1,5%
ESPANHA	7%	93%	45.494	12%	88%	27.894	63,1%
MOÇAMBIQUE	12%	88%	44.334	1%	99%	10.109	338,6%
CABO VERDE	15%	85%	19.763	15%	85%	16.750	18,0%
PARAGUAI	4%	96%	15.522	4%	96%	14.524	6,9%
TOTAL	43%	57%	1.540.245	34%	66%	1.029.430	49,6%

Assim, no que se refere à distribuição geográfica, em 2022, o negócio da América Latina representou 60% do negócio internacional do Grupo Longrun, Europa 26%, África 9% e Ásia 4%.



RENTABILIDADE

Rácio Combinado

(%)	2022	2021	Var. 22/21
Rácio Combinado			
CoR Consolidado	97,4%	93,4%	4,0 p.p.
<i>Loss Ratio</i>	<i>68,1%</i>	<i>64,9%</i>	<i>3,2 p.p.</i>
<i>Expense Ratio</i>	<i>29,3%</i>	<i>28,5%</i>	<i>0,8 p.p.</i>
CoR Portugal	95,3%	93,0%	2,4 p.p.
CoR Internacional	105,4%	96,6%	8,7 p.p.

O rácio combinado consolidado do Grupo Longrun situou-se em 97,4%, tendo aumentado 4,0 p.p. face ao ano anterior, refletindo, sobretudo, a normalização das frequências de sinistralidade na generalidade das linhas de negócio e o aumento dos custos, por via da inflação.

Este acréscimo do rácio combinado verificou-se quer na atividade em Portugal (+2,4 p.p. face a 2021, para 95,3%), quer no negócio internacional (+8,7 p.p. face a 2021, para 105,4%), tendo este último sido influenciado por impactos não recorrentes.

Resultado Líquido

<i>Unidades: mil€</i>	2022	2021	Var. 22/21
Resultados			
Resultado Técnico	71.274	45.311	57,3%
Resultado de Investimento	158.096	330.410	-52,2%
Outros	107.901	30.720	251,2%
Resultado antes de Impostos	337.271	406.441	-17,0%
Impostos e Interesses Minoritários	-151.028	-177.181	-14,8%
RESULTADO LIQUIDO	186.242	229.261	-18,8%

O resultado líquido registou um decréscimo em 2022, explicado pelo menor contributo do resultado de investimento, refletindo o reconhecimento contabilístico de imparidades associadas a ativos de investimento.

INDICADORES DE BALANÇO

AuM

<i>Unidades: mil€</i>	2022	Mix (%)	2021	Mix (%)	Var. 22/21
Ativos sob Gestão					
<i>Não ligados a Unit Linked¹</i>	13.882.099	81,5%	16.340.396	90,3%	-15,0%
<i>Unit Linked</i>	3.159.920	18,5%	1.760.270	9,7%	79,5%
Total Ativos sob Gestão	17.042.020	100,0%	18.100.666	100,0%	-5,8%
<i>yield² (%)</i>	2,0%	-	3,6%	-	-1,6 p.p.

1. Inclui imóveis de uso próprio; 2. Exclui Unit Linked e imóveis de uso próprio

No final de 2022 o Grupo Longrun detinha ativos sob gestão no montante de 17,0 mil milhões de euros, sendo 19% desse montante relativo a contratos *Unit Linked*.

A carteira de investimentos não ligada a produtos *Unit Linked* ascendeu a 13,9 mil milhões de euros, tendo atingido uma rentabilidade média anual de 2,0%.

De referir ainda, que, em 2022, deu-se continuidade à política de diversificação por classe de ativos e geografias, como forma de maximizar a rentabilidade com um adequado nível de risco face ao ambiente de subida de taxas de juro, tendo em consideração a otimização da estrutura de capital no âmbito do regime Solvência II.

Provisões Técnicas

<i>Unidades: mil€</i>	2022	% Mix	2021	% Mix	Var. 22/21
Provisões Técnicas					
Vida	11.469.049	79,2%	11.227.249	79,9%	2,2%
Não-Vida	3.003.211	20,8%	2.826.964	20,1%	6,2%
Total	14.472.260	100%	14.054.213	100%	3,0%

As provisões técnicas em 2022, ascenderam a 14,5 mil milhões de euros, tendo evidenciado um aumento de 3,0% face a 2021, refletindo a evolução do ramo Vida e Não Vida.

Capital Próprio

<i>Unidades: mil€</i>	2022	2021	Var. 22/21
Capital Próprio			
Capital Próprio c/ IM	2.918.998	3.682.620	-20,7%
Interesses Minoritários ("IM")	670.945	989.785	-32,2%
Capital Próprio s/ IM	2.248.053	2.692.835	-16,5%
ROE (%)	7,5%	8,4%	-0,9 p.p.

Em 2022 o capital próprio, excluindo Interesses Minoritários, ascendeu a 2.248,1 milhões de euros tendo o retorno médio sobre o capital acionista (ROE) sido de 7,5%.

Dívida

<i>Unidades: mil€</i>	2022	2021	Var. 22/21
Dívida			
Dívida subordinada	502.165	501.054	0,2%
Rácio dívida (%)	2,5%	2,5%	0,0 p.p.

Em 2021, a Fidelidade emitiu, pela primeira vez, dívida subordinada nos mercados financeiros, permitindo a otimização da sua estrutura de capital. No final de 2022, a dívida subordinada totalizava 502,2 milhões de euros e o rácio de dívida sobre o total de ativos era de 2,5%.

4.4 Desempenho Financeiro Individual

SUMÁRIO DOS RESULTADOS

Unidades: mil€	2022	2021	Var. 22/21
Resumo DEMONS. RESULTADOS			
Prov./Custos dos Investimentos	-929	-760	-22,2%
Out. Prov./Custos Não Técnicos	-8	211	-103,9%
Resultado Antes de Impostos	-938	-550	-70,6%
Imposto s/Rend. do Exerc.	196	115	70,2%
Resultado Líquido	-741	-434	-70,6%

Em termos individuais, a Longrun registou um resultado líquido do exercício negativo de 741 mil euros em 2022.

SUMÁRIO DOS INDICADORES DE BALANÇO

Unidades: mil€	2022	2021	Var. 22/21
Resumo BALANÇO			
Ativo Total	1.459.061	1.591.267	-8,3%
Passivo Total	81.012	47.499	70,6%
Capital Próprio	1.378.050	1.543.768	-10,7%

Em 2022, o capital próprio individual ascendeu a 1,4 mil milhões de euros, uma diminuição de 10,7% face ao ano anterior refletindo a devolução de prestações suplementares ao acionista.

4.5 Como vemos o Futuro

Para o ano de 2023, as expectativas apontam no sentido de um ano marcado por alguma incerteza em relação ao contexto macroeconómico e geopolítico. Apesar da recuperação consistente da atividade económica no último ano, após impactos materiais resultantes do contexto pandémico, o *outlook* apresenta-se condicionado por um conjunto de factores. As pressões inflacionistas e a consequente subida das taxas de juro, bem como a guerra na Ucrânia, surgem como desafios relevantes para o futuro, com impacto claro para as empresas e para a capacidade financeira das famílias.

As projeções económicas para 2023 apontam para uma desaceleração significativa dos níveis de crescimento. No que diz respeito à economia mundial é expéctavel que esta cresça a um ritmo de 2,3%¹¹. Relativamente a Portugal e à América Latina, o crescimento deve cifrar-se em torno dos 1,5%⁹ e 1,7%¹², respetivamente. Quanto à inflação, espera-se igualmente um abrandamento na tendência de aumento generalizado do nível de preços, com uma estimativa de 6,5%¹⁰ para a economia mundial e de 5,8%⁹ em Portugal.

Os prémios da atividade seguradora, em particular de Não Vida, deverão seguir uma tendência de crescimento moderado, em linha com os anos anteriores. Relativamente ao ramo Vida, o contexto de aumento das taxas de juro levantará um conjunto de oportunidades, mas também de desafios para a competitividade da nossa oferta de produtos financeiros.

Em 2023, o Grupo continuará a ter como um importante eixo de atuação, a aceleração da sua transformação digital, procurando consolidar os canais *online*, capacitando os diferentes canais de distribuição com as ferramentas necessárias para vendas à distância.

O Grupo Longrun continuará a reforçar a sua aposta na área da Sustentabilidade, procurando desenvolver iniciativas que nos posicionem cada vez mais como uma referência nesta área. O alinhamento da nossa atividade e missão com os valores ESG é algo em que temos investido muito e continuaremos certamente a aprofundar o nosso compromisso nesta matéria.

Apesar da incerteza quanto ao futuro continuar a marcar a agenda, o Grupo deverá manter o foco nas suas iniciativas estratégicas, impulsionando a transformação em curso do negócio de Vida e continuando a promover soluções inovadoras em prol dos clientes nos vários ecossistemas em que atua.

Neste contexto, o Grupo Longrun, através da Fidelidade, continuará a lançar, através do seu parceiro bancário e dos restantes canais de distribuição, soluções de poupança e investimento inovadoras que permitam aos nossos clientes, não só um binómio risco/retorno atrativo no atual contexto macroeconómico, como também, opções de investimento diferenciadas e com enfoque na sustentabilidade. Para tal, continuaremos a alavancar as competências de gestão de ativos internas, que se adquiriu ao longo de várias décadas a gerir as poupanças dos clientes, assim como as parcerias em vigor com instituições de gestores de ativos de relevância mundial.

Por outro lado, o conjunto de soluções inovadoras disponíveis no ecossistema Fidelidade, continuarão, em 2023, a ser alvo de forte dinamização. Destacam-se, naturalmente: o programa *Vitality*, de promoção de hábitos saudáveis; as aplicações Fidelidade Drive, de encorajamento a uma condução segura; a plataforma Fixo, de serviços e reparações domésticas que reforçaram a proximidade do Grupo aos seus clientes. Será igualmente aprofundada a oferta de produtos inovadores como o Fidelidade *Pets*, um seguro destinado aos animais domésticos com coberturas de saúde.

¹¹ Fonte: Banco de Portugal - Boletim Económico dezembro 2022

¹² Fonte: IMF – World Economic Outlook October 2022

Por fim, o desenvolvimento da atividade internacional continuará também a marcar a agenda, uma vez que o Grupo pretende posicionar-se como um *player* de referência nos mercados internacionais em que estiver presente e construir um caminho de crescimento fora do seu mercado doméstico. Mantendo esta ambição, em 2023, o Grupo continuará não só a consolidar e potenciar as operações existentes, como também a analisar eventuais oportunidades de entrada em mercados complementares em que possa ter uma vantagem competitiva.

5. EVENTOS SUBSEQUENTES

5.1 Eventos Subsequentes

Não se verificaram eventos subsequentes.

6. DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA

6.1 Cumprimento de Legislação e Regulamentação

Toda a atividade do Grupo é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e de boas práticas.

Neste contexto, e em cumprimento do disposto no Artigo 508.º G n.º2 do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que:

i. Aplicação das normas de natureza ambiental

O Grupo está comprometido com a preservação do ambiente, não só na perspetiva do cumprimento das normas de natureza ambiental, mas também da promoção de comportamentos ambientalmente adequados.

ii. Aplicação das normas de índole laboral

O Grupo pauta as suas relações laborais por critérios de rigor e elevados padrões éticos, procurando, sempre, evitar o conflito, através do diálogo esclarecedor e construtivo com os seus colaboradores.

iii. Aplicação das normas relativas à prevenção da corrupção

O Grupo está comprometido com o combate à corrupção e às tentativas de suborno, cumprindo escrupulosamente as regras vigentes nessas matérias.

iv. Aplicação das normas relativas à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação e ao respeito dos direitos humanos

O Grupo pauta a sua atuação pelo respeito e pela promoção da igualdade entre mulheres e homens, a não discriminação e o respeito dos direitos humanos, cumprindo escrupulosamente as regras vigentes nessas matérias.

DESCRIÇÃO DO MODELO EMPRESARIAL

Os elementos relativos ao modelo empresarial encontram-se descritos, designadamente nos seguintes capítulos deste documento:

- Capítulo 3 – Estratégia e Gestão de Risco | Estratégia do Grupo Longrun;
- Capítulo 4 – Desempenho Financeiro | Desempenho Financeiro Consolidado e Desempenho Financeiro Individual.

IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS

Os elementos relativos às políticas de recursos humanos encontram-se descritos, designadamente no Capítulo 2 – Quem Somos | As nossas pessoas deste documento.

PRINCIPAIS RISCOS E RESPETIVAS AÇÕES DE MITIGAÇÃO

As políticas do Grupo no domínio da gestão de riscos encontram-se descritas no Capítulo 3 – Estratégia e Gestão de Risco | Como gerimos o risco.

7. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

7.1 Proposta de Aplicação de Resultados

A Longrun encerrou o exercício de 2022 com um resultado líquido de € -741.126,00, apurado numa base individual de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis.

O Conselho de Administração, em cumprimento do disposto no Código das Sociedades Comerciais, vem propor a seguinte aplicação:

Resultados transitados	€ -741.126,00
------------------------	---------------

Lisboa, 22 de março de 2023

O Conselho de Administração,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Lingjiang XU

Wai Lam William MAK

Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia

Hui CHEN

B1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstração da Posição Financeira Consolidada

Demonstração de Resultados Consolidados

Demonstração das Variações no Capital Próprio Consolidado

Demonstração do Rendimento Integral Consolidado

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

Notas às Contas Consolidadas

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

ATIVO	Notas	2022			2021
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4 e 12	637,771,322	-	637,771,322	951,977,507
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	5 e 12	9,169,287	-	9,169,287	30,083,777
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	6, 7 e 12	4,837,261,487	-	4,837,261,487	3,974,691,687
Derivados de cobertura	7 e 12	18,319,872	-	18,319,872	2,674,924
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	8 e 12	7,595,090,860	-	7,595,090,860	9,201,180,447
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	9 e 12	1,000,653,706	-	1,000,653,706	1,229,466,917
Terrenos e edifícios		3,142,653,742	(198,900,720)	2,943,753,022	2,710,590,630
Terrenos e edifícios de uso próprio	10 e 12	695,822,550	(198,900,720)	496,921,830	533,021,515
Terrenos e edifícios de rendimento	11 e 12	2,446,831,192	-	2,446,831,192	2,177,569,116
Outros ativos tangíveis	12 e 13	457,948,191	(316,203,168)	141,745,023	130,111,417
Inventários	14	16,722,554	(1,125,726)	15,596,828	19,763,287
Goodwill	15	533,939,307	-	533,939,307	529,399,154
Outros ativos intangíveis	16	393,989,526	(114,139,422)	279,850,104	154,557,401
Provisões técnicas de resseguro cedido		652,783,888	-	652,783,888	566,319,476
Provisão para prémios não adquiridos	17	193,609,797	-	193,609,797	154,678,607
Provisão matemática do ramo vida	17	31,759,937	-	31,759,937	28,944,344
Provisão para sinistros	17	392,445,884	-	392,445,884	360,151,533
Provisão para participação nos resultados	17	9,721	-	9,721	-
Outras provisões técnicas	17	34,958,549	-	34,958,549	22,544,992
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	36	25,375,258	-	25,375,258	12,319,459
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		973,354,152	(68,130,818)	905,223,334	555,268,996
Contas a receber por operações de seguro direto	18	634,422,505	(26,190,679)	608,231,826	366,579,010
Contas a receber por outras operações de resseguro	18	153,338,743	(10,731,606)	142,607,137	85,100,900
Contas a receber por outras operações	18	185,592,904	(31,208,534)	154,384,370	103,589,086
Ativos por impostos		575,821,113	-	575,821,113	228,550,588
Ativos por impostos correntes	19	73,145,323	-	73,145,323	78,834
Ativos por impostos diferidos	19	502,675,790	-	502,675,790	228,471,753
Acréscimos e diferimentos	20	94,272,100	-	94,272,100	104,690,371
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	21	39,283,044	-	39,283,044	7,105,976
TOTAL ATIVO		21,004,409,409	(698,499,855)	20,305,909,555	20,408,752,013

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2022	2021
PASSIVO			
Provisões técnicas		5,960,525,930	5,935,387,447
Provisão para prémios não adquiridos	22	644,698,611	561,140,686
Provisão matemática do ramo vida	22	2,629,722,639	2,766,184,105
Provisão para sinistros		2,501,384,195	2,396,282,094
De vida	22	254,179,633	229,211,004
De acidentes de trabalho	22	1,182,498,047	1,137,118,438
De outros ramos	22	1,064,706,515	1,029,952,652
Provisão para participação nos resultados	22	26,411,583	63,739,590
Provisão para compromissos de taxa	22	16,561,158	17,780,388
Provisão para estabilização de carteira	22	24,110,995	25,803,587
Provisão para desvios de sinistralidade	22	35,645,359	33,356,809
Provisão para riscos em curso	22	46,203,478	47,888,226
Outras provisões técnicas		35,787,913	23,211,963
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	23	8,511,734,412	8,118,826,028
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	24	154,516,306	299,670,115
Outros passivos financeiros		1,197,897,883	1,201,941,421
Derivados de cobertura	7 e 24	4,949,949	23,581,767
Passivos subordinados	24	502,164,558	501,053,722
Depósitos recebidos de resseguradores	24	54,602,705	81,278,509
Empréstimos	24	489,450,376	398,049,531
Outros	24	146,730,295	197,977,892
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	36	7,066,965	356,106
Outros credores por operações de seguros e outras operações		850,567,371	494,954,700
Contas a pagar por operações de seguro direto	25	232,083,131	154,355,659
Contas a pagar por outras operações de resseguro	25	487,447,614	209,140,933
Contas a pagar por outras operações	25	131,036,625	131,458,108
Passivos por impostos		282,478,563	232,572,927
Passivos por impostos correntes	19	48,038,397	106,035,239
Passivos por impostos diferidos	19	234,440,166	126,537,688
Acréscimos e diferimentos	26	278,414,949	276,421,716
Outras Provisões	27	127,884,011	162,240,851
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	21	15,824,973	3,760,697
TOTAL PASSIVO		17,386,911,362	16,726,132,007
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	28	50,000	50,000
Outros instrumentos de capital	28	1,285,696,601	1,450,673,902
Reservas de reavaliação		(619,860,937)	62,329,551
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		(582,908,349)	90,687,688
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	29	1,633,381	974,058
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	29	1,012,533	(2,863,096)
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	29	27,674,992	8,551,347
De diferenças de câmbio	29	(82,035,939)	(68,531,896)
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	29	6,439,989	10,453,632
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	29	8,322,456	23,057,818
Reserva por impostos diferidos	29	155,383,471	(39,804,712)
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	29	(681,655)	(1,185,141)
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	6 e 29	11,800,552	54,117,731
Outras reservas	29	1,006,260,582	897,970,529
Resultados transitados	29	223,162,499	39,422,186
Resultado do exercício	29	186,242,347	229,260,711
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		2,248,053,461	2,692,834,757
Interesses não controlados	30	670,944,731	989,785,249
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES NÃO CONTROLADOS		2,918,998,192	3,682,620,006
TOTAL PASSIVO, INTERESSES NÃO CONTROLADOS E CAPITAL PRÓPRIO		20,305,909,554	20,408,752,013

Lisboa, 23 de março de 2023

Diretor de Contabilidade e
Informação Financeira

Contabilista Certificado

Pelo Conselho de Administração

Ana Paula Bailão Rodrigues

Filipa Jesus Martins Pires

Wai Lam William MAK
Vogal

Hui CHEN
Vogal

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2022				2021
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		490,155,479	2,014,535,550	-	2,504,691,029	2,217,705,269
Prémios brutos emitidos	31	619,675,020	2,626,149,456	-	3,245,824,476	2,815,719,884
Prémios de resseguro cedido	31	(127,072,078)	(573,518,479)	-	(700,590,557)	(567,886,600)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	22 e 31	43,903	(77,788,128)	-	(77,744,224)	(78,678,530)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	17 e 31	(2,491,366)	39,692,701	-	37,201,335	48,550,515
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	32	114,415,652	-	-	114,415,652	411,046
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		(644,658,610)	(1,323,964,712)	-	(1,968,623,321)	(1,728,949,103)
Montantes pagos		(643,582,797)	(1,283,067,471)	-	(1,926,650,268)	(1,560,401,692)
Montantes brutos	33 e 34	(734,073,022)	(1,496,151,195)	-	(2,230,224,217)	(1,811,193,339)
Parte dos resseguradores	33	90,490,224	213,083,724	-	303,573,948	250,791,647
Provisão para sinistros (variação)		(1,075,812)	(40,897,241)	-	(41,973,053)	(168,547,411)
Montante bruto	33	(11,249,003)	(43,251,028)	-	(54,500,031)	(294,853,107)
Parte dos resseguradores	33	10,173,191	2,353,787	-	12,526,977	126,305,696
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	33	2,911,822	(272,046)	-	2,639,777	(889,692)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro		295,380,581	-	-	295,380,581	135,017,992
Montante bruto	22 e 33	292,676,064	-	-	292,676,064	129,003,225
Parte dos resseguradores	33	2,704,517	-	-	2,704,517	6,014,766
Participação nos resultados, líquida de resseguro	17, 22 e 33	10,888	(5,247,483)	-	(5,236,595)	(14,460,206)
Custos e gastos de exploração líquidos		(310,972,601)	(585,134,026)	-	(896,106,626)	(685,310,102)
Custos de aquisição	34	(267,601,849)	(508,494,046)	-	(776,095,895)	(589,675,220)
Custos de aquisição diferidos (variação)	22	13,375	15,965,954	-	15,979,329	5,143,747
Gastos administrativos	34	(52,339,592)	(165,145,096)	-	(217,484,688)	(170,494,670)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	34	8,955,466	72,539,163	-	81,494,628	69,716,040
Rendimentos		272,873,659	128,613,282	33,087,355	434,574,295	384,693,702
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	37	186,103,269	54,749,307	5,911,777	246,764,353	222,466,042
De outros	37	86,770,389	73,863,974	27,175,578	187,809,942	162,227,660
Gastos financeiros		(35,066,290)	(27,032,758)	(60,223,787)	(122,322,835)	(120,003,332)
De outros	34 e 38	(35,066,290)	(27,032,758)	(60,223,787)	(122,322,835)	(120,003,332)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(11,228,021)	(2,496,638)	(1,075,056)	(14,799,715)	(10,871,065)
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	39	1,363,319	(2,446,402)	(1,012,004)	(2,095,086)	12,342,475
De ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	39	264,599	(50,236)	(63,249)	151,113	(97,195)
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	23 e 39	(12,855,939)	-	-	(12,855,939)	(22,333,626)
De outros	39	-	-	198	198	(782,718)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(156,588,273)	(95,471,899)	(32,987,125)	(285,047,297)	(213,096,230)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	40	(156,588,273)	(95,471,899)	(32,987,125)	(285,047,297)	(213,096,230)
Diferenças de câmbio	41	25,041,212	46,338,823	(2,653,725)	68,726,310	257,393,130
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	42	24,818,950	33,297,282	(1,821,921)	56,294,311	62,848,571
Perdas de imparidade (líquidas reversão)		(559,329)	674,597	5,103,862	5,219,130	11,070,739
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	43	182,606	(2,207,151)	(290,249)	(2,314,794)	15,034,997
De ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	43	(27,902)	(1,068,786)	(244)	(1,096,932)	1,237,903
De outros	43	(714,033)	3,950,533	5,394,356	8,630,856	(5,202,162)
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	40	43,535,203	4,222,984	2,992,469	50,750,657	64,008,158
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	44	457,420	9,234	-	466,654	11,065,902
Outros rendimentos/gastos	45	-	-	53,821,954	53,821,954	30,363,224
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	14	-	-	42,972,526	42,972,526	-
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	46	-	-	896,249	896,249	1,553,199
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	21	-	-	(1,441,931)	(1,441,931)	3,890,250
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES NÃO CONTROLADOS		110,527,742	188,072,190	38,670,871	337,270,803	406,441,452
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	19	-	-	(63,652,533)	(63,652,533)	(142,775,933)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	19	-	-	(7,251,027)	(7,251,027)	39,680,649
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS E ANTES DE INTERESSES NÃO CONTROLADOS		110,527,742	188,072,190	(32,232,689)	266,367,243	303,346,167
Interesses não controlados	30	-	-	(80,124,896)	(80,124,896)	(74,085,456)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		110,527,742	188,072,190	(112,357,585)	186,242,348	229,260,711

Lisboa, 23 de março de 2023

Diretor de Contabilidade e
Informação Financeira

Contabilista Certificado

Pelo Conselho de Administração

Ana Paula Bailão Rodrigues

Filipa Jesus Martins Pires

Wai Lam William MAK
Vogal

Hui CHEN
Vogal

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADA NOS EXERCÍCIOS DE 2022 E 2021

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

	Capital e outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	Outras Reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	Sub-total	Interesses não controlados	Total
						Reserva legal	Outras reservas					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1,600,123,902	213,571,285	(95,368,864)	-	110,341,061	112,904,601	554,409,052	78,069,029	188,665,370	2,762,715,436	871,947,983	3,634,663,419
Aplicação do resultado	-	-	-	-	-	25,829,815	228,025,783	(65,190,228)	(188,665,370)	-	-	-
Prestações suplementares	600,000	-	-	-	-	-	-	-	-	600,000	-	600,000
Reembolso de prestações suplementares	(150,000,000)	-	-	-	-	-	-	-	-	(150,000,000)	-	(150,000,000)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	(222,253,611)	33,247,090	-	-	-	-	-	-	(189,006,521)	-	(189,006,521)
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	(22,527,968)	2,014,441	-	-	-	-	-	-	(20,513,527)	-	(20,513,527)
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	-	-	17,334,692	-	(63,236,586)	-	-	-	-	(45,901,894)	-	(45,901,894)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de capital valorizados ao justo valor através de reservas	-	2,702,170	63,390	-	-	-	-	-	-	2,765,560	-	2,765,560
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	(3,456,716)	(59,898)	-	-	-	-	-	-	(3,516,614)	-	(3,516,614)
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	(55,726,980)	12,756,995	-	-	-	-	-	-	(42,969,985)	-	(42,969,985)
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	427,822	(1,394,347)	-	-	-	-	-	(966,525)	-	(966,525)
Diferenças de câmbio	-	67,303,939	(1,311,395)	-	-	-	-	-	-	65,992,544	-	65,992,544
Valorização de imóveis de uso próprio	-	(212,618)	859,371	-	-	-	-	-	-	646,754	-	646,754
Desvios atuariais	-	-	146,553	-	-	-	6,322,498	-	-	6,469,051	-	6,469,051
Reconhecimento de interesses minoritários	-	82,930,050	(9,914,910)	209,205	7,013,256	(5,960,265)	(21,859,689)	26,543,386	-	78,961,033	117,837,266	196,798,299
Variação de rendimento integral de associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	(1,701,266)	-	-	(1,701,266)	-	(1,701,266)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	229,260,711	229,260,711	-	229,260,711
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1,450,723,902	62,329,551	(39,804,712)	(1,185,141)	54,117,731	132,774,151	765,196,378	39,422,186	229,260,711	2,692,834,757	989,785,249	3,682,620,006
Aplicação do resultado	-	-	(412,888)	1,394,347	-	32,898,533	22,303,288	173,077,431	(229,260,711)	-	-	-
Reembolso de prestações suplementares	(164,977,301)	-	-	-	-	-	-	-	-	(164,977,301)	-	(164,977,301)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	(832,557,564)	218,033,148	-	-	-	-	-	-	(614,524,416)	-	(614,524,416)
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	(16,903,856)	6,020,916	-	-	-	-	-	-	(10,882,939)	-	(10,882,939)
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	-	-	12,348,005	-	(50,595,789)	-	-	-	-	(38,247,784)	-	(38,247,784)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de capital valorizados ao justo valor através de reservas	-	(4,772,938)	(98,471)	-	-	-	-	-	-	(4,871,409)	-	(4,871,409)
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	8,219,168	(1,194,354)	-	-	-	-	-	-	7,024,815	-	7,024,815
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	22,499,417	(5,235,789)	-	-	-	-	-	-	17,263,628	-	17,263,628
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	168,417	(801,983)	-	-	-	-	-	(633,567)	-	(633,567)
Diferenças de câmbio	-	(5,202,754)	1,748,861	-	-	-	-	-	-	(3,453,893)	-	(3,453,893)
Valorização de imóveis de uso próprio	-	1,198,373	(76,449)	-	-	-	-	-	-	1,121,924	-	1,121,924
Desvios atuariais	-	-	(2,222,356)	-	-	-	21,318,040	-	-	19,095,685	-	19,095,685
Reconhecimento de interesses minoritários	-	145,329,666	(33,890,858)	(88,877)	8,278,610	(6,113,105)	36,305,684	10,772,283	-	160,593,404	(318,840,519)	(158,247,115)
Variação de rendimento integral de associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	587,854	-	-	587,854	-	587,854
Outros	-	-	-	-	-	36,713	953,045	(109,400)	-	880,358	-	880,358
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	186,242,348	186,242,348	-	186,242,348
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1,285,746,601	(619,860,937)	155,383,471	(681,655)	11,800,552	159,596,293	846,664,289	223,162,499	186,242,347	2,248,053,461	670,944,731	2,918,998,192

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

	2022	2021
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	186,242,348	229,260,711
Items que poderão ser reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Variação no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		
Valor bruto		
Valorização	(838,316,876)	(243,080,170)
Imparidade	(21,138,209)	(7,960,016)
Alienação	2,027,301	10,896,923
Participação dos segurados - produtos vida com participação	24,870,220	17,889,652
Imposto diferido	189,350,273	30,732,228
Imposto corrente - produtos vida com participação	28,682,875	2,514,862
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		
Valor bruto	(18,594,701)	(23,578,911)
Participação dos segurados - produtos vida com participação	1,690,845	1,050,943
Imposto diferido	6,020,916	2,014,441
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)		
Valor bruto	(50,761,225)	(64,192,930)
Participação dos segurados - produtos vida com participação	165,436	956,344
Imposto diferido	12,348,005	17,334,692
Justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
Valor bruto	8,219,168	(3,456,716)
Imposto diferido	(1,194,354)	(59,898)
Justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
Valor bruto	22,499,417	(55,726,980)
Imposto diferido	(5,235,789)	12,756,995
Variação em valias potenciais referente à conversão de demonstrações financeiras		
Valor bruto	(5,202,754)	67,303,939
Imposto diferido	1,748,861	(1,311,395)
Items que não serão reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Variação no justo valor de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas		
Valor bruto	(5,027,591)	2,822,458
Participação dos segurados - produtos vida com participação	254,653	(120,289)
Imposto diferido	(98,471)	63,390
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas		
Valor bruto	(801,983)	(1,394,347)
Imposto corrente	168,417	427,822
Variação em valias potenciais de imóveis de uso próprio		
Valor bruto	1,198,373	(212,618)
Imposto diferido	(76,449)	859,371
Variação de rendimento integral de associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial	587,854	(1,701,266)
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	14,342,644	5,862,380
Benefícios de saúde	6,975,396	460,118
Imposto corrente	(25,106)	291,490
Imposto diferido	(2,197,250)	(144,937)
RENDIMENTO / (GASTO) RECONHECIDO DIRETAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO	(627,520,104)	(228,702,423)
Interesses não controlados	116,348,881	80,122,348
Rendimento / (Gasto) reconhecido diretamente no capital próprio e interesses não controlados	(511,171,223)	(148,580,075)
TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO	(324,928,875)	80,680,637

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em Euros)

	2022	2021
1. Fluxo de Caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	186,242,348	229,260,711
Ajustamentos por:		
Amortização do exercício de terrenos e edifícios de uso próprio	11,634,226	13,120,416
Amortização de ativos tangíveis	16,647,681	15,684,217
Depreciação de ativos de direito de uso	34,825,806	31,955,293
Amortização de ativos intangíveis	13,114,535	8,760,469
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	(4,301,488)	779,484
Goodwill negativo reconhecido em resultados	(42,972,526)	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(5,219,130)	(11,070,739)
Ganhos/perdas da aplicação da Abordagem da Sobreposição	(50,750,657)	(64,008,158)
Rendimento proveniente de ativos/passivos de investimento	(274,217,749)	(492,047,909)
Pagamento de juros relativos às locações	4,458,815	2,451,218
Juros suportados	38,939,474	22,173,372
Juros obtidos	(22,703)	(35,827)
Pagamento de locação de curto-prazo	202,698	202,698
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	63,652,533	142,775,933
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	7,251,027	(39,680,649)
Interesses Minoritários	80,124,896	74,085,456
Variações:		
Variação da provisão de prémios não adquiridos	83,505,967	71,131,475
Variação da provisão matemática do ramo vida	(136,922,700)	(123,275,340)
Variação da provisão para sinistros	105,102,101	303,501,386
Variação da provisão de contratos de seguro de resseguro cedido	(86,464,411)	(183,321,179)
Variação de outras provisões técnicas	(19,913,887)	2,163,506
Variação de outras provisões não técnicas	(38,803,347)	41,795,610
Variação de acréscimo e diferimentos ativos/passivos	10,747,401	(14,334,124)
Variação de passivos decorrentes de contratos de investimento	(224,236,083)	(241,295,838)
Variação de outros passivos financeiros	(26,966,253)	44,858,087
Variação de outros devedores por operações de seguros e outras operações	(158,296,726)	231,593,413
Variação de outros credores por operações de seguros e outras operações	175,851,723	(182,190,122)
Variação de inventários	4,006,117	2,372,696
Caixa líquida das atividades operacionais antes de impostos	(232,780,312)	(112,594,446)
Pagamento/Recebimento de impostos	(157,551,839)	(83,668,839)
Caixa líquida das atividades operacionais	(390,332,151)	(196,263,285)
2. Fluxo de Caixa das atividades de investimento		
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(310,760,537)	(46,568,058)
Variação de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(384,455,027)	(904,736,221)
Variação de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	1,031,165,343	549,481,464
Variação de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	230,418,862	334,221,182
Aquisições de terrenos e edifícios de rendimento	(71,399,198)	(232,774,244)
Aquisições de terrenos e edifícios de uso próprio	(16,240,416)	(46,624,803)
Aquisições de outros ativos tangíveis	(22,534,350)	(30,446,111)
Aquisições de outros ativos intangíveis	(43,691,348)	(27,919,200)
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de terrenos e edifícios de rendimento	54,084,619	37,029,090
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de terrenos e edifícios de uso próprio	(28,854,275)	94,652,814
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de outros ativos tangíveis	743,780	237,437
Variação de ativos/passivos classificados como detidos para venda	(20,112,793)	826,078
Variação de outros ativos	(1,441,931)	3,078,643
Recebimento de dividendos	63,108,934	63,205,764
Variação de instrumentos de derivados de cobertura	8,114,839	(45,808,579)
Variação de derivados detidos para negociação	(233,009,717)	156,782,053
Variação de passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(72,330,960)	(33,496,077)
Variação de diferenças de câmbio provenientes da conversão de operações estrangeiras	(9,073,697)	67,355,890
Rendimento proveniente de depósitos à ordem	10,651,391	6,035,738
Caixa líquida das atividades de investimento	184,383,519	(55,467,141)
3. Fluxos de Caixa das atividades de financiamento		
Reforço/amortização de empréstimos obtidos	108,171,600	(21,160,609)
Emissão de dívida	1,110,836	501,053,722
Juros suportados	(38,939,474)	(22,173,372)
Juros obtidos	22,703	35,827
Pagamento relativo às locações (Nota 24)	(34,825,806)	(31,955,293)
Pagamento de juros relativos às locações (Nota 24)	(4,458,815)	(2,451,218)
Pagamento de locação de curto-prazo	(202,698)	(202,698)
Dividendos pagos a accionistas minoritários	(3,792,204)	(4,405,932)
Prestações Suplementares	(164,977,301)	(149,600,000)
Caixa líquida das atividades de financiamento	(137,891,159)	269,140,427
4. Aumento/diminuição líquido de caixa e seus equivalentes	(343,839,792)	17,410,001
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	951,977,507	937,263,978
Entrada/saída do perímetro de consolidação	29,633,606	(1,398,373)
5. Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	637,771,321	953,275,606

Índice

1. Nota Introdutória	3
2. Políticas Contabilísticas.....	4
3. Empresas do Grupo e Transações Ocorridas no Exercício	46
4. Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem.....	48
5. Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos.....	49
6. Ativos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas.....	50
7. Derivados.....	52
8. Ativos Financeiros Valorizados ao Justo valor através de Reservas	57
9. Ativos Financeiros Valorizados ao Custo Amortizado	58
10. Terrenos e Edifícios de Uso Próprio	59
11. Terrenos e Edifícios de Rendimento.....	60
12. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos	61
13. Outros Ativos Tangíveis	62
14. Inventários	63
15. <i>Goodwill</i>	63
16. Outros Ativos Intangíveis	65
17. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	66
18. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações.....	71
19. Ativos e Passivos por Impostos	72
20. Acréscimos e Diferimentos (Ativo).....	75
21. Ativos Não Correntes Detidos Para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas.....	76
22. Provisões Técnicas.....	77
23. Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento	86
24. Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas e Outros Passivos Financeiros	87
25. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações.....	89
26. Acréscimos e Diferimentos (Passivo).....	90
27. Outras Provisões	91
28. Capital e Outros instrumentos de capital	92
29. Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício.....	93
30. Interesses não controlados	97
31. Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro	99
32. Comissões de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento ou como Contratos de Prestação de Serviços	100
33. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	101
34. Custos e Gastos de Exploração Líquidos, por Natureza e Função.....	104
35. Gastos com Pessoal.....	107
36. Pensões de Reforma e Outros Benefícios de Longo Prazo	109
37. Rendimentos	116
38. Gastos Financeiros.....	117

39. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	118
40. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	119
41. Diferenças de Câmbio	120
42. Ganhos Líquidos de Ativos não Financeiros que não Estejam Classificados como Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas.....	121
43. Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão).....	122
44. Outros Rendimentos/Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro	126
45. Outros Rendimentos/Gastos	127
46. Ganhos e Perdas de Associadas e Empreendimentos Conjuntos (MEP)	128
47. Imposto sobre o rendimento	129
48. Relato por Segmentos	131
49. Entidades Relacionadas	135
50. Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros	139
51. Divulgações Relativas a Risco de Contratos de Seguro.....	163
52. Gestão de Capital	174
53. Concessões de serviços públicos	177
54. Fundos de Pensões Geridos.....	178
55. Eventos Subsequentes.....	178

1. Nota Introdutória

A Longrun Portugal, SGPS, S.A. (“Longrun” ou “Sociedade”) com sede em Lisboa, Portugal, no Largo do Calhariz, nº 30, foi constituída em 13 de fevereiro de 2014 e tem por objeto social a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. Desde esta data, integra o Grupo Fosun International Holdings Ltd..

Detém participações em outras empresas de seguros e outras empresas filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, que juntas formam o Grupo Longrun. As Companhias de seguro do Grupo participadas pela Longrun incluem a Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade”), Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. (“Via Directa”), Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (“CPR”), Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (“Garantia”), Fidelidade Angola – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade Angola”), Multicare - Seguros de Saúde, S.A. (“Multicare”), a Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade Assistência”), Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade Macau”), Fidelidade Macau Vida – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade Macau Vida”), La Positiva Seguros Y Reaseguros S.A.A. (“La Positiva”), La Positiva Vida Seguros Y Reaseguros S.A. (“La Positiva Vida”), Alianza Vida Seguros y Reaseguros S.A. (“Alianza Vida”), Alianza Compañía de Seguros y Reaseguros E.M.A. S.A. (“Alianza”), Alianza Garantía Seguros Y Reaseguros S.A. (“Alianza Garantia”), La Positiva S.A. – Entidad Prestadora de Salud (“EPS”), FID Chile Seguros Generales, S.A. (“Fid Chile”), Fidelidade Moçambique – Companhia de Seguros, S.A. (“SIM”) e Liechtenstein Life Assurance AG (“LLA”).

No presente relatório será apresentada informação financeira consolidada resultante da consolidação da Longrun e das suas participadas. Foi elaborado a partir das demonstrações financeiras individuais de cada empresa do Grupo, em 31 de dezembro de 2022.

As demonstrações financeiras da Longrun em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2023. Na data de emissão das demonstrações financeiras, estava pendente a aprovação pela Assembleia Geral.

2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de preparação e princípios de consolidação

2.1.1 Bases de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma nº 3/2018-R, de 29 de março, da ASF, e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 237/2008, de 15 de dezembro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Em 2022, o Grupo adotou as IAS/IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2022. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 2.22. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras, referentes a 31 de dezembro de 2022, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2021.

Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em Euros. Os totais nas demonstrações financeiras e nos quadros das notas às demonstrações financeiras poderão não corresponder à soma das parcelas devido a arredondamentos. Os valores 0 e (0) indicam montantes positivos ou negativos arredondados para zero, ao passo que o traço (-) indica zero.

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, e imóveis de rendimento. Os restantes ativos, nomeadamente os ativos financeiros valorizados ao custo amortizado e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que o Grupo efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas na Nota 2.20.

2.1.2 Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas refletem os ativos, passivos, proveitos e custos do Grupo, bem como os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

A partir de 1 de janeiro de 2010, o Grupo passou a aplicar a IFRS 3 – “Concentrações empresariais” (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de atividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospetivamente.

A consolidação das contas das filiais que integram o Grupo foi efetuada pelo método da consolidação integral. As transações e os saldos significativos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas filiais é apresentado na rubrica “Interesses não controlados”, do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. e das filiais, após harmonização das respetivas políticas contabilísticas, na proporção da respetiva participação efetiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos, de operações de resseguro e de mais e menos-valias geradas em transações entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. e as das entidades controladas diretamente e indiretamente pelo Grupo (Nota 3).

2.2. Investimentos em filiais

São classificadas como filiais as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. O controlo é normalmente presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando o Grupo detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As empresas filiais são consolidadas integralmente a partir do momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades e deixam de o ser quando o Grupo deixa de ter o respetivo controlo.

Quando as perdas acumuladas de uma filial, atribuíveis aos interesses não controlados excedem o interesse que não controlam no capital próprio dessa filial, as perdas acumuladas são atribuídas aos minoritários nas proporções devidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Numa operação de aquisição por fases que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma filial, qualquer participação remanescente é reavaliada ao valor de mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

2.3. Concentrações de atividades empresariais e *goodwill*

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção do controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos diretamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a filial, os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na IFRS 3 – “Concentrações empresariais” são registados pelo respetivo justo valor.

O *goodwill* é inicialmente mensurado ao custo, que corresponde à diferença positiva, na data de aquisição, entre o custo de aquisição de uma filial e/ou associada e a percentagem efetiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis. O *goodwill* é registado como um ativo e não é amortizado, sendo sujeito a testes de imparidade.

O Grupo tem a possibilidade de contabilizar os interesses não controlados ao justo valor ou pela parte proporcional do valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, o que implica que o valor total do *goodwill* possa ser contabilizado nas demonstrações financeiras, incluindo a parcela atribuível aos interesses não controlados, por contrapartida de interesses não controlados, se a primeira opção for escolhida. O Grupo está a reconhecer os interesses não controlados pela parte proporcional dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Caso se verifique que a parcela correspondente à percentagem de participação adquirida pelo Grupo nos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma filial excede o custo de aquisição, o excesso deve ser refletido como um proveito na conta de ganhos e perdas do exercício.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao *goodwill* registado em balanço, de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Para este efeito, o *goodwill* é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas dos fluxos de caixa futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao *goodwill* são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

Se o *goodwill* tiver sido imputado a uma unidade geradora de caixa e a entidade alienar uma atividade dessa unidade, o *goodwill* associado à unidade operacional alienada deve ser:

- (a) incluído na quantia escriturada da unidade operacional quando se apura o ganho ou perda no momento da alienação; e
- (b) mensurado com base nos valores relativos da atividade alienada e da porção da unidade geradora de caixa retida, a não ser que a entidade possa demonstrar que algum outro método reflete melhor o *goodwill* associado à atividade alienada.

2.4. Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Consideram-se entidades “associadas” aquelas em que o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. O Grupo pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Existem igualmente situações em que o Grupo exerce, em conjunto com outras entidades, controlo sobre a atividade da Companhia na qual detém a participação (os designados empreendimentos conjuntos), onde exerce, nos termos da IFRS 11 – “Acordos Conjuntos”, um controlo partilhado de direitos de voto e decisão equiparáveis.

Estes investimentos são registados pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que se inicia a influência significativa, deixando de o ser quando esta cessa. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respetivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efetiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efetuados ajustamentos aos capitais próprios das associadas utilizados para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, de forma a refletir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O *goodwill*, correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma associada e a percentagem efetiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes, permanece refletido no valor do investimento, sendo a totalidade do valor de balanço do investimento objeto de testes de imparidade numa base anual.

Os resultados não realizados em transações com empresas associadas são eliminados na medida da percentagem de participação efetiva do Grupo nas entidades em questão.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada ou empreendimento conjunto e atribuíveis ao Grupo, iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido. Se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou realizar pagamentos em nome da associada ou empreendimento conjunto será reconhecida uma provisão.

2.5. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor através de reservas.

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no espaço económico em que opera - denominada "moeda funcional". Nas contas consolidadas, os resultados e posição financeira de cada entidade são convertidos para Euros, a moeda funcional do Grupo, da seguinte forma:

- Ativos e passivos de cada balanço apresentado são convertidos à taxa de câmbio de fecho;
- Rendimentos e gastos de cada Demonstração de Resultados são convertidos à taxa de câmbio média do período;
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas na "Reserva de reavaliação de diferenças de câmbio";
- O Capital Próprio das filiais no estrangeiro é convertido à taxa de câmbio histórica do momento da sua realização de acordo com a IAS 21 – "Efeitos de alterações em taxas de câmbios".

2.6. Instrumentos financeiros

a) Adoção da IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”

A IFRS 9 substituiu a IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” para os períodos anuais após 1 de janeiro de 2018. No sentido de garantir a consistência no setor segurador entre a aplicação da IFRS 9 e da IFRS 17 – “Contratos de seguros”, o IASB emitiu uma emenda à IFRS 4 com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018 que veio permitir às empresas de seguros diferir a aplicação da IFRS 9 para os períodos após 1 de janeiro de 2023, alinhando assim a data de eficácia da IFRS 9 e da IFRS 17.

Adicionalmente é também permitido que as seguradoras que adotem a IFRS 9 apliquem a abordagem de sobreposição a ativos financeiros designados. Em 1 de janeiro de 2020, o Grupo aplicou retrospectivamente a IFRS 9 com a opção da abordagem de sobreposição.

b) Ativos financeiros

Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos financeiros são registados na data de contratação (*trade date*) pelo respetivo justo valor. No momento do seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas; ou
- Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

A classificação efetuada depende dos seguintes aspetos, exceto quando seja aplicada a opção de mensurar o instrumento financeiro pelo seu justo valor através de ganhos e perdas:

- O modelo de negócio da entidade para a gestão do ativo financeiro;
- As características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Avaliação do Modelo de Negócio

O Grupo procedeu a uma avaliação do modelo de negócio no qual os instrumentos financeiros são detidos ao nível do *portfolio*, dado que esta abordagem reflete da melhor forma como é que os ativos são geridos e como é que a informação é disponibilizada aos órgãos de gestão.

Avaliação se os fluxos de caixa contratuais correspondem somente ao recebimento de capital e juros (SPPI - *Solely Payments of Principal and Interest*)

Para efeitos desta avaliação, “capital” é definido como o justo valor do ativo financeiro no seu reconhecimento inicial. “Juro” é definido como a contrapartida pelo valor temporal do dinheiro, pelo risco de crédito associado ao montante em dívida durante um determinado período e para outros riscos e custos associados à atividade (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como uma margem de lucro.

Na avaliação dos instrumentos financeiros em que os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente ao recebimento de capital e juros, o Grupo considerou os termos contratuais originais do instrumento. Esta avaliação incluiu a análise da existência de situações em que os termos contratuais possam modificar a periodicidade e o montante dos fluxos de caixa de forma a que não cumpram a condição de SPPI. No processo de avaliação, o Grupo tem em consideração:

- Eventos contingentes que possam modificar a periodicidade e montante dos fluxos de caixa;
- Características que resultem em alavancagem;
- Cláusulas de pagamento antecipado e de extensão da maturidade;
- Características que possam modificar a compensação pelo valor temporal do dinheiro.

Adicionalmente, um pagamento antecipado é consistente com o critério SPPI, se:

- O ativo financeiro for adquirido ou originado com um prémio ou desconto relativamente ao valor nominal contratual;
- O pagamento antecipado representar substancialmente o montante nominal do contrato acrescido dos juros contratuais periodificados, mas não pagos (poderá incluir uma compensação razoável pelo pagamento antecipado);
- O justo valor do pagamento antecipado é insignificante no reconhecimento inicial.

A classificação dos ativos financeiros segue assim o seguinte esquema:

Fluxos de caixa contratuais	Modelo de negócio	Classificação dos ativos financeiros
Fluxos de caixa contratuais correspondem somente ao recebimento de capital e juros (SPPI)	Receber fluxos de caixa contratuais	Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado
	Receber fluxos de caixa contratuais e venda	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas
Outros (não-SPPI)	Derivados e outros instrumentos financeiros utilizados para cobertura de riscos	Derivados de cobertura ou Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas
	Adquiridos para venda a curto prazo	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas
	Grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos em conjunto, para os quais existe uma tendência para tomada de lucros no curto prazo	
	Outros	

No reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar irrevogavelmente investimentos em instrumentos de capital próprio como ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas quando estes atendem à definição de instrumentos de capital da IAS 32 e não são detidos para negociação. A classificação é determinada instrumento a instrumento.

i. Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado

Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado” se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- O ativo financeiro é detido num modelo de negócio cujo objetivo principal é a detenção de ativos para recolha dos seus fluxos de caixa contratuais;
- Os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos financeiros valorizados ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Adicionalmente, estão sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas, as quais são registadas por contrapartida da rubrica “Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado” da Demonstração de Resultados.

Os juros dos ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na rubrica de “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”, com base no método da taxa de juro efetiva. Os ganhos ou perdas gerados no momento do seu desreconhecimento são registados na rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao custo amortizado”.

ii. Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas

Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas” (FVOCI) se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- O ativo financeiro é detido num modelo de negócio em que o objetivo é a recolha dos seus fluxos de caixa contratuais e a venda desse ativo financeiro;
- Os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

Estes instrumentos são essencialmente compostos por instrumentos de dívida.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de reservas e, no momento da sua alienação, os respetivos ganhos ou perdas acumulados em reservas são reclassificados para uma rubrica específica de resultados designada “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas”.

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas estão também sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas. As perdas por imparidade estimadas são reconhecidas em resultados, na rubrica “Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas”, por contrapartida de reservas, e não reduzem a quantia escriturada do ativo financeiro no balanço.

Os juros, prémios ou descontos dos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas são reconhecidos na rubrica de “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas” com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos de capital ao justo valor através de reservas são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de reservas. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

iii. Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” (FVPL) se o modelo de negócio definido pelo Grupo para a sua gestão ou as características dos seus fluxos de caixa contratuais não cumprirem as condições acima descritas para ser mensurado ao custo amortizado ou ao FVOCI.

Adicionalmente, o Grupo pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro, que cumpra os critérios para ser mensurado ao custo amortizado ou ao FVOCI, ao justo valor através de ganhos e perdas, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (*accounting mismatch*), que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases.

O Grupo classificou como “Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” os seguintes tipos de ativos:

- Os ativos financeiros classificados nesta rubrica são adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo; no momento do reconhecimento inicial fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais existe evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo; ou enquadram-se na definição de derivado (exceto no caso de um derivado classificado como de cobertura);
- Os instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa contratuais não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamento de juros sobre o capital em dívida (SPPI);
- Os ativos financeiros que o Grupo optou por designar ao justo valor através de resultados para eliminar o *accounting mismatch*;
- Os ativos financeiros que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de reservas, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de reservas.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Considerando que as transações efetuadas pelo Grupo no decurso normal da sua atividade são em condições de mercado, os ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial. As variações subsequentes de justo valor destes ativos financeiros são reconhecidas em resultados.

A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na rubrica de "Rendimentos de outros" com base na taxa de juro efetiva de cada transação, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica "Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas", sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica "Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

iv. Abordagem de sobreposição

Uma seguradora pode optar por aplicar a abordagem de sobreposição descrita no parágrafo 35B da IFRS 4, apenas quando aplica pela primeira vez a IFRS 9.

De acordo com esta abordagem, o Grupo deve reclassificar entre os ganhos e perdas e reservas uma quantia que tenha como resultado que os ganhos e perdas no final do período de relato para os ativos financeiros designados sejam os mesmos que se verificariam se o Grupo tivesse aplicado a IAS 39 aos ativos financeiros designados. Consequentemente, a quantia reclassificada é igual à diferença entre:

- A quantia inscrita nos ganhos ou perdas para os ativos financeiros designados aplicando a IFRS 9;
- A quantia que teria sido inscrita nos ganhos ou perdas para os ativos financeiros designados se a seguradora tivesse aplicado a IAS 39.

Um ativo financeiro é elegível para designação para a abordagem de sobreposição se, e só se, estiverem preenchidos os seguintes critérios:

- É mensurado pelo justo valor através de ganhos e perdas por aplicação da IFRS 9, mas não teria sido totalmente mensurado pelo justo valor através dos resultados por aplicação da IAS 39;
- Não é detido relativamente a uma atividade que não esteja ligada a contratos abrangidos pela IFRS 4.

O Grupo cumpre os requisitos da abordagem de sobreposição para os instrumentos financeiros que, pelos critérios de classificação da IAS 39, eram considerados como ativos financeiros disponíveis para venda e pelos critérios de classificação da IFRS 9 foram reclassificados para a classe de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas. Os ativos financeiros em conta são instrumentos de capital e instrumentos de dívida que não cumprem com as características dos fluxos de caixa contratuais do teste SPPI (*solely payments of principal and interest*).

O Grupo aplica a abordagem de sobreposição a um ativo financeiro designado até que esse ativo financeiro seja desreconhecido ou deixe de ser detido relativamente a uma atividade que não esteja ligada a contratos abrangidos pela IFRS 4.

v. Ativos vendidos com acordo de recompra (repos)

Os ativos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em Outros Passivos Financeiros. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

vi. Justo valor

Os ativos financeiros registados nas categorias de “Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” e “Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor de ativos financeiros é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, no caso de instrumentos transacionados em mercados ativos.

No caso dos futuros de moeda, estes são valorizados tendo por base o mesmo *time stamp* dos respetivos instrumentos cobertos.

Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

- Preços (*bid prices*) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a *Bloomberg* e a *Reuters*, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
- Cotações indicativas (*bid prices*) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como *market-makers*;
- Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Os restantes instrumentos de capital não cotados encontram-se valorizados tendo por base o *price to book value* e modelos internos de desconto de fluxos de caixa futuros.

vii. Desreconhecimento de ativos financeiros

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Grupo de receber os seus fluxos de caixa ou o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

O Grupo considera que reteve ou não o controlo dos ativos financeiros transferidos se, e só se, aquele que recebe a transferência tiver a capacidade para vender o ativo na sua totalidade a um terceiro não relacionado e for capaz de exercer essa capacidade unilateralmente e sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência.

viii. Transferências entre categorias de ativos financeiros

Os ativos financeiros são reclassificados para outras categorias apenas se o modelo de negócio utilizado na sua gestão for alterado. Neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados.

A reclassificação é aplicada prospetivamente a partir da data da reclassificação, não sendo reexpressos quaisquer ganhos, perdas (incluindo relacionadas com imparidade) ou juros anteriormente reconhecidos.

Não é permitida a reclassificação de investimentos em instrumentos de capital mensurados ao justo valor através de reservas, nem de instrumentos financeiros designados ao justo valor através de ganhos e perdas.

c) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva. O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados na rubrica de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores, valores recebidos em operações de reporte e ainda passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em “Outros credores por operações de seguros e outras operações”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

d) Derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e taxas de juro.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor através dos resultados na data da sua contratação. Adicionalmente são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nominal.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos em contratos não derivados ou em contratos de base em passivos financeiros são separados e tratados como derivados autónomos, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base;
- Um instrumento separado com os mesmos termos que o derivado embutido satisfizesse a definição de um derivado; e
- O contrato híbrido não for mensurado pelo justo valor com as respetivas variações refletidas em ganhos e perdas;

Contabilidade de cobertura

O Grupo investe em derivados com o objetivo de cobertura da sua exposição a riscos inerentes à sua atividade, designadamente a cobertura do justo valor de ativos em moeda estrangeira (risco de flutuação cambial), que aplica no âmbito da IAS 39. Os derivados também são utilizados na cobertura da exposição do Grupo à variabilidade de fluxos de caixa de taxa de juro e investimentos líquidos em operações estrangeiras.

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara no início da operação a documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Os derivados de cobertura de justo valor são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e gastos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, o Grupo reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto. Caso a relação de cobertura deixe de ser eficaz, a variação acumulada de justo valor refletida no elemento coberto é reconhecida em resultados até à respetiva maturidade.

No caso dos derivados de cobertura de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira e de derivados de cobertura de fluxos de caixa, desde que a cobertura seja determinada como uma cobertura eficaz, são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados reconhecidos em capital próprio. A porção ineficaz dos resultados, caso exista, deverá ser reconhecida em proveitos e custos do exercício.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

O Grupo utilizou a contabilidade de cobertura para cobertura de justo valor de instrumentos de capital até 2019. À luz da IFRS 9 o Grupo já não tem contabilidade de cobertura para este propósito, no entanto, tem de manter as regras da referida cobertura por ter aplicado a IFRS 9 com abordagem de sobreposição.

Derivados ao justo valor através de ganhos e perdas

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de ganhos e perdas, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da IFRS 9, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos de macro ou cobertura de carteiras, ou por os resultados dos testes de eficácia revelarem que a mesma não é eficaz;
- Derivados contratados com o objetivo de *trading*.

Os derivados ao justo valor através de ganhos e perdas são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente e reconhecidos em proveitos e gastos do exercício, na rubrica de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”, com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em “Rendimentos de outros”. As reavaliações positivas e negativas são registadas na rubrica “Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” e “Outros passivos financeiros”, respetivamente.

e) Perdas por imparidade

Instrumentos financeiros sujeitos ao reconhecimento de perdas por imparidade

O Grupo reconhece perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas em instrumentos financeiros registados nas seguintes rubricas contabilísticas:

- Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado - As perdas por imparidade em ativos financeiros valorizados ao custo amortizado reduzem o valor de balanço destes ativos financeiros por contrapartida da rubrica “Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado”.
- Instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas - As perdas por imparidade em instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas são reconhecidas em resultados, na rubrica “Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas”, por contrapartida de reservas (não reduzem o valor de balanço destes ativos financeiros).

As perdas por imparidade são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados à taxa de juro efetiva original.

Abordagem Geral

A provisão para perdas de créditos esperadas é apurada considerando no momento da avaliação, a exposição ao risco (valor monetário do empréstimo), a respetiva probabilidade de *default* (PD), a respetiva severidade expectável da perda (LGD) bem como o relevante fator de desconto. Trata-se um aferimento do risco tendo em conta uma estimativa de probabilidade e valor temporal dos fluxos de caixa futuros a serem avaliados.

Esta avaliação é complementada por avaliação da degradação ou não da notação de crédito desde o momento de reconhecimento inicial. Uma deterioração significativa da notação de crédito implica que a avaliação deixe de ser feita numa perspetiva anual, passando a ser feita para a duração remanescente do empréstimo. Empréstimos sem deterioração de *rating* são assim considerados em estágio 1, empréstimos com deterioração de *rating* são considerados em estágio 2, sendo o estágio 3 constituídos por empréstimos com evidência objetiva de *default*.

Em termos genéricos, uma degradação significativa de *rating* a partir do reconhecimento inicial é dada pela descida de pelo menos 2 notações de *rating* a partir do momento em que o *rating* inicial se situa no BBB, sendo que esta decisão será sempre suportada numa análise caso a caso dos fatores da descida do *rating*.

As provisões para perdas de créditos esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, a provisão para perdas de créditos esperadas reflete quantitativamente a perda expectável de um evento de incumprimento nos próximos 12 meses (*12 month expected credit losses*).

No caso das outras exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, é requerida uma provisão para as perdas de crédito ao longo da vida restante da exposição, independentemente do momento do incumprimento, o que é qualificado como uma perda de crédito *lifetime* (*lifetime expected credit losses*).

À data de cada reporte, o Grupo avalia se o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer a avaliação, o Grupo compara o risco de incumprimento do instrumento financeiro à data do reporte com o risco de incumprimento do instrumento financeiro à data do reconhecimento inicial e considera todas as informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis sem custos ou esforços indevidos.

O Grupo utiliza para a avaliação creditícia os *ratings* de pelo menos 3 agências credenciadas pelo regulador *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA) aplicando o critério do segundo melhor *rating*, limitado, em termos gerais, ao *rating* da emissão ou, caso não disponível ou não aplicável, ao *rating* do emitente ou alternativamente ao *rating* do grupo financeiro correspondente. Em último caso, numa situação em que esta informação não esteja disponível, o Grupo procura aferir, através de uma metodologia de *scoring*, um *rating* interno baseado numa análise das demonstrações financeiras disponíveis.

O Grupo considera um ativo financeiro como estando em incumprimento quando este estiver vencido há 90 dias, sendo improvável que o Grupo receba os valores contratuais em aberto na íntegra. O valor contabilístico de um ativo financeiro nesta fase, estágio 3, é reduzido refletindo meramente o *recovery value* não havendo expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Classificação dos instrumentos financeiros por estágios

Critério de classificação	Variação do risco de crédito desde o reconhecimento inicial		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
	Reconhecimento inicial	Aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial	Em situação de imparidade
Perdas por imparidade	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas <i>lifetime</i>	<i>Default</i>

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas e ativos financeiros ao custo amortizado estão sujeitos a redução do valor recuperável sob a abordagem geral e são classificados nos seguintes estágios para mensuração das provisões para perdas de crédito esperadas:

- **Estágio 1:** Instrumentos financeiros para os quais o risco de crédito não aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e para os quais a provisão para perdas é mensurada por um valor igual a uma perda de crédito esperada a 12 meses;
- **Estágio 2:** Instrumentos financeiros para os quais o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, mas que não são ativos financeiros com redução ao valor recuperável e para os quais a provisão para perdas é avaliada num valor igual à perda de crédito *“lifetime”*;
- **Estágio 3:** Ativos financeiros com redução ao valor recuperável à data do reporte (mas que não foram comprados ou originados com redução ao valor recuperável) e que estão em imparidade (ativos em *default*).

Abordagem Simplificada

O Grupo avalia as perdas de crédito esperadas associadas à rubrica de “Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações”, tendo por base informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis e que sejam suscetíveis de afetar o risco de crédito. A avaliação depende da natureza do ativo, sendo para os recibos por cobrar efetuada uma análise de incobrabilidade dos prémios e para os mediadores, resseguradores e outros devedores uma análise baseada no negócio e experiência passada das perdas.

Imparidade em IAS 39

Para os ativos financeiros elegíveis para a aplicação da abordagem de sobreposição, o Grupo tem ainda de proceder ao apuramento da imparidade de acordo com a IAS 39. Estes ativos correspondem aos ativos disponíveis para venda ao abrigo da IAS 39 que, em IFRS9, correspondem a ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

De acordo com a IAS 39, os ativos disponíveis para venda são reconhecidos pelo valor justo e as variações no valor justo são refletidas em reservas.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pelo Grupo uma análise da existência de perdas por imparidade nestes ativos, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados são considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 12 meses.

Adicionalmente, é considerado como indicador de imparidade potencial a existência de menos-valias potenciais superiores a 30%. Para este critério o reconhecimento de imparidade é julgamental com base numa análise casuística.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas nas “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros”. Caso posteriormente existam menos valias adicionais, estas são refletidas em resultados do exercício na rubrica de “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de outros”.

As perdas por imparidade em instrumentos de dívida podem ser revertidas por resultados do exercício se num período subsequente o justo valor desse ativo aumentar, estando este aumento objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

2.7. Ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar

A IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas” é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados “grupos de ativos e passivos a alienar”).

Os ativos não correntes, ou grupos de ativos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que venham a ser recuperados através de venda, e não de uso continuado, sendo registados pelo menor entre o valor líquido contabilístico e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. Para que um ativo (ou grupo de ativos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual;
- Exista expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica "Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda".

2.8. Terrenos e edifícios de rendimento

Correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição incluindo os custos de mensuração diretamente relacionados. Não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor e as mais e menos-valias realizadas são refletidas em resultados, na rubrica "Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas".

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados a cada data de balanço, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Grupo estabeleceu como período de referência máximo 2 anos entre avaliações efetuadas por peritos independentes.

2.9. Terrenos e edifícios de uso próprio

Os terrenos e edifícios de uso próprio são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao uso destes ativos são reconhecidos como gastos do exercício, exceto no que se refere às despesas que reúnam as condições passíveis de serem capitalizáveis e as quais são amortizadas ao longo da respetiva vida útil.

As amortizações são calculadas pelo método da linha reta, de acordo com as taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos imóveis de uso próprio e são registadas em gastos do exercício. Os terrenos não são objeto de amortização, tendo em conta que estes não têm uma vida útil definida. O Grupo avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar indícios de imparidade nos terrenos e edifícios de uso próprio. Sempre que o valor líquido contabilístico destes ativos exceda o seu valor recuperável (o maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de outros”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subseqüentemente se verifique um aumento no valor recuperável do respetivo ativo.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um imóvel de uso próprio é determinado como base na diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do respetivo ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Adicionalmente, os imóveis em construção são reconhecidos ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade e não são amortizáveis. Os custos dos mesmos compreendem o custo direto de construção e os custos inerentes ao empréstimo obtido para a construção destes imóveis. Os imóveis em construção são reclassificados para imóveis firmes, quando se encontrarem disponíveis para uso.

2.10. Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gastos do exercício.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de <u>vida útil</u>
Mobiliário e material	2 - 12
Máquinas e ferramentas	4 - 10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4 - 10

As amortizações são registadas em gastos do exercício. O Grupo avalia, periodicamente, a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar indícios de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (o maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de outros”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subseqüentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

2.11. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor dos valores entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, sendo o custo médio, o método de custeio aplicado.

O valor realizável líquido, é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade empresarial deduzindo os custos estimados de conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

Sempre que o valor realizável líquido for inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução do valor dos inventários, mediante reconhecimento de perdas por imparidade na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de outros", na Demonstração de Resultados. Estas poderão ser revertidas sempre que deixarem de existir os motivos que as originaram.

2.12. Locações

Locatário

Na data de início de uma locação, o locatário reconhece um passivo pela obrigação de efetuar pagamentos ao locatário e um ativo que representa o direito de uso do ativo subjacente durante o prazo da locação. Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente os juros sobre o passivo de arrendamento e a depreciação sobre o ativo de direito de uso.

À data de entrada em vigor da norma o locatário deve mensurar o passivo da locação pelo valor presente dos pagamentos de locação que não estejam liquidados nessa data. A taxa de desconto dos pagamentos será determinada como a taxa implícita no contrato de locação, ou seja, a taxa que faz com que o valor atualizado dos pagamentos de locação e o valor residual não garantido seja igual ao justo valor do ativo subjacente acrescido dos custos diretos suportados pelo locador. Se a taxa implícita na locação não for facilmente determinável, irá ser usada a taxa incremental de financiamento, isto é, uma taxa de desconto que é possível obter para conseguir, com a mesma maturidade e garantia semelhante, os fundos necessários para a aquisição do ativo subjacente.

Após essa data, o locatário deve mensurar o passivo:

- i) Aumentando a quantia escriturada de forma a refletir os juros sobre o passivo da locação;
- ii) Reduzindo a quantia escriturada de modo a refletir os pagamentos de locação efetuados;
- iii) Remensurando a quantia escriturada para refletir qualquer reavaliação ou alteração da locação.

A norma prevê duas isenções de reconhecimento para locatários - locações de ativos de "valor baixo" (por exemplo, computadores pessoais) e locações de curto prazo, ou seja, arrendamentos com um prazo de arrendamento menor ou igual a 12 meses.

O Grupo optou por utilizar as isenções aplicáveis à norma sobre contratos de locação para os quais os termos do arrendamento terminam dentro de 12 meses a partir da data da aplicação inicial (com exceção das locações relativas a arrendamento de imóveis), e sobre contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor. O Grupo possui locações de determinados equipamentos de escritório (por exemplo, computadores pessoais) consideradas de baixo valor. O Grupo elegeu ainda a opção de separar as locações das componentes que não são locação (serviço) e considerar apenas a componente de locação na aplicação desta norma.

Para todos os contratos de locação abrangidos pelas isenções, os pagamentos de locações associados a esses contratos são reconhecidos como despesas.

Locador

As locações continuam a ser classificadas como locações financeiras ou locações operacionais, não implicando alterações significativas face ao definido anteriormente. Os ativos em regime de locação financeira são registados na posição financeira como “Contas a receber por outras operações”, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes dos planos financeiros dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como “Outros rendimentos/gastos”.

2.13. Ativos intangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Grupo.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos, com exceção dos projetos informáticos estruturantes, podendo ir até a um período de 10 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como gastos no exercício em que são incorridas.

2.14. Impostos sobre lucros

As empresas do Grupo, sediadas em Portugal, estão sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e as empresas sediadas no estrangeiro, encontram-se igualmente sujeitas ao mesmo tipo de imposto (*Corporate Income Tax*) nos termos vigentes nos respetivos países. Ao IRC e à Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2021 e 2022 é de 22,5%, é acrescida a respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

As contas das sucursais do Grupo são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC, nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais das diversas sucursais são dedutíveis à coleta de IRC da sede nos termos do artigo 91º do Código do IRC em conjunto com as Convenções para evitar a Dupla Tributação.

As empresas do Grupo com sede em Portugal são tributadas em sede de IRC ao abrigo do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), de acordo com o artigo 69º do Código do IRC. No âmbito deste regime de tributação é a Longrun (Sociedade dominante) que apresenta uma declaração de imposto única na qual são agrupados os resultados das sociedades dominadas que integram o RETGS. O valor a receber ou a pagar de IRC relativo às diversas empresas do Grupo com sede em Portugal é registado no balanço como um valor a receber ou a pagar à Longrun. O imposto correspondente às diversas empresas do Grupo é refletido na Demonstração de Resultados e/ou em Capital Próprio.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos para determinação do lucro tributável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo correspondem a (i) mais ou menos valias contabilísticas, (ii) correções de exercícios anteriores (iii) imparidades e (iv) prejuízos fiscais reportáveis.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa que venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso das variações de justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

2.15. Provisões, passivos e ativos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “Outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da atividade do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgados nas notas às contas, quando for provável a existência de influxo de benefícios económicos futuros.

2.16. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela IAS 19 – “Benefícios dos Trabalhadores”. Os principais benefícios concedidos pelo Grupo correspondem a pensões de reforma e sobrevivência e a benefícios de saúde.

Plano de benefício definido - Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

Em conformidade com o Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho (“IRCT”) então vigente para o setor segurador, o Grupo assumiu o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data da publicação do IRCT. O montante dessas prestações variava em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora.

Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder aos reformados e pré-reformados que transitaram para essa situação no período compreendido entre junho de 1998 e julho de 2005 benefícios com assistência médica, sendo a quase totalidade dos encargos suportados pela Companhia.

Os planos de benefícios definidos são financiados através de fundos de pensões fechados. Nestes fundos encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de reforma, bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas e pré-reformas. Estes planos perfazem os requisitos de classificação de planos de benefícios definidos, uma vez que cumprem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefícios definidos corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método *Unit Credit Projected*, e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 36). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

O gasto do exercício com pensões de reforma e sobrevivência, que inclui o custo dos serviços correntes, o custo dos serviços passados, o custo das liquidações e o juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefício definido, é refletido pelo valor líquido na rubrica de “Gastos com pessoal”. O gasto do exercício com encargos de saúde é refletido na rubrica “Outras provisões” (Nota 36).

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em “Gastos com pessoal”.

Plano de contribuição definida

No âmbito dos novos contratos coletivos de trabalho para a atividade seguradora, divulgados em 15 de janeiro de 2012, em 29 de janeiro de 2016 e em 8 de fevereiro de 2019, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por estes IRCT, têm direito a um plano de reforma (“PIR”), um plano de contribuição definida que substitui o sistema de pensões de reforma previsto nos anteriores IRCT.

Estes planos, para além de assegurarem garantia de capital, perfazem os requisitos de classificação de planos de contribuição definida, uma vez que a quantia dos benefícios pós-emprego recebida pelo empregado é determinada pela quantia de contribuições pagas por uma entidade para um plano de benefícios, juntamente com os retornos do investimento provenientes das contribuições.

As contribuições do Grupo, para o plano de contribuição definida, são efetuadas de acordo com o previsto no novo Acordo Coletivo de Trabalho, publicado a 8 de fevereiro de 2019 (“ACT 2019”), sendo registadas como um gasto do exercício a que respeitam na rubrica de “Gastos com pessoal”.

Outros benefícios de longo prazo

No âmbito do ACT 2019, e conforme previsto nas suas cláusulas 32ª a 34ª e 65ª a 68ª, são estabelecidos novos benefícios de longo prazo, designados por Benefícios de Carreira.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de desempenho pagos aos colaboradores pelo desempenho das diferentes unidades de negócio e o seu contributo para os resultados da empresa, são refletidos em “Gastos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.17. Contratos de seguro e contratos de investimento

a) Classificação de contratos

O registo das transações associadas aos contratos de seguro e de resseguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pelo Grupo é efetuado de acordo com o normativo da ASF. No âmbito da transição para o novo PCES, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela IFRS 4, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da IFRS 9.

Adicionalmente, conforme previsto na IFRS 4, os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária continuam a ser classificados como contratos de seguro, continuando, portanto, a ser valorizados de acordo com as normas da ASF.

Ao nível de mensuração dos contratos associados a contratos de seguro é tratado por normas específicas emitidas pela ASF.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato;
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos ativos afetos a seguros com participação nos resultados e que se prevê virem a ser atribuídas aos segurados são refletidas na provisão para participação nos resultados a atribuir.

b) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro e resseguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados, quando devidos, na rubrica “Prémios adquiridos líquidos de resseguro”, da Demonstração de Resultados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro e resseguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática do ramo vida, sendo o custo refletido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro e de resseguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método *Pró-rata temporis* aos respetivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro não vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

d) Provisão para sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. Com exceção das provisões matemáticas e para assistência vitalícia do ramo acidentes de trabalho, as provisões para sinistros registadas pelo Grupo não são descontadas.

Provisão para sinistros de acidentes de trabalho

A provisão para sinistros do ramo acidentes de trabalho inclui a provisão matemática, a provisão para despesas com assistência temporária e a provisão para despesas com assistência vitalícia.

A provisão matemática do ramo acidentes de trabalho tem por objetivo registar a responsabilidade relativa a:

- Pensões homologadas - pensões a pagar relativas a sinistros cujos montantes já estejam homologados pelo Tribunal do Trabalho;
- Pensões definidas – estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença;
- Pensões presumíveis – estimativa das responsabilidades com pensões relativas a sinistros já ocorridos mas cujos respetivos processos clínicos não estão concluídos à data das demonstrações financeiras ou pensões referentes a sinistros já ocorridos mas ainda não declarados.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das provisões matemáticas homologadas e definidas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	2022		2021	
	Obrigatoriamente remíveis	Não remíveis	Obrigatoriamente remíveis	Não remíveis
Tábua de mortalidade	TD 88/90	INE 2010_2012 por género	TD 88/90	INE 2010_2012 por género
Taxa de desconto	5,25%	3,24%	5,25%	2,70%
Encargos de gestão	2,40%	3%	2,40%	3%

A provisão matemática para pensões presumíveis de sinistros de acidentes de trabalho ocorridos no exercício tem por base a estimativa do número de sinistros com incapacidades permanentes (IP's) e morte e a provisão matemática média, considerada como o custo expectável de cada uma destas pensões, após homologação e incluindo o risco de revisão futura. Para sinistros ocorridos em exercícios anteriores a variação desta provisão corresponde à diferença entre o montante pago de pensões e remições deduzido do juro técnico estimado e a variação da provisão para pensões homologadas e definidas.

De acordo com a legislação vigente, a responsabilidade inerente ao incremento anual de pensões é assumida pelo Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT). O Grupo efetua o pagamento integral das pensões, sendo posteriormente reembolsado pela parcela da responsabilidade do FAT. A gestão deste fundo é da responsabilidade da ASF, sendo as suas receitas constituídas por contribuições efetuadas pelas companhias seguradoras e pelos tomadores de seguro do ramo acidentes de trabalho. Para o efeito é constituída uma provisão para as contribuições futuras para o FAT relativas a responsabilidades com pensões já existentes à data do balanço.

A provisão para despesas com assistência temporária tem como objetivo registar a responsabilidade relativa a despesas com carácter não vitalício de sinistrados de acidentes de trabalho. Por recurso a matrizes de desenvolvimento mensais é estimada a quantidade de sinistros ocorridos no exercício, a qual é multiplicada pelo custo médio estimado de despesas de assistência temporária dos sinistros ocorridos em 2022, o qual resulta de projeções atuariais, com base em matrizes de cadências de pagamentos e de participação de sinistros, por forma a obter o gasto do exercício para este tipo de despesa. Para sinistros de exercícios anteriores a variação da provisão corresponde aos montantes pagos de despesas com assistência temporária registados contabilisticamente.

A provisão para despesas com assistência vitalícia (AV) diz respeito a despesas de carácter vitalício e é composta por:

- Provisão para assistência vitalícia declarada - diz respeito a despesas de carácter vitalício, com sinistrados beneficiários de pensão, cuja data do serviço ocorra 730 dias após a data de ocorrência do sinistro;
- Provisão para assistência vitalícia presumível - despesas de carácter vitalício relativas a sinistros já ocorridos mas que ainda não apresentam despesas.

Esta provisão é calculada com as seguintes bases técnicas:

	2022	2021
Tábua de mortalidade	INE 2010_2012 por género	INE 2010_2012 por género
Taxa de desconto	3,24%	2,70%
Taxa de inflação	2%	2%
Encargos de gestão	2%	2%

A provisão para assistência vitalícia presumível é calculada utilizando metodologia similar à descrita para a provisão matemática para pensões presumíveis.

Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por subsinistro, afetando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática varia também com a gravidade do dano corporal, caso este exista. Esta provisão pode ser revista, quando o gestor do sinistro verifique que ela é desadequada, e durante a vida do sinistro vão ocorrendo ajustamentos, de acordo com a informação que vai sendo recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Adicionalmente, são calculadas provisões para os sinistros ocorridos e não participados (IBNR) recorrendo a abordagens atuariais que analisam as cadências de participação de sinistros e os custos esperados de sinistros ainda não participados.

Provisão para sinistros de Multiriscos Habitação e de Multiriscos Comércio

No caso de sinistros de Multiriscos Habitação e de Multiriscos Comércio é gerada uma provisão inicial no momento da abertura do sinistro, em função das coberturas e dos tipos de bens afetados. O valor destas provisões é ajustado quando o gestor de sinistro recebe informação mais detalhada sobre os danos indemnizáveis, nomeadamente através de relatórios de peritagem.

Adicionalmente, são calculadas provisões para os sinistros ocorridos e não participados (IBNR) recorrendo a abordagens atuariais que analisam as cadências de participação de sinistros e os custos esperados de sinistros ainda não participados.

Provisão para sinistros dos restantes ramos

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

Adicionalmente, são calculadas provisões para os sinistros ocorridos e não participados (IBNR) recorrendo a abordagens atuariais que analisam as cadências de participação de sinistros e os custos esperados de sinistros ainda não participados.

Análise de suficiência da provisão para sinistros

A análise à suficiência das provisões para os diversos ramos é avaliada/validada através da realização de estudos atuariais ao longo do ano.

As análises realizadas contemplam responsabilidades diretas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro, nomeadamente o FAT.

As estimativas efetuadas assentam, maioritariamente, em triângulos de pagamentos e custos com sinistros, que utilizam quer modelos determinísticos, quer modelos estocásticos.

e) Provisão matemática do ramo vida

Corresponde ao valor atuarial estimado dos compromissos da Companhia de seguros, incluindo as participações nos resultados já distribuídas e após dedução do valor atuarial dos prémios futuros, calculado para cada apólice de acordo com métodos atuariais e segundo as respetivas bases técnicas.

Relativamente aos contratos de seguro de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, esta rubrica inclui apenas as provisões técnicas adicionais que eventualmente sejam constituídas para cobrir riscos de mortalidade, gastos administrativos ou outros gastos (como, por exemplo, as prestações garantidas na data de vencimento ou os valores de resgate garantidos).

f) Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, a atribuir ou atribuída desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.

Provisão para participação nos resultados a atribuir

Esta provisão inclui os saldos com origem nas mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados que transitaram do anterior normativo contabilístico aplicável às empresas de seguros até 2007, as quais eram registadas no então denominado Fundo para Dotações Futuras. Reflete ainda o valor líquido das mais e menos-valias potenciais subsequentes (ajustamentos de justo valor) relativo aos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato, desde que os saldos por carteira não resultem negativos.

Esta provisão é constituída por contrapartida da rubrica “Participação nos resultados a atribuir”, da Demonstração de Resultados ou diretamente por contrapartida das reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas afetos aos seguros de vida com participação nos resultados, dependendo da classificação dos ativos.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde é integralmente utilizado.

A utilização da provisão para participação nos resultados a atribuir é efetuada por carteira, de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- Os saldos das mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados, transitados do anterior Fundo para Dotações Futuras, são utilizados em primeiro lugar para compensar os prejuízos originados em cada exercício nas contas técnicas dos respetivos produtos do ramo vida com participação nos resultados, que foram refletidos como perdas do Grupo, sendo reconhecidos nos seus resultados até ao limite das perdas que visam compensar. Este procedimento é utilizado pelo Grupo desde 2011;
- Os valores correspondentes à participação dos segurados nas menos-valias potenciais das carteiras afetas são refletidos nesta provisão até à concorrência do respetivo saldo positivo. Desta forma, os valores com origem no antigo Fundo para Dotações Futuras que continuem disponíveis após a utilização referida no ponto anterior são usados para compensação de menos-valias potenciais das respetivas carteiras;
- Caso o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir após os movimentos anteriores resulte positivo e existam perdas por recuperar, apuradas em exercícios anteriores nas contas técnicas dos respetivos produtos e que tenham sido reconhecidas nos resultados do Grupo pelo facto de os rendimentos das carteiras afetas não terem sido suficientes para fazer face aos encargos decorrentes das taxas técnicas garantidas, esse saldo positivo é reconhecido nos resultados do Grupo até à ocorrência das referidas perdas por recuperar. Este movimento pode ser revertido, também com impacto em resultados, quando o saldo originado pela movimentação das valias potenciais deixe de ser positivo.

Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos mas que já lhes foram atribuídos.

Para a generalidade dos produtos, esta provisão é calculada com base nos rendimentos dos ativos afetos, incluindo as mais e menos-valias realizadas e as perdas por imparidade registadas no período, e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores, nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

g) Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída relativamente a todos os seguros e operações do ramo vida em que exista uma garantia de taxa de juro, sempre que a taxa de rendibilidade efetiva das aplicações que se encontram a representar as provisões matemáticas de determinados contratos de seguro seja inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação das provisões matemáticas desses contratos.

h) Provisão para estabilização de carteira

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

i) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. Esta provisão é constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas, risco de fenómenos sísmicos e resseguro aceite — risco atómico, de acordo com o estabelecido pelas normas da ASF.

j) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respetivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pela ASF.

No ramo Automóvel, no exercício de 2021, consequência da pandemia COVID19, a provisão para riscos em curso considerou para o cálculo do rácio de sinistralidade, o montante de indemnizações obtido pela média dos rácios de sinistralidade dos anos 2017, 2018 e 2019. O rácio utilizado traduz a melhor expectativa para o período de risco futuro. O impacto quantitativo desta alteração está divulgado na Nota 22.

k) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor.

l) Responsabilidades para com subscritores de produtos *Unit-linked*

As responsabilidades associadas a contratos de investimento emitidos pelo Grupo em que o risco é suportado pelo tomador (produtos *Unit-linked*) são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos ativos que integram a carteira de investimentos afeta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão, e registadas na rubrica “Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”.

As carteiras de investimentos afetas a produtos *Unit-linked* são compostas por ativos financeiros, incluindo títulos de rendimento fixo, títulos de rendimento variável, instrumentos derivados e depósitos em instituições de crédito, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos-valias não realizadas reconhecidas na Demonstração de Resultados.

Para os seguros e operações de capitalização em unidades de participação com garantia de capital e rendimento no termo do contrato, as provisões são criadas pelo máximo entre o valor resultante do produto do valor da unidade de referência pelo número de unidades existente e o capital garantido e rendimento no termo do contrato descontado até à data de cálculo à taxa garantida.

m) Responsabilidades para com subscritores de outros contratos de investimento

As responsabilidades para com subscritores de outros produtos regulados, classificados como contratos de investimento de acordo com a IFRS 4, e que não incluem participação nos resultados com componente discricionária, são valorizadas de acordo com os requisitos da IFRS 9 e registadas na rubrica “Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”.

n) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o Grupo avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da Demonstração de Resultados, sendo o custo refletido na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

2.18. Rédito

Os réditos ou rendimentos são reconhecidos sempre que é provável que fluam benefícios económicos para o Grupo e que possam ser avaliados com fiabilidade.

(i) Comissões com instrumentos financeiros

As comissões relacionadas com instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na contratação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas na Demonstração de Resultados ao longo da operação, pelo método da taxa efetiva.

(ii) Prestação de serviços segmento hospitalar

Os réditos ou rendimentos são reconhecidos sempre que é provável que fluam benefícios económicos para o Grupo e que possam ser estimados com fiabilidade, sendo mensurados pelo justo valor das contraprestações recebidas ou a receber, líquidas de descontos concedidos e de impostos. O rédito associado com a transação é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação na data de relato.

No caso da atividade desenvolvida no âmbito da prestação de cuidados de saúde no segmento privado, o rédito é reconhecido com base na atividade produzida no período, devidamente valorizada pelas tabelas de preços definidas para cada ato da prestação, independentemente da sua efetiva faturação.

No caso da atividade exercida na prestação de cuidados de saúde no segmento público (em regime de PPP), o rédito é reconhecido pela valorização da atividade produzida, mensurado com base em tabela contratada com a entidade pública contratante. De acordo com o contrato, a faturação é feita mensalmente por um montante equivalente a 1/12 de 90% do valor anual acordado para cada ano, havendo uma fatura de acerto para o valor da produção efetiva, nos seis meses seguintes ao final de cada ano. A diferença entre os montantes faturados e a produção efetiva é registada em “Outras contas a pagar ou a receber”, de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

No âmbito da atividade desenvolvida pelas residências seniores os réditos são reconhecidos com base nos Direitos de Utilização Vitalícios (DUV's). Este reconhecimento é efetuado de acordo com as características de cada tipo de contrato:

- Nos DUV's sem direito a transmissão de titular, ou com direito a apenas uma transmissão, o valor do contrato é contabilizado, inicialmente, em Rendimentos Diferidos, sendo imputados os rendimentos a partir da entrada do sócio no clube, por um período que tem em consideração a idade do sócio (ou do transmissário, no caso de haver essa possibilidade) à data da entrada, tendo em consideração a esperança média de vida definida pelas tabelas GRF95;
- Nos DUV's com direito a transmissões ilimitadas, o valor do contrato é imediatamente reconhecido como proveito, sendo registado um acréscimo de custos por contrapartida de custos das vendas, correspondente à permutagem da unidade no custo total dos edifícios, o qual, posteriormente, é reconhecido em rendimentos em período idêntico ao período de depreciação dos ativos fixos tangíveis correspondentes.

(iii) Comissões por outros serviços prestados

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a compensação pela execução de atos únicos.

(iv) Venda de mercadorias

Os réditos decorrentes de vendas de mercadorias são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado. Os réditos são reconhecidos líquidos de impostos e descontos.

2.19. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Para efeitos da Demonstração de Fluxos de Caixa, a rubrica “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor e as disponibilidades em instituições de crédito, que não estejam associados a uma natureza de investimento.

2.20. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Fidelidade e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.4. e). No que respeita à definição do rating interno é utilizada uma metodologia de *scoring* baseada em indicadores financeiros que pretendem avaliar a capacidade de solvência dos compromissos financeiros do emitente.

A avaliação do rating interno consiste na análise de uma variedade de fatores quantitativos e qualitativos para avaliar a solvabilidade de uma empresa, incluindo sua vantagem competitiva, escala e diversificação, eficiência operacional e rentabilidade. Esses fatores são avaliados para determinar a probabilidade de uma empresa ser capaz de cumprir as suas obrigações financeiras. Os principais fatores considerados são os seguintes:

- Vantagem competitiva. O Grupo considera a posição estratégica e atratividade para os clientes de uma empresa. Isto inclui fatores como sua estratégia geral, a singularidade e qualidade dos seus produtos ou serviços, a sua quota de mercado e quaisquer barreiras à entrada que existam nessa indústria. Além disso, a vantagem tecnológica da empresa ou vulnerabilidade à substituição tecnológica também é considerada.
- Escala, alcance e diversificação. É analisada a concentração ou diversificação das atividades comerciais de uma empresa. Isso inclui fatores como diversificação de produtos e diversificação geográfica, que é conjugado com fatores quantitativos como a dimensão do mercado em que opera e as suas receitas.
- Eficiência operacional. O Grupo avalia a qualidade e flexibilidade da base de ativos de uma empresa e sua capacidade de gerir a sua base de custos. Isto inclui fatores como estrutura de custos, processos de fabricação e gestão de capital de trabalho.
- Rentabilidade. São conjugadas várias métricas quantitativas como projeções ou a volatilidade da rentabilidade ao longo do tempo.

Desta avaliação resulta uma avaliação concreta, um rating interno preliminar, o qual poderá ainda ser ajustado em ambos os sentidos com outros fatores qualitativos, tais como a constituição da equipa de gestão e a sua governança ou a influência de um acionista maioritário, de um grupo ou do Estado.

Em emissões que são *repack*, e na medida em que temos visibilidade dos ativos subjacentes, usamos o *rating* médio das emissões consideradas no veículo. Deste modo, a determinação da imparidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pela Companhia com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

O Grupo considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela IFRS 9.

Na Nota 43 é apresentada uma análise de sensibilidade ao cálculo das Perdas de Crédito Esperadas, com o respetivo impacto caso não se considerasse o rating interno, ou seja, caso se considerasse estas obrigações como “sem rating”.

Imparidade do *goodwill*

Conforme referido na Nota 2.3., o Grupo realiza com uma periodicidade mínima anual análises de imparidade do *goodwill* registado em balanço. Estas análises são realizadas com base em estimativas dos fluxos de caixa futuros a gerar por cada unidade em análise, descontados a taxas consideradas apropriadas.

As projeções efetuadas incorporam um conjunto alargado de pressupostos quanto à evolução da atividade futura das unidades em análise, os quais poderão ou não se verificar no futuro. No entanto, estes pressupostos refletem a melhor estimativa do Grupo na data do balanço.

Para determinar os fluxos de caixa futuros de cada entidade, quanto utilizado o método de fluxos de caixa descontados no âmbito do teste *Goodwill*, o cálculo é baseado no modelo de negócios aprovado pela gestão de cada entidade, para um período de 5 anos. Os fluxos de caixa são então descontados com uma taxa de desconto que reflete adequadamente o risco de cada negócio e do mercado em que a empresa opera, variando entre 6,3% e 18,1% para dezembro de 2022.

Para os períodos posteriores ao modelo de negócio, os fluxos de caixa baseiam-se numa perpetuidade que reflete as taxas de crescimento a longo prazo esperadas para cada entidade com base nas taxas de crescimento previstas de inflação, variando entre 1,5% e 3,5% para dezembro de 2022.

Abaixo encontram-se informações adicionais relativas a taxas de desconto e taxas de crescimento perpétuo por geografia:

Região	Setor	Taxa de desconto	Taxa de crescimento perpétuo
Europa	Seguros, Saúde e Gestão de Ativos	6,3% - 9,0%	1,5% - 2,0%
África	Seguros	14,6% - 18,1%	2,0%
América Latina	Seguros	13,0% - 13,5%	3,5%

A fim de avaliar a sensibilidade do montante recuperável aos principais pressupostos identificados foram efetuados testes de sensibilidade, principalmente à taxa de desconto e à taxa de crescimento perpétuo. Um aumento de 0,5 pontos percentuais na taxa de desconto e uma diminuição de 0,5 pontos percentuais na taxa de crescimento perpétuo não resulta numa potencial deterioração do *Goodwill*.

Valorização de Terrenos e Edifícios de Rendimento

Conforme referido na Nota 2.8, os Terrenos e Edifícios de Rendimento são avaliados a cada data de balanço, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Grupo estabeleceu como período de referência máximo 2 anos entre avaliações efetuadas por peritos avaliadores habilitados para o efeito.

As avaliações dos terrenos e edifícios de rendimento, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem. Nos casos de existência de contratos de arrendamento a determinação do presumível valor de transação tem em consideração o valor baseado no rendimento.

As técnicas de avaliação, normalmente, utilizadas são:

- Abordagem de mercado: consiste na avaliação do terreno ou edifício por comparação, ou seja, em função de transações e/ou propostas efetivas de aquisição em relação a terrenos ou edifícios que possuam idênticas características físicas e funcionais, e cuja localização se insira numa mesma área do mercado imobiliário;
- Abordagem do Custo: consiste na aplicação do princípio de que um comprador não pagará mais por um ativo do que o custo para obter outro de igual utilidade, seja por compra ou por construção, a menos que tempo indevido, inconveniência, risco ou outros fatores estejam envolvidos. Esta abordagem fornece uma indicação de valor, calculando a substituição atual ou o custo de reprodução do ativo, fazendo deduções para deterioração e todas as outras formas relevantes de obsolescência;

- c. Abordagem do Rendimento: considera a informação relativa ao rendimento e às despesas operacionais do imóvel em avaliação, determinando o valor através de um processo de capitalização. Neste método, tendo em conta o princípio da substituição do bem, assume-se que a uma dada taxa de retorno exigida pelo mercado, o fluxo de receitas gerado pelo imóvel conduzirá à obtenção do seu valor mais provável. Desta forma, a estimativa do valor do imóvel resulta da conversão do rendimento gerado pelo mesmo (usualmente a receita líquida) através da aplicação de uma dada taxa de capitalização ou taxa de atualização, ou mesmo as duas, as quais refletem uma medida do retorno esperada sobre o investimento.

Os principais inputs e técnicas de avaliação utilizados nos principais projetos/ativos do portfolio imobiliário podem ser resumidos da seguinte forma:

Portugal

2022

Ativo	Geografia	Método de avaliação	Principais pressupostos ⁽¹⁾	Valores considerados
Entrecampos	Portugal	Método do Rendimento	Taxa de capitalização Taxa de desconto Valor estimado de renda Valor estimado de venda Custo de construção	Taxa de capitalização: 5,0%-7,5% Taxa de desconto: 5,0%-6,5% Valor estimado de renda (armazéns): EUR 12/m2/mês Valor estimado de renda (serviços): EUR 22/m2/mês Valor estimado de renda (comércio): EUR 16-21/m2/mês Valor estimado de renda (garagens): EUR 150-270/lugar/mês Valor estimado de venda (habitação): EUR 6.500/m2 (habitação) Custo de construção (armazéns): EUR 550/m2 Custo de construção (serviços): EUR 1.200/m2 Custo de construção (comércio): EUR 650-750/m2 Custo de construção (garagens): EUR 400-500/m2 Custo de construção (habitação): EUR 1.500/m2
Nova Sede	Portugal	Método do Rendimento	Taxa de capitalização Taxa de desconto Valor estimado de renda Custo de construção	Taxa de capitalização: 5,0%-7,0% Taxa de desconto: 6,0% Valor estimado de renda (serviços): EUR 22/m2/mês Valor estimado de renda (garagens): EUR 150-270/lugar/mês Custo de construção (serviços): EUR 1.200-1.500/m2 Custo de construção (garagens): EUR 450-500/m2
VDA Extension	Portugal	Método do Rendimento	Taxa de capitalização Taxa de desconto Valor estimado de renda Custo de construção	Taxa de capitalização: 5,0%-5,75% Taxa de desconto: 4,75% Valor estimado de renda (serviços): EUR 21,3/m2/mês Valor estimado de renda (comércio): EUR 24,5/m2/mês Custo de construção (serviços): EUR 700/m2 Custo de construção (comércio): EUR 400/m2

2021

Ativo	Geografia	Método de avaliação	Principais pressupostos ⁽¹⁾	Valores considerados
Entrecampos	Portugal	Método do Valor Residual - Fluxos de Caixa Descontados	Taxa de capitalização Taxa de desconto Valor estimado de renda Custo de construção	Taxa de capitalização: 5,0% Taxa de desconto: 12,35% Valor estimado de renda: EUR 16-19,5/m2/mês Custo de construção: EUR 1.250/m2 de Área Bruta de Construção
Nova Sede	Portugal	Método do Valor Residual - Fluxos de Caixa Descontados	Taxa de capitalização Taxa de desconto Valor estimado de renda Custo de construção	Taxa de capitalização: 5,25% Taxa de desconto: 12,35% Valor estimado de renda: EUR 16 /m2/mês Custo de construção: EUR 1.250/m2 de Área Bruta de Construção
VDA Extension	Portugal	Método Comparativo de Mercado (Edifício) Método do Rendimento (Área arrendada)	Valor de mercado/m2 Taxa de capitalização Taxa de desconto Valor estimado de renda (retalho)	Valor de mercado/m2: - Escritórios: EUR 3.000 - Residencial: EUR 2.900 Taxa de capitalização: 6,0% Taxa de desconto: 7,5% Valor estimado de renda (retalho): EUR 27,5/m2

Europa

2022

Ativo	Geografia	Método de avaliação	Principais pressupostos ⁽¹⁾	Valores considerados
Smithson Plaza	Reino Unido	Método do Rendimento	Taxa de desconto Taxa de capitalização Valor estimado de renda	Taxa de desconto: 4,70% Taxa de capitalização: 4,99% Valor estimado de renda : GBP 46,52-200/sq.ft/mês
Medelan ⁽²⁾	Itália	Método do Rendimento	Taxa de desconto Taxa de capitalização Valor estimado de renda	Taxa de desconto: 10,75% Taxa de capitalização: 4,10% Valor estimado de renda (escritório): EUR 626/m2/mês Valor de estimado de renda (retalho): EUR 1.091/m2/mês
Pegasus Park	Bélgica	Método do Rendimento	Taxa de capitalização Valor estimado de renda Valor estimado do terreno	Taxa de capitalização: 7,25%-11,00% Valor estimado de renda (escritório): EUR 110-125/m2/ano Valor estimado de renda (arquivo): EUR 55-62,5/m2/ano Valor estimado de renda (estacionamento interior): EUR 1.150-1.250/unidade/ano Valor estimado de renda (estacionamento exterior): EUR 850-950/unidade/ano Valor estimativo do terreno: EUR 150/m2
BC140	Hungria	Método do Rendimento	Taxa de desconto Taxa de capitalização Valor estimado de renda	Taxa de desconto: 7,75%-9,25% Taxa de capitalização: 7,75%-9,25% Valor estimado de renda (escritórios): EUR 12-13 /m2/mês Valor estimado de renda (retalho): EUR 3,3-13,5 /m2/mês Valor estimado de renda (arquivo): EUR 8 /m2/mês Valor estimado de renda (Estacionamentos): EUR 95 /unidade/mês
Moretown	Reino Unido	Método do Rendimento	Taxa de desconto Taxa de capitalização Valor estimado de renda	Taxa de desconto: 6,12% Taxa de capitalização: 6,56% Valor Estimado de Renda: GBP 45-55/sq.ft./mês

2021

Ativo	Geografia	Método de avaliação	Principais pressupostos ⁽¹⁾	Valores considerados
Smithson Plaza	Reino Unido	Método do Rendimento	Reversionary Yield Equivalent Yield Renda média/sq.ft./ano	Reversionary Yield: 5,1% Equivalent Yield: 4,7% Renda média:/sq.ft./ano GBP 113,96
Medelan	Itália	Método do Rendimento	Taxa de desconto Taxa de capitalização Valor estimado de renda Custo de construção	Taxa de desconto: 7,50% Taxa de capitalização: 4,50% Valor estimado de renda (escritórios): EUR 522/m2 Valor de estimado de renda (retalho): EUR 1.047/m2; Custo de construção: EUR 1.898/m2 de Área Bruta de Construção
Pegasus Park	Bélgica	Método do Rendimento	Taxa de capitalização Taxa de desconto Valor estimado de renda	Taxa de capitalização: 6,75% Taxa de desconto: 8,75% Valor estimado de renda: EUR 135-140 /m2
BC140	Hungria	Método do Rendimento	Taxa de capitalização Valor Estimado de Renda	Taxa de capitalização: 7,75-8,75% Valor estimado de renda (escritórios): EUR 12-13,5 /m2/mês Valor estimado de renda (retalho): EUR 13,5/m2/mês Valor estimado de renda (arquivo): EUR 8 /m2/mês Valor estimado de renda (estacionamentos): EUR 95 /unidade/mês
Moretown	Reino Unido	Método do Rendimento	Taxa de desconto Taxa de capitalização Valor estimado de renda	Taxa de desconto: 5,79% Taxa de capitalização: 6,29% Valor estimado de renda (média): GBP 42,3/sq.ft./ano

Resto do mundo

2022

Ativo	Geografia	Método de avaliação	Principais pressupostos ⁽¹⁾	Valores considerados
Logistics Portfolio	Japão	Método do Rendimento	Taxa de capitalização Taxa de desconto Valor estimado de renda	Taxa de desconto: 3,40%-4,50% Taxa de capitalização: 3,80%-4,90% Valor estimado de renda (logística): JPY 2.600-7.470/tsubo/mês
Rendina	Estados Unidos da América	Método Comparativo e Método do Rendimento	Taxa Interna de Rentabilidade Taxa de capitalização Valor estimado de renda	Taxa Interna de Rentabilidade: 6,75%-9,00% Taxa de capitalização: 6,25%-8,25% Valor Estimado de Renda: USD 14.0-35.0/sqft/mês

⁽¹⁾ Terminologia homogeneizada para efeitos de divulgação nas demonstrações financeiras;

⁽²⁾ Avaliação de junho 2022.

2021

Ativo	Geografia	Método de avaliação	Principais pressupostos ⁽¹⁾	Valores considerados
Logistics Portfolio	Japão	Método do Rendimento	Taxa de capitalização Taxa de desconto Valor estimado de renda	Taxa de capitalização: 4,6% Taxa de desconto: 4,2% Valor estimado de renda (médio): JPY 4.676 /tsubo/mês

O Grupo considera que as valorizações obtidas com base nestas metodologias correspondem à melhor estimativa do justo valor destes ativos na data do balanço.

As análises de sensibilidade foram efetuadas considerando variações razoáveis dos principais pressupostos observados acima, assumindo todas as outras variáveis constantes, identificando o impacto no justo valor dos imóveis. As variações assumidas nesta análise de sensibilidade têm também em conta a conjuntura económica atual.

Em 31 de dezembro de 2022, a análise de sensibilidade quantitativa dos principais imóveis de rendimento é apresentada abaixo:

	Avaliação	Aumento do ERV ⁽¹⁾ 10%	Aumento de renda por ano 1 pp	Aumento da taxa de vagas de longa duração 1 pp	Aumento da taxa de desconto 0,25 pp	Aumento do custo de construção €100/m2	Aumento do período de construção 6 meses
Moretown (GBP)	305.675.000	341.972.769	n.a.	n.a.	289.411.736	n.a.	n.a.
BC140* (EUR)	23.700.000	26.200.000	n.a.	n.a.	22.800.000	n.a.	n.a.
Rendina (USD)	118.600.000	n.a.	n.a.	n.a.	116.336.952	n.a.	n.a.
Logistics (JPY)	14.664.000.000	16.082.000.000	16.013.000.000	14.527.000.000	13.831.000.000	n.a.	n.a.
Pegasus (EUR)	126.320.000	136.350.000	n.a.	n.a.	123.010.000	n.a.	n.a.
Smithson Plaza (GBP)	152.809.513	167.324.460	n.a.	n.a.	144.428.072	n.a.	n.a.
Medelan (EUR)	574.220.000	Não disponível	Não disponível	Não disponível	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Entrecampos - Parcela A (EUR)	106.278.600	123.589.100	105.976.600	105.312.900	103.878.300	99.749.000	104.917.200
Entrecampos - Parcela B1 (EUR)	112.448.400	130.560.100	112.084.500	111.446.900	109.959.300	105.597.700	107.309.200
Entrecampos - Parcela B2 (EUR)	84.916.700	87.828.900	84.871.000	84.643.800	83.561.200	79.462.400	83.826.300
Entrecampos - Parcela B3 (EUR)	6.273.400	6.686.700	6.636.300	6.507.100	6.145.000	5.221.300	6.178.900
Nova Sede - Parcela C (EUR)	59.955.100	71.783.100	59.762.500	59.285.000	58.289.900	54.946.200	59.519.700
VDA Largo Conde Barão (EUR)	6.288.000	7.027.000	n.a.	n.a.	6.258.000	6.085.000	6.079.000

* avaliações em euros

(1) *Estimated Rental Value*: A renda atual pela qual se pode razoavelmente esperar arrendar espaço numa propriedade dadas as condições de mercado atuais (fonte: INREV).

Conforme previsto pela IFRS 13, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios do Grupo encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelas empresas do Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. e das empresas do Grupo sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais. Na Nota 19 é divulgado detalhe adicional sobre ativos e passivos por impostos.

Provisões e passivos contingentes

Conforme referido na Nota 2.15, procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

A decisão quanto ao reconhecimento de provisões e respetiva mensuração tem em conta a avaliação realizada pelo Grupo quanto aos riscos e incertezas associados aos processos em curso e expectativa de concretização do dispêndio de recursos, tendo por referência a melhor informação que se encontre disponível à data de encerramento das demonstrações financeiras.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.16, as responsabilidades do Grupo por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos e taxa de desconto, entre outros, detalhados na Nota 36. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Grupo e dos seus atuários quanto ao comportamento futuro das respetivas variáveis.

Determinação dos passivos por contratos de seguros e de resseguros

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros e resseguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.17. O cálculo da provisão para sinistros reflete uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros e de resseguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas. Na Nota 50 é divulgada informação adicional sobre pressupostos na avaliação dos riscos e análises de sensibilidade.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros e de resseguros refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

2.21. Eventos subsequentes

Eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre as condições existentes à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

Eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições existentes após a data do balanço, são divulgados nas notas às contas, se forem considerados materiais.

2.22. Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

2.22.1. Normas Adotadas (Novas ou Revistas)

No decorrer do exercício de 2022 o Grupo adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022. As alterações com relevância para o Grupo foram as seguintes:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 3 - Concentrações de Atividades Empresariais (Emenda)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022
IFRS 3 - Concentrações de Atividades Empresariais: Referências à Estrutura Conceptual (Emenda)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (Melhorias anuais das normas IFRS ciclo 2018-2020)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022
IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis (Emenda)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022
IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis: Valores recebidos antes do uso pretendido (Emenda)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022
IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Emenda)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022
IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: Contratos onerosos - custos de cumprir com um contrato (Emenda)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022

2.22.2. Normas, Interpretações, Emendas e Revisões que Irão Entrar em Vigor em Exercícios Futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 17 - Contratos de Seguros	18-05-2017	2021/2036	01-01-2023
IFRS 17 - Contratos de Seguros (Emenda)	25-06-2020	2021/2036	01-01-2023
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contabilísticas (Emenda)	12-02-2021	2022/357	01-01-2023
IAS 8 - Políticas contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de estimativas contabilísticas (Emenda)	12-02-2021	2022/357	01-01-2023
IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento: Impostos Diferidos relacionados com os Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação (Emenda)	07-05-2021	2022/1392	01-01-2023
IFRS 17 - Contratos de Seguros: Apresentação Inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa (Emenda)	09-12-2021	2022/1491	01-01-2023

A Norma Internacional de Relato Financeiro 17

O Grupo apresenta as principais políticas contabilísticas a aplicar nas demonstrações financeiras do Grupo a partir da entrada em vigor da IFRS 17. Esta norma trata da classificação, do reconhecimento, da mensuração, da apresentação e da divulgação das responsabilidades com contratos de seguro e resseguro, vindo substituir a IFRS 4. A IFRS 17 resulta em alterações significativas ao nível da apresentação das demonstrações financeiras das empresas de seguros, com impactos relevantes nos dados, nos sistemas e nos processos utilizados para a preparação do reporte financeiro. Entra em vigor a 1 de janeiro de 2023, com data de transição a 1 de janeiro de 2022.

À presente data, não é possível determinar com razoabilidade o impacto esperado da aplicação da IFRS 17 nas demonstrações financeiras do Grupo.

a) Modelos de mensuração

A norma permite a utilização de três métodos de mensuração diferentes (GMM – Modelo geral de mensuração; PAA – Abordagem de imputação dos prémios e VFA – Abordagem da comissão variável), dependendo das características do contrato de seguro. A análise da elegibilidade dos contratos de seguro para cada modelo de mensuração foi realizada à data de transição.

Por tipologia de produtos, os modelos adotados para a mensuração de contratos de seguro e resseguro do Grupo são:

Segmento	Tipo de produto	Modelo de mensuração
Ramo Vida	Rendas	GMM
	Capitalização	
	Risco ⁽¹⁾	
	Risco ⁽²⁾	PAA
	Resseguro	VFA
Unit-Linked com risco ⁽³⁾		
Ramo Não-Vida	Resseguro	PAA
	Seguro Direto	

⁽¹⁾ Com limite contratual superior a um ano;

⁽²⁾ Com limite contratual inferior ou igual a um ano;

⁽³⁾ Aplicável apenas a Entidades internacionais do Grupo Fidelidade.

b) Taxa de desconto

De forma a ajustar as estimativas de fluxos de caixa futuros para refletir o valor temporal do dinheiro e os riscos financeiros associados, o Grupo optou por aplicar três metodologias com base nas características dos fluxos de caixa de acordo com as orientações previstas na Norma.

Dado que a IFRS 17 não é prescritiva em relação ao método de determinação das taxas de desconto, estabelecendo no entanto, um conjunto de princípios gerais a considerar, o Grupo adotou as seguintes abordagens: (i) *bottom-up approach* (abordagem ascendente) ou *top-down approach* (abordagem descendente) para os grupos de contratos cujos fluxos de caixa não variam com base nos instrumentos financeiros subjacentes; (ii) abordagem estocástica para os grupos de contratos cujos fluxos de caixa variam parcialmente com base nos instrumentos financeiros subjacentes; (iii) com base no retorno da carteira de ativos para os grupos de contratos cujos fluxos de caixa variam totalmente com base nos instrumentos financeiros subjacentes.

Por tipologia de produtos, as abordagens para determinação das taxas de desconto aplicadas são:

Segmento	Tipo de produto	Abordagem
Ramo Vida	Rendas	Top-down
	Risco	Bottom-up
	Capitalização com taxa garantida	Abordagem estocástica
	Unit-Linked com risco	
Ramo Não-Vida	Resseguro	Bottom-up
	Seguro Direto	
	Acidentes de Trabalho	Top-down

A curva de desconto através da abordagem *top-down* no Grupo obtém-se da yield de uma carteira de referência – composta por obrigações de empresas – com fluxos de caixa semelhantes aos do respetivo portfólio de contratos de seguro, deduzida dos riscos que os contratos de seguro não estão expostos. Dado que as carteiras de referência usadas pelo Grupo são compostas apenas por obrigações de empresas, apenas se tem de quantificar e excluir o risco de crédito. O risco de crédito é quantificado através de *Credit Default Swap* (CDS) constituintes das carteiras de referência.

A curva de desconto através da abordagem *bottom-up* obtém-se da soma entre uma curva de desconto sem risco e uma curva que quantifique o prémio de iliquidez. A IFRS 17 não indica quaisquer restrições acerca da curva sem risco a utilizar, tendo o Grupo optado por utilizar as metodologias de apuramento da curva de desconto sem risco da EIOPA, assegurando deste modo uma convergência com os critérios de Solvência. Relativamente ao cálculo do prémio de iliquidez, este é obtido sempre que exista informação de mercado com base em obrigações hipotecárias, e aplicando um ajuste de iliquidez com base no nível de iliquidez expectável dos contratos de seguro, que se considera atualmente de 50%.

A curva de desconto tendo em conta o retorno dos ativos obtém-se através do retorno expectável de cada carteira de ativos subjacente a cada grupo de contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, com base nas projeções por tipologia de ativo.

A abordagem estocástica tem em consideração o retorno dos ativos subjacentes e a taxa garantida de cada um dos produtos, para os quais são criados diferentes cenários de evolução futura em que se estima qual a probabilidade do retorno dos ativos ser superior à taxa garantida. A curva de desconto final é uma média ponderada entre o retorno dos ativos e a curva de desconto *bottom-up*.

Para os pontos das curvas de desconto para as quais não existe informação de mercado que seja considerada como adequada pelos critérios de Solvência é utilizado o critério de extrapolação prevista pelos referidos critérios.

As curvas de desconto são determinadas com observações anuais para as quais é aplicada o método de capitalização contínuo para efetuar o desconto de fluxos de caixa estimados para os contratos de seguro.

c) Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro

O ajustamento pelo risco para o risco não financeiro deve refletir o risco não financeiro resultante dos contratos de seguro, nomeadamente a incerteza acerca da quantia e da tempestividade dos fluxos de caixa

O ajustamento pelo risco para o risco não financeiro do ramo Vida é calculado através da metodologia do Custo de Capital (CoC).

O ajustamento pelo risco para o risco não financeiro dos ramos Não-Vida consiste na aplicação do *value at risk* (VaR).

Para o ramo de Acidentes de Trabalho, dado que existem simultaneamente fluxos de caixa modelizados com técnicas do ramo Vida e com técnicas dos ramos Não-Vida, o ajustamento pelo risco para o risco não financeiro será calculado como descrito acima, respetivamente CoC e VaR.

As alterações do ajustamento pelo risco para o risco não financeiro são apresentadas, na sua totalidade, nos resultados dos serviços de seguro.

d) Margem de serviços contratuais

A margem de serviços contratuais (*Contract Service Margin* (CSM)) representa o lucro futuro esperado dos grupos de contratos de seguro, que será reconhecido como rendimento durante o período de cobertura dos contratos, de acordo com um padrão de transferência consistente com o nível de serviço prestado em cada período de reporte.

Abaixo é apresentado um quadro resumo dos padrões de libertação da CSM, aplicáveis à carteira do Grupo por tipologia de produtos:

Segmento	Tipo de produto	Padrão de libertação da CSM
Ramo Vida	Rendas	Montante total de rendas que se espera que sejam pagas no futuro
	Risco	Máximo entre as provisões matemáticas previstas e o montante segurado por apólice, em cada data futura
	Capitalização	Máximo entre as provisões matemáticas previstas e o montante segurado por apólice, em cada data futura
Ramo Não-Vida	Todos	Não aplicável (modelo de mensuração é o PAA)

No caso dos grupos de contratos de seguro mensurados pelo PAA, o rendimento do período corresponde ao montante das receitas de prémios esperados imputadas ao período, com base na passagem do tempo.

e) Abordagens de transição

A IFRS 17 permite a utilização de três abordagens de transição diferentes – método retrospectivo total (FRA – *Full Retrospective Approach*), método retrospectivo modificado (MRA – *Modified Retrospective Approach*) e método do justo valor (FVA – *Fair Value Approach*), dependendo da disponibilidade e recuperação de informação histórica.

O Grupo optou por aplicar o método retrospectivo nas situações em que é possível recuperar toda a informação histórica, nomeadamente os produtos mensurados por PAA. Para os restantes produtos, considerando a impraticabilidade de recuperação de informação histórica, foi aplicado o método do justo valor. A transição foi calculada com referência a 31 de dezembro de 2021.

f) Seleção da política contabilística para rendimentos e gastos financeiros de seguros

O Grupo optou por desagregar os rendimentos e gastos financeiros de seguro do período entre a Demonstração de Resultados e Outro Rendimento Integral, incluindo em Outro Rendimento Integral as diferenças dos fluxos de caixa atualizados com as curvas de desconto correntes à data de referência e as curvas de desconto determinadas à data do reconhecimento inicial de cada grupo de contratos, para os grupos de contratos de seguro sem características de participação direta, onde as alterações nos pressupostos relativos aos riscos financeiros não têm um efeito substancial nos montantes pagos aos tomadores de seguros.

g) Isenção de cohort anual

O Regulamento n.º 2021/2036, publicado a 23 de novembro de 2021, que adota a IFRS 17 para a União Europeia prevê a isenção opcional da aplicação do requisito dos *cohorts* anuais para produtos mutualizados numa base intergeracional e com compensação dos fluxos de caixa. O Grupo optou por não aderir a esta isenção.

Nível mínimo mundial de tributação para grupos multinacionais e grandes grupos nacionais

Em 12 de Dezembro de 2022, a UE publicou uma Diretiva sobre a garantia de um nível mínimo mundial de tributação para grupos multinacionais e grandes grupos nacionais na União, ao abrigo do Pilar 2 do BEPS 2.0 (*Base Erosion and Profit Shifting*), que prevê uma taxa mínima efetiva de 15% para grupos multinacionais com receitas superiores a 750 milhões de euros, com o objetivo principal de cada filial pagar a sua quota-parte de impostos, impedindo a concorrência nas taxas de imposto sobre as sociedades.

Para este efeito, estão previstos dois mecanismos:

- Regra de inclusão de rendimentos (*Income Inclusion Rule*, doravante “IIR”): para as jurisdições em que o grupo não atinge a taxa mínima efetiva de 15%, este diferencial de imposto devido será exigido ao nível de qualquer entidade situada nas jurisdições com défice fiscal;
- Regra dos lucros insuficientemente tributados (*Undertaxed Profit Rule*, doravante “UTPR”): se não existirem entidades do grupo às quais o diferencial de imposto possa ser cobrado, este será devido pelas outras entidades do grupo, com base no número de empregados e no valor dos seus ativos tangíveis.

A Diretiva deve ser transposta pelos Estados Membros para o seu direito interno até 31 de Dezembro de 2023, sendo a regra do IIR aplicável aos períodos de tributação com início em ou após 1 de Janeiro de 2024 e a regra do UTPR aplicável aos anos fiscais com início em ou após 1 de Janeiro de 2025.

Tendo em conta o acima exposto, considerando o volume de negócios do Grupo Fosun e a transposição da diretiva para o direito interno português (que deverá ocorrer até ao final do exercício de 2023), globalmente, durante 2023, o Grupo irá quantificar e qualificar, os impactos deste novo normativo global de tributação mínima.

2.22.3. Normas, Interpretações, Emendas e Revisões Ainda Não Adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras: classificação de passivos correntes e não correntes (Emenda)	23-01-2020	01-01-2024
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras: classificação de passivos correntes e não correntes - Diferimento da data de efetivação (Emenda)	15-07-2020	01-01-2024
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras: Passivos Não-correntes com <i>Covenants</i> (Emenda)	31-10-2022	01-01-2024
IFRS 16 - Locações: Passivo de Locação numa operação de venda com acordo de recompra (Emenda)	31-10-2022	01-01-2024

Estas normas não foram ainda adotadas (*endorsed*) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não sendo possível a esta data apurar o impacto da sua adoção nas demonstrações financeiras.

3. Empresas do Grupo e Transações Ocorridas no Exercício

A estrutura do Grupo ao nível das empresas filiais, por setores de atividade, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, pode ser resumida da seguinte forma:

Setor de atividade/Entidade	País	% Participação efetiva	
		2022	2021
Segurador			
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal	85,00%	85,00%
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	Portugal	85,00%	85,00%
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	Portugal	85,00%	85,00%
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal	85,00%	85,00%
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	Portugal	85,00%	85,00%
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A.	Angola	59,52%	59,52%
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	Cabo Verde	47,51%	47,51%
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	Macau	85,00%	85,00%
Fidelidade Macau Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Macau	85,00%	85,00%
La Positiva Seguros Y Reaseguros S.A.A.	Perú	79,84%	77,77%
La Positiva Vida Seguros Y Reaseguros S.A.	Perú	47,58%	46,48%
Alianza Vida Seguros y Reaseguros S.A.	Bolívia	40,06%	39,56%
Alianza Compañía de Seguros y Reaseguros E.M.A. S.A.	Bolívia	47,60%	47,11%
Alianza Garantía Seguros Y Reaseguros S.A.	Paraguai	24,15%	23,79%
La Positiva S.A. Entidad Prestadora de Salud	Perú	58,23%	56,81%
Fid Chile Seguros Generales S.A.	Chile	84,38%	84,38%
Fidelidade Moçambique – Companhia de Seguros, S.A.	Moçambique	59,50%	59,50%
Liechtenstein Life Assurance AG	Liechtenstein	59,50%	0,00%
Imobiliário			
Fidelidade - Property Europe, S.A.	Portugal	85,00%	85,00%
Fidelidade - Property International, S.A.	Portugal	85,00%	85,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Aberto IMOFID	Portugal	42,27%	41,13%
FPI (UK) 1 LIMITED	Reino Unido	85,00%	85,00%
FPE (IT) Società per Azioni	Itália	81,39%	81,39%
FPE (Lux) Holding S.à r.l.	Luxemburgo	85,00%	85,00%
Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l.	Luxemburgo	84,40%	84,40%
Thomas More Square (Lux) S.à r.l.	Luxemburgo	84,74%	84,74%
Fundo Broggi	Itália	81,39%	81,39%
Broggi Retail S.R.L.	Itália	81,39%	81,39%
Fidelidade - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.	Portugal	85,00%	85,00%
FPE (BE) Holding S.A.	Bélgica	85,00%	85,00%
FPE (PT), S.A.	Portugal	85,00%	85,00%
IBERFID – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	85,00%	85,00%
FPE (HU) Kft.	Hungria	85,00%	85,00%
FPE (UK) 1 LIMITED	Reino Unido	85,00%	85,00%
FPE (Lux) 1	Luxemburgo	85,00%	85,00%
FPE (PT), SGPS, S.A.	Portugal	85,00%	85,00%
FPE (PT) OFFICE A, S.A.	Portugal	85,00%	85,00%
FPE (PT) 2 OFFICE B, S.A.	Portugal	85,00%	85,00%
FPE (PT) 3 RESIDENTIAL, S.A.	Portugal	85,00%	85,00%
FPE (PT) 4 RET, S.A.	Portugal	85,00%	85,00%
FPE (PT) 5 PARK, S.A.	Portugal	85,00%	85,00%
GK Lisbon	Japão	85,00%	85,00%
TMK Lisbon	Japão	82,45%	82,45%
EA One Holding, Inc.	EUA	48,45%	0,00%
Saúde			
Luz Saúde, S.A.	Portugal	84,88%	43,22%
Clínica Fisiátrica das Antas, Unipessoal, Lda.	Portugal	85,00%	85,00%
Multi Health, S.A.	Portugal	85,00%	0,00%

Setor de atividade/Entidade	País	% Participação efetiva	
		2022	2021
Outros setores			
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	Portugal	85,00%	85,00%
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	Portugal	85,00%	85,00%
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	Portugal	85,00%	85,00%
Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	Portugal	85,00%	85,00%
Cares - Assistência e Reparações, S.A.	Portugal	85,00%	85,00%
FCM Beteiligungs GmbH	Alemanha	0,00%	85,00%
FID III (HK) LIMITED	Hong Kong	85,00%	85,00%
Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda.	Moçambique	0,00%	85,00%
GEP Moçambique – Gestão de Peritagens, Limitada	Moçambique	85,00%	85,00%
FID Loans 1 (Ireland) Limited	Irlanda	85,00%	85,00%
Universal - Assistência e Serviços, Lda.	Angola	47,62%	47,62%
FID LatAm SGPS, S.A.	Portugal	85,00%	85,00%
GEP Cabo Verde Gestão de Peritagens, Lda.	Cabo Verde	75,62%	75,62%
FID Perú, S.A.	Perú	85,00%	85,00%
FID Chile, SpA.	Chile	85,00%	85,00%
FID Chile & MT JV SpA	Chile	84,38%	84,38%
Alianza SAFI, S.A.	Bolívia	22,69%	22,44%
Full Assistance S.R.L.	Bolívia	44,58%	44,09%
Worldwide Security Corporation S.A.	Bolívia	45,23%	43,47%
FID I&D, S.A.	Portugal	85,00%	85,00%
Tenax Capital Limited	Reino Unido	68,00%	63,75%
Cetra - Car Remarketing, S.A.	Portugal	43,35%	43,35%
the prosperity company AG	Liechtenstein	59,50%	0,00%
prosperity brokershome AG	Liechtenstein	59,50%	0,00%
prosperity solutions AG	Liechtenstein	59,50%	0,00%
prosperity solutions GmbH	Alemanha	59,50%	0,00%
prosperity cashtech AG	Liechtenstein	59,50%	0,00%
prosperity funds SICAV	Liechtenstein	59,50%	0,00%
prosperity brokershome GmbH	Alemanha	59,50%	0,00%
Fid Real Assets, SGPS, S.A.	Portugal	85,00%	0,00%
Fid Real Assets Spain, S.L.	Espanha	85,00%	0,00%

Os principais movimentos nas empresas filiais do Grupo durante o exercício de 2022, foram os seguintes:

Em 6 de janeiro de 2022 foi liquidada a empresa Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda.

Em 27 de janeiro de 2022 o Grupo adquiriu 70.000 ações da sociedade the prosperity company AG, no valor pelo valor de 27.513.859 Euros, passando a deter uma participação de 59,50% no Grupo TPC, o qual é constituído pelas empresas: Liechtenstein Life Assurance AG; prosperity brokershome AG; prosperity solutions AG; prosperity solutions GmbH; prosperity cashtech AG; prosperity funds SICAV; prosperity brokershome GmbH.

Em março o Grupo adquiriu mais 12,84% da sociedade EA One Holding, Inc. pelo valor de 5.691.792 Euros, passando a deter uma participação efetiva de 48,45% no capital social de empresa (Nota 5). Esta transação não classifica como uma Concentração de Atividades Empresariais como definido na IFRS 3, pelo que foi registada como *Asset Acquisition*. Como tal, a diferença entre o valor dos ativos líquidos adquiridos, que ascendiam a 6.383.346 Euros à data de aquisição, e o valor de aquisição foi registada na rubrica de “Imóveis de Rendimento”.

Em março de 2022 foi realizado pelo Grupo um aumento de capital social da empresa Worldwide Security Corporation S.A., passando a deter uma participação de 45,23%.

Em 7 de abril de 2022, foi constituída a sociedade Multi Health, S.A., com um capital social de 50.000 Euros, detida a 85% pelo Grupo.

Em 1 de junho de 2022 foi constituída a sociedade Fid Real Assets, SGPS, S.A., com um capital social de 50.000 Euros, detida a 85% pelo Grupo.

Em 30 de setembro de 2022 a Fidelidade adquiriu à Fosun International Limited (“FIL”) 46.815.704 ações da Luz Saúde, S.A., representativas de 49% do seu capital social, pelo montante de 280.000.000,00 Euros, passando a deter uma participação efetiva de 84,88%. O pagamento deste valor foi feito por compensação parcial face ao montante de 278.910.000 Euros a título de capital e juros vencidos, devidos pela FIL à Fidelidade ao abrigo da Xingtao Bond que assim se extinguiu, sendo o restante pago em dinheiro.

Em agosto de 2022 foi constituída a sociedade prosperity brokershome GmbH, com um capital social de 48.197 Euros, detida a 59,50% pelo Grupo.

Em 2 de agosto de 2022 foi constituída a sociedade Fid Real Assets Spain, S.L., com um capital social de 10.000 Euros, detida a 85% pelo Grupo.

Em outubro de 2022 o Grupo adquiriu 15.000 ações da sociedade Tenax Capital Limited, pelo valor 402.439 Euros, passando a deter uma participação de 68%.

Em outubro de 2022 ocorreu a Oferta Pública de Aquisição (OPA) que culminou na aquisição de 42,93% da La Positiva Seguros Y Reaseguros S.A por parte da FID Perú S.A. no montante 103.123.066 Euros. Dada esta operação, foi anulado o montante da *put option* que se encontrava contabilizado na rubrica de “Passivo financeiro da *put option*” passando a apresentar um saldo nulo a 31 de dezembro de 2022, conforme Nota 24. Esta aquisição resultou num aumento da participação efetiva de 2,06%.

Em dezembro de 2022 foi liquidada a empresa FCM Beteiligungs GmbH.

Em 30 de dezembro de 2022 a designação do FSG Saúde – Fundo de Investimento de Imobiliário Fechado alterou para IBERFID – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado.

4. Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Caixa		
Sede	1.863.203	1.910.845
Delegações	-	91.857
	<u>1.863.203</u>	<u>2.002.702</u>
Depósitos à ordem		
Em moeda nacional	484.214.887	613.022.548
Em moeda estrangeira	151.693.232	336.952.257
	<u>635.908.119</u>	<u>949.974.805</u>
	<u>637.771.322</u>	<u>951.977.507</u>

5. Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Setor de atividade/Entidade	País	2022		2021	
		% Participação efetiva	Valor de balanço	% Participação efetiva	Valor de balanço
Associadas					
Imobiliário					
EA One Holding, Inc. (a)	EUA	48,45%	-	37,53%	21.687.510
			-		21.687.510
Saúde					
Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.	Portugal	0,00%	-	31,87%	239.143
			-		239.143
Outros setores					
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (b)	Portugal	29,56%	1.269.376	29,56%	1.456.253
HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	Portugal	8,50%	611.797	8,50%	611.797
Serfun Portugal, SGPS, S.A.	Portugal	41,65%	1.077.068	41,65%	61.597
Transacciones Especiales S.A.	Perú	0,00%	-	37,81%	606.910
Constellation, S.A.	Moçambique	17,00%	5.686.304	17,00%	5.358.212
Beiranave, S.A.	Moçambique	19,11%	66.168	19,41%	62.354
BLUE ADCO - Consultoria e Assessoria em Investimentos Turísticos, S.A.	Portugal	17,00%	9.998	0,00%	-
BLUE OPCO – Exploração e Gestão de Ativos Turísticos, S.A.	Portugal	17,00%	448.578	0,00%	-
			9.169.287		8.157.123
			9.169.287		30.083.777

(a) Em março 2022 passou a integrar o Grupo como filial.

(b) Valores de março de 2022 e março de 2021, respetivamente (período contabilístico de março de 2021 a março de 2022 e março de 2020 a março de 2021).

Os principais movimentos nas empresas associadas e empreendimentos conjuntos do Grupo durante o exercício de 2022, foram os seguintes:

Em março de 2022 o Grupo adquiriu mais 12,84% da sociedade EA One Holding, Inc. passando a deter uma participação efetiva de 48,45% no capital social de empresa, passando a empresa a integrar o Grupo como filial (Nota 3.).

Em outubro de 2022 foi vendida a associada Transacciones Especiales S.A.

Em 2022 o Grupo alienou a associada Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.

Em 2022 as empresas BLUE ADCO - Consultoria e Assessoria em Investimentos Turísticos, S.A. e BLUE OPCO – Exploração e Gestão de Ativos Turísticos, S.A. integraram o Grupo, mediante a constituição da empresa Fid Real Assets Spain, S.L. Sociedad Unipersonal, por parte da Fid Real Assets, SGPS, S.A.

6. Ativos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Investimentos relativos a contratos Unit-linked	2.981.339.956	1.578.537.795
Instrumentos de dívida		
De dívida pública		
De emissores estrangeiros	97.840	120.629
De outros emissores		
De emissores estrangeiros	230.640.466	424.831.777
	<u>230.738.306</u>	<u>424.952.406</u>
Instrumentos de capital		
De residentes	96.540.206	99.745.854
De não residentes	354.550.526	475.064.020
	<u>451.090.732</u>	<u>574.809.874</u>
Outros instrumentos financeiros		
Unidades de participação		
De residentes	144.885.806	145.217.298
De não residentes	633.563.233	864.326.501
	<u>778.449.039</u>	<u>1.009.543.799</u>
Crédito e outros valores a receber	295.928.605	372.278.538
Instrumentos derivados com justo valor positivo		
<i>Swaps</i> de taxa de juro	40.030	33.949
Futuros sobre divisas	66.318.443	4.077.500
Futuros de taxas de juro	5.693.596	1.983.568
<i>Forwards</i> cambiais	8.709.318	3.678.123
Outros derivados	18.953.462	4.796.135
	<u>99.714.849</u>	<u>14.569.275</u>
	<u>4.837.261.487</u>	<u>3.974.691.687</u>

Os investimentos relativos a contratos *Unit-linked* correspondem a ativos geridos pelas seguradoras do Grupo cujo risco é suportado pelo tomador do seguro. Deste modo, os ativos são registados pelo justo valor, sendo a responsabilidade para com os segurados refletida na rubrica “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos nos montantes de 230.640.466 Euros e 424.831.777 Euros, respetivamente. Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas respetivas entidades emitentes para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo reconheceu perdas com a valorização destes investimentos no montante de (6.723.049) Euros e (2.046.821) Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos afetos aos contratos *Unit-linked* apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
Instrumentos de dívida		
De dívida pública		
De emissores nacionais	40.287.731	13.611.387
De emissores estrangeiros	72.458.690	8.830.740
De outros emissores públicos		
De emissores nacionais	3.904.584	5.405.273
De emissores estrangeiros	774.608	-
De organismos financeiros internacionais	19.427.581	292.580
De outros emissores		
De emissores nacionais	183.438.937	177.164.362
De emissores estrangeiros	809.073.888	399.587.168
De empresas do Grupo	24.301.100	24.203.104
	<u>1.153.667.119</u>	<u>629.094.614</u>
Instrumentos de capital		
De residentes	422.500	497.500
De não residentes	124.576.173	134.789.654
	<u>124.998.673</u>	<u>135.287.154</u>
Outros instrumentos financeiros		
Unidades de participação		
De residentes	127.898.647	126.387.897
De não residentes	1.458.855.889	544.169.130
Outros		
De residentes	6.261.757	23.544.695
	<u>1.593.016.293</u>	<u>694.101.722</u>
Transações a liquidar	(4.612.102)	(2.311.647)
Outros depósitos	872.055	239.650
Instrumentos derivados com justo valor positivo		
<i>Swaps</i> de taxa de juro	84.812	71.927
Futuros de taxas de juro	1.467.530	89.220
<i>Forwards</i> cambiais	1.821.190	-
Outros derivados	110.024.386	121.965.155
	<u>113.397.918</u>	<u>122.126.302</u>
	<u>2.981.339.956</u>	<u>1.578.537.795</u>
Outros ativos		
Terrenos e edifícios	47.043.796	39.216.079
Depósitos à ordem	106.372.674	142.516.087
Depósitos a prazo	1.058.363	-
	<u>154.474.833</u>	<u>181.732.166</u>
	<u>3.135.814.789</u>	<u>1.760.269.961</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o total de ativos elegíveis para aplicação da abordagem de sobreposição de apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
Instrumentos de capital		
De residentes	91.390.917	99.142.694
De não residentes	330.751.612	469.009.511
	<u>422.142.529</u>	<u>568.152.205</u>
Outros instrumentos financeiros		
Unidades de participação		
De residentes	47.097.286	136.199.286
De não residentes	473.727.946	863.848.733
	<u>520.825.232</u>	<u>1.000.048.019</u>
	<u>942.967.761</u>	<u>1.568.200.224</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o total de ajustamento relativo à abordagem da sobreposição apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Instrumentos de capital		
De residentes	(1.730.419)	(6.349.648)
De não residentes	(5.136.520)	(18.617.046)
	<u>(6.866.939)</u>	<u>(24.966.694)</u>
Outros instrumentos financeiros		
Unidades de participação		
De residentes	(8.401.591)	(18.142.906)
De não residentes	2.002.437	(20.917.718)
	<u>(6.399.154)</u>	<u>(39.060.624)</u>
	<u>(13.266.093)</u>	<u>(64.027.318)</u>

Durante o período de 2022 deixaram-se de se verificar as condições de aplicabilidade da abordagem de sobreposição para os ativos alocados a carteiras de contratos de taxa fixa. A quantia que teria sido reclassificada entre lucros ou perdas e outro rendimento integral no período se não tivesse sido retirada a abordagem de sobreposição seria de (28.135.628) Euros. A quantia reclassificada no período do outro rendimento integral acumulado para os lucros ou perdas para ativos financeiros cuja designação tenha sido retirada corresponde a 41.538.376 Euros.

7. Derivados

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, essencialmente com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e de taxas de juro.

O Grupo controla os riscos das suas atividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e contraparte, e acompanhamento da evolução dos respetivos resultados.

Os *swaps* de taxa de juro contratados pelo Grupo e classificados como derivados de cobertura, destinam-se à cobertura do risco de variação de taxa de juro dos empréstimos contraídos. O risco coberto é o indexante da taxa variável aos quais se encontram associados os contratos de financiamento do Grupo.

Os *swaps* de divisa contratados pelo Grupo e classificados como derivados de cobertura de fluxos de caixa, destinam-se à cobertura do risco de flutuação cambial PEN/USD referentes a títulos de dívida em moeda dólar.

Para mitigar o risco de variabilidade cambial dos instrumentos financeiros foram contratados futuros EUR/USD e EUR/GBP cotados na *Chicago Mercantile Exchange (CME)*, e *forwards* negociados em mercado de balcão de forma a garantir o alinhamento cambial das divisas dos ativos com a moeda de exigibilidade dos passivos. Relativamente a posições estratégicas de longo prazo em obrigações denominadas em GBP o Grupo contratou *swaps* de divisas, para cobertura do risco cambial, em que tal cobertura inclui o pagamento de cupões ao longo da vida da obrigação e pagamento do valor nominal em GBP ocorrido na maturidade.

A Companhia contrata futuros de taxa de juro no âmbito de mandatos de gestão de obrigações *corporate* para cobertura de risco de taxa de juro em títulos denominados em EUR e USD. Adicionalmente são contratados futuros de taxa de juro em EUR para cobertura de carteiras *Unit-linked* por forma a reduzir a duração destas carteiras.

Os outros derivados incluem uma opção de venda e uma opção de compra sobre a totalidade das ações da Fidelidade Moçambique - Companhia de Seguros S.A. detidas pelo Banco Internacional de Moçambique, S.A. à data de exercício de opção, deduzidas de um número inteiro de ações mais próximo daquele que represente 9,9% do capital social da sociedade em causa. A opção de compra poderá ser exercida pela Fidelidade no período de 1 de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026 e a opção de venda poderá ser exercida pelo Banco Internacional de Moçambique, S.A. no período de 1 de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2027. Nesta rubrica estão também incluídos *swaps* de retorno total referentes a produtos *Unit-linked*. Estes produtos têm ainda associado um contrato de resseguro financeiro cuja contraparte é a Munich RE.

Os montantes da rubrica “Derivados ao justo valor através de ganhos e perdas” incluem derivados que são classificados como “Derivados de cobertura” na ótica da IAS 39:

		2022		
		Valor Contabilístico		
Montante Nocial		Ativo	Passivo	Total
Cobertura de justo valor				
Futuros sobre divisas	269.125.000	10.700.736	(739.763)	9.960.973
	269.125.000	10.700.736	(739.763)	9.960.973
		2021		
		Valor Contabilístico		
Montante Nocial		Ativo	Passivo	Total
Cobertura de justo valor				
Futuros sobre divisas	347.875.000	727.655	(12.572.648)	(11.844.992)
<i>Forwards</i> cambiais	1.510.567	-	(86.742)	(86.742)
	349.385.567	727.655	(12.659.390)	(11.931.735)

Nos exercícios de 2022 e 2021, foram gerados os seguintes ganhos e perdas referentes à contabilidade de cobertura de justo valor na ótica da IAS 39:

	2022			2021		
	Ganhos	Perdas	Ganhos líquidos	Ganhos	Perdas	Ganhos líquidos
Derivados	10.456.452	(26.123.120)	(15.666.668)	2.372.870	(30.287.731)	(27.914.861)
Ativos cobertos	16.946.757	(5.733.438)	11.213.319	31.176.947	(505.065)	30.671.882
	<u>27.403.209</u>	<u>(31.856.558)</u>	<u>(4.453.349)</u>	<u>33.549.817</u>	<u>(30.792.796)</u>	<u>2.757.021</u>

O Grupo faz a gestão da contabilidade de cobertura tendo por base a sua exposição carteira a carteira. Durante os exercícios de 2022 e 2021, o Grupo cumpriu com os critérios necessários para a aplicação da contabilidade de cobertura de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.6.

Nos exercícios de 2022 e 2021, foram gerados os seguintes movimentos na Reserva de Reavaliação referentes à contabilidade de cobertura:

	2022		2021	
	Cobertura de fluxos de caixa (Nota 29)	Cobertura de investimento líquido (Nota 29)	Cobertura de fluxos de caixa (Nota 29)	Cobertura de investimento líquido (Nota 29)
Swaps de taxa de juro	5.687.398	-	(6.202.023)	-
Swaps de divisas	2.531.771	-	-	-
Futuros sobre divisas	-	1.262.547	-	(49.854.833)
Forwards cambiais	-	21.236.869	-	58.005.390
	<u>8.219.169</u>	<u>22.499.416</u>	<u>(6.202.023)</u>	<u>8.150.557</u>

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

	2022						Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Sem maturidade	
Cobertura de justo valor							
Swaps de taxa de juro	-	-	668.155	-	-	-	668.155
Swaps de divisas	-	-	-	833.807.114	-	-	833.807.114
Futuros sobre divisas	1.206.625.000	500.000.000	-	-	-	-	1.706.625.000
Futuros de taxa de juro	121.000.000	49.100.000	-	-	-	-	170.100.000
Forwards cambiais	230.448.029	77.168.165	14.570.792	-	-	-	322.186.986
	<u>1.558.073.029</u>	<u>626.268.165</u>	<u>15.238.947</u>	<u>833.807.114</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.033.387.255</u>
Cobertura de fluxos de caixa							
Swaps de taxa de juro	-	-	-	80.000.000	-	-	80.000.000
Swaps de divisas	13.188.132	-	1.821.387	59.248.670	77.005.611	-	151.263.799
	<u>13.188.132</u>	<u>-</u>	<u>1.821.387</u>	<u>139.248.670</u>	<u>77.005.611</u>	<u>-</u>	<u>231.263.799</u>
Cobertura de investimento líquido							
Futuros sobre divisas	35.250.000	-	-	-	-	-	35.250.000
Forwards cambiais	285.322.226	285.741.429	-	-	-	-	571.063.656
	<u>320.572.226</u>	<u>285.741.429</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>606.313.656</u>
Outros Derivados							
	<u>1.891.833.388</u>	<u>912.009.594</u>	<u>17.060.334</u>	<u>973.055.783</u>	<u>77.005.611</u>	<u>1.369.284</u>	<u>3.872.333.994</u>

	2021						Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Sem maturidade	
Cobertura de justo valor							
Swaps de taxa de juro	-	-	-	668.155	-	-	668.155
Swaps de divisas	-	-	-	829.422.688	4.384.426	-	833.807.114
Futuros sobre divisas	1.979.000.000	176.750.000	-	-	-	-	2.155.750.000
Futuros de taxa de juro	188.700.000	-	-	-	-	-	188.700.000
Forwards cambiais	86.213.141	1.270.740	52.140.040	-	-	-	139.623.921
	<u>2.253.913.141</u>	<u>178.020.740</u>	<u>52.140.040</u>	<u>830.090.843</u>	<u>4.384.426</u>	<u>-</u>	<u>3.318.549.189</u>
Cobertura de fluxos de caixa							
Swaps de taxa de juro	-	-	-	80.000.000	-	-	80.000.000
Swaps de divisas	-	-	6.708.000	80.377.881	67.103.622	-	154.189.503
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.708.000</u>	<u>160.377.881</u>	<u>67.103.622</u>	<u>-</u>	<u>234.189.503</u>
Cobertura de investimento líquido							
Futuros sobre divisas	24.125.000	-	-	-	-	-	24.125.000
Forwards cambiais	678.453.306	-	-	-	-	-	678.453.306
	<u>702.578.306</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>702.578.306</u>
Outros Derivados	-	-	-	-	-	1.277.838	1.277.838
	<u>2.956.491.447</u>	<u>178.020.740</u>	<u>58.848.040</u>	<u>990.468.724</u>	<u>71.488.048</u>	<u>1.277.838</u>	<u>4.256.594.836</u>

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	2022		2021	
	Montante Nocial	Valor Contabilístico	Montante Nocial	Valor Contabilístico
Swaps de taxa de juro				
Instituições Financeiras				
Grupo Caixa Geral Depósitos	668.155	124.842	668.155	105.876
Outras instituições	80.000.000	4.327.249	80.000.000	(2.466.069)
	<u>80.668.155</u>	<u>4.452.091</u>	<u>80.668.155</u>	<u>(2.360.193)</u>
Swaps de divisas				
Instituições Financeiras				
Outras instituições	985.070.913	(24.556.020)	987.996.616	(77.692.094)
	<u>985.070.913</u>	<u>(24.556.020)</u>	<u>987.996.616</u>	<u>(77.692.094)</u>
Futuros sobre divisas				
Em Bolsa				
Chicago	1.741.875.000	65.766.778	2.179.875.000	(89.295.113)
	<u>1.741.875.000</u>	<u>65.766.778</u>	<u>2.179.875.000</u>	<u>(89.295.113)</u>
Futuros de Taxa de Juro				
Instituições Financeiras				
Outras instituições	170.100.000	7.087.163	188.700.000	1.850.297
	<u>170.100.000</u>	<u>7.087.163</u>	<u>188.700.000</u>	<u>1.850.297</u>
Forwards cambiais				
Instituições Financeiras				
Outras instituições	893.250.642	19.516.759	818.077.227	(13.391.106)
	<u>893.250.642</u>	<u>19.516.759</u>	<u>818.077.227</u>	<u>(13.391.106)</u>
Outros Derivados				
Instituições Financeiras				
Munich RE	1.369.284	(179.366)	1.277.838	(714.117)
Banco Internacional de Moçambique SA.	-	(121.021)	-	(2.279.055)
	<u>1.369.284</u>	<u>(300.387)</u>	<u>1.277.838</u>	<u>(2.993.172)</u>
	<u>3.872.333.994</u>	<u>71.966.384</u>	<u>4.256.594.836</u>	<u>(183.881.381)</u>

10. Terrenos e Edifícios de Uso Próprio

Nos exercícios de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nesta rubrica foi o seguinte:

	De uso próprio		
	Direito de Propriedade	Direito de Uso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020			
Valor Bruto	583.565.554	96.716.438	680.281.992
Amortizações e imparidade acumuladas	(122.359.957)	(28.897.873)	(151.257.831)
	<u>461.205.597</u>	<u>67.818.565</u>	<u>529.024.161</u>
Entradas / (saídas) do perímetro			
Adições	2.872.845	128.276	3.001.121
Por aquisições realizadas no período	31.298.109	15.326.694	46.624.803
Por dispêndios subsequentes	4.213.589	-	4.213.589
Reforços/ reversões de Imparidade no exercício (Nota 43)	(4.473.338)	89.321	(4.384.017)
Amortizações do exercício	(13.120.416)	(15.078.083)	(28.198.500)
Diferenças de câmbio	2.355.458	(125.423)	2.230.035
Transferências para ativos não correntes detidos para venda	(6.546.678)	-	(6.546.678)
Transferências	3.991.309	-	3.991.309
Alienações e abates líquidos	(1.704.460)	(14.961.590)	(16.666.050)
Outros movimentos	(1.531.873)	1.263.611	(268.261)
Saldos em 31 de dezembro de 2021			
Valor Bruto	620.356.476	90.826.082	711.182.558
Amortizações e imparidade acumuladas	(141.796.333)	(36.364.710)	(178.161.043)
	<u>478.560.143</u>	<u>54.461.372</u>	<u>533.021.515</u>
Entradas / (saídas) do perímetro			
Adições	-	1.335.099	1.335.099
Por aquisições realizadas no período	11.066.484	23.079.100	34.145.584
Por dispêndios subsequentes	5.173.932	-	5.173.932
Reforços/ reversões de Imparidade no exercício (Nota 43)	(2.524.994)	-	(2.524.994)
Amortizações do exercício	(11.634.226)	(16.657.690)	(28.291.916)
Diferenças de câmbio	2.219.288	681.444	2.900.732
Transferências	5.048.836	-	5.048.836
Alienações e abates líquidos	(60.448.400)	(23.562)	(60.471.962)
Outros movimentos	4.434.645	2.150.359	6.585.004
Saldos em 31 de dezembro de 2022			
Valor Bruto	581.274.337	114.548.213	695.822.550
Amortizações e imparidade acumuladas	(149.378.629)	(49.522.091)	(198.900.720)
	<u>431.895.708</u>	<u>65.026.122</u>	<u>496.921.830</u>

Em 2022 as entradas em perímetro dizem respeito à aquisição de Liechtenstein Life Assurance AG e the prosperity company AG e, em 2021, as entradas em perímetro dizem respeito à aquisição da Fidelidade Moçambique – Companhia de Seguros, S.A. e à Clínica Fisiátrica das Antas, Lda.

Em 2022 e 2021, caso o Grupo tivesse optado por valorizar os terrenos e edifícios de uso próprio de direito de propriedade pelo modelo de justo valor o seu valor de balanço seria 518.332.999 Euros e 550.527.249 Euros, respetivamente.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são valorizados ao custo e sujeitos a testes de imparidade de acordo com o tratamento previsto na IAS 16 e conforme descrito na Nota 2.9. Os edifícios de uso próprio são amortizados ao longo da respetiva vida útil.

11. Terrenos e Edifícios de Rendimento

Nos exercícios de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nesta rubrica foi o seguinte:

	De rendimento		Total
	Direito de Propriedade	Direito de Uso	
Saldos em 31 de dezembro de 2020			
Valor Bruto	1.951.201.901	-	1.951.201.901
	<u>1.951.201.901</u>	<u>-</u>	<u>1.951.201.901</u>
Entradas / (saídas) do perímetro	(123.858.472)	-	(123.858.472)
Adições			
Por aquisições realizadas no período	219.358.469	20.812.552	240.171.021
Por dispêndios subsequentes	54.848.043	-	54.848.043
Revalorização			
Por contrapartida de resultados (Nota 42)	57.311.656	-	57.311.656
Por contrapartida de capitais próprios	220.677	-	220.677
Diferenças de câmbio	38.694.689	-	38.694.689
Transferências	(3.991.309)	-	(3.991.309)
Alienações e abates líquidos	(37.029.090)	-	(37.029.090)
Saldos em 31 de dezembro de 2021			
Valor Bruto	2.156.756.564	20.812.552	2.177.569.116
	<u>2.156.756.564</u>	<u>20.812.552</u>	<u>2.177.569.116</u>
Entradas / (saídas) do perímetro	111.551.839	1.553.206	113.105.046
Adições			
Por aquisições realizadas no período	123.957.837	-	123.957.837
Por dispêndios subsequentes	51.072.982	-	51.072.982
Revalorização			
Por contrapartida de resultados (Nota 42)	47.449.566	-	47.449.566
Por contrapartida de capitais próprios	44.448	-	44.448
Diferenças de câmbio	(13.474.415)	-	(13.474.415)
Transferências	(5.048.835)	-	(5.048.835)
Alienações e abates líquidos	(54.084.619)	-	(54.084.619)
Outros movimentos	(270.900)	6.510.968	6.240.068
Saldos em 31 de dezembro de 2022			
Valor Bruto	2.417.954.465	28.876.727	2.446.831.192
	<u>2.417.954.465</u>	<u>28.876.727</u>	<u>2.446.831.192</u>

Em 2022, as alienações e abates líquidos de Imóveis de Rendimento, no valor de 54.084.619 Euros, dizem respeito, essencialmente à venda do imóvel localizado na Avenida 5 de Outubro e Alcabala Inm Oquendo 1492. Em 2021, as alienações e abates líquidos de Imóveis de Rendimento, no valor de 37.029.090 Euros, dizem respeito, essencialmente, à venda do imóvel localizado na Rua Ivens 14 e Rua Capelo 1 a 9 em Lisboa.

Durante o exercício de 2022, a rubrica de entrada no perímetro diz respeito à aquisição da EA ONE Holding, Inc. no valor de 113.105.046 Euros. Durante o exercício de 2021, a rubrica de entrada no perímetro diz respeito à aquisição da Fidelidade Moçambique – Companhia de Seguros, S.A. no valor de 27.680.907 Euros. A rubrica saída do perímetro em 2021, refere-se à saída do fundo Saude Investe pelo montante de 151.539.379 Euros.

Os terrenos e edifícios de rendimento encontram-se valorizados ao justo valor, de acordo com o tratamento previsto na IAS 40 e referido na Nota 2.8 e Nota 2.20.

12. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a afetação dos investimentos e outros ativos seguindo uma ótica prudencial a contratos de seguro ou contratos de seguro e outras operações classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, pode ser resumida da seguinte forma:

	2022					
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem (Nota 4)	66.731.378	15.198.905	165.597.134	13.218.069	377.025.837	637.771.322
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 5)	-	-	-	-	9.169.287	9.169.287
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas (Nota 6)	114.447.204	52.108.410	3.582.690.194	976.016.126	111.999.553	4.837.261.487
Derivados (Nota 7)	-	-	-	-	18.319.872	18.319.872
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas (Nota 8)	1.516.717.207	932.020.846	3.823.798.498	1.104.029.344	218.524.966	7.595.090.860
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado (Nota 9)	68.269.858	4.299.243	555.198.770	56.722.774	316.163.061	1.000.653.706
Terrenos e edifícios (Nota 10 e 11)	763.574	59.205.288	972.350.562	997.703.031	913.730.567	2.943.753.022
Outros ativos tangíveis (Nota 13)	-	-	-	-	141.745.023	141.745.023
	1.766.929.220	1.062.832.692	9.099.635.157	3.147.689.343	2.106.678.166	17.183.764.579

	2021					
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem (Nota 4)	46.420.390	21.417.971	307.368.179	78.313.045	498.457.921	951.977.507
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 5)	-	-	-	-	30.083.777	30.083.777
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas (Nota 6)	203.245.663	39.036.191	2.780.191.359	878.319.601	73.898.873	3.974.691.687
Derivados (Nota 7)	-	-	-	-	2.674.924	2.674.924
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas (Nota 8)	1.746.700.477	947.433.888	5.286.181.592	1.052.310.595	168.553.894	9.201.180.447
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado (Nota 9)	157.774.083	3.125.529	843.218.795	57.678.674	167.669.837	1.229.466.917
Terrenos e edifícios (Nota 10 e 11)	699.363	59.286.977	1.164.443.223	693.296.542	792.864.525	2.710.590.630
Outros ativos tangíveis (Nota 13)	-	-	-	-	130.111.417	130.111.417
	2.154.839.977	1.070.300.556	10.381.403.149	2.759.918.457	1.864.315.168	18.230.777.306

13. Outros Ativos Tangíveis

Nos exercícios de 2022 e 2021, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	2022														
	Saldos iniciais		Transferência para ANCDVUD		Entrada no perímetro de consolidação			Transferências e Regularizações	Amortizações do exercício (Nota 34)	Diferenças cambiais	Alienações e abates líquidos	Outros movimentos	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Adições	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada						Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento															
Equipamento administrativo	28.555.259	(25.834.515)	(631.495)	548.299	709.362	577.618	(425.257)	90.030	(1.070.976)	199.388	(36.512)	-	29.250.160	(26.568.960)	2.681.200
Máquinas e ferramentas	11.089.577	(9.749.086)	-	-	232.755	-	-	14.863	(786.340)	42.349	(1.201)	-	11.364.930	(10.522.012)	842.918
Equipamento informático	31.860.069	(26.862.691)	(3.369.333)	3.115.939	5.379.953	501.767	(384.536)	1.589.924	(3.982.787)	330.317	(67.465)	-	35.040.825	(26.929.668)	8.111.157
Instalações interiores	35.334.574	(25.169.276)	-	-	892.025	39.376	(20.344)	(9.385)	(1.626.426)	247.919	(520.672)	-	32.256.745	(23.088.954)	9.167.791
Material de transporte	4.411.257	(1.808.827)	(58.981)	58.050	868.868	-	-	76.199	(1.092.895)	292.646	(59.043)	-	5.461.876	(2.774.600)	2.687.276
Equipamento hospitalar	155.338.395	(145.849.170)	(16.198.922)	15.113.414	7.448.690	-	-	1.262.590	(5.849.405)	5.360	-	-	146.470.363	(135.199.411)	11.270.952
Equipamento Segurança	1.561.514	(1.436.550)	-	-	6.312	9.218	(7.939)	(2.215)	(44.492)	1.264	-	-	1.568.728	(1.481.616)	87.112
Outro equipamento	37.407.929	(21.955.775)	(4.327.661)	4.088.343	3.220.675	-	-	70.253	(1.927.986)	140.082	(58.888)	-	36.251.266	(19.594.293)	16.656.973
Património artístico	2.105.995	-	-	-	6.659	-	-	-	-	4.281	-	-	2.116.936	-	2.116.936
Outros ativos tangíveis	5.376.864	(4.229.523)	-	-	256.007	-	-	30.587	(266.374)	-	-	-	5.632.871	(4.465.309)	1.167.561
Ativos tangíveis em curso	17.743.037	-	-	-	2.209.930	-	-	(114.841)	-	8.658	-	-	19.846.784	-	19.846.784
Adiantamento por conta de tangíveis	2.770.843	-	-	-	33.473	-	-	(1.494.508)	-	-	-	-	1.309.807	-	1.309.807
	333.555.314	(262.895.412)	(24.586.391)	22.924.045	21.264.707	1.127.980	(838.077)	1.513.498	(16.647.681)	1.272.265	(743.780)	-	326.571.291	(250.624.824)	75.946.467
Ativos em Locação															
Equipamento administrativo															
Máquinas e ferramentas	244.300	(139.665)	-	-	190.764	-	-	-	(54.349)	-	-	-	431.240	(190.191)	241.050
Equipamento informático	6.563.356	(5.703.864)	-	-	2.631.697	-	-	-	(1.065.780)	37.461	-	-	9.325.705	(6.862.834)	2.462.871
Material de transporte	12.336.867	(7.136.686)	-	-	2.303.401	-	-	-	(2.461.255)	9.595	0	(617.165)	13.320.769	(8.886.012)	4.434.757
Equipamento hospitalar	96.217.680	(43.106.001)	-	-	19.416.792	-	-	-	(14.231.023)	-	-	217.496	108.054.445	(49.539.502)	58.514.943
Outro equipamento	244.742	(69.213)	-	-	-	-	-	-	(30.593)	-	-	-	244.742	(99.806)	144.936
	115.606.946	(56.155.429)	-	-	24.542.654	-	-	-	(17.843.000)	47.056	0	(399.669)	131.376.901	(65.578.344)	65.798.557
	449.162.259	(319.050.842)	(24.586.391)	22.924.045	45.807.361	1.127.980	(838.077)	1.513.498	(34.490.681)	1.319.322	(743.780)	(399.669)	457.948.191	(316.203.168)	141.745.023

	2021														
	Saldos iniciais		Transferência para ANCDVUD		Entrada no perímetro de consolidação			Transferências e Regularizações	Amortizações do exercício (Nota 34)	Diferenças cambiais	Alienações e abates líquidos	Outros movimentos	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Adições	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada						Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento															
Equipamento administrativo	29.072.081	(26.129.365)	-	-	616.063	115.760	(48.040)	120.381	(992.292)	55.203	(89.049)	-	28.555.259	(25.834.515)	2.720.743
Máquinas e ferramentas	10.792.417	(8.990.815)	-	-	239.889	6.305	-	11.000	(743.177)	24.919	(48)	-	11.089.577	(9.749.086)	1.340.491
Equipamento informático	32.857.906	(27.231.869)	-	-	2.681.713	185.151	-	557.217	(4.044.111)	(569)	(8.061)	-	31.860.069	(26.862.691)	4.997.378
Instalações interiores	30.411.082	(23.621.520)	-	-	1.719.746	141.392	-	2.932.691	(1.445.904)	28.051	(239)	-	35.334.574	(25.169.276)	10.165.298
Material de transporte	2.930.104	(1.628.317)	-	-	1.434.034	562.582	(38.000)	(39.646)	(576.382)	36.107	(78.052)	-	4.411.257	(1.808.827)	2.602.430
Equipamento hospitalar	149.606.871	(141.716.259)	-	-	5.665.398	73.421	(70.384)	1.582.829	(5.652.652)	-	-	-	155.338.395	(145.849.170)	9.489.225
Equipamento Segurança	2.177.157	(2.040.629)	-	-	44.979	-	-	-	(56.645)	102	-	-	1.561.514	(1.436.550)	124.964
Outro equipamento	38.939.451	(19.460.931)	(76.250)	-	2.876.665	161.040	(89.732)	(4.932.063)	(1.928.761)	24.724	(61.988)	-	37.407.929	(21.955.775)	15.452.155
Património artístico	2.083.924	-	-	-	16.802	268	-	-	-	5.002	-	-	2.105.995	-	2.105.995
Outros ativos tangíveis	5.053.373	(3.949.549)	-	-	323.491	-	-	(35.678)	(244.295)	-	-	-	5.376.864	(4.229.523)	1.147.341
Ativos tangíveis em curso	3.483.527	-	-	-	13.016.674	-	-	1.242.836	-	-	-	-	17.743.037	-	17.743.037
Adiantamento por conta de tangíveis	2.770.843	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.770.843	-	2.770.843
	310.178.736	(254.769.254)	(76.250)	-	28.635.454	1.245.919	(246.156)	1.439.567	(15.684.217)	173.539	(237.437)	-	333.555.314	(262.895.412)	70.659.901
Ativos em Locação															
Equipamento administrativo	175.707	(95.126)	-	-	68.593	-	-	-	(44.539)	-	-	-	244.300	(139.665)	104.635
Máquinas e ferramentas	6.439	(6.439)	-	-	803	-	-	-	(803)	-	-	-	(0)	0	-
Equipamento informático	6.746.468	(4.322.228)	-	-	690.483	-	-	-	(2.350.198)	(20.124)	0	115.092	6.563.356	(5.703.864)	859.493
Material de transporte	9.951.809	(5.484.225)	-	-	3.300.317	-	-	-	(2.787.218)	(2.009)	(25)	221.531	12.336.867	(7.136.686)	5.200.181
Equipamento hospitalar	78.606.688	(31.494.110)	-	-	17.610.992	-	-	-	(11.663.859)	-	-	51.967	96.217.680	(43.106.001)	53.111.678
Outro equipamento	244.742	(38.620)	-	-	-	-	-	-	(30.593)	-	-	-	244.742	(69.213)	175.529
	95.731.853	(41.440.748)	-	-	21.671.188	-	-	-	(16.877.210)	(22.132)	(25)	388.590	115.606.946	(56.155.429)	59.451.516
	405.910.589	(296.210.002)	(76.250)	-	50.306.642	1.245.919	(246.156)	1.439.567	(32.561.428)	151.407	(237.462)	388.590	449.162.259	(319.050.842)	130.111.417

Em 2022 as entradas em perímetro dizem respeito à aquisição da prosperity solutions AG, prosperity brokershome AG, the prosperity company AG e Liechtenstein Life Assurance AG. Em 2021 as entradas em perímetro dizem respeito à aquisição da Fidelidade Moçambique – Companhia de Seguros, S.A. e à Clínica Fisiárta das Antas, Lda.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Ativos tangíveis” inclui ativos totalmente amortizados, mas que ainda se encontram em uso, nos montantes de 252.183.605 Euros e 235.352.384 Euros.

14. Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Mercadorias hospitalares	16.217.148	19.855.795
Mercadorias	243.997	254.914
Produtos e trabalhos em curso	214.551	164.456
Salvados	35.856	350.898
Outros inventários	11.002	37.223
	<u>16.722.554</u>	<u>20.663.287</u>
Imparidade de mercadorias (Nota 43)	<u>(1.125.726)</u>	<u>(900.000)</u>
	<u>15.596.828</u>	<u>19.763.287</u>

A rubrica de “Mercadorias hospitalares” diz respeito, essencialmente, aos fármacos e consumíveis clínicos utilizados no âmbito da atividade operacional das unidades clínicas do Grupo Luz Saúde.

15. Goodwill

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 tem a seguinte composição:

	2022			2021		
	Valor Bruto	Perda por Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Perda por Imparidade	Valor Líquido
	(Nota 43)			(Nota 43)		
Goodwill reconhecido em Goodwill						
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	65.624.840	-	65.624.840	65.624.840	-	65.624.840
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	1.663.226	-	1.663.226	1.663.226	-	1.663.226
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	2.281.095	-	2.281.095	2.281.095	-	2.281.095
Luz Saúde, S.A.	359.254.032	-	359.254.032	359.254.032	-	359.254.032
Hospital da Luz Guimarães, S.A.	14.665.075	-	14.665.075	14.665.075	-	14.665.075
S.C.H. - Soc. Clínica Hospitalar S.A.	3.126.025	-	3.126.025	3.126.025	-	3.126.025
C.C.H. - Capital Criativo Care Investments S.A.	8.720.683	-	8.720.683	8.720.683	-	8.720.683
Capital Criativo Health Care Investments II, S.A.	26.683.569	-	26.683.569	26.683.569	-	26.683.569
La Positiva Seguros y Reaseguros S.A.	40.838.437	-	40.838.437	36.700.849	-	36.700.849
Tenax Capital Limited	4.433.235	-	4.433.235	4.433.235	-	4.433.235
Clínica Fisiátrica das Antas, Lda	246.080	-	246.080	246.080	-	246.080
Fidelidade Moçambique – Companhia de Seguros, S.A.	6.403.011	-	6.403.011	6.000.446	-	6.000.446
	<u>533.939.307</u>	<u>-</u>	<u>533.939.307</u>	<u>529.399.154</u>	<u>-</u>	<u>529.399.154</u>
Goodwill negativo reconhecido em resultados						
the prosperity company AG	<u>(42.972.526)</u>	<u>-</u>	<u>(42.972.526)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>(42.972.526)</u>	<u>-</u>	<u>(42.972.526)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>490.966.781</u>	<u>-</u>	<u>490.966.781</u>	<u>529.399.154</u>	<u>-</u>	<u>529.399.154</u>

Nos exercícios de 2022 e 2021 esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

Goodwill (Valor Líquido) a 31 de dezembro de 2020	<u>524.464.058</u>
Alienação Hospital do Mar - Hospital da Luz Guimarães, S.A. - Ajuste	(16)
Liquidação da Godo Kaisha Moana	(710.601)
Goodwill La Positiva Seguros y Reaseguros S.A. - variação cambial	(600.813)
Compra de 100% da Clínica Fisiátrica das Antas, Lda	246.080
Compra de 70% da Fidelidade Moçambique – Companhia de Seguros, S.A.	<u>6.000.446</u>
Goodwill (Valor Líquido) a 31 de dezembro de 2021	<u>529.399.154</u>
Goodwill La Positiva Seguros y Reaseguros S.A. - variação cambial	4.137.588
Compra de 70% da Fidelidade Moçambique – Companhia de Seguros, S.A. - Ajuste	<u>402.565</u>
Goodwill (Valor Líquido) a 31 de dezembro de 2022	<u><u>533.939.307</u></u>

O *goodwill* adquirido na concentração de atividades empresariais representa um pagamento feito por uma adquirente em antecipação de benefícios económicos futuros de ativos que não sejam capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao *goodwill* registado em balanço, de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Para este efeito, o *goodwill* é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas dos fluxos de caixa futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao *goodwill* são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

A quantia recuperável do ativo corresponde ao valor mais elevado entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

As avaliações efetuadas incorporaram a informação disponível à data da sua elaboração, nomeadamente condições macroeconómicas, situação dos mercados financeiros e outras, tendo-se verificado em todos os testes que o valor recuperável do ativo excede a respetiva quantia escriturada, não havendo, assim, lugar ao registo de perdas por imparidade.

No seguimento da aquisição das novas empresas ao longo de 2022, o Grupo efetuou uma avaliação do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos de acordo com a IFRS 3 – “Concentrações Empresariais”, não tendo sido identificadas diferenças significativas entre os valores contabilísticos dos ativos e dos passivos e os seus justos valores.

O detalhe dos ativos líquidos e do *goodwill* negativo apurado no âmbito da transação ocorrida durante 2022 é como se segue:

	<u>2022</u>
	the prosperity company AG
Justo Valor dos Ativos e Passivos	
Ativos adquiridos	912.002.165
Passivos adquiridos	<u>811.307.329</u>
Total dos Ativos Líquidos	100.694.836
% detida dos Ativos	70.486.385
Preço de aquisição	27.513.859
Goodwill negativo reconhecido em resultados	<u><u>(42.972.526)</u></u>

O *Goodwill* negativo, reconhecido na rubrica de “*Goodwill* negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas” da Demonstração de Resultados, tem origem na contabilização do valor do negócio adquirido (*Value in force*), que ascendeu a 88.282.284 Euros.

16. Outros Ativos Intangíveis

Nos exercícios de 2022 e 2021, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	2022											
	Saldos iniciais		Entrada no perímetro de consolidação	Adições	Transferências e regularizações	Transferências para ANCDV	Amortizações do exercício	Diferenças de câmbio	Alienações e abates líquidos	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada								Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>software</i>)	129.687.898	(97.632.434)	6.392.603	7.461.242	12.325.700	(1.283)	(10.116.040)	732.213	(981.568)	158.585.228	(110.716.897)	47.868.330
Outros ativos intangíveis	79.595.994	(363.964)	88.378.679	173.284	4.550.060	-	(2.998.494)	12.095.292	-	184.853.377	(3.422.525)	181.430.852
Marca	79.182.090	-	96.395	-	-	-	-	7.429.580	-	86.708.064	-	86.708.064
Value in force	-	-	88.282.284	-	-	-	(2.931.886)	4.665.484	-	93.007.347	(2.991.464)	90.015.883
Outros ativos	413.905	(363.964)	-	173.284	4.550.060	-	(66.609)	228	-	5.137.965	(431.061)	4.706.904
Ativos intangíveis em curso	43.269.906	-	-	22.593.220	(15.865.346)	-	-	697.692	(144.551)	50.550.921	-	50.550.921
	252.553.798	(97.996.398)	94.771.282	30.227.747	1.010.414	(1.283)	(13.114.535)	13.525.197	(1.126.118)	393.989.526	(114.139.422)	279.850.104

	2021										
	Saldos iniciais		Entrada no perímetro de consolidação	Adições	Transferências e regularizações	Amortizações do exercício (Nota 34)	Diferenças de câmbio	Saldos finais			
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada						Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido	
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>software</i>)	107.450.567	(93.586.698)	192.130	6.999.191	19.947.125	(8.757.584)	(188.379)	129.687.898	(97.632.434)	32.055.464	
Outros ativos intangíveis	73.115.293	(111.585)	5.468.155	248.837	(249.123)	(2.885)	763.338	79.595.994	(363.964)	79.232.030	
Marca	72.950.905	-	5.468.155	-	-	-	763.029	79.182.090	-	79.182.090	
Outros ativos	164.388	(111.585)	-	248.837	(249.123)	(2.885)	309	413.905	(363.964)	49.940	
Ativos intangíveis em curso	42.863.922	-	86.918	20.706.717	(20.324.588)	-	(63.063)	43.269.906	-	43.269.906	
	223.429.782	(93.698.283)	5.747.203	27.954.745	(626.586)	(8.760.469)	511.896	252.553.798	(97.996.398)	154.557.401	

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Ativos intangíveis em curso”, refere-se a encargos incorridos com o desenvolvimento de novas aplicações informáticas (*software*).

Nos exercícios de 2022 e 2021, o Grupo reconheceu diretamente na Demonstração de Resultados despesas com gastos externos relacionados com pesquisa, desenvolvimento e manutenção de sistemas de tratamento automático de dados, nos montantes de 42.159.069 Euros e 38.574.813 Euros, respetivamente.

O valor do negócio adquirido (*Value in force* - VIF) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado de forma linear pela duração média da carteira em vigor à data de compra, a qual corresponde a 342 meses. A duração média da carteira foi determinada em função das entregas previstas de prémios referentes às apólices adquiridas. O VIF corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

17. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentam a seguinte composição:

	2022			2021		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Provisão para prémios não adquiridos	539.567	193.070.230	193.609.797	2.847.100	151.831.507	154.678.607
Provisão matemática	31.759.937	-	31.759.937	28.944.344	-	28.944.344
Provisão para sinistros						
Sinistros declarados	47.857.797	264.656.728	312.514.524	42.342.907	263.185.629	305.528.536
Sinistros não declarados (IBNR)	41.348.097	38.583.262	79.931.359	28.997.124	25.625.874	54.622.997
	89.205.894	303.239.990	392.445.884	71.340.031	288.811.502	360.151.533
Provisão para participação nos resultados	-	9.721	9.721	-	-	-
Outras provisões técnicas	-	34.958.549	34.958.549	-	22.544.992	22.544.992
	121.505.397	531.278.490	652.783.888	103.131.475	463.188.002	566.319.476

As Outras provisões técnicas tiveram origem na Sucursal de França, na contabilização da PSNEM (*Provision pour Sinistres Non Encore Manifestés*), provisão obrigatória para os produtos relacionados com a responsabilidade civil ligada à construção. Nos exercícios de 2022 e 2021, o aumento acentuado da provisão deve-se essencialmente ao ajuste da PSNEM do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

	2022			2021		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Seguros vida	542.830	(3.263)	539.567	2.851.602	(4.502)	2.847.100
Seguros não vida						
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	12.196.589	(6.225.769)	5.970.820	7.641.332	(3.540.497)	4.100.835
Doença	2.923.574	(329.972)	2.593.602	942.384	7.595	949.979
Incêndio e outros danos	112.305.967	(11.465.563)	100.840.404	93.296.595	(9.265.656)	84.030.940
Automóvel	22.521.295	(881.558)	21.639.737	13.691.303	(991.816)	12.699.487
Marítimo, aéreo e transportes	10.191.413	(541.392)	9.650.021	8.071.887	(408.269)	7.663.619
Responsabilidade civil geral	40.900.216	(5.873.890)	35.026.326	29.268.175	(3.549.503)	25.718.672
Crédito e caução	7.726.953	(666.545)	7.060.408	7.765.595	(438.963)	7.326.632
Proteção jurídica	599	(117)	481	599	(117)	481
Assistência	69.573	(12.698)	56.875	46.103	(12.632)	33.471
Diversos	14.247.440	(4.015.884)	10.231.556	13.150.345	(3.842.955)	9.307.390
	223.083.619	(30.013.389)	193.070.230	173.874.318	(22.042.811)	151.831.507
	223.626.448	(30.016.652)	193.609.797	176.725.920	(22.047.313)	154.678.607

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos de resseguro cedido durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	Saldo 31/12/2020	Entradas no perímetro de consolidação	Responsabilidades originadas no exercício	Diferenças de câmbio	Saldo 31/12/2021	Responsabilidades originadas no exercício	Diferenças de câmbio	Saldo 31/12/2022
Provisão para prémios não adquiridos								
Seguros vida	1.059.284	-	1.665.009	127.308	2.851.602	(2.491.366)	182.594	542.830
Seguros não vida								
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	4.534.549	21.709	3.017.258	67.816	7.641.332	4.511.997	43.259	12.196.589
Doença	4.629.615	-	(443.323)	(3.243.908)	942.384	1.994.546	(13.357)	2.923.574
Incêndio e outros danos	70.554.419	790.172	22.520.884	(568.880)	93.296.595	13.894.445	5.114.926	112.305.967
Automóvel	10.071.644	33.776	3.376.240	209.642	13.691.303	8.088.091	741.902	22.521.295
Marítimo, aéreo e transportes	4.376.336	147.818	3.588.085	(40.352)	8.071.887	1.570.640	548.886	10.191.413
Responsabilidade civil geral	15.425.549	205.158	13.144.334	493.134	29.268.175	9.905.297	1.726.744	40.900.216
Crédito e caução	7.952.911	-	(626.358)	439.041	7.765.595	(988.702)	950.060	7.726.953
Proteção jurídica	599	-	-	-	599	(836)	836	599
Assistência	44.641	1.333	195	(66)	46.103	(1.764)	25.234	69.573
Diversos	10.999.726	97.628	2.308.189	(255.198)	13.150.345	718.986	378.109	14.247.440
	128.589.989	1.297.595	46.885.506	(2.898.772)	173.874.318	39.692.701	9.516.599	223.083.619
	129.649.273	1.297.595	48.550.515	(2.771.463)	176.725.920	37.201.335	9.699.193	223.626.448
Custos de aquisição diferidos								
Seguros vida	(3.270)	-	(1.232)	-	(4.502)	1.239	-	(3.263)
Seguros não vida								
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1.912.629)	-	(1.549.961)	(77.907)	(3.540.497)	(2.701.171)	15.899	(6.225.769)
Doença	-	-	6.570	1.025	7.595	(338.954)	1.387	(329.972)
Incêndio e outros danos	(6.465.977)	(140.323)	(1.305.719)	(1.353.636)	(9.265.656)	(962.301)	(1.237.606)	(11.465.563)
Automóvel	(83.332)	-	(3.974)	(904.510)	(991.816)	(2.802)	113.059	(881.558)
Marítimo, aéreo e transportes	(67.993)	(21.799)	(39.626)	(278.851)	(408.269)	(12.277)	(120.846)	(541.392)
Responsabilidade civil geral	(1.641.321)	(8.614)	(1.279.827)	(619.741)	(3.549.503)	(2.063.148)	(261.239)	(5.873.890)
Crédito e caução	62.365	-	(2)	(501.325)	(438.963)	291	(227.874)	(666.545)
Proteção jurídica	(117)	-	-	-	(117)	-	-	(117)
Assistência	(13.505)	2	871	-	(12.632)	-	(66)	(12.698)
Diversos	(2.622.846)	-	(1.289.338)	69.229	(3.842.955)	(112.828)	(60.101)	(4.015.884)
	(12.745.355)	(170.735)	(5.461.005)	(3.665.716)	(22.042.811)	(6.193.190)	(1.777.388)	(30.013.389)
	(12.748.625)	(170.735)	(5.462.237)	(3.665.716)	(22.047.313)	(6.191.951)	(1.777.388)	(30.016.652)
	116.900.648	1.126.860	43.088.279	(6.437.180)	154.678.607	31.009.384	7.921.806	193.609.797

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

	2022			2021		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
Seguros vida	47.857.797	41.348.097	89.205.894	42.342.907	28.997.124	71.340.031
Seguros não vida						
Acidentes de trabalho	2.431.226	1.921.732	4.352.958	2.393.627	1.295.585	3.689.212
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	25.722.346	956.134	26.678.480	19.590.789	852.347	20.443.136
Doença	874.472	155.057	1.029.530	938.351	320.518	1.258.869
Incêndio e outros danos	151.091.226	22.276.819	173.368.045	140.352.454	12.752.364	153.104.818
Automóvel	26.297.884	3.957.170	30.255.054	23.203.865	6.229.022	29.432.886
Marítimo, aéreo e transportes	9.020.233	1.470.666	10.490.899	8.926.478	124.004	9.050.482
Responsabilidade civil geral	38.759.607	6.804.630	45.564.238	40.580.034	4.387.633	44.967.666
Crédito e caução	1.269.947	6.259	1.276.206	19.630.302	(191)	19.630.111
Assistência	26.828	65.254	92.083	39	7.478	7.517
Diversos	9.162.957	969.541	10.132.498	7.569.690	(342.885)	7.226.804
	264.656.728	38.583.262	303.239.990	263.185.629	25.625.874	288.811.502
	312.514.524	79.931.359	392.445.884	305.528.536	54.622.997	360.151.533

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de resseguro cedido durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	Saldo 31/12/2020	Entradas no perímetro de consolidação	Responsabilidades originadas no exercício	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo 31/12/2021	Responsabilidades originadas no exercício	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo 31/12/2022
Seguros vida	40.354.188	132.411	120.221.838	(89.972.555)	604.149	71.340.031	163.101.881	(152.928.690)	7.692.672	89.205.894
Seguros não vida										
Acidentes de trabalho	4.577.955	426.092	(143.671)	(1.213.213)	42.050	3.689.212	2.109.958	(2.150.166)	703.953	4.352.958
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	18.883.650	45.302	4.758.993	(3.250.795)	5.986	20.443.136	8.673.048	(2.549.520)	111.816	26.678.480
Doença	1.110.593	-	31.367.722	(31.158.151)	(61.295)	1.258.869	11.649.352	(11.898.498)	19.806	1.029.530
Incêndio e outros danos	90.215.547	7.956.378	120.661.010	(65.716.345)	(11.772)	153.104.818	135.281.199	(121.331.340)	6.313.368	173.368.045
Automóvel	18.999.143	84.111	51.643.113	(40.744.505)	(548.975)	29.432.886	47.062.906	(47.662.828)	1.422.090	30.255.054
Marítimo, aéreo e transportes	7.537.801	2.176.534	8.375.937	(8.881.491)	(158.299)	9.050.482	10.989.042	(8.655.580)	(893.045)	10.490.899
Responsabilidade civil geral	30.207.438	60.498	27.946.633	(13.221.804)	(25.099)	44.967.666	16.448.261	(17.587.046)	1.735.356	45.564.238
Crédito e caução	1.126.208	-	20.765.383	(2.633.549)	372.069	19.630.111	1.679.498	(22.394.689)	2.361.287	1.276.206
Assistência	6.154	1.370	(3.607)	2.799	801	7.517	88.728	(13.642)	9.479	92.083
Diversos	9.705.116	59.520	14.977.628	(17.475.675)	(39.785)	7.226.804	15.021.903	(12.406.799)	290.591	10.132.498
	182.369.605	10.809.805	280.349.141	(184.292.728)	(424.321)	288.811.502	249.003.896	(246.650.109)	12.074.701	303.239.990
	222.723.793	10.942.216	400.570.978	(274.265.283)	179.828	360.151.533	412.105.776	(399.578.799)	19.767.373	392.445.884

As responsabilidades originadas no exercício e os montantes pagos não se encontram deduzidos da participação dos resseguradores nos reembolsos processados.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a provisão matemática e a provisão para participação nos resultados de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	2022			
	Provisão matemática	Custos de aquisição diferidos	Total provisão matemática	Total provisão para participação nos resultados
Seguros vida				
De contratos de seguro				
Vida risco individual	23.347.053	(2.823)	23.344.231	-
Vida risco grupo	8.415.707	-	8.415.707	-
	31.762.760	(2.823)	31.759.937	-
Seguros não vida				
Assistência	-	-	-	9.721
	-	-	-	9.721
	31.762.760	(2.823)	31.759.937	9.721

	2021			
	Provisão matemática	Custos de aquisição diferidos	Total provisão matemática	Total provisão para participação nos resultados
Seguros vida				
De contratos de seguro				
Vida risco individual	19.684.249	(4.896)	19.679.354	-
Vida risco grupo	9.264.991	-	9.264.991	-
	28.949.240	(4.896)	28.944.344	-
Seguros não vida				
Assistência	-	-	-	-
	-	-	-	-
	28.949.240	(4.896)	28.944.344	-

O movimento ocorrido na provisão matemática e na provisão para participação nos resultados de resseguro cedido durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	2022					
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no exercício e juro atribuído	Varição dos custos de aquisição diferidos	Resultados distribuídos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Provisão matemática						
Seguros vida						
De contratos de seguro						
Vida risco individual	19.679.354	3.556.353	2.398	-	106.126	23.344.231
Vida risco grupo	9.264.991	(851.836)	-	-	2.552	8.415.707
	28.944.344	2.704.517	2.398	-	108.678	31.759.937
Provisão para participação nos resultados						
Seguros não vida						
Assistência	-	-	-	9.721	-	9.721

	2021						
	Saldo inicial	Entradas no perímetro de consolidação	Responsabilidades originadas no exercício e juro atribuído	Variação dos custos de aquisição diferidos	Resultados distribuídos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Provisão matemática							
Seguros vida							
De contratos de seguro							
Vida risco individual	13.425.759	-	6.124.367	5.186	-	124.043	19.679.354
Vida risco grupo	9.346.549	27.508	(109.600)	-	-	533	9.264.991
	22.772.308	27.508	6.014.766	5.186	-	124.576	28.944.344
Provisão para participação nos resultados							
Seguros não vida							
Assistência	87.712	-	11.229	-	(98.941)	-	-

18. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Contas a receber por operações de seguro direto		
Recibos por cobrar	512.173.370	282.112.071
Mediadores	68.481.666	61.929.518
Reembolsos de sinistros	27.470.663	26.808.098
Co-seguradores	21.677.204	22.895.338
Fundo de Acidentes de Trabalho	2.070.478	2.167.786
Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas I.P. (IFAP)	413.761	49.972
Outros	2.135.363	999.311
	<u>634.422.505</u>	<u>396.962.094</u>
(Ajustamentos de recibos por cobrar - Nota 43)	(20.323.342)	(25.064.316)
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 43)	(5.620.112)	(5.318.768)
(Ajustamentos IFAP - Nota 41)	(247.225)	-
	<u>(26.190.679)</u>	<u>(30.383.084)</u>
	<u>608.231.826</u>	<u>366.579.010</u>
Contas a receber por outras operações de resseguro		
Contas correntes de resseguradores	147.735.077	91.544.785
Contas correntes de ressegurados	5.603.666	2.528.183
	<u>153.338.743</u>	<u>94.072.967</u>
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 43)	(10.731.606)	(8.972.067)
	<u>142.607.137</u>	<u>85.100.900</u>
Contas a receber por outras operações		
Cientes - contas correntes	76.859.577	100.599.549
Adiantamento a fornecedores	18.137.285	2.379.254
Contas de regularização interna	10.770.848	4.223.562
Arrendamentos imobiliários	6.245.798	2.753.923
Devedores por valores em depósito	2.533.745	1.713.389
Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas I.P. (IFAP)	1.691.447	1.464.985
Pessoal	405.760	1.288.292
Transações a liquidar	42.468.447	-
Outros	26.479.995	29.095.025
	<u>185.592.904</u>	<u>143.517.979</u>
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 43)	(31.208.534)	(39.928.893)
Dos quais:		
Cientes	(16.177.926)	(20.467.719)
	<u>154.384.370</u>	<u>103.589.086</u>
	<u>905.223.334</u>	<u>555.268.996</u>

Nos exercícios de 2022 e 2021 o valor na rubrica “Clientes – contas correntes” inclui os montantes de 70.220.194 Euros e 95.034.746 Euros, respetivamente, correspondentes ao setor hospitalar.

No exercício de 2022, o aumento acentuado na rubrica “Recibos por cobrar” deve-se essencialmente à entrada no perímetro da Companhia Liechtenstein Life Assurance AG.

Os saldos a receber do IFAP correspondem, essencialmente, a bonificações e a compensações por excesso de sinistralidade relativos às campanhas do seguro de colheitas dos anos de 2022.

A rubrica “Transações a liquidar” regista transações relacionadas com a venda de imóveis efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorre no ano seguinte.

19. Ativos e Passivos por Impostos

Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são os seguintes:

	2022	2021
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	73.073.811	-
Outros	71.512	78.834
	<u>73.145.323</u>	<u>78.834</u>
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	-	(46.027.929)
Outros		
Imposto do selo	(5.535.982)	(10.267.357)
Imposto sobre o valor acrescentado	(7.896.241)	(14.197.114)
Taxa para o fundo de garantia automóvel	(2.322.498)	(2.359.975)
Taxa para o fundo de acidentes de trabalho	(4.559.925)	(4.518.974)
Taxa para a autoridade nacional para proteção civil	(2.563.548)	(2.653.183)
Taxa para a autoridade de supervisão de seguros e fundos de pensões	(2.820.731)	(2.853.829)
Taxa para o instituto nacional de emergência médica	(3.356.168)	(3.216.898)
Segurança social	(7.011.787)	(7.623.703)
Retenções	(7.134.466)	(7.554.470)
Outros	(4.837.051)	(4.761.808)
	<u>(48.038.397)</u>	<u>(106.035.239)</u>
Ativos por impostos diferidos	502.675.790	228.471.753
Passivos por impostos diferidos	(234.440.166)	(126.537.688)
	<u>268.235.624</u>	<u>101.934.065</u>
	<u>293.342.550</u>	<u>(4.022.339)</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes referentes a ativos e passivos por impostos correntes sobre o rendimento do ano, apresentam o seguinte detalhe:

	2022	2021
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados	(57.822.689)	(115.364.515)
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por reservas	28.851.291	3.760.776
Retenções na fonte	2.908.115	2.145.007
Pagamentos por conta	83.707.034	15.822.944
Imposto sobre o rendimento das sucursais	(186.994)	(745.495)
Passivo fiscal	(21.989.959)	(12.201.057)
Imposto sobre o rendimento de anos anteriores	25.066.565	10.201.860
Outros	12.540.447	50.352.551
	<u>73.073.811</u>	<u>(46.027.929)</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica "Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados" corresponde ao montante da estimativa de IRC.

Em 2022 e 2021, o imposto sobre o rendimento registado por contrapartida de reservas resulta da variação da reserva de justo valor dos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas afetos a produtos de seguros do ramo vida com participação nos resultados, da variação dos desvios atuariais relativos aos benefícios pós-emprego concedidos aos

colaboradores, bem como das mais e menos-valias realizadas de títulos de rendimento variável com variação de justo valor por reservas.

No exercício de 2022 os impostos diferidos encontram-se mensurados à taxa 31,5%, exceto, quando aplicável na componente dos prejuízos fiscais, os quais são mensurados à taxa de 21%.

20. Acréscimos e Diferimentos (Ativo)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Acréscimos de rendimentos		
Serviços prestados e não faturados da Luz Saúde	35.563.831	49.142.606
<i>Rappel</i> de fornecedores da Luz Saúde	8.700.000	-
Estimativa de <i>profit commissions</i>	4.260.391	4.565.000
Outros	6.513.339	18.598.358
Gastos diferidos		
Licenças de software	7.524.985	5.627.144
Conservação e reparação	5.494.194	704.763
Rendas e alugueres	1.386.631	757.661
Publicidade	1.368.417	943.576
Seguros	970.739	1.644.348
Trabalhos especializados	721.168	18.358
Quotizações Associação Portuguesa de Seguradores	379.058	339.027
Comissões de emissão de produtos financeiros	360.860	2.455.794
Outros	21.028.487	19.893.736
	<u>94.272.100</u>	<u>104.690.371</u>

A rubrica “Gastos diferidos – Comissões de emissão de produtos financeiros” corresponde a comissões cobradas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. na comercialização de produtos de capitalização contabilizados como passivos financeiros, as quais são diferidas ao longo do prazo dos respetivos contratos.

A rubrica “Gastos diferidos – Outros” inclui 3.400.000 Euros relativos ao projeto de parceria entre a Luz Saúde, S.A. e a Universidade Católica Portuguesa.

21. Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de ativos, passivos e ganhos e perdas não correntes detidos para venda, apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Ativos não correntes detidos para venda		
Terrenos e edifícios de uso próprio	7.956.531	6.546.678
Ativos tangíveis	6.876.274	76.250
Inventário	24.450.240	483.048
	<u>39.283.044</u>	<u>7.105.976</u>
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
Outros passivos	15.824.973	3.760.697
	<u>15.824.973</u>	<u>3.760.697</u>
Ganhos e perdas de ativos não correntes classificados como detidos para venda		
Ganhos		
Ganhos realizados	-	3.890.250
	<u>-</u>	<u>3.890.250</u>
Perdas		
Outros custos	(1.441.931)	-
	<u>(1.441.931)</u>	<u>-</u>
	<u>(1.441.931)</u>	<u>3.890.250</u>

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta rubrica refere-se à Sociedade Gestora do Hospital de Loures e à unidade de Casas da Cidade Carnaxide (anteriormente conhecidas por Clube de Repouso Casa dos Leões) situado em Carnaxide, Lisboa.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo desta rubrica refere-se à unidade de Casas da Cidade Carnaxide (anteriormente conhecidas por Clube de Repouso Casa dos Leões) situado em Carnaxide, Lisboa.

22. Provisões Técnicas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentam a seguinte composição:

	2022			2021		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Provisão para prémios não adquiridos	6.385.851	638.312.760	644.698.611	6.179.070	554.961.616	561.140.686
Provisão matemática	2.629.722.639	-	2.629.722.639	2.766.184.105	-	2.766.184.105
Provisão para sinistros						
Sinistros declarados	156.704.626	2.103.084.429	2.259.789.055	152.471.046	2.047.525.868	2.199.996.914
Sinistros não declarados (IBNR)	97.475.007	144.120.133	241.595.140	76.739.958	119.545.222	196.285.180
	254.179.633	2.247.204.562	2.501.384.195	229.211.004	2.167.071.090	2.396.282.094
Provisão para participação nos resultados	26.354.207	57.377	26.411.583	63.265.165	474.425	63.739.590
Provisão para compromissos de taxa	16.561.158	-	16.561.158	17.780.388	-	17.780.388
Provisão para estabilização de carteira	24.110.995	-	24.110.995	25.803.587	-	25.803.587
Provisão para desvios de sinistralidade	-	35.645.359	35.645.359	-	33.356.809	33.356.809
Provisão para riscos em curso	-	46.203.478	46.203.478	-	47.888.226	47.888.226
Outras provisões técnicas	-	35.787.913	35.787.913	-	23.211.963	23.211.963
	2.957.314.482	3.003.211.448	5.960.525.930	3.108.423.319	2.826.964.127	5.935.387.447

As Outras provisões técnicas tiveram origem na Sucursal de França, na contabilização da PSNEM (*Provision pour Sinistres Non Encore Manifestés*), provisão obrigatória para os produtos relacionados com a responsabilidade civil ligada à construção. Nos exercícios de 2022 e 2021, o aumento acentuado da provisão deve-se essencialmente ao ajuste da PSNEM do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões para prémios não adquiridos de seguro direto e resseguro aceite, apresentam a seguinte composição:

	2022			2021		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Seguros vida	6.390.832	(4.980)	6.385.851	6.190.063	(10.993)	6.179.070
Seguros não vida						
Acidentes de trabalho	23.852.626	(4.136.930)	19.715.695	20.268.015	(3.859.033)	16.408.982
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	19.607.702	(6.218.823)	13.388.879	14.910.092	(3.924.555)	10.985.537
Doença	64.578.079	(9.846.792)	54.731.287	51.431.790	(7.832.709)	43.599.081
Incêndio e outros danos	224.382.273	(31.732.579)	192.649.694	195.785.015	(28.749.304)	167.035.711
Automóvel	289.045.714	(45.484.920)	243.560.793	257.998.076	(40.418.998)	217.579.078
Marítimo, aéreo e transportes	15.224.783	(581.504)	14.643.280	12.803.837	(638.159)	12.165.678
Responsabilidade civil geral	61.333.376	(9.665.000)	51.668.377	49.651.803	(7.064.598)	42.587.204
Crédito e caução	10.062.953	(294.265)	9.768.688	9.465.407	(143.628)	9.321.778
Proteção jurídica	2.946.025	(1.190.960)	1.755.065	2.682.770	(1.170.871)	1.511.899
Assistência	21.320.170	(4.735.093)	16.585.076	19.408.477	(4.280.669)	15.127.808
Diversos	23.514.301	(3.668.376)	19.845.925	22.433.872	(3.795.012)	18.638.860
	755.868.001	(117.555.242)	638.312.760	656.839.155	(101.877.538)	554.961.616
	762.258.833	(117.560.222)	644.698.611	663.029.218	(101.888.532)	561.140.686

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	Saldo 31/12/2020	Entradas no perímetro de consolidação	Responsabilidades originadas no exercício	Diferenças de câmbio	Saldo 31/12/2021	Entradas no perímetro de consolidação	Responsabilidades originadas no exercício	Diferenças de câmbio	Saldo 31/12/2022
Provisão para prémios não adquiridos									
Seguros vida	3.245.824	-	2.749.518	194.721	6.190.063	51.958	(43.903)	192.714	6.390.832
Seguros não vida									
Acidentes de trabalho	17.890.947	473.390	1.831.193	72.485	20.268.015	-	3.442.825	141.786	23.852.626
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	11.312.479	52.147	3.510.753	34.713	14.910.092	-	4.460.738	236.872	19.607.702
Doença	51.751.481	3.348.804	(2.017.703)	(1.650.792)	51.431.790	-	11.395.559	1.750.730	64.578.079
Incêndio e outros danos	164.761.864	1.396.219	29.166.486	460.446	195.785.015	-	20.817.928	7.779.329	224.382.273
Automóvel	238.843.044	3.058.909	16.662.538	(566.415)	257.998.076	-	24.230.018	6.817.620	289.045.714
Marítimo, aéreo e transportes	7.994.214	181.570	4.715.505	(87.452)	12.803.837	-	1.625.233	795.713	15.224.783
Responsabilidade civil geral	31.438.648	284.773	17.778.643	149.738	49.651.803	-	9.579.598	2.101.976	61.333.376
Crédito e caução	9.991.607	-	(485.758)	(40.442)	9.465.407	-	(222.704)	820.249	10.062.953
Proteção jurídica	2.483.804	-	198.919	47	2.682.770	-	262.403	853	2.946.025
Assistência	18.189.341	-	1.215.841	3.295	19.408.477	-	1.867.058	44.634	21.320.170
Diversos	19.270.896	-	3.352.596	(189.620)	22.433.872	-	329.472	750.957	23.514.301
	573.928.325	8.795.813	75.929.012	(1.813.996)	656.839.155	-	77.788.128	21.240.719	755.868.001
	577.174.149	8.795.813	78.678.530	(1.619.274)	663.029.218	51.958	77.744.224	21.433.433	762.258.833
Custos de aquisição diferidos									
Seguros vida	(20.260)	-	26.693	(17.426)	(10.993)	-	(2.103)	8.115	(4.980)
Seguros não vida									
Acidentes de trabalho	(3.590.341)	(62.405)	(60.691)	(145.596)	(3.859.033)	-	(388.449)	110.551	(4.136.930)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(3.179.590)	(337.814)	(378.720)	(28.432)	(3.924.555)	-	(2.632.922)	338.655	(6.218.823)
Doença	(9.461.347)	(4.532)	1.918.766	(285.597)	(7.832.709)	-	(1.752.045)	(262.038)	(9.846.792)
Incêndio e outros danos	(27.256.923)	(158.991)	(1.227.022)	(106.368)	(28.749.304)	-	(2.961.294)	(21.980)	(31.732.579)
Automóvel	(36.929.323)	(329.751)	(3.134.722)	(25.203)	(40.418.998)	-	(5.057.825)	(8.098)	(45.484.920)
Marítimo, aéreo e transportes	(345.492)	(22.273)	(138.813)	(131.581)	(638.159)	-	(57.007)	113.663	(581.504)
Responsabilidade civil geral	(5.443.758)	(38.002)	(1.547.770)	(35.068)	(7.064.598)	-	(2.626.304)	25.902	(9.665.000)
Crédito e caução	(134.781)	-	919	(9.767)	(143.628)	-	(145.125)	(5.512)	(294.265)
Proteção jurídica	(1.213.147)	-	42.278	(1)	(1.170.871)	-	(20.083)	(6)	(1.190.960)
Assistência	(4.125.094)	-	(159.845)	4.270	(4.280.669)	-	(452.683)	(1.741)	(4.735.093)
Diversos	(3.306.928)	-	(485.191)	(2.893)	(3.795.012)	-	127.783	(1.146)	(3.668.376)
	(94.986.724)	(953.767)	(5.170.810)	(766.237)	(101.877.538)	-	(15.965.954)	288.250	(117.555.242)
	(95.006.984)	(953.767)	(5.144.117)	(783.664)	(101.888.532)	-	(15.968.056)	296.366	(117.560.222)
	482.167.165	7.842.046	73.534.413	(2.402.938)	561.140.686	51.958	61.776.168	21.729.799	644.698.611

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	2022			2021		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
Seguros vida	156.704.626	97.475.007	254.179.633	152.471.046	76.739.958	229.211.004
Seguros não vida						
Acidentes de trabalho						
Provisão matemática	784.241.470	1.305.729	785.547.198	786.942.101	1.868.814	788.810.914
Provisão para assistência vitalícia	196.611.585	7.957.760	204.569.345	206.705.696	7.978.518	214.684.214
Provisão para assistência temporária	188.364.417	4.017.088	192.381.504	129.701.559	3.921.751	133.623.310
	1.169.217.471	13.280.576	1.182.498.047	1.123.349.355	13.769.083	1.137.118.438
Outros seguros						
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	36.785.759	8.840.518	45.626.277	29.448.816	7.980.043	37.428.859
Doença	88.647.166	12.969.709	101.616.875	71.959.479	14.636.165	86.595.644
Incêndio e outros danos	217.725.343	42.028.279	259.753.622	195.763.345	28.755.407	224.518.753
Automóvel	437.760.020	30.222.306	467.982.325	453.337.220	26.249.929	479.587.149
Marítimo, aéreo e transportes	15.980.018	4.612.783	20.592.801	13.461.741	2.679.415	16.141.156
Responsabilidade civil geral	109.102.256	29.246.201	138.348.456	115.608.660	24.465.559	140.074.219
Crédito e caução	1.968.475	186.811	2.155.286	20.414.687	105.109	20.519.796
Proteção jurídica	1.918.827	136.402	2.055.229	2.386.660	183.915	2.570.575
Assistência	7.636.531	94.621	7.731.152	8.647.718	124.238	8.771.956
Diversos	16.342.565	2.501.928	18.844.492	13.148.188	596.359	13.744.547
	933.866.958	130.839.557	1.064.706.515	924.176.513	105.776.139	1.029.952.652
	2.103.084.429	144.120.133	2.247.204.562	2.047.525.868	119.545.222	2.167.071.090
	2.259.789.055	241.595.140	2.501.384.195	2.199.996.914	196.285.180	2.396.282.094

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	Saldo 31/12/2020	Entradas no perímetro de consolidação	Responsabilidades originadas no exercício	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo 31/12/2021	Responsabilidades originadas no exercício	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo 31/12/2022
Seguros vida	164.426.888	363.281	686.800.582	(621.229.480)	(1.150.267)	229.211.004	811.498.756	(772.264.900)	(14.265.227)	254.179.633
Seguros não vida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acidentes de trabalho	1.051.768.480	6.773.502	259.319.873	(180.913.703)	170.286	1.137.118.438	291.743.379	(232.452.591)	(13.911.178)	1.182.498.047
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	35.759.992	149.041	12.099.967	(10.573.178)	(6.963)	37.428.859	22.882.920	(14.786.368)	100.865	45.626.277
Doença	61.913.692	(13.204)	320.582.474	(296.720.180)	832.862	86.595.644	365.922.369	(346.082.478)	(4.818.661)	101.616.875
Incêndio e outros danos	160.052.904	8.151.473	219.155.601	(162.482.467)	(358.758)	224.518.753	278.191.262	(236.779.109)	(6.177.283)	259.753.622
Automóvel	433.761.486	3.485.268	462.033.448	(419.277.886)	(415.168)	479.587.149	511.459.400	(518.593.642)	(4.470.582)	467.982.325
Marítimo, aéreo e transportes	14.053.628	2.181.390	14.479.707	(14.598.209)	24.641	16.141.156	24.191.862	(19.113.500)	(626.717)	20.592.801
Responsabilidade civil geral	121.067.007	73.630	50.229.793	(31.230.982)	(65.229)	140.074.219	38.624.090	(38.004.008)	(2.345.845)	138.348.456
Crédito e caução	2.164.256	-	23.095.498	(4.363.032)	(376.927)	20.519.796	16.802.341	(32.786.735)	(2.380.116)	2.155.286
Proteção jurídica	2.606.765	-	400.320	(436.510)	-	2.570.575	(127.809)	(387.399)	(138)	2.055.229
Assistência	7.598.041	127.423	37.065.109	(36.017.943)	(674)	8.771.956	34.265.528	(35.416.834)	110.502	7.731.152
Diversos	16.093.207	222.558	28.776.892	(31.425.249)	77.139	13.744.547	32.218.968	(26.657.084)	(461.938)	18.844.492
	1.906.839.458	21.151.081	1.427.238.682	(1.188.039.340)	(118.791)	2.167.071.090	1.616.174.310	(1.501.059.748)	(34.981.090)	2.247.204.562
	2.071.266.346	21.514.362	2.114.039.264	(1.809.268.820)	(1.269.059)	2.396.282.094	2.427.673.066	(2.273.324.648)	(49.246.317)	2.501.384.195

As responsabilidades originadas no exercício e os montantes pagos não incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e não se encontram deduzidas dos reembolsos processados pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
Seguros não vida		
Acidentes de trabalho	787.100	991.450
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	350.221	221.649
Doença	10.579.352	10.048.658
Incêndio e outros danos	7.375.413	5.507.497
Automóvel	17.179.824	22.799.559
Marítimo, aéreo e transportes	1.510	81.065
Responsabilidade civil geral	6.659.252	4.790.735
Crédito e caução	17.528	12.426
Proteção jurídica	478.345	648.005
Assistência	2.769.914	2.745.404
Diversos	5.019	41.780
	46.203.478	47.888.226

O movimento ocorrido nas provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	Saldo 31/12/2020	Dotações / (Reversões) no exercício	Diferenças de câmbio	Saldo 31/12/2021	Dotações / (Reversões) no exercício	Diferenças de câmbio	Saldo 31/12/2022
Seguros vida	131.691	(127.133)	(4.558)	-	-	-	-
Seguros não vida							
Acidentes de trabalho	894.185	83.306	13.960	991.450	(211.202)	6.852	787.100
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	1.206.791	(984.732)	(410)	221.649	(2.285)	130.857	350.221
Doença	9.305.489	743.142	26	10.048.658	534.669	(3.974)	10.579.352
Incêndio e outros danos	3.996.776	1.490.514	20.207	5.507.497	1.588.425	279.492	7.375.413
Automóvel	16.265.006	6.525.133	9.420	22.799.559	(5.682.607)	62.873	17.179.824
Marítimo, aéreo e transportes	-	81.065	-	81.065	(79.555)	-	1.510
Responsabilidade civil geral	3.036.904	1.753.830	-	4.790.735	1.868.517	-	6.659.252
Crédito e caução	6.200	5.559	667	12.426	4.663	439	17.528
Proteção jurídica	477.133	170.872	-	648.005	(169.658)	(2)	478.345
Assistência	1.974.627	770.777	-	2.745.404	24.515	(5)	2.769.914
Diversos	42.201	(2.073)	1.651	41.780	(36.679)	(81)	5.019
	37.205.312	10.637.392	45.522	47.888.226	(2.161.197)	476.449	46.203.478
	37.337.003	10.510.259	40.964	47.888.226	(2.161.197)	476.449	46.203.478

No ramo automóvel, a alteração do método de cálculo da provisão para riscos em curso descrita na Nota 2.17.j), devido ao impacto do surto pandémico Coronavírus – COVID-19 no exercício de 2021, deu origem a um reforço da provisão de 20.659.927 Euros.

O movimento ocorrido na provisão matemática e na provisão para participação nos resultados de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	2022								
	Saldo inicial	Entradas no perímetro de consolidação	Responsabilidades originadas no exercício e juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Varição dos custos de aquisição diferidos	Recomposição de carteira	Resultados distribuídos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Provisão matemática									
Seguros vida									
De contratos de seguro	1.157.254.749	461.234	(34.408.993)	-	(82.979)	-	7.338.688	(699.083)	1.129.863.615
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	1.608.929.356	-	(258.267.070)	-	71.706	(66.194)	160.079.930	(10.888.705)	1.499.859.023
	2.766.184.105	461.234	(292.676.064)	-	(11.272)	(66.194)	167.418.618	(11.587.788)	2.629.722.639
Provisão para participação nos resultados									
A Atribuir									
Seguros vida									
De contratos de seguro	2.298.802	-	592.585	(1.821.061)	-	-	(89.762)	-	980.564
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	15.767.021	-	9.220.829	(25.160.093)	-	-	181.151	-	8.909
	18.065.824	-	9.813.415	(26.981.154)	-	-	91.389	-	989.473
Atribuída									
Seguros vida									
De contratos de seguro	35.026.204	-	(13.693.790)	-	-	-	(1.766.873)	-	19.565.540
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	10.173.138	-	3.869.487	-	-	-	(8.237.573)	(5.858)	5.799.194
	45.199.341	-	(9.824.303)	-	-	-	(10.004.447)	(5.858)	25.364.734
Seguros não vida									
Acidentes de trabalho	18.999	-	20.633	-	-	-	(19.327)	-	20.306
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	339.952	-	57.392	-	-	-	(366.523)	-	30.821
Doença	-	-	1.981.365	-	-	-	(1.981.365)	-	-
Incêndio e outros danos	6.250	-	1.374.656	-	-	-	(1.374.656)	-	6.250
Automóvel	-	-	1.620.575	-	-	-	(1.620.575)	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	393	-	-	-	(393)	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	25.735	-	-	-	(25.735)	-	-
Crédito e caução	-	-	21.178	-	-	-	(21.178)	-	-
Assistência	-	-	66.225	-	-	-	(66.225)	-	-
Diversos	109.223	-	79.332	-	-	-	(188.555)	-	-
	474.425	-	5.247.483	-	-	-	(5.664.531)	-	57.377
	45.673.766	-	(4.576.820)	-	-	-	(15.668.978)	(5.858)	25.422.110
	63.739.590	-	5.236.595	(26.981.154)	-	-	(15.577.589)	(5.858)	26.411.583

	2021								
	Saldo inicial	Entradas no perímetro de consolidação	Responsabilidades originadas no exercício e juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Varição dos custos de aquisição diferidos	Recomposição de carteira	Resultados distribuídos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Provisão matemática									
Seguros vida									
De contratos de seguro	1.120.569.415	1.153.966	35.201.758	-	(3.426)	-	429.317	(96.282)	1.157.254.749
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	1.767.082.914	653.149	(164.204.983)	-	3.796	(53.055)	5.447.535	-	1.608.929.356
	<u>2.887.652.329</u>	<u>1.807.116</u>	<u>(129.003.225)</u>	<u>-</u>	<u>370</u>	<u>(53.055)</u>	<u>5.876.852</u>	<u>(96.282)</u>	<u>2.766.184.105</u>
Provisão para participação nos resultados									
A Atribuir									
Seguros vida									
De contratos de seguro	2.040.347	-	40.071	218.384	-	-	-	-	2.298.802
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	29.220.881	-	6.082.864	(19.995.034)	-	-	458.311	-	15.767.021
	<u>31.261.228</u>	<u>-</u>	<u>6.122.935</u>	<u>(19.776.650)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>458.311</u>	<u>-</u>	<u>18.065.824</u>
Atribuída									
Seguros vida									
De contratos de seguro	34.766.531	879.444	3.841.646	-	-	-	(4.461.417)	-	35.026.204
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	9.689.070	-	4.258.095	-	-	-	(3.774.027)	-	10.173.138
	<u>44.455.601</u>	<u>879.444</u>	<u>8.099.740</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.235.444)</u>	<u>-</u>	<u>45.199.341</u>
Seguros não vida									
Acidentes de trabalho	-	18.999	-	-	-	-	-	-	18.999
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	-	339.952	-	-	-	-	-	-	339.952
Incêndio e outros danos	6.250	-	6.115	-	-	-	(6.115)	-	6.250
Proteção jurídica	-	-	346	-	-	-	(346)	-	-
Assistência	-	-	102.211	-	-	-	(102.211)	-	-
Diversos	-	109.223	140.087	-	-	-	(140.087)	-	109.223
	<u>6.250</u>	<u>468.175</u>	<u>248.760</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(248.760)</u>	<u>-</u>	<u>474.425</u>
	<u>44.461.851</u>	<u>1.347.619</u>	<u>8.348.500</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.484.204)</u>	<u>-</u>	<u>45.673.766</u>
	<u>75.723.079</u>	<u>1.347.619</u>	<u>14.471.435</u>	<u>(19.776.650)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.025.893)</u>	<u>-</u>	<u>63.739.590</u>

A provisão para participação nos resultados a atribuir e atribuída é movimentada de acordo com a política descrita na Nota 2.17. f).

O movimento ocorrido na provisão para compromissos de taxa e na provisão para estabilização de carteira de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	Saldo 31/12/2020	Reversões no exercício	Saldo 31/12/2021	Reversões no exercício	Saldo 31/12/2022
Provisão para compromissos de taxa					
Seguros vida					
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária					
Vida capitalização individual	5.648.440	(2.843.931)	2.804.509	(1.270.554)	1.533.954
Vida capitalização grupo	1.800.637	(1.056.526)	744.111	(206.734)	537.378
Vida PPR individual	21.562.945	(7.331.177)	14.231.768	258.057	14.489.825
	<u>29.012.022</u>	<u>(11.231.634)</u>	<u>17.780.388</u>	<u>(1.219.231)</u>	<u>16.561.158</u>
Provisão para estabilização de carteira					
Seguros vida					
De contratos de seguro					
Vida risco grupo	26.345.782	(542.195)	25.803.587	(1.692.592)	24.110.995
	<u>26.345.782</u>	<u>(542.195)</u>	<u>25.803.587</u>	<u>(1.692.592)</u>	<u>24.110.995</u>

O movimento ocorrido na provisão para desvios de sinistralidade de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	Saldo 31/12/2020	Dotações no exercício	Saldo 31/12/2021	Dotações no exercício	Saldo 31/12/2022
Seguros não vida					
Incêndio e outros danos	28.705.382	1.980.643	30.686.025	2.258.745	32.944.770
Responsabilidade civil geral	61.681	-	61.681	-	61.681
Crédito e caução	2.005.006	4.587	2.009.593	-	2.009.593
Diversos	574.205	25.305	599.510	29.805	629.315
	<u>31.346.274</u>	<u>2.010.535</u>	<u>33.356.809</u>	<u>2.288.550</u>	<u>35.645.359</u>

23. Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	2022						
	Saldo Inicial	Entradas no perímetro de consolidação	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Recomposição de carteira	Saldo final
Valorizados ao justo valor							
<i>Contratos unit-linked</i>							
<i>Unit-linked</i> capitalização individual	1.447.057.443	617.559.480	1.206.171.340	(182.251.341)	(318.237.006)	(601.726)	2.769.698.191
<i>Unit-linked</i> capitalização grupo	721.245	-	1.058.363	-	-	-	1.779.608
<i>Unit-linked</i> PPR	312.491.275	-	98.980.283	(20.051.238)	(25.723.881)	(1.359.449)	364.336.990
	<u>1.760.269.963</u>	<u>617.559.480</u>	<u>1.306.209.986</u>	<u>(202.302.579)</u>	<u>(343.960.887)</u>	<u>(1.961.176)</u>	<u>3.135.814.789</u>
Valorizados ao custo amortizado							
<i>Outros contratos de investimento</i>							
Vida PPR Taxa Fixa Individual	4.471.685.759	-	177.396.711	(895.141.239)	9.409.976	1.425.643	3.764.776.850
Vida Taxa Fixa Individual	1.881.617.869	-	388.672.441	(668.424.383)	3.353.734	602.016	1.605.821.677
Vida Taxa Fixa Grupo	816.882	-	37.080	-	29.261	-	883.223
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	4.435.555	-	-	(994)	3.313	-	4.437.874
	<u>6.358.556.065</u>	<u>-</u>	<u>566.106.232</u>	<u>(1.563.566.616)</u>	<u>12.796.284</u>	<u>2.027.659</u>	<u>5.375.919.624</u>
	<u>8.118.826.028</u>	<u>617.559.480</u>	<u>1.872.316.218</u>	<u>(1.765.869.195)</u>	<u>(331.164.603)</u>	<u>66.483</u>	<u>8.511.734.412</u>

	2021					
	Saldo Inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Recomposição de carteira	Saldo final
Valorizados ao justo valor						
<i>Contratos unit-linked</i>						
<i>Unit-linked</i> capitalização individual	436.425.650	1.042.531.268	(47.732.420)	16.009.090	(176.145)	1.447.057.443
<i>Unit-linked</i> capitalização grupo	721.245	-	-	-	-	721.245
<i>Unit-linked</i> PPR	86.383.232	229.704.106	(7.906.181)	8.432.175	(4.122.056)	312.491.275
	<u>523.530.127</u>	<u>1.272.235.374</u>	<u>(55.638.601)</u>	<u>24.441.265</u>	<u>(4.298.202)</u>	<u>1.760.269.963</u>
Valorizados ao custo amortizado						
<i>Outros contratos de investimento</i>						
Vida PPR Taxa Fixa Individual	5.487.653.605	211.809.623	(1.239.512.201)	7.559.621	4.175.111	4.471.685.759
Vida Taxa Fixa Individual	2.343.751.263	611.885.111	(1.088.940.537)	14.745.886	176.145	1.881.617.869
Vida Taxa Fixa Grupo	751.929	36.834	-	28.119	-	816.882
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	4.435.555	-	-	-	-	4.435.555
	<u>7.836.592.352</u>	<u>823.731.568</u>	<u>(2.328.452.738)</u>	<u>22.333.626</u>	<u>4.351.256</u>	<u>6.358.556.065</u>
	<u>8.360.122.479</u>	<u>2.095.966.941</u>	<u>(2.384.091.339)</u>	<u>46.774.891</u>	<u>53.055</u>	<u>8.118.826.028</u>

Os “Outros contratos de investimento” correspondem, na sua maior parte, a responsabilidades com contratos que garantem ao segurado uma taxa de rentabilidade fixa ao longo da totalidade do contrato, encontrando-se registados ao custo amortizado.

Em 2022 as entradas no perímetro dizem respeito à aquisição da empresa Liechtenstein Life Assurance AG.

24. Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas e Outros Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estas rubricas têm a seguinte composição:

	2022	2021
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		
Cobertura justo valor (Nota 7)	25.238.071	169.915.652
Outros derivados (Nota 7)	129.278.235	129.754.462
Passivo financeiro da <i>put option</i>	-	70.400.219
Outros passivos financeiros		
Derivados de cobertura		
Cobertura de fluxos de caixa (Nota 7)	4.154.865	10.785.132
Cobertura de investimento líquido (Nota 7)	795.084	12.796.635
	4.949.949	23.581.767
Passivos subordinados	502.164.558	501.053.722
Depósitos recebidos de resseguradores		
Vida	1.773.745	39.783.982
Não Vida	52.828.960	41.494.526
	54.602.705	81.278.509
Empréstimos	487.519.635	398.049.531
Locações	148.661.036	127.577.673
	1.197.897.883	1.131.541.202
	1.352.414.189	1.501.611.535

A rubrica “Outros derivados” inclui uma opção de venda e uma opção de compra sobre a totalidade das ações da Fidelidade Moçambique - Companhia de Seguros S.A..

A rubrica “Empréstimos” em 31 de dezembro de 2022 inclui empréstimos obtidos sobre os quais incidem juros a uma taxa média anual de 3,45%, com um prazo de maturidade máxima de, aproximadamente, 12 anos, e um programa de emissão de Papel Comercial, subscrito pelo Grupo em 2014, sujeito a uma taxa média anual de 1,59% e com um prazo de maturidade máximo de, aproximadamente, 7 anos.

A rubrica “Passivos subordinados” diz respeito à emissão de dívida do Grupo no dia 4 de junho de 2021, no valor de 500.000.000 Euros, com prazo de maturidade de 10 anos, com *call option* a 5 anos e uma taxa de remuneração em cerca de 4,25%.

Em dezembro de 2021 a Fidelidade alienou unidades de participação de um fundo imobiliário no valor de 40 milhões de Euros. No contrato de venda, (i) foi acordado que, no prazo de 12 meses, se algum investidor adquirir unidades de participação deste fundo imobiliário por um preço inferior ao valor de mercado, em termos comparáveis ao do presente contrato, o adquirente tem direito a uma redução do preço e (ii) foi contratada uma *Put Option* a favor da adquirente mediante a qual esta pode vender a totalidade da posição à Fidelidade no final de 5 anos sem qualquer condição, ou a cada aniversário do contrato, se o valor de mercado a essa data for inferior ao valor na data do contrato. Caso a *Put Option* seja exercida, o preço de exercício é o maior entre o valor de mercado e o valor à data do contrato acrescido de uma rentabilidade de 3% ao ano, ajustado caso existam aumentos de capital ou distribuição de rendimentos. A transação cumpre os requisitos da IFRS 9 para desreconhecimento do ativo transferido, tendo a Fidelidade transferido substancialmente todos os riscos e benefícios, uma vez que a exposição à sua variabilidade já não é significativa em relação à variabilidade total do valor atual dos fluxos de caixa líquidos futuros associados às unidades de participação do fundo imobiliário.

Na mesma data foram emitidas unidades de participação do mesmo fundo no valor de 25 milhões de Euros que têm associada uma garantia de rentabilidade de 3% ao ano, num período de 5 anos.

Em 2021, a rubrica “Passivo financeiro da *put option*” diz respeito a uma opção de venda contratada entre a Fid Perú e os acionistas minoritários da La Positiva Seguros Y Reaseguros S.A.A. na data da compra desta empresa. De acordo com o contratado, a opção de venda pode ser exercida pelos acionistas minoritários em datas, condições e preço definidos no contrato, preço esse que será ajustado caso ocorram aumentos de capital ou distribuição de dividendos. Em outubro de 2022 ocorreu a Oferta Pública de Aquisição (OPA) que culminou na aquisição de 42,93% da La Positiva Seguros Y Reaseguros S.A por parte da FID Perú S.A. no montante 103.123.066 Euros. Dada esta operação, foi anulado o montante da *put option* que se encontrava contabilizado na rubrica de “Passivo financeiro da *put option*” passando a apresentar um saldo nulo a 31 de dezembro de 2022.

Os movimentos ocorridos nos passivos de locações durante o exercício de 2022 foram os seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	127.577.673
Incremento do Período	60.367.983
Adições	54.626.676
Juros	4.458.815
Outros	1.282.493
Decréscimo do Período	39.284.620
Pagamentos	39.284.620
Saldo em 31 de dezembro de 2022	148.661.036

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o passivo de locações apresenta a seguinte maturidade:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Locações	62.278.514	30.292.897	24.382.505	31.707.121	148.661.036
	62.278.514	30.292.897	24.382.505	31.707.121	148.661.036

Os valores registados durante o ano foram reconhecidos de acordo com os princípios definidos na IFRS 16 – “Locações”, que se encontram descritos na Nota 2.12.

25. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Mediadores	115.207.523	75.980.923
Tomadores de seguro	101.452.458	59.577.168
Co-seguradoras	15.423.151	18.797.568
	<u>232.083.131</u>	<u>154.355.659</u>
Contas a pagar por outras operações de resseguro		
Contas correntes de resseguradores	483.352.391	206.983.305
Contas correntes de ressegurados	4.095.223	2.157.628
	<u>487.447.614</u>	<u>209.140.933</u>
Contas a pagar por outras operações		
Fornecedores conta corrente	68.281.615	76.332.675
Transações a liquidar	11.015.364	13.918.048
Garantias - Inquilinos	10.490.358	12.943.728
Contas de regularização interna	8.658.118	5.273.149
Adiantamento de clientes	8.533.372	6.530.767
Depósito de garantia	1.690.555	868.700
Pessoal	1.581.819	1.280.312
Fundos de pensões	652.299	619.429
Empresas do grupo	447.853	132.256
Empresas associadas	-	517.833
Credores diversos	19.685.270	13.041.209
	<u>131.036.625</u>	<u>131.458.108</u>
	<u>850.567.371</u>	<u>494.954.700</u>

A rubrica “Contas de regularização interna” regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

A rubrica “Transações a liquidar” regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

26. Acréscimos e Diferimentos (Passivo)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Rendimentos diferidos		
Rendas e alugueres	11.233.562	9.952.216
Outros	4.858.986	7.556.784
	<u>16.092.548</u>	<u>17.509.000</u>
Acréscimos de gastos		
Comissões a pagar	71.679.147	76.492.090
Férias e subsídios a pagar	45.102.712	41.433.421
Honorários médicos/enfermagem	35.942.725	33.194.549
Prémios de desempenho da empresa	16.922.190	15.135.235
Remunerações variáveis, incluindo encargos	13.889.307	11.261.593
Pagamentos diferidos – Marketing	7.889.671	9.792.217
Faturas em conferência	7.707.829	6.980.731
Seguros	5.696.026	5.337.093
Benefícios optativos de carreira	5.406.878	4.281.215
Outsourcing (exceto contabilidade e informática)	3.861.689	3.754.493
Trabalhos especializados	2.019.420	3.019.195
Auditoria	2.008.583	965.067
Serviços de saúde	1.975.031	7.070.684
Juros a liquidar	1.723.109	460.096
Publicidade	1.670.611	844.300
Outros custos com pessoal	1.483.719	1.601.572
Imposto municipal de imóveis	983.974	1.423.405
Provisão para prémios de angariação	708.031	737.253
Eletricidade	394.996	651.646
Outros	35.256.752	34.476.862
	<u>262.322.401</u>	<u>258.912.716</u>
	<u>278.414.949</u>	<u>276.421.716</u>

A rubrica “Comissões a pagar” inclui:

- Estimativa das *over commissions*, nos montantes de 35.999.518 Euros e 36.058.179 Euros, relativas aos exercícios de 2022 e 2021, respetivamente;
- Estimativa de comissões a pagar à CGD, nos montantes de 26.242.212 Euros e 32.564.262 Euros, relativas aos exercícios de 2022 e 2021, respetivamente.

27. Outras Provisões e Passivos Contingentes

O movimento na rubrica de “Outras provisões”, durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	2022							
	Saldo inicial	Entradas no perímetro de consolidação	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	Desvios atuariais por capital próprio	Saldo final
Provisões para impostos	23.835.164	-	8.000.042	(2.880.734)	-	1.698.446	-	30.652.918
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 36)								
Benefícios de saúde	25.903.684	-	-	(598.391)	-	-	(6.975.396)	18.329.897
Encargos com pensões	33.936	-	-	(26.911)	-	-	-	7.025
Provisão para o Fundo de Acidentes de Trabalho	55.136.302	-	1.200.000	-	-	-	-	56.336.302
Provisão para reestruturação	10.141.774	-	-	(7.473.446)	-	-	-	2.668.327
Provisão para contingências judiciais	15.620.668	145.429	-	(3.190.282)	-	458.764	-	13.034.580
Outras	31.569.322	4.301.078	-	(4.579.819)	(19.737.844)	(4.697.776)	-	6.854.961
	<u>162.240.851</u>	<u>4.446.507</u>	<u>9.200.042</u>	<u>(18.749.582)</u>	<u>(19.737.844)</u>	<u>(2.540.565)</u>	<u>(6.975.396)</u>	<u>127.884.011</u>

	2021							
	Saldo inicial	Entradas no perímetro de consolidação	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	Desvios atuariais por capital próprio	Saldo final
Provisões para impostos	561.131	-	23.254.997	-	-	19.036	-	23.835.164
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 36)								
Benefícios de saúde	27.006.755	-	-	(642.953)	(455.402)	-	(4.716)	25.903.684
Encargos com pensões	37.261	-	-	(3.325)	-	464.834	(464.834)	33.936
Provisão para o Fundo de Acidentes de Trabalho	53.936.302	-	1.200.000	-	-	-	-	55.136.302
Provisão para reestruturação	9.402.267	-	5.974.644	(5.235.138)	-	-	-	10.141.774
Provisão para contingências judiciais	4.157.794	957.260	7.558.937	-	-	2.946.678	-	15.620.668
Outras	25.343.731	-	4.960.187	-	-	1.265.404	-	31.569.322
	<u>120.445.241</u>	<u>957.260</u>	<u>42.948.765</u>	<u>(5.881.415)</u>	<u>(455.402)</u>	<u>4.695.952</u>	<u>(469.550)</u>	<u>162.240.851</u>

O Grupo tem constituída uma provisão, enquadrada no programa de reestruturação e rejuvenescimento de colaboradores que se consubstancia na contratação de novos colaboradores qualificados e na saída negociada de um conjunto de colaboradores antes da idade normal de reforma.

Em 2021 saíram 234 colaboradores, o que originou a utilização de 5.235.138 Euros. No mesmo período foram contratados 331 colaboradores.

Em 2022 saíram 301 colaboradores, o que originou a utilização de 7.473.446 Euros. No mesmo período foram contratados 397 colaboradores.

Tendo em conta esta estratégia de continuidade na constante renovação de competências e novos perfis, foi necessário rever o desenvolvimento do plano e, em 31 de dezembro 2021, o Grupo reforçou a provisão em 5.974.644 Euros, respetivamente, considerando o custo efetivo das saídas de colaboradores negociadas recentemente, tendo por base a idade legal de reforma de 66 anos e 6 meses em 2021.

Os outros montantes registados na rubrica “Outras” destinam-se a fazer face a processos judiciais em curso e a outras contingências decorrentes da atividade do Grupo.

Em 2022 e 2021, a rubrica “Outras provisões” inclui utilizações de 8.614.203 Euros e de 1.861.554 Euros, respetivamente, que se encontram registados na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

A coluna “Outros” diz respeito ao passivo associado ao Acordo de benefícios de Longo Prazo dos Órgãos Sociais no valor de 4.697.776 Euros, que foi reclassificado da rubrica de “Outras provisões – Outras” para a rubrica de “Responsabilidade com Benefícios de empregados”, em janeiro de 2022.

A rubrica “Provisões para encargos com benefícios dos empregados – Benefícios de saúde” destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pelo Grupo relativamente a benefícios de saúde atribuídos aos seus colaboradores. A rubrica “Provisões para encargos com benefícios dos empregados – Encargos com pensões” destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pelo Grupo decorrentes do complemento de reforma atribuído a alguns dos seus colaboradores e que não se encontra abrangido pelo fundo de pensões constituído pelo Grupo para cobertura das responsabilidades com benefícios pós-emprego do plano de pensões de benefício definido (Nota 36).

Em julho de 2022, a Autoridade da Concorrência (AdC) condenou a Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP) e alguns dos seus associados, onde se inclui a Luz Saúde, S.A., de alegada prática concertada, restritiva da concorrência, na contratação de serviços de saúde hospitalares por parte do subsistema de saúde público Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P. (ADSE). A AdC concluiu que os referidos associados da APHP coordenaram entre si a estratégia e o posicionamento negocial a adotar no âmbito das relações com a ADSE, através e com a participação conjunta da APHP, entre 2014 e 2019. A decisão de sanção resultou numa coima total de 190.995 milhares de Euros da qual, cabendo à Luz Saúde, S.A. uma coima no montante de 66.209 milhares de Euros. A Administração da Luz Saúde, S.A. entende que não cometeu qualquer infração ao direito da concorrência, pelo que, apoiada pela sua Direção Jurídica e de *Compliance* e respetivos consultores legais externos, apresentou recurso da decisão referida. Neste sentido, a Administração da Luz Saúde, S.A. acredita que a decisão da AdC acabará por ser revertida, atendendo a que o processo negocial com a ADSE, em causa na decisão final da AdC, refletiu apenas a metodologia adotada para as referidas negociações que, a pedido da própria ADSE, foi acordada entre esta e a Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP), em representação dos seus associados, nunca colocando em causa os princípios e as normas orientadoras do direito da concorrência. Num cenário, ainda que não expectável, em que o recurso apresentado pela Luz Saúde, S.A. não venha a ter o resultado previsto, a manutenção da condenação por parte da AdC poderá afetar de forma negativa a Emitente no montante divulgado acima, ou noutro que venha a ser determinado pelo Tribunal, na sequência do recurso apresentado pela Luz Saúde, S.A..

28. Capital e Outros instrumentos de capital

O capital social, integralmente detido pela Millennium Gain Limited, é constituído por 50.000 ações com o valor nominal unitário de 1,00 Euro e encontra-se integralmente realizado.

Os outros instrumentos de capital são constituídos por prestações suplementares, não se encontrando previsto o seu reembolso no curto prazo. De acordo com a legislação em vigor, a restituição depende da deliberação dos acionistas a qual só pode ser aprovada se, em virtude da mesma, a situação líquida do Grupo não se torne inferior à soma do capital social e da reserva legal.

	Valor bruto	Interesses Não-controlados	Total	Valor bruto	Interesses Não-controlados	Total
Reserva por impostos diferidos						
De instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	168.510.161	(41.734.864)	126.775.298	(25.165.090)	(12.340.157)	(37.505.247)
De instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	(14.214.213)	(68.000)	(14.282.213)	(28.149.253)	1.737.390	(26.411.863)
De terrenos e edifícios de uso próprio	6.863.871	(2.320.066)	4.543.805	3.618.794	(1.051.960)	2.566.833
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	(677.737)	342.705	(335.032)	516.616	(297.338)	219.278
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	(6.732.623)	644.741	(6.087.882)	(1.496.834)	(140.827)	(1.637.661)
De diferenças de câmbio	10.218.042	(1.594.934)	8.623.108	8.469.181	(1.332.538)	7.136.644
Desvios atuariais						
Pensões de reforma	25.183.654	(1.801.415)	23.382.239	25.183.395	(1.805.117)	23.378.277
Benefícios de saúde	1.688.397	99.219	1.787.616	3.885.647	(231.235)	3.654.411
Imposto já (liquidado) / deduzido sobre valias potenciais em ativos	14.267.139	(3.290.607)	10.976.531	(10.834.805)	(370.579)	(11.205.384)
	<u>205.106.691</u>	<u>(49.723.220)</u>	<u>155.383.471</u>	<u>(23.972.350)</u>	<u>(15.832.362)</u>	<u>(39.804.712)</u>
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	(801.983)	120.328	(681.655)	(1.394.347)	209.205	(1.185.142)
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição						
Valias brutas (Nota 6)	13.266.093	(1.465.541)	11.800.553	64.027.318	(9.768.973)	54.258.346
Montante atribuível aos segurados	-	-	-	(165.436)	24.821	(140.615)
	<u>13.266.093</u>	<u>(1.465.541)</u>	<u>11.800.553</u>	<u>63.861.883</u>	<u>(9.744.152)</u>	<u>54.117.731</u>
Outras reservas						
Reservas Método de Equivalência Patrimonial	(2.561.436)	1.186.080	(1.375.356)	(3.149.290)	1.294.775	(1.854.515)
Reserva legal	159.596.544	(250)	159.596.293	132.774.402	(250)	132.774.152
Desvios atuariais						
Pensões de reforma	(35.415.559)	(875.020)	(36.290.579)	(49.735.259)	1.273.482	(48.461.777)
Benefícios de saúde	(5.359.990)	178.190	(5.181.800)	(12.335.387)	1.224.766	(11.110.621)
Reserva de fusão	-	-	-	91.335.345	-	91.335.345
Outras reservas	862.677.161	26.834.864	889.512.024	887.297.327	(152.009.381)	735.287.946
	<u>978.936.719</u>	<u>27.323.863</u>	<u>1.006.260.582</u>	<u>1.046.187.139</u>	<u>(148.216.609)</u>	<u>897.970.530</u>
Resultados transitados	<u>223.162.499</u>	<u>-</u>	<u>223.162.499</u>	<u>39.422.186</u>	<u>-</u>	<u>39.422.186</u>
Resultado do exercício	<u>266.367.243</u>	<u>(80.124.896)</u>	<u>186.242.347</u>	<u>303.346.167</u>	<u>(74.085.456)</u>	<u>229.260.711</u>
	<u><u>836.157.832</u></u>	<u><u>126.830.684</u></u>	<u><u>962.306.860</u></u>	<u><u>1.405.899.253</u></u>	<u><u>(162.603.257)</u></u>	<u><u>1.243.295.996</u></u>

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% ou a 5% dos lucros líquidos de cada exercício, consoante se trate de uma empresa de seguros ou de outra empresa, deverá ser transferida para a reserva legal, até à concorrência do capital ou até que atinja 20% do capital, respetivamente. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

Os resultados do exercício de 2021 e 2020 foram aplicados conforme indicado:

	2021	2020
Aplicação do resultado distribuível		
Reserva legal	32.898.533	25.829.815
Reservas livres	22.303.288	228.025.783
Resultados transitados	173.077.431	(65.190.228)
Reserva por imposto	(412.888)	-
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	1.394.347	-
	<u>229.260.711</u>	<u>188.665.370</u>

O resultado consolidado dos exercícios de 2022 e 2021 foi determinado da seguinte forma:

	2022	2021
Contributo para o Resultado Consolidado		
Seguros		
Longrun Portugal, SGPS, S.A.	(741.126)	(434.312)
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	112.443.017	212.282.911
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	2.580.603	3.694.077
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	2.936.577	5.416.025
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	717.425	695.375
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	23.419.493	28.476.573
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A.	5.368.269	722.882
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	859.546	3.787.231
Fidelidade Macau Vida - Companhia de Seguros, S.A.	(341.166)	660.026
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	2.224.886	1.911.193
Positiva Seguros y Reaseguros S.A.A.	(5.779.155)	7.709.961
La Positiva Vida Seguros Y Reaseguros S.A.	39.846.851	38.992.301
Alianza Vida Seguros y Reaseguros S.A.	3.314.668	6.853.013
Alianza Compañía de Seguros y Reaseguros E.M.A. S.A.	5.816.500	6.603.155
Alianza Garantía Seguros Y Reaseguros S.A.	1.032.026	393.805
La Positiva S.A. – Entidad Prestadora de Salud	1.171.806	104.893
FID Chile Seguros Generales, S.A.	(4.332.950)	(3.993.269)
Fidelidade Moçambique – Companhia de Seguros, S.A.	7.769.272	-
Liechtenstein Life Assurance AG	11.570.150	-
Imobiliário		
Fidelidade - Property Europe, S.A.	(10.409.727)	(12.284.214)
Fidelidade - Property International, S.A.	(860.203)	82.976.422
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste	-	8.740.728
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado IMOFID	14.428.828	6.928.701
FPI (UK) 1 LIMITED	9.591.816	(184.880)
FPE (Lux) Holding S.à r.l.	4.821.307	(12.184.893)
Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l.	10.573.678	(33.048)
Thomas More Square (Lux) S.à r.l.	(35.837.954)	20.713.638
FPE (IT) Società per Azioni	51.630.734	22.366.786
Godo Kaisha Praia	-	(360.494)
Godo Kaisha Moana	-	(3.803)
Fundo Broggi (Maranello)	35.102.270	29.576.401
Broggi Retail S.R.L.	(25.281)	(24.584)
FPE (BE) Holding	(11.779.366)	6.643.101
IBERFID - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	4.140.779	663.662
FPE (HU) Kft.	2.232.252	517.204
FPE (UK) 1 LIMITED	2.745.512	(38.515)
FPE (Lux) 1	(244.344)	(1.373.220)

	2022	2021
Contributo para o Resultado Consolidado		
Imobiliário		
FPE (PT), SGPS, S.A.	(45.571)	(33.879)
FPE (PT) OFFICE A, S.A.	2.970.005	(1.378.831)
FPE (PT) 2 OFFICE B, S.A.	3.369.247	(1.555.499)
FPE (PT) 3 RESIDENTIAL, S.A.	(665.883)	(1.533.341)
FPE (PT) 4 RET, S.A.	1.127.028	(308.815)
FPE (PT) 5 PARK, S.A.	1.410.978	(529.905)
GK Lisbon	131.942	(17.310)
TMK Lisbon	5.528.741	315.240
EA One Holding, Inc	(3.294.741)	-
Saúde		
Luz Saúde, S.A. (contas consolidadas, excluindo interesses minoritários)	25.075.036	14.293.093
Clínica Fisiátrica das Antas, Unipessoal, Lda.	2.787	(279.613)
Multi Health, S.A.	(5.814)	-
Outros setores		
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	513.285	237.889
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	132.142	110.980
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	(117.587)	(271.612)
Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	(757.673)	221.672
CARES - Assistência e Reparações, S.A.	166.859	467.825
Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda.	-	1.056
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda.	19.615	1.418
FCM Beteiligungs GmbH	(18.833)	(35.223)
FID III (HK) LIMITED	29.843	(2.414)
Fidelidade - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.	195.246	541.565
FID Loans 1 (Ireland) Limited	(9.964.483)	10.906.195
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A.	325.765	99.855
(método da equivalência patrimonial)		
Serfun Portugal (método da equivalência patrimonial)	(19.308)	(27.058)
Universal - Assistência e Serviços, Lda.	56.146	15.908
FID Latam, SGPS, S.A.	(110.512)	(110.915)
GEP Cabo Verde Gestão de Peritagens, Lda	13.809	24.070
FID Perú, S.A.	15.579.379	7.576.286
Fid Chile SpA	(7.939)	(28.739)
Fid Chile & MT JV SpA	51.645	144.466
Alianza SAFI, S.A.	170.462	246.098
Full Assistance S.R.L.	154.414	58.357
Worldwide Security Corporation S.A.	(314.540)	(264.637)
FID I&D, S.A.	(624.910)	(242.661)
EA One Holding, Inc (método da equivalência patrimonial)	-	1.574.551
FPE (PT), S.A.	170.556	(749.202)
Tenax Capital Limited	2.935.698	1.100.658
Cetra - Car Remarketing, S.A.	16.946	(12.064)
the prosperity company AG	601.887	-
prosperity brokershome AG	(2.640)	-
prosperity solutions AG	104.790	-
prosperity solutions GmbH	61.214	-
prosperity cashtech AG	33.545	-
prosperity funds SICAV	831.169	-
prosperity brokershome GmbH	(57.694)	-
Fid Real Assets SGPS, S.A.	(22.462)	-
Fid Real Assets Spain	13.185	-
Eliminação de dividendos	(47.193.860)	(177.223.291)

	2022	2021
Contributo para o Resultado Consolidado		
Outros ajustamentos de consolidação		
Eliminação de valorização de filiais	(52.663.185)	(30.951.916)
Interesses não controlados (Nota 30)	(80.124.896)	(74.085.457)
Anulação de perdas por imparidade liquidas de reversões	42.583.762	17.188.615
Mais-valias consolidadas da aquisição de filiais	26.144.709	
Contabilidade de cobertura	(17.263.628)	24.355.090
Valorização da Put Option (Nota 24)	(14.188.076)	(2.756.540)
Anulação de ganhos e perdas em transações intra-grupo	(6.719.012)	447.810
Anulação das diferenças de câmbio em transações intra-grupo	3.729.827	6.464.863
Ajustamentos em imobiliário	1.620.156	(1.014.221)
Correção de resultados de anos anteriores	(662.409)	(3.797.188)
Imposto diferido sobre valias	(366.562)	32.830.438
Mais-valias consolidadas da venda de filiais	28.009	(59.710.111)
Outros	(432.257)	442.326
	<u>186.242.347</u>	<u>229.260.711</u>

30. Interesses não controlados

O valor das participações de terceiros em subsidiárias tem a seguinte distribuição por entidade:

	2022		2021	
	% Interesses não controlados	Valor	% Interesses não controlados	Valor
Alianza Compañía de Seguros y Reaseguros E.M.A. S.A.	44,00%	20.461.687	44,57%	18.610.451
Alianza Garantía Seguros Y Reaseguros S.A.	71,58%	3.905.643	72,01%	3.242.188
Alianza SAFI, S.A.	73,30%	932.461	73,60%	825.646
Alianza Vida Seguros y Reaseguros S.A.	52,87%	10.064.204	53,46%	8.093.121
Broggi Retail S.R.L	4,24%	(5.749)	4,24%	(4.677)
Cetra - Car Remarketing, S.A.	49,00%	95.492	49,00%	72.489
EA One Holding, Inc	43,00%	20.694.754	0,00%	-
Fid Chile & MT JV SpA	0,72%	269.451	0,72%	204.782
Fid Chile Seguros Generales, S.A.	0,72%	(117.950)	0,72%	(92.720)
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A.	29,97%	7.251.834	29,97%	5.284.088
FPE (IT) Società per Azioni	4,24%	14.064.906	4,24%	14.070.413
Full Assistance S.R.L.	47,55%	(321.903)	48,12%	(413.424)
Fundo Broggi	4,24%	4.439.237	4,24%	2.949.280
Fundo de Investimento Imobiliário Aberto IMOFID	50,27%	128.359.121	51,61%	121.057.860
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	44,11%	7.067.817	44,11%	6.527.347
GEP Cabo Verde Gestão de Peritagens, Limitada	11,03%	6.190	11,03%	4.667
La Positiva S.A. – Entidad Prestadora de Salud	31,49%	1.209.289	33,16%	794.604
La Positiva Seguros y Reaseguros S.A.	6,07%	5.445.353	8,50%	10.266.165
La Positiva Vida Seguros Y Reaseguros S.A.	44,02%	20.406.124	45,31%	36.908.164
Liechtenstein Life Assurance AG	30,00%	5.324.061	0,00%	-
Luz Saúde, S.A.	0,14%	1.346.034	49,15%	316.306.252
prosperity brokershome AG	30,00%	971	0,00%	-
prosperity brokershome GmbH	30,00%	(17.308)	0,00%	-
prosperity casstech AG	30,00%	13.175	0,00%	-
prosperity funds SICAV	30,00%	258.861	0,00%	-
prosperity solutions AG	30,00%	61.833	0,00%	-
prosperity solutions GmbH	30,00%	18.364	0,00%	-
Fidelidade Moçambique – Companhia de Seguros, S.A.	30,00%	19.471.318	30,00%	17.579.933
Tenax Capital Limited	20,00%	925.638	25,00%	490.651
the prosperity company AG	30,00%	29.276.083	0,00%	-
Thomas More Square (Lux) Holdings Sarl	0,70%	(63.230)	0,70%	(58.148)
Thomas More Square (Lux) Sarl	0,30%	208.633	0,30%	381.665
TMK Lisbon	3,00%	1.445.910	3,00%	1.481.200
Universal Assistência e Serviços, Lda	43,98%	466.325	43,98%	10.846
Worldwide Security Corporation S.A.	46,79%	(462.408)	48,85%	(326.099)
		<u>302.502.221</u>		<u>564.266.745</u>

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Perímetro Longrun

Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	15,00%	368.342.109	15,00%	425.418.103
Ajustamentos entre subperímetros		100.401		100.401
		<u>368.442.510</u>		<u>425.518.504</u>
		<u>670.944.731</u>		<u>989.785.249</u>

A parcela do lucro consolidado atribuível a acionistas minoritários em 2022 e 2021 apresenta o seguinte detalhe:

	2022		2021	
	% Interesses não controlados	Valor	% Interesses não controlados	Valor
Alianza Compañía de Seguros y Reaseguros E.M.A. S.A.	44,00%	(2.202.433)	44,57%	(2.847.667)
Alianza Garantía Seguros Y Reaseguros S.A.	71,58%	(744.345)	72,01%	(284.381)
Alianza SAFI, S.A.	73,30%	(125.166)	73,60%	(181.119)
Alianza Vida Seguros y Reaseguros S.A.	52,87%	(1.717.318)	53,46%	(3.633.537)
Broggi Retail S.R.L	4,24%	1.072	4,24%	1.043
Cetra - Car Remarketing, S.A.	49,00%	(3.003)	49,00%	5.911
EA One Holding, Inc	43,00%	556.879	0,00%	-
Fid Chile & MT JV SpA	0,72%	2.017	0,72%	(473)
Fid Chile Seguros Generales, S.A.	0,72%	31.341	0,72%	42.139
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A.	29,97%	(1.192.314)	29,97%	140.981
FPE (IT) Società per Azioni	4,24%	5.507	4,24%	4.622
Full Assistance S.R.L.	47,55%	(74.002)	48,12%	(28.084)
Fundo Broggi	4,24%	(1.489.957)	4,24%	(1.255.632)
Fundo de Investimento Imobiliário Aberto IMOFID	50,27%	(7.246.354)	51,61%	(4.743)
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste	0,00%	-	0,00%	(85.986)
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	44,11%	(954.570)	44,11%	(815.512)
GEP Cabo Verde Gestão de Peritagens, Limitada	11,03%	(1.523)	11,03%	(2.028)
Godo Kaisha Moana	0,00%	-	0,00%	114
Godo Kaisha Praia	0,00%	-	0,00%	(979.799)
La Positiva S.A. – Entidad Prestadora de Salud	31,49%	(386.041)	33,16%	(34.787)
La Positiva Seguros y Reaseguros S.A.	6,07%	590.907	8,50%	(631.426)
La Positiva Vida Seguros Y Reaseguros S.A.	44,02%	(17.007.293)	45,31%	(16.443.196)
Liechtenstein Life Assurance AG	30,00%	(3.471.045)	0,00%	-
Luz Saúde, S.A.	0,14%	(8.616.487)	49,15%	(6.371.528)
prosperity brokershome AG	30,00%	792	0,00%	-
prosperity brokershome GmbH	30,00%	17.308	0,00%	-
prosperity cashtech AG	30,00%	(10.064)	0,00%	-
prosperity funds SICAV	30,00%	(249.351)	0,00%	-
prosperity solutions AG	30,00%	(31.437)	0,00%	-
prosperity solutions GmbH	30,00%	(18.364)	0,00%	-
Fidelidade Moçambique – Companhia de Seguros, S.A.	30,00%	(2.317.456)	30,00%	-
Tenax Capital Limited	20,00%	(703.639)	25,00%	(155.657)
the prosperity company AG	30,00%	640.566	0,00%	-
Thomas More Square (Lux) Holdings Sarl	0,70%	2.835	0,70%	231
Thomas More Square (Lux) Sarl	0,30%	108.085	0,30%	(67.509)
TMK Lisbon	3,00%	(154.944)	3,00%	(9.462)
Universal Assistência e Serviços, Lda	43,98%	(22.782)	43,98%	(30.702)
Worldwide Security Corporation S.A.	46,79%	148.785	48,85%	129.285
		<u>(46.633.790)</u>		<u>(33.538.901)</u>
Perímetro Longrun				
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	15,00%	(33.491.106)	15,00%	(40.546.555)
		<u>(33.491.106)</u>		<u>(40.546.555)</u>
		<u>(80.124.896)</u>		<u>(74.085.456)</u>

31. Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022			2021		
	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Prémios brutos emitidos						
Ramo vida						
Contrato de seguro sem participação nos resultados	511.746.327	(125.872.054)	385.874.274	432.042.389	(98.128.086)	333.914.303
Contrato de seguro com participação nos resultados	11.102.960	(1.195.471)	9.907.489	30.562.117	(1.272.032)	29.290.085
Contrato de investimento com participação discricionária nos resultados	96.825.733	(4.554)	96.821.179	70.026.490	-	70.026.490
	619.675.020	(127.072.078)	492.602.942	532.630.996	(99.400.118)	433.230.878
Ramo não vida						
Acidentes de trabalho	375.454.128	(2.922.340)	372.531.789	312.145.052	(2.893.923)	309.251.129
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	57.483.860	(22.423.103)	35.060.757	47.141.908	(18.243.309)	28.898.598
Doença	541.694.403	(17.695.794)	523.998.609	466.992.808	(16.134.106)	450.858.702
Incêndio e outros danos	560.232.621	(310.950.879)	249.281.742	477.569.701	(246.675.919)	230.893.782
Automóvel	747.747.296	(57.014.674)	690.732.622	668.182.882	(42.473.125)	625.709.758
Marítimo, aéreo e transportes	60.074.560	(36.650.547)	23.424.014	51.042.270	(31.667.962)	19.374.308
Responsabilidade civil geral	125.684.008	(72.516.646)	53.167.362	114.457.297	(62.809.736)	51.647.562
Crédito e caução	29.716.810	(21.080.319)	8.636.491	29.508.237	(21.654.806)	7.853.431
Proteção jurídica	7.231.475	(6.810)	7.224.665	6.652.794	(9.146)	6.643.647
Assistência	57.794.130	(252.571)	57.541.559	53.264.640	(115.429)	53.149.211
Diversos	63.036.165	(32.004.797)	31.031.368	56.131.299	(25.809.021)	30.322.278
	2.626.149.455	(573.518.479)	2.052.630.976	2.283.088.888	(468.486.482)	1.814.602.406
	3.245.824.475	(700.590.557)	2.545.233.918	2.815.719.884	(567.886.600)	2.247.833.284
Varição da provisão para prémios não adquiridos						
Ramo vida						
Contrato de seguro sem participação nos resultados	15.064	(2.477.312)	(2.462.248)	(2.643.816)	1.633.165	(1.010.651)
Contrato de seguro com participação nos resultados	28.839	(14.055)	14.784	(109.479)	31.844	(77.635)
Contrato de investimento com participação discricionária nos resultados	-	-	-	3.778	-	3.778
	43.903	(2.491.366)	(2.447.463)	(2.749.518)	1.665.009	(1.084.508)
Ramo não vida						
Acidentes de trabalho	(3.442.825)	-	(3.442.825)	(1.831.193)	-	(1.831.193)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(4.460.738)	4.511.997	51.259	(3.510.753)	3.017.258	(493.495)
Doença	(11.395.559)	1.994.546	(9.401.012)	2.017.703	(443.323)	1.574.380
Incêndio e outros danos	(20.817.928)	13.894.445	(6.923.483)	(29.166.486)	22.520.884	(6.645.602)
Automóvel	(24.230.018)	8.088.091	(16.141.927)	(16.662.538)	3.376.240	(13.286.297)
Marítimo, aéreo e transportes	(1.625.233)	1.570.640	(54.592)	(4.715.505)	3.588.085	(1.127.419)
Responsabilidade civil geral	(9.579.598)	9.905.297	325.699	(17.778.643)	13.144.334	(4.634.309)
Crédito e caução	222.704	(988.702)	(765.998)	485.758	(626.358)	(140.600)
Proteção jurídica	(262.403)	(836)	(263.239)	(198.919)	-	(198.919)
Assistência	(1.867.058)	(1.764)	(1.868.822)	(1.215.841)	195	(1.215.646)
Diversos	(329.472)	718.986	389.514	(3.352.596)	2.308.189	(1.044.407)
	(77.788.128)	39.692.701	(38.095.426)	(75.929.012)	46.885.506	(29.043.506)
	(77.744.224)	37.201.335	(40.542.890)	(78.678.530)	48.550.515	(30.128.015)
Prémios adquiridos						
Ramo vida						
Contrato seguro sem participação nos resultados	511.761.392	(128.349.365)	383.412.026	429.398.572	(96.494.921)	332.903.652
Contrato seguro com participação nos resultados	11.131.799	(1.209.526)	9.922.273	30.452.637	(1.240.187)	29.212.450
Contrato investimento participação discricionária nos resultados	96.825.733	(4.554)	96.821.179	70.030.268	-	70.030.268
	619.718.923	(129.563.445)	490.155.479	529.881.478	(97.735.108)	432.146.370
Ramo não vida						
Acidentes de trabalho	372.011.303	(2.922.339)	369.088.964	310.313.860	(2.893.923)	307.419.936

	2022			2021		
	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	53.023.122	(17.911.105)	35.112.016	43.631.154	(15.226.051)	28.405.103
Doença	530.298.844	(15.701.248)	514.597.597	469.010.511	(16.577.429)	452.433.082
Incêndio e outros danos	539.414.693	(297.056.434)	242.358.259	448.403.215	(224.155.035)	224.248.180
Automóvel	723.517.278	(48.926.583)	674.590.694	651.520.345	(39.096.884)	612.423.460
Marítimo, aéreo e transportes	58.449.328	(35.079.907)	23.369.421	46.326.765	(28.079.876)	18.246.889
Responsabilidade civil geral	116.104.410	(62.611.349)	53.493.061	96.678.654	(49.665.402)	47.013.253
Crédito e caução	29.939.513	(22.069.020)	7.870.493	29.993.995	(22.281.164)	7.712.832
Proteção jurídica	6.969.072	(7.646)	6.961.426	6.453.875	(9.146)	6.444.729
Assistência	55.927.072	(254.335)	55.672.737	52.048.799	(115.234)	51.933.565
Diversos	62.706.693	(31.285.811)	31.420.882	52.778.703	(23.500.832)	29.277.871
	<u>2.548.361.328</u>	<u>(533.825.778)</u>	<u>2.014.535.550</u>	<u>2.207.159.876</u>	<u>(421.600.976)</u>	<u>1.785.558.900</u>
	<u>3.168.080.251</u>	<u>(663.389.222)</u>	<u>2.504.691.029</u>	<u>2.737.041.354</u>	<u>(519.336.084)</u>	<u>2.217.705.269</u>

Nos exercícios de 2022 e 2021, os prémios de contratos de seguro do ramo vida podem ser decompostos da seguinte forma:

	2022	2021
Prémios brutos emitidos de seguro direto	<u>615.278.139</u>	<u>529.814.185</u>
Contratos individuais	185.616.060	151.712.945
Contratos de grupo	<u>429.662.079</u>	<u>378.101.240</u>
	<u>615.278.139</u>	<u>529.814.185</u>
Periódicos	566.714.065	265.411.540
Não periódicos	<u>48.564.074</u>	<u>264.402.645</u>
	<u>615.278.139</u>	<u>529.814.185</u>
Contratos sem participação nos resultados	507.742.986	429.255.361
Contratos com participação nos resultados	<u>107.535.153</u>	<u>100.558.824</u>
	<u>615.278.139</u>	<u>529.814.185</u>
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite	4.396.881	2.816.811
Prémios brutos emitidos de seguro direto e resseguro aceite	<u>619.675.020</u>	<u>532.630.996</u>
Saldo de resseguro	<u>(17.240.047)</u>	<u>29.929.165</u>

32. Comissões de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento ou como Contratos de Prestação de Serviços

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
De contratos de investimento	110.011.045	411.046
De contratos de prestação de serviços	<u>4.404.606</u>	-
	<u>114.415.652</u>	<u>411.046</u>

No exercício de 2022, o aumento acentuado nestas rubricas deve-se essencialmente à entrada no perímetro da Companhia Liechtenstein Life Assurance AG.

33. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022			2021		
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Total	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Total
Ramo vida						
Seguro direto e resseguro aceite						
De contratos de seguro	363.451.624	13.732.240	377.183.864	313.193.694	55.141.829	368.335.523
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	370.621.398	(2.483.237)	368.138.161	244.029.595	7.737.412	251.767.006
	734.073.022	11.249.003	745.322.025	557.223.288	62.879.241	620.102.530
Resseguro cedido						
De contratos de seguro	(90.490.224)	(10.173.191)	(100.663.415)	(82.146.225)	(30.249.282)	(112.395.507)
	643.582.797	1.075.812	644.658.610	475.077.063	32.629.959	507.707.022
Ramo não vida						
Seguro direto e resseguro aceite						
Acidentes de trabalho	212.776.128	27.981.061	240.757.189	168.920.177	77.373.252	246.293.429
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	21.185.175	8.177.501	29.362.676	16.271.263	1.499.398	17.770.662
Doença	410.366.356	10.102.209	420.468.565	366.916.838	22.918.168	389.835.006
Incêndio e outros danos	224.876.388	29.051.401	253.927.789	168.456.000	56.368.446	224.824.446
Automóvel	502.796.843	(18.415.536)	484.381.306	416.984.417	38.611.554	455.595.972
Marítimo, aéreo e transportes	17.036.191	3.769.826	20.806.017	13.236.722	26.810	13.263.532
Responsabilidade civil geral	32.153.752	(3.938.190)	28.215.562	28.106.082	18.842.023	46.948.105
Crédito e caução	11.599.873	(20.744.875)	(9.145.002)	4.504.638	17.760.514	22.265.152
Proteção jurídica	(333.158)	(28.140)	(361.298)	1.722.932	(36.190)	1.686.742
Assistência	40.738.412	2.659.830	43.398.242	42.951.014	1.096.990	44.048.005
Diversos	22.955.234	4.635.942	27.591.176	25.899.966	(2.487.101)	23.412.866
	1.496.151.195	43.251.028	1.539.402.222	1.253.970.050	231.973.866	1.485.943.916
Resseguro cedido						
Acidentes de trabalho	(1.502.160)	40.208	(1.461.952)	(946.625)	1.356.884	410.259
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(2.530.295)	(6.123.528)	(8.653.823)	(3.066.463)	(1.508.198)	(4.574.661)
Doença	(11.467.679)	249.145	(11.218.533)	(31.016.872)	(209.571)	(31.226.444)
Incêndio e outros danos	(112.304.121)	(13.949.859)	(126.253.979)	(59.496.428)	(54.944.667)	(114.441.094)
Automóvel	(45.428.853)	599.922	(44.828.930)	(39.898.114)	(10.898.607)	(50.796.721)
Marítimo, aéreo e transportes	(6.789.270)	(2.333.462)	(9.122.732)	(6.735.019)	505.553	(6.229.465)
Responsabilidade civil geral	(11.847.890)	1.138.785	(10.709.105)	(12.139.063)	(14.724.829)	(26.863.892)
Crédito e caução	(9.679.340)	20.715.191	11.035.852	(2.633.549)	(18.131.833)	(20.765.383)
Assistência	(13.642)	(75.086)	(88.728)	2.799	807	3.606
Diversos	(11.520.475)	(2.615.103)	(14.135.579)	(12.716.088)	2.498.047	(10.218.041)
	(213.083.724)	(2.353.787)	(215.437.510)	(168.645.422)	(96.056.414)	(264.701.835)
	1.283.067.471	40.897.241	1.323.964.712	1.085.324.628	135.917.452	1.221.242.080
	1.926.650.268	41.973.053	1.968.623.321	1.560.401.692	168.547.411	1.728.949.103

Os “Sinistros pagos” incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e os reembolsos processados pelo Grupo.

Nos exercícios de 2022 e 2021, os custos com variações das outras provisões técnicas apresentam a seguinte composição:

	2022			Total
	Outras provisões técnicas	Provisão matemática	Participação nos resultados	
Ramo vida				
Seguro direto e resseguro aceite				
De contratos de seguro	(1.692.592)	(34.408.993)	(13.101.205)	(49.202.790)
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	(1.219.231)	(258.267.070)	13.090.317	(246.395.984)
	(2.911.822)	(292.676.064)	(10.888)	(295.598.774)
Resseguro cedido				
De contratos de seguro	-	(2.704.517)	-	(2.704.517)
	-	(2.704.517)	-	(2.704.517)
Líquido				
De contratos de seguro	(1.692.592)	(37.113.510)	(13.101.205)	(51.907.307)
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	(1.219.231)	(258.267.070)	13.090.317	(246.395.984)
	(2.911.822)	(295.380.581)	(10.888)	(298.303.292)
Ramo não vida				
Seguro direto e resseguro aceite				
Acidentes de trabalho	(211.202)	-	20.633	(190.568)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(2.285)	-	57.392	55.107
Doença	534.669	-	1.981.365	2.516.034
Incêndio e outros danos	3.829.469	-	1.374.656	5.204.125
Automóvel	(5.682.607)	-	1.620.575	(4.062.032)
Marítimo, aéreo e transportes	(79.555)	-	393	(79.162)
Responsabilidade civil geral	14.444.468	-	25.735	14.470.203
Crédito e caução	4.663	-	21.178	25.841
Proteção jurídica	(169.658)	-	-	(169.658)
Assistência	24.515	-	66.225	90.740
Diversos	(6.874)	-	79.332	72.457
	12.685.602	-	5.247.483	17.933.085
Resseguro cedido				
Responsabilidade civil geral	(12.413.556)	-	-	(12.413.556)
	(12.413.556)	-	-	(12.413.556)
Líquido				
Acidentes de trabalho	(211.202)	-	20.633	(190.568)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(2.285)	-	57.392	55.107
Doença	534.669	-	1.981.365	2.516.034
Incêndio e outros danos	3.829.469	-	1.374.656	5.204.125
Automóvel	(5.682.607)	-	1.620.575	(4.062.032)
Marítimo, aéreo e transportes	(79.555)	-	393	(79.162)
Responsabilidade civil geral	2.030.911	-	25.735	2.056.646
Crédito e caução	4.663	-	21.178	25.841
Proteção jurídica	(169.658)	-	-	(169.658)
Assistência	24.515	-	66.225	90.740
Diversos	(6.874)	-	79.332	72.457
	272.046	-	5.247.483	5.519.529
	(2.639.777)	(295.380.581)	5.236.595	(292.783.763)

	2021			Total
	Outras provisões técnicas	Provisão matemática	Participação nos resultados	
Ramo vida				
Seguro direto e resseguro aceite				
De contratos de seguro	(669.328)	35.201.758	3.881.716	38.414.146
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	(11.231.634)	(164.204.983)	10.340.959	(165.095.658)
	(11.900.962)	(129.003.225)	14.222.676	(126.681.512)
Resseguro cedido				
De contratos de seguro	-	(6.014.766)	-	(6.014.766)
	-	(6.014.766)	-	(6.014.766)
Líquido				
De contratos de seguro	(669.328)	29.186.992	3.881.716	32.399.380
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	(11.231.634)	(164.204.983)	10.340.959	(165.095.658)
	(11.900.962)	(135.017.992)	14.222.676	(132.696.278)
Ramo não vida				
Seguro direto e resseguro aceite				
Acidentes de trabalho	83.306	-	-	83.306
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(984.732)	-	-	(984.732)
Doença	743.142	-	-	743.142
Incêndio e outros danos	3.498.858	-	6.115	3.504.974
Automóvel	6.525.133	-	-	6.525.133
Marítimo, aéreo e transportes	81.065	-	-	81.065
Responsabilidade civil geral	15.996.597	-	-	15.996.597
Crédito e caução	10.146	-	-	10.146
Proteção jurídica	170.872	-	346	171.218
Assistência	770.777	-	102.211	872.988
Diversos	23.232	-	140.087	163.319
	26.918.396	-	248.760	27.167.155
Resseguro cedido				
Responsabilidade civil geral	(14.127.741)	-	-	(14.127.741)
Assistência	-	-	(11.229)	(11.229)
	(14.127.741)	-	(11.229)	(14.138.970)
Líquido				
Acidentes de trabalho	83.306	-	-	83.306
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(984.732)	-	-	(984.732)
Doença	743.142	-	-	743.142
Incêndio e outros danos	3.498.858	-	6.115	3.504.974
Automóvel	6.525.133	-	-	6.525.133
Marítimo, aéreo e transportes	81.065	-	-	81.065
Responsabilidade civil geral	1.868.855	-	-	1.868.855
Crédito e caução	10.146	-	-	10.146
Proteção jurídica	170.872	-	346	171.218
Assistência	770.777	-	90.982	861.759
Diversos	23.232	-	140.087	163.319
	12.790.654	-	237.531	13.028.185
	889.692	(135.017.992)	14.460.206	(119.668.093)

A variação das outras provisões técnicas do ramo vida inclui a reversão da provisão para estabilização de carteira no montante de 1.692.592 Euros no exercício de 2022 e no montante de 669.328 Euros no exercício de 2021.

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica inclui ainda a reversão de 1.219.231 Euros e de 11.231.634 Euros, respetivamente, da provisão para compromissos de taxa.

34. Custos e Gastos de Exploração Líquidos, por Natureza e Função

Nos exercícios de 2022 e 2021, os custos de exploração incorridos pelo Grupo apresentam a seguinte composição por natureza:

	2022	2021
Custos com pessoal (Nota 35)	463.684.114	446.214.508
Fornecimentos e serviços externos		
Subcontratos	142.310.977	148.887.267
Trabalhos especializados	133.704.161	128.348.968
Gastos com trabalho independente	101.349.173	96.217.078
Despesas do Hospital	85.031.465	113.004.748
Conservação e reparação	37.254.342	34.789.688
Publicidade e propaganda	30.874.569	22.384.981
Licenças de software	19.084.590	16.229.299
Comunicação	11.198.654	10.679.775
Rendas e alugueres	10.125.000	7.898.792
Despesas de representação	6.138.124	1.041.976
Deslocações e Estadas	5.719.431	2.903.098
Vigilância e segurança	5.099.679	6.089.674
Seguros	4.400.463	4.972.387
Eletricidade	4.297.616	8.990.351
Combustível	4.162.534	3.157.746
Contencioso e Notariado	3.231.110	2.733.944
Limpeza, higiene e conforto	3.005.202	2.730.466
Gastos com cobrança de prémios	2.585.812	2.297.613
Material de escritório	2.165.661	1.827.773
Quotizações	2.121.716	2.463.674
Água	1.123.526	1.382.827
Outros	27.956.878	23.555.384
	<u>642.940.681</u>	<u>642.587.512</u>
Depreciações e amortizações do exercício (Notas 11, 13 e 16)	76.222.247	69.520.396
Juros suportados	44.275.020	24.699.500
Impostos e taxas	35.324.230	32.002.204
Comissões	23.520.397	20.291.931
Outras provisões	(935.337)	32.658.331
	<u>1.285.031.351</u>	<u>1.267.974.383</u>

Nos exercícios de 2022 e 2021, as rubricas de depreciações e amortizações do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	2022			2021		
	Ativos sem regime de locação	Ativos em locação	Total	Ativos sem regime de locação	Ativos em locação	Total
Terrenos e Edifícios (Nota 10)	11.634.226	16.982.806	28.617.031	13.120.416	15.078.083	28.198.500
Depreciações de outros ativos tangíveis (Nota 13)	16.647.681	17.843.000	34.490.681	15.684.217	16.877.210	32.561.427
Depreciações de outros ativos intangíveis (Nota 16)	13.114.535	-	13.114.535	8.760.469	-	8.760.469
	<u>41.396.442</u>	<u>34.825.806</u>	<u>76.222.247</u>	<u>37.565.103</u>	<u>31.955.293</u>	<u>69.520.396</u>

Nos exercícios de 2022 e 2021, existiram também os seguintes encargos relacionados com as locações:

	2022			2021		
	Depreciações dos ativos de direito de uso	Despesas de Locações de curta duração	Despesas de contratos de baixo valor	Depreciações dos ativos de direito de uso	Despesas de Locações de curta duração	Despesas de contratos de baixo valor
Terrenos e Edifícios	16.982.806	-	-	15.078.083	-	-
Equipamento Administrativo	54.349	-	-	44.539	-	-
Máquinas e Equipamento	-	-	238.376	803	-	81.562
Equipamento Informático	1.065.780	-	1.384.076	2.350.198	-	903.238
Material de Transporte	2.461.255	236.941	-	2.787.218	202.698	-
Equipamento Hospitalar	14.231.023	-	-	11.663.859	-	-
Outro Equipamento	30.593	-	1.315.338	30.593	-	1.338.944
	34.825.806	236.941	2.937.790	31.955.293	202.698	2.323.744

Nos exercícios de 2022 e 2021, a rubrica de juros suportados apresenta o seguinte detalhe:

	2022			2021		
	Locações	Outros encargos	Total	Locações	Outros encargos	Total
Terrenos e edifícios	1.906.756	-	1.906.756	286.396	-	286.396
Ativos fixos tangíveis e intangíveis						
Equipamentos administrativo	10	-	10	41	-	41
Máquinas e equipamentos	-	-	-	7	-	7
Equipamento informático	42.914	-	42.914	51.162	-	51.162
Material de transporte	37.245	-	37.245	44.850	-	44.850
Outro equipamento	2.471.889	-	2.471.889	2.068.762	-	2.068.762
Empréstimos obtidos	-	39.816.205	39.816.205	-	22.248.282	22.248.282
	4.458.815	39.816.205	44.275.020	2.451.218	22.248.282	24.699.500

O aumento dos juros suportados deve-se à emissão de passivo subordinado em junho de 2021 e é reconhecido na rubrica “Outros passivos financeiros” (Nota 24).

Nos exercícios de 2022 e 2021, a rubrica de comissões e participação nos resultados de resseguro apresenta o seguinte detalhe:

	2022			2021		
	Comissões	Participação nos resultados de resseguro	Total	Comissões	Participação nos resultados de resseguro	Total
Relativos aos ramos vida	4.241.065	4.714.401	8.955.466	3.108.444	6.145.556	9.253.999
Relativos aos ramos não vida	66.674.340	5.864.823	72.539.163	60.258.363	203.678	60.462.041
	70.915.404	10.579.224	81.494.628	63.366.807	6.349.234	69.716.040

Nos exercícios de 2022 e 2021, as rubricas da Demonstração Resultados onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

	2022			Total
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	
Custos com sinistros - montantes pagos				
Custos imputados	16.271.409	244.113.942	-	260.385.351
Custos técnicos	717.801.613	1.252.037.253	-	1.969.838.865
	<u>734.073.022</u>	<u>1.496.151.195</u>	<u>-</u>	<u>2.230.224.217</u>
Custos de aquisição				
Custos imputados	57.432.203	172.356.415	-	229.788.618
Comissões de mediação	180.478.834	328.000.239	-	508.479.073
Outros	29.690.812	8.137.391	-	37.828.204
	<u>267.601.849</u>	<u>508.494.046</u>	<u>-</u>	<u>776.095.895</u>
Gastos administrativos				
Custos imputados	51.417.800	151.276.592	-	202.694.392
Remunerações de mediação	363.750	8.948.146	-	9.311.896
Outros	558.042	4.920.358	-	5.478.400
	<u>52.339.592</u>	<u>165.145.096</u>	<u>-</u>	<u>217.484.688</u>
Gastos financeiros (Nota 38)				
Custos imputados	33.751.273	26.813.494	56.626.839	117.191.606
Outros	1.315.017	219.264	3.596.948	5.131.229
	<u>35.066.290</u>	<u>27.032.758</u>	<u>60.223.787</u>	<u>122.322.835</u>
Outros custos (Nota 45)	-	-	474.971.384	474.971.384
Total dos custos de exploração imputados	<u>158.872.685</u>	<u>594.560.443</u>	<u>531.598.223</u>	<u>1.285.031.351</u>

	2021			Total
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	
Custos com sinistros - montantes pagos				
Custos imputados	13.368.224	223.983.685	-	237.351.909
Custos técnicos	543.855.065	1.029.986.365	-	1.573.841.430
	<u>557.223.288</u>	<u>1.253.970.050</u>	<u>-</u>	<u>1.811.193.339</u>
Custos de aquisição				
Custos imputados	36.224.446	148.364.893	-	184.589.339
Comissões de mediação	95.673.416	288.998.813	-	384.672.229
Outros	13.947.855	6.465.797	-	20.413.652
	<u>145.845.717</u>	<u>443.829.503</u>	<u>-</u>	<u>589.675.220</u>
Gastos administrativos				
Custos imputados	36.288.183	124.616.566	-	160.904.749
Remunerações de mediação	273.144	6.358.812	-	6.631.956
Outros	9.943	2.948.021	-	2.957.964
	<u>36.571.271</u>	<u>133.923.399</u>	<u>-</u>	<u>170.494.670</u>
Gastos financeiros (Nota 38)				
Custos imputados	46.020.531	27.235.861	43.517.626	116.774.018
Outros	1.689.293	333.707	1.206.315	3.229.314
	<u>47.709.824</u>	<u>27.569.568</u>	<u>44.723.940</u>	<u>120.003.332</u>
Outros custos (Nota 45)	-	-	568.354.368	568.354.368
Total dos custos de exploração imputados	<u>131.901.384</u>	<u>524.201.005</u>	<u>611.871.994</u>	<u>1.267.974.383</u>

35. Gastos com Pessoal

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Remunerações		
Órgãos sociais	20.827.464	15.529.372
Pessoal	335.148.094	330.789.096
Encargos sobre remunerações	62.565.289	66.835.372
Benefícios pós-emprego	4.862.626	3.593.742
Outros benefícios a longo prazo	1.663.465	-
Benefícios de cessação de emprego	8.198.530	6.130.441
Seguros obrigatórios	4.095.504	4.101.684
Gastos de ação social	20.724.957	14.840.473
Outros gastos com pessoal	5.598.184	4.394.329
	<u>463.684.114</u>	<u>446.214.508</u>

Nos exercícios de 2022 e 2021, os encargos com benefícios pós-emprego apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
Benefícios pós-emprego		
Plano de benefício definido (Nota 36)	1.242.223	715.617
Plano individual de reforma	2.307.865	1.782.175
Cedência de pessoal	(606)	(12.903)
Outros encargos	1.313.145	1.108.852
	<u>4.862.626</u>	<u>3.593.742</u>

Em 2022 e 2021, a rubrica “Benefícios pós-emprego – Cedência de pessoal” corresponde aos encargos com benefícios pós-emprego de colaboradores do Grupo que se encontram cedidos a outras entidades do Grupo.

Em 2022 e 2021, o número de trabalhadores ao serviço no Grupo, por categorias, é o seguinte:

	2022	2021
Executivos	205	203
Gestores	958	946
Técnicos	5.752	5.661
Assistentes	5.511	6.534
Apoio	1.754	2.421
	<u>14.180</u>	<u>15.765</u>

Em 2022 e 2021, o Grupo registou uma constituição de estimativa de benefícios optativos de carreira no montante de 574.269 Euros e 540.386 Euros, respetivamente. A rubrica “Acréscimos e diferimentos” inclui 2.674.529 Euros relativo ao prémio de permanência.

A 31 de Dezembro de 2022, a Fid Chile SpA possui um acordo (“Acordo”) de pagamento com base em ações estabelecida com a Comissão Executiva da Fid Chile Generales S.A..

Este acordo define que tal órgão, terá direito de subscrever ações na FID Chile & MT, JV SpA, até ao total de 15,8% desta empresa, e consequentemente indiretamente na Companhia de Seguros. O número de ações sobre as quais a Comissão Executiva da Fid Chile Generales S.A. terá direito de aumentar a sua participação anual está sujeito aos termos e condições descritos no *Scorecard* que faz parte dos anexos do Acordo. Estas ações devem ser subscritas e pagas dentro dos prazos estabelecidos no Acordo.

Abaixo são detalhadas as principais características do Plano de *Stock Option*:

Características	Plano de <i>Stock Option</i>
Data de concessão	22-11-2022
Nº de ações concedidas	2.578.277
Período contratual	12 anos
Forma de pagamento	Ações
Condições de irrevogabilidade (ou consolidação) da concessão	O direito de subscrição das ações está sujeito às seguintes condições cumulativas e suspensivas: (i) Que, no ano imediatamente anterior àquele em que o Executivo exerce a opção de subscrição de ações da Companhia de Seguros, o Plano de Negócios da Companhia de Seguros contido no documento conhecido como <i>Scorecard</i> tenha sido cumprido, no todo ou em parte. (ii) O Executivo deve ser empregado da Companhia de Seguros no momento do exercício da opção.
Preço de subscrição (EUR)	0,00082976
Valorização das ações (EUR)	0,746
Valor (milhares de EUR)	1.925

Considerando que a empresa que fornece os instrumentos de capital (FID Chile & MT JV SpA) não está cotada na bolsa de valores, a Companhia considerou como valor por ação desta empresa o valor histórico de subscrição das suas respetivas ações.

Abaixo são apresentadas as ações executáveis a 31 de dezembro de 2022:

	2022	
	Número de ações	Preço médio de subscrição
Saldo inicial	-	0,00000000
Concedidas	2.578.277	0,00082976
Anuladas	-	0,00000000
Executadas	-	0,00000000
Saldo Final	2.578.277	0,00082976
Executáveis a 31/12/2022	2.578.277	

No ano de 2022, o impacto em resultados referente a este acordo ascende a 1.925.592 Euros.

36. Pensões de Reforma e Outros Benefícios de Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas “Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” e “Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
Ativo		
Plano de benefício definido	25.375.258	12.319.459
Passivo		
Plano de contribuição definida	(337.596)	(284.432)
Outros benefícios a longo prazo	(6.714.383)	-
Outros benefícios pós-emprego	(14.985)	(71.674)
	<u>(7.066.965)</u>	<u>(356.106)</u>
	<u>18.308.293</u>	<u>11.963.353</u>

Relativamente aos exercícios de 2022 e 2021, no “Plano de contribuição definida” o Grupo teve um custo de 1.544.027 Euros e 1.448.308 Euros respetivamente, ficando pendente de pagamento o montante de 337.596 Euros e 284.432 Euros que corresponde às contribuições de dezembro de 2022 e 2021 que foram pagas em janeiro de 2023 e 2022.

Os “Outros benefícios a longo prazo” dizem respeito à remuneração variável dos Órgãos Sociais, nos termos previstos na Política de Remuneração dos Órgãos Sociais da Companhia, e dos empregados, conforme decidido em Comité de Pessoas e em Comissão Executiva. Esta remuneração é diferida e paga decorridos 3 anos sobre a data da sua atribuição. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o reforço deste plano de incentivo foi de 1.719.210 Euros para pagamento em 2025 e o valor pago foi de 2.648.520 Euros.

Este passivo foi reclassificado da rubrica de “Outras provisões” para a rubrica de “Responsabilidade com benefícios de empregados”, com efeitos a 1 de janeiro de 2022.

Plano de contribuição definida

No âmbito dos novos contratos coletivos de trabalho para a atividade seguradora, divulgados em 15 de janeiro de 2012, em 29 de janeiro de 2016 e em 8 de fevereiro de 2019, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por estes instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT), têm direito a um plano individual de reforma (“PIR”), um plano de contribuição definida que substitui o sistema de pensões de reforma previsto nos anteriores IRCT.

Em conformidade com as regras previstas nos referidos IRCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pelo Grupo e pelos próprios beneficiários.

Em caso de morte do trabalhador, o valor capitalizado das entregas reverte para os beneficiários designados pelo trabalhador ou, na falta de designação, para os seus herdeiros legais.

As contribuições do Grupo para o plano individual de reforma são efetuadas de acordo com o previsto no ACT 2019, correspondendo ao valor que resulta da aplicação da percentagem de 3,25% sobre o ordenado base anual do empregado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as responsabilidades e ativos do Plano individual de reforma das empresas do Grupo, ascendiam a:

	Fidelidade	CPR	Multicare	Via Directa	Fidelidade Assistência	Total
Responsabilidade em 31 de dezembro de 2021	28.857.521	24.657	163.389	332.591	118.565	29.496.722
Gastos de ano	1.320.890	-	90.974	28.760	103.403	1.544.027
Outros	-	-	455.966	-	398.971	854.937
Responsabilidade em 31 de dezembro de 2022	30.178.410	24.657	710.329	361.350	620.939	31.895.686
Ativo em 31 de dezembro de 2021	28.769.276	24.657	156.005	330.661	89.161	29.369.760
Contribuições para o fundo	1.319.035	-	90.696	28.743	52.388	1.490.862
Outros	-	-	451.305	-	246.163	697.468
Ativo em 31 de dezembro de 2022	30.088.311	24.657	698.007	359.404	387.711	31.558.090
Diferencial	(90.099)	-	(12.322)	(1.947)	(233.228)	(337.596)
Nível de financiamento	99,70%	100,00%	98,27%	99,46%	62,44%	98,94%

Plano de benefício definido

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho anteriormente em vigor no setor segurador (CCT 2008), o Grupo concedeu aos seus colaboradores, admitidos na atividade seguradora até junho de 1995, prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social. Sumariamente, o montante destas prestações varia em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora. Atualmente este Plano abrange os já beneficiários dos Fundos de Pensões (reformados) e os trabalhadores que transitaram à situação de pré-reforma e que a essa data se encontravam abrangidos pelo CCT 2008.

Adicionalmente, a antiga Império Bonança atribuiu ainda os seguintes benefícios:

- Entre 1999 e 2005, assumiu, nas situações de reforma antecipada, o pagamento de uma pensão vitalícia que correspondia ao diferencial entre 80% da última remuneração e o montante pago pela Segurança Social;
- Assumiu o compromisso de, por um lado alargar os benefícios constantes no contrato coletivo de trabalho aos colaboradores admitidos até junho de 2005 e, por outro, conceder aos beneficiários do fundo de pensões, os benefícios adicionais garantidos pelo plano complementar que se encontrava em vigor no Grupo Millennium BCP, no qual a Companhia esteve inserida até 31 de janeiro de 2005. As responsabilidades associadas ao plano complementar encontram-se financiadas através do respetivo fundo de pensões;
- Para um grupo muito restrito de trabalhadores (4), com “níveis salariais internos XVII”, oriundos da ex-Império, há o compromisso de, na passagem à reforma, ser atribuído um complemento à pensão da Segurança Social, para 80% da remuneração auferida à data da passagem a essa situação. Ao complemento à pensão da Segurança Social são deduzidos eventuais benefícios de reforma decorrentes dos outros planos de pensões.

Determinação das responsabilidades com planos de benefício definido

As responsabilidades com pensões em pagamento e por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram determinadas pelo departamento de atuariado vida da Fidelidade.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das responsabilidades foram as seguintes:

Método atuarial	2022	2021
	<i>Projected Unit Credit</i>	<i>Projected Unit Credit</i>
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)
Mulheres	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)
Tábua de invalidez	0,00%	0,00%
Taxa de desconto	4,00%	1,25%
Taxa de crescimento dos salários	2,40%	2,40%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,75%
Taxa de crescimento das pré-reformas	1,25%	1,25%
Tabela de saídas	n.a.	n.a.

A comparação entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões para os exercícios de 2022 e 2021 e os valores efetivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2022		2021	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de crescimento dos salários	2,40%	2,63%	2,40%	2,30%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,39%	0,75%	0,19%

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as responsabilidades com serviços passados do Grupo, de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

	2022			2021		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Responsabilidades por serviços passados						
Ativos	4.921.161	26.892	4.948.053	12.117.031	40.747	12.157.779
Reformados e pré-reformados	97.327.085	88.138	97.415.224	123.522.484	108.538	123.631.022
	<u>102.248.246</u>	<u>115.030</u>	<u>102.363.276</u>	<u>135.639.515</u>	<u>149.285</u>	<u>135.788.800</u>
Fundos de pensões autónomos	95.935.565	278.637	96.214.203	113.610.233	346.502	113.956.735
Provisões matemáticas	31.524.332	-	31.524.332	34.151.524	-	34.151.524
	<u>127.459.897</u>	<u>278.637</u>	<u>127.738.535</u>	<u>147.761.757</u>	<u>346.502</u>	<u>148.108.259</u>
Diferencial	<u>25.211.651</u>	<u>163.607</u>	<u>25.375.259</u>	<u>12.122.241</u>	<u>197.217</u>	<u>12.319.458</u>
Nível de financiamento	<u>124,66%</u>	<u>242,23%</u>	<u>124,79%</u>	<u>108,94%</u>	<u>232,11%</u>	<u>109,07%</u>

Nos termos da Norma Regulamentar nº 5/2007-R, de 27 de abril, da ASF, as empresas de seguros devem assegurar no final de cada exercício:

- O financiamento integral do valor atual da responsabilidade com pensões em pagamento, incluindo as prestações de pré-reforma e reforma antecipada até à idade normal de reforma e após esta idade; e
- O financiamento de um nível mínimo de 95% do valor atual da responsabilidade por serviços passados de pessoal no ativo, excluindo pré-reformados ou reformados antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as responsabilidades por serviços passados do Grupo encontravam-se integralmente financiadas.

O plano de pensões em questão é não contributivo e independente da segurança social, sendo financiado pelo fundo de pensões do Grupo, excluindo o fundo de pensões da Ex-Império (Níveis XVII e XVIII) que é dependente da segurança social. Os fundos de pensões de benefício definido do Grupo apresentam as seguintes durações médias:

Fundo de Pensões da Fidelidade	6,8	anos
Fundo de Pensões da Mundial Confiança	5,58	anos
Fundo de Pensões da Império Bonança	8,15	anos
Fundo de Pensões Ex-Império	11,61	anos
Fundo de Pensões da Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	5,47	anos
Fundo de Pensões da Fidelidade Property Europe S.A.	12,72	anos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o número de beneficiários era o seguinte:

	2022	2021
Ativos	815	862
Reformados e pré-reformados	1.665	1.783
Rendeiros	307	339
	<u>2.787</u>	<u>2.984</u>

O movimento nos fundos de pensões e nas provisões matemáticas durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	Fidelidade	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>163.273.598</u>	<u>393.823</u>	<u>163.667.421</u>
Contribuições	190.000	-	190.000
Variação nas provisões matemáticas	(2.487.063)	-	(2.487.063)
Pensões pagas	(15.514.447)	(55.997)	(15.570.444)
(Pagamentos)/ Recebimentos relativos a outros benefícios	(535.888)	-	(535.888)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	2.835.557	8.676	2.844.233
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>147.761.757</u>	<u>346.502</u>	<u>148.108.259</u>
Contribuições	9.599	-	9.599
Variação nas provisões matemáticas	(2.627.192)	-	(2.627.192)
Pensões pagas	(14.236.345)	(40.615)	(14.276.960)
(Pagamentos)/ Recebimentos relativos a outros benefícios	(514.557)	359	(514.198)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	(2.933.365)	(27.609)	(2.960.974)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>127.459.897</u>	<u>278.638</u>	<u>127.738.534</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os Fundos de Pensões das empresas do Grupo são geridos pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos líquidos do fundo de pensões apresentavam a seguinte composição de acordo com as respetivas fontes de valorização:

	2022								
	Preço de mercado			Outros		Total da carteira			
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Total	Fidelidade	Outros	Total	
Instrumentos de capital	1.594.378	2.840	1.597.219	-	-	1.594.378	2.840	1.597.219	
Instrumentos de dívida									
De dívida pública	24.616.067	18.993	24.635.060	-	-	24.616.067	18.993	24.635.060	
De outros emissores	32.018.549	41.257	32.059.806	-	-	32.018.549	41.257	32.059.806	
	56.634.616	60.250	56.694.866	-	-	56.634.616	60.250	56.694.866	
Imóveis	17.688.301	6.208	17.694.508	-	-	17.688.301	6.208	17.694.508	
Fundos de investimento									
Ações americanas	17.240	2.080	19.321	-	-	17.240	2.080	19.321	
Ações europeias	5.939.599	29.740	5.969.339	-	-	5.939.599	29.740	5.969.339	
Outras ações	22.477	2.479	24.956	-	-	22.477	2.479	24.956	
Imóveis	3.161.833	45.055	3.206.889	-	-	3.161.833	45.055	3.206.889	
Obrigações				-	-				
De outros emissores	2.743.455	122.365	2.865.820	-	-	2.743.455	122.365	2.865.820	
Outros	23.121	1.158	24.280	-	-	23.121	1.158	24.280	
	11.907.725	202.878	12.110.603	-	-	11.907.725	202.878	12.110.603	
Outros	8.110.545	6.462	8.117.007	-	-	8.110.545	6.462	8.117.007	
	95.935.565	278.638	96.214.203	-	-	95.935.565	278.638	96.214.203	

	2021								
	Preço de mercado			Outros		Total da carteira			
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Total	Fidelidade	Outros	Total	
Instrumentos de capital	738.658	5.069	743.727	-	-	738.658	5.069	743.727	
Instrumentos de dívida									
De dívida pública	6.865.923	23.087	6.889.010	8.383.105	8.383.105	15.249.028	23.087	15.272.115	
De outros emissores	30.572.942	72.680	30.645.623	29.151.059	29.151.059	59.724.001	72.680	59.796.681	
	37.438.865	95.767	37.534.632	37.534.164	37.534.164	74.973.029	95.767	75.068.796	
Imóveis	16.427.374	6.487	16.433.860	-	-	16.427.374	6.487	16.433.860	
Fundos de investimento									
Ações americanas	-	2.355	2.355	-	-	-	2.355	2.355	
Ações europeias	2.562.868	34.014	2.596.881	-	-	2.562.868	34.014	2.596.881	
Outras ações	-	2.396	2.396	-	-	-	2.396	2.396	
Imóveis	2.990.365	53.808	3.044.173	-	-	2.990.365	53.808	3.044.173	
Obrigações				-	-				
De outros emissores	5.012.063	137.844	5.149.906	-	-	5.012.063	129.423	5.141.485	
Tesouraria	3.921.164	6.037	3.927.201	-	-	3.921.164	6.037	3.927.201	
Outros	189.815	1.152	190.968	-	-	189.815	1.152	190.968	
	14.676.275	237.606	14.913.881	-	-	14.676.275	229.185	14.905.460	
Outros	6.794.898	9.994	6.804.892	-	-	6.794.898	9.994	6.804.892	
	76.076.069	354.923	76.430.992	37.534.164	37.534.164	113.610.233	346.502	113.956.735	

Nestas datas, as carteiras dos fundos de pensões continham os seguintes ativos emitidos ou geridos por entidades do Grupo CGD:

	2022			2021		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Instrumentos de dívida	97.848	-	97.848	808.055	-	808.055
Fundos de investimento						
Imóveis	2.866.996	23.809	2.890.805	2.700.061	32.988	2.733.049
Obrigações						
De outros emissores	-	10.942	10.942	5.012.063	14.815	5.026.878
Outros	23.121	-	23.121	189.815	-	189.815
	<u>2.890.117</u>	<u>34.751</u>	<u>2.924.868</u>	<u>7.901.939</u>	<u>47.803</u>	<u>7.949.742</u>
	<u>2.987.965</u>	<u>34.751</u>	<u>3.022.716</u>	<u>8.709.995</u>	<u>47.803</u>	<u>8.757.798</u>

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados do Grupo e as respetivas coberturas, bem como o correspondente impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021, podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Responsabilidades			Cobertura			Diferencial		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Situação em 31 de dezembro de 2020	156.455.726	220.583	156.676.308	163.273.598	393.823	163.667.421	6.817.872	173.239	6.991.111
Correções	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo do serviço corrente	179.524	1.195	180.719	-	-	-	(179.524)	(1.195)	(180.719)
Juro líquido de benefício definido	870.540	1.916	872.457	923.069	3.582	926.651	52.529	1.666	54.194
Gastos do exercício	1.050.064	3.112	1.053.176	923.069	3.582	926.651	(126.995)	470	(126.525)
Acréscimos de responsabilidades por pré-reformas	25.115	-	25.115	-	-	-	(25.115)	-	(25.115)
Outras variações em resultados	-	-	-	(563.977)	-	(563.977)	(563.977)	-	(563.977)
Variações com impacto em resultados (Nota 35)	<u>1.075.180</u>	<u>3.112</u>	<u>1.078.291</u>	<u>359.092</u>	<u>3.582</u>	<u>362.674</u>	<u>(716.088)</u>	<u>470</u>	<u>(715.617)</u>
Ganhos e perdas atuariais									
retorno dos ativos do plano, não incluído no rendimento dos juros	-	-	-	1.940.576	-	1.940.576	1.940.576	-	1.940.576
resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	(4.636.614)	(4.834)	(4.641.448)	-	5.095	5.095	4.636.614	9.929	4.646.543
resultantes de diferenças entre os pressupostos e os valores realizados	746.734	(22.000)	724.733	-	-	-	(746.734)	22.000	(724.733)
Variações com impacto em capitais próprios	<u>(3.889.880)</u>	<u>(26.834)</u>	<u>(3.916.715)</u>	<u>1.940.576</u>	<u>5.095</u>	<u>1.945.672</u>	<u>5.830.457</u>	<u>31.930</u>	<u>5.862.387</u>
Contribuições para o plano									
efetuadas pelas Companhias	-	-	-	190.000	-	190.000	190.000	-	190.000
Variação das provisões matemáticas	(2.487.063)	-	(2.487.063)	(2.487.063)	-	(2.487.063)	-	-	-
Pagamentos efetuados pelo plano									
pensões pagas	(15.514.447)	(47.575)	(15.562.022)	(15.514.447)	(55.997)	(15.570.444)	-	(8.422)	(8.422)
Situação em 31 de dezembro de 2021	<u>135.639.515</u>	<u>149.285</u>	<u>135.788.800</u>	<u>147.761.757</u>	<u>346.503</u>	<u>148.108.259</u>	<u>12.122.241</u>	<u>197.217</u>	<u>12.319.458</u>
Correções	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo do serviço corrente	159.913	1.110	161.023	-	-	-	(159.913)	(1.110)	(161.023)
Juro líquido de benefício definido	1.171.174	1.965	1.173.139	1.315.445	4.721	1.320.167	144.271	2.757	147.028
Gastos do exercício	1.331.088	3.075	1.334.162	1.315.445	4.721	1.320.167	(15.643)	1.647	(13.996)
Acréscimos de responsabilidades por pré-reformas	742.121	-	742.121	-	-	-	(742.121)	-	(742.121)
Outras variações em resultados	-	-	-	(486.465)	359	(486.106)	(486.465)	359	(486.106)
Variações com impacto em resultados (Nota 35)	<u>2.073.209</u>	<u>3.075</u>	<u>2.076.283</u>	<u>828.980</u>	<u>5.081</u>	<u>834.060</u>	<u>(1.244.229)</u>	<u>2.006</u>	<u>(1.242.223)</u>
Ganhos e perdas atuariais									
retorno dos ativos do plano, não incluído no rendimento dos juros	-	-	-	(4.276.902)	-	(4.276.902)	(4.276.902)	-	(4.276.902)
resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	(15.536.063)	(29.093)	(15.565.157)	-	(32.332)	(32.332)	15.536.063	(3.239)	15.532.824
resultantes de diferenças entre os pressupostos e os valores realizados	(3.064.877)	24.016	(3.040.862)	-	-	-	3.064.877	(24.016)	3.040.862
Variações com impacto em capitais próprios	<u>(18.600.940)</u>	<u>(5.078)</u>	<u>(18.606.018)</u>	<u>(4.276.902)</u>	<u>(32.332)</u>	<u>(4.309.234)</u>	<u>14.324.039</u>	<u>(27.255)</u>	<u>14.296.784</u>
Contribuições para o plano									
efetuadas pelas Companhias	-	-	-	9.599	-	9.599	9.599	-	9.599
Variação das provisões matemáticas	(2.627.192)	-	(2.627.192)	(2.627.192)	-	(2.627.192)	-	-	-
Pagamentos efetuados pelo plano									
pensões pagas	(14.236.345)	(32.252)	(14.268.597)	(14.236.345)	(40.614)	(14.276.959)	-	(8.362)	(8.362)
Situação em 31 de dezembro de 2022	<u>102.248.246</u>	<u>115.030</u>	<u>102.363.276</u>	<u>127.459.897</u>	<u>278.637</u>	<u>127.738.535</u>	<u>25.211.651</u>	<u>163.607</u>	<u>25.375.259</u>

Assistência médica

O Grupo comparticipa os custos com os seguros de saúde atribuídos aos seus empregados na situação de reforma ou pré-reforma. Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder benefícios com assistência médica aos Reformados e Pré-reformados que transitaram a essa situação entre junho de 1998 e julho de 2005, suportando a quase totalidade dos respetivos encargos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas responsabilidades ascendem a 18.329.897 Euros e a 25.903.684 Euros, respetivamente, encontrando-se cobertas por provisões (Nota 27). Os desvios atuariais apurados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 referente a este benefício ascenderam a (6.975.396) Euros e (460.118) Euros, respetivamente.

As responsabilidades por serviços passados com assistência médica foram determinadas com base em estudos atuariais efetuados pelo departamento de atuariado vida da Fidelidade, utilizando pressupostos atuariais idênticos aos acima apresentados para as responsabilidades com pensões.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2022, a sensibilidade das responsabilidades de benefício definido, face a variações dos pressupostos significativos, excluindo as responsabilidades cobertas por rendas vitalícias, corresponde a:

Cenários	2022	A	B	C
Pressupostos Financeiros				
Taxa de Desconto	4,00%	4,50%	3,50%	4,00%
Taxa de Crescimento Salarial	2,40%	2,40%	2,40%	2,40%
Taxa de Crescimento Salarial Pré-Reformados	1,25%	1,25%	1,25%	1,25%
Taxa de Crescimento de Pensões	0,75%	0,75%	0,75%	0,75%
Pressupostos Demográficos				
Tábua de Mortalidade				
> Mulheres	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)
> Homens	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)	TV 88/90 (-2)

Responsabilidades em 31 de dezembro de 2022

Cenários	2022	A	B	C	
Reformados	Velhice	33.388.680	32.376.213	34.461.974	36.090.985
	Antecipação	9.777.226	9.468.706	10.103.698	10.519.122
	Invalidez	5.050.447	4.799.281	5.324.361	5.262.476
Pensionistas	Viuvez	3.006.754	2.909.700	3.110.318	3.027.092
	Orfandade	92.629	86.654	99.304	93.302
	Pensão até INR	10.990.232	10.881.881	11.100.856	11.019.269
	Encargos até INR	2.935.195	2.905.929	2.965.080	2.943.024
Pré-Reformados	Pensão após INR				
	> Plano CCT	575.175	543.504	609.661	609.733
	> Plano Complementar	74.553	70.606	78.849	79.310
Ativos	Plano CCT	2.127.306	1.939.769	2.338.775	2.213.219
	Plano Complementar	2.820.747	2.630.737	3.031.668	2.927.351
Totais	70.838.944	68.612.979	73.224.543	74.784.882	

A preparação da informação incluída no quadro acima teve por base o método de cálculo utilizado para a avaliação de responsabilidades utilizada para efeitos de contabilização, não incluindo as provisões matemáticas, no valor de 31.524.332 Euros.

37. Rendimentos

Nos exercícios de 2022 e 2021, as rubricas de rendimentos de investimentos apresentam a seguinte composição:

	2022			Total
	Juros	Dividendos	Rendas	
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida				
Terrenos e edifícios	-	-	2.149.680	2.149.680
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2.507.872	2.072.661	-	4.580.533
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	88.768.817	-	-	88.768.817
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	4.107.183	-	-	4.107.183
Depósitos à ordem	985	-	-	985
	<u>95.384.856</u>	<u>2.072.661</u>	<u>2.149.680</u>	<u>99.607.197</u>
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento				
Terrenos e edifícios	-	-	27.776.785	27.776.785
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	25.633.319	26.630.074	-	52.263.393
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	86.052.801	-	-	86.052.801
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	7.029.322	-	-	7.029.322
Depósitos à ordem	144.161	-	-	144.161
	<u>118.859.603</u>	<u>26.630.074</u>	<u>27.776.785</u>	<u>173.266.462</u>
	<u>214.244.459</u>	<u>28.702.735</u>	<u>29.926.465</u>	<u>272.873.659</u>
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida				
Terrenos e edifícios	-	-	30.492.517	30.492.517
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	7.229.857	36.141.601	-	43.371.457
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	49.498.628	-	-	49.498.628
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	5.230.177	-	-	5.230.177
Depósitos à ordem	20.501	-	-	20.501
	<u>61.979.164</u>	<u>36.141.601</u>	<u>30.492.517</u>	<u>128.613.282</u>
Investimentos não afetos				
Terrenos e edifícios	-	-	23.419.769	23.419.769
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	701.943	3.053.865	-	3.755.809
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	2.145.598	-	-	2.145.598
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	3.268.203	-	-	3.268.203
Depósitos à ordem	497.976	-	-	497.976
	<u>6.613.720</u>	<u>3.053.865</u>	<u>23.419.769</u>	<u>33.087.355</u>
	<u>282.837.343</u>	<u>67.898.200</u>	<u>83.838.751</u>	<u>434.574.295</u>

	2021			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida				
Terrenos e edifícios	-	-	1.843.954	1.843.954
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3.159.070	2.130.656	-	5.289.726
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	73.440.041	-	-	73.440.041
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	5.194.018	-	-	5.194.018
Depósitos à ordem	666	-	-	666
	<u>81.793.795</u>	<u>2.130.656</u>	<u>1.843.954</u>	<u>85.768.405</u>
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento				
Terrenos e edifícios	-	-	31.046.549	31.046.549
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	13.098.960	29.982.371	-	43.081.331
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	101.087.642	-	-	101.087.642
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	8.943.611	-	-	8.943.611
Depósitos à ordem	17.235	-	-	17.235
	<u>123.147.448</u>	<u>29.982.371</u>	<u>31.046.549</u>	<u>184.176.368</u>
	<u>204.941.243</u>	<u>32.113.027</u>	<u>32.890.503</u>	<u>269.944.773</u>
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida				
Terrenos e edifícios	-	-	18.877.245	18.877.245
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	7.158.978	26.349.317	-	33.508.295
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	27.247.024	-	-	27.247.024
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	1.719.848	-	-	1.719.848
Depósitos à ordem	7.523	-	-	7.523
	<u>36.133.373</u>	<u>26.349.317</u>	<u>18.877.245</u>	<u>81.359.935</u>
Investimentos não afetos				
Terrenos e edifícios	-	-	23.039.704	23.039.704
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	894.266	4.646.590	-	5.540.856
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	1.101.704	-	-	1.101.704
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	3.585.338	-	-	3.585.338
Depósitos à ordem	121.392	-	-	121.392
	<u>5.702.700</u>	<u>4.646.590</u>	<u>23.039.704</u>	<u>33.388.994</u>
	<u>246.777.316</u>	<u>63.108.934</u>	<u>74.807.452</u>	<u>384.693.702</u>

38. Gastos Financeiros

Nos exercícios de 2022 e 2021, as rubricas de gastos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2022				2021			
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total
Gastos de investimentos (Nota 34)								
Custos imputados	33.751.273	26.813.494	56.626.839	117.191.606	46.020.531	27.235.861	43.517.626	116.774.018
Outros gastos de investimentos	1.315.017	219.264	3.596.948	5.131.229	1.689.293	333.707	1.206.314	3.229.314
	<u>35.066.290</u>	<u>27.032.758</u>	<u>60.223.787</u>	<u>122.322.835</u>	<u>47.709.824</u>	<u>27.569.568</u>	<u>44.723.940</u>	<u>120.003.332</u>

41. Diferenças de Câmbio

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida		
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(1.837.522)	5.454.586
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	29.924.396	35.276.407
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	234.270	472.591
Depósitos à ordem	313.999	(174.696)
Outros	(44)	38
	<u>28.635.099</u>	<u>41.028.926</u>
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2.117.443	27.983.699
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(12.583.702)	146.409.621
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	607.007	1.666.541
Depósitos à ordem	6.265.090	3.012.871
Outros	275	388.981
	<u>(3.593.886)</u>	<u>179.461.713</u>
	<u>25.041.212</u>	<u>220.490.639</u>
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida		
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	11.492.472	17.941.069
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	35.266.283	18.137.081
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	525.350	1.052.387
Depósitos à ordem	(945.220)	61.634
Outros	(63)	315
	<u>46.338.823</u>	<u>37.192.486</u>
Investimentos não afetos		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	101	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(2.107.049)	1.739.959
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(25.232)	-
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	(5.132.430)	(1.216.395)
Depósitos à ordem	4.376.586	2.990.464
Outros	234.300	(3.804.022)
	<u>(2.653.725)</u>	<u>(289.994)</u>
	<u>68.726.310</u>	<u>257.393.130</u>

42. Ganhos Líquidos de Ativos não Financeiros que não Estejam Classificados como Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Ganhos e perdas realizados	2022			2021		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos vida						
Terrenos e edifícios de rendimento	21.068	(4.325)	16.743	4.078.438	(2.313)	4.076.126
	21.068	(4.325)	16.743	4.078.438	(2.313)	4.076.126
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de uso próprio	137.964	(3)	137.961	-	(38)	(38)
Terrenos e edifícios de rendimento	13.504.730	(3.284.512)	10.220.218	3.331.466	(230.383)	3.101.083
	13.642.694	(3.284.515)	10.358.179	3.331.466	(230.421)	3.101.045
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios de uso próprio	2.584.930	(1.832.069)	752.861	3.061.337	(1.310.031)	1.751.306
Terrenos e edifícios de rendimento	6.266.939	(11.955.042)	(5.688.103)	658.321	(17.477)	640.844
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	3.404.991	-	3.404.991	-	(1.549.966)	(1.549.966)
	12.256.860	(13.787.111)	(1.530.251)	3.719.658	(2.877.474)	842.184
	25.920.621	(17.075.951)	8.844.671	11.129.562	(3.110.208)	8.019.355
Ganhos e perdas não realizados						
			(Nota 11)			(Nota 11)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos vida						
Terrenos e edifícios de rendimento	53.355.462	(28.553.255)	24.802.207	36.993.670	(5.507.191)	31.486.479
	53.355.462	(28.553.255)	24.802.207	36.993.670	(5.507.191)	31.486.479
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de rendimento	54.544.448	(31.605.345)	22.939.103	21.600.877	(6.732.316)	14.868.561
	54.544.448	(31.605.345)	22.939.103	21.600.877	(6.732.316)	14.868.561
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios de rendimento	26.710.985	(27.002.729)	(291.745)	35.703.977	(27.229.801)	8.474.176
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	75	-	75	-	-	-
	26.711.060	(27.002.729)	(291.669)	35.703.977	(27.229.801)	8.474.176
	134.610.970	(87.161.329)	47.449.641	94.298.524	(39.469.308)	54.829.216
Total						
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos vida						
Terrenos e edifícios de rendimento	53.376.530	(28.557.580)	24.818.950	41.072.108	(5.509.504)	35.562.604
	53.376.530	(28.557.580)	24.818.950	41.072.108	(5.509.504)	35.562.604
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de uso próprio	137.964	(3)	137.961	-	(38)	(38)
Terrenos e edifícios de rendimento	68.049.178	(34.889.857)	33.159.321	24.932.343	(6.962.699)	17.969.644
	68.187.142	(34.889.860)	33.297.282	24.932.343	(6.962.737)	17.969.606
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios de uso próprio	2.584.930	(1.832.069)	752.861	3.061.337	(1.310.031)	1.751.306
Terrenos e edifícios de rendimento	32.977.923	(38.957.771)	(5.979.847)	36.362.298	(27.247.278)	9.115.020
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	3.405.066	-	3.405.066	-	(1.549.966)	(1.549.966)
	38.967.920	(40.789.840)	(1.821.921)	39.423.635	(30.107.275)	9.316.360
	160.531.592	(104.237.280)	56.294.311	105.428.087	(42.579.516)	62.848.571

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a decomposição por *rating* e estágio de perdas de crédito esperadas com base no valor bruto de balanço foi a seguinte:

	2022			Total
	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas <i>lifetime</i>	Incumprimento	
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
AAA	33.649.285	-	-	33.649.285
AA- até AA+	61.953.273	-	-	61.953.273
A- até A+	1.709.427.136	-	-	1.709.427.136
BBB- até BBB+	4.778.968.296	3.385.100	2.002.288	4.784.355.684
BB- até BB+	846.757.770	16.769.287	104.920	863.631.977
B- até B+	44.765.369	14.606.162	-	59.371.531
CCC- até CCC+	-	44.364.092	-	44.364.092
Sem <i>rating</i>	5.860.706	511.641	78.243.716	84.616.063
	7.481.381.835	79.636.282	80.350.924	7.641.369.041
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado				
BBB- até BBB+	542.143.835	-	-	542.143.835
B- até B+	-	13.868.359	-	13.868.359
CCC- até CCC+	-	3.423.811	-	3.423.811
Sem <i>rating</i>	-	1.702.851	537.611	2.240.462
	542.143.835	18.995.021	537.611	561.676.467
	2021			Total
	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas <i>lifetime</i>	Incumprimento	
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
AAA	2.523.456	-	-	2.523.456
AA- até AA+	84.266.924	-	-	84.266.924
A- até A+	1.935.753.406	-	-	1.935.753.406
BBB- até BBB+	5.769.158.086	5.562.633	-	5.774.720.719
BB- até BB+	1.127.105.782	13.218.735	97.697	1.140.422.214
B- até B+	86.827.139	22.816.363	-	109.643.502
CCC- até CCC+	51.462.760	-	-	51.462.760
Sem <i>rating</i>	49.924.949	1.361.329	63.300.060	114.586.338
	9.107.022.502	42.959.060	63.397.757	9.213.379.319
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado				
BBB- até BBB+	824.403.896	-	-	824.403.896
CCC- até CCC+	16.084.712	-	-	16.084.712
Sem <i>rating</i>	-	5.374.621	535.256	5.909.877
	840.488.608	5.374.621	535.256	846.398.485

A movimentação entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 de perdas de crédito esperadas com base no valor bruto de balanço foi a seguinte:

	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas <i>lifetime</i>	Incumprimento	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.107.022.502	42.959.060	63.397.757	9.213.379.319
Novos ativos originados ou comprados	1.057.022.399	50.659.202	13.869.429	1.121.551.030
Ativos desreconhecidos ou vencidos	(1.777.890.373)	(28.353.054)	(14.137.443)	(1.820.380.870)
Juros acumulados capitalizados	(46.370.827)	1.425.036	(172.669)	(45.118.460)
Alteração do Justo valor	(845.836.278)	(4.846.583)	(189.299)	(850.872.160)
Despesa / (receita) cambial líquida	20.035.200	1.101.570	1.673.412	22.810.182
Movimento entre 12mECL e LTECL	(32.600.788)	16.691.051	15.909.737	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.481.381.835	79.636.282	80.350.924	7.641.369.041
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	840.488.608	5.374.621	535.256	846.398.485
Novos ativos originados ou comprados	-	13.512.448	-	13.512.448
Ativos desreconhecidos ou vencidos	(299.282.522)	(1.228.523)	-	(300.511.045)
Juros acumulados capitalizados	937.749	739.861	2.355	1.679.965
Despesa / (receita) cambial líquida	-	596.614	-	596.614
Saldo em 31 de dezembro de 2022	542.143.835	18.995.021	537.611	561.676.467

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a decomposição por *rating* e estágio de perdas de crédito esperadas com base na perdas de crédito esperadas foi a seguinte:

	2022			
	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas <i>lifetime</i>	Incumprimento	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
AA- até AA+	11.909	-	-	11.909
A- até A+	662.740	-	-	662.740
BBB- até BBB+	3.535.472	14.534	862.233	4.412.239
BB- até BB+	3.858.613	912.973	10.053	4.781.639
B- até B+	1.036.562	253.116	-	1.289.678
CCC- até CCC+	-	717.388	-	717.388
Sem rating	-	79.267	78.215.815	78.295.082
	9.105.296	1.977.278	79.088.101	90.170.675
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado				
B- até B+	-	1.080.451	-	1.080.451
CCC- até CCC+	-	259.021	-	259.021
Sem rating	-	99.377	537.611	636.988
	-	1.438.849	537.611	1.976.460

	2021			Total
	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas <i>lifetime</i>	Incumprimento	
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
AA- até AA+	14.862	-	-	14.862
A- até A+	821.811	-	-	821.811
BBB- até BBB+	3.680.420	29.961	-	3.710.381
BB- até BB+	5.296.916	101.381	3.032	5.401.329
B- até B+	1.760.331	753.310	-	2.513.641
CCC- até CCC+	6.491.776	-	-	6.491.776
Sem <i>rating</i>	10.694.928	31.579	57.939.838	68.666.345
	28.761.044	916.231	57.942.870	87.620.145
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado				
BBB- até BBB+	1.849	-	-	1.849
Sem <i>rating</i>	-	387.503	514.950	902.453
	1.849	387.503	514.950	904.302

A movimentação entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 com base nas perdas de crédito esperadas foi a seguinte:

	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas <i>lifetime</i>	Incumprimento	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	28.761.044	916.231	57.942.870	87.620.145
Novos ativos originados ou comprados	908.513	804.687	-	1.713.200
Ativos desreconhecidos ou vencidos	(4.031.612)	(213.035)	-	(4.244.647)
Remensuração da perda de crédito esperada	(16.099.826)	56.360	21.125.443	5.081.977
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.105.296	1.977.278	79.088.101	90.170.675
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.849	387.503	514.950	904.302
Novos ativos originados ou comprados	-	1.336.382	-	1.336.382
Ativos desreconhecidos ou vencidos	-	(86.590)	-	(86.590)
Remensuração da perda de crédito esperada	(1.849)	(198.446)	22.661	(177.634)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	1.438.849	537.611	1.976.460

A 31 de dezembro de 2022, o montante registado na rubrica de “Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas”, referente a títulos cujo *rating* de referência utilizado corresponde a um *rating* interno ascende a 353.899 Euros. A provisão correspondente a estes títulos, caso se considerassem como sem *rating*, ascenderia a 26.443.650 Euros.

44. Outros Rendimentos/Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022			2021		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Relativos ao ramo vida						
Comissões de gestão de co-seguro	87.659	(592.202)	(504.543)	49.517	(153.763)	(104.247)
Comissões de gestão de fundos de pensões	1.150.258	-	1.150.258	1.029.835	-	1.029.835
Outros	3.853	(192.147)	(188.294)	243.848	(303.894)	(60.046)
	<u>1.241.769</u>	<u>(784.349)</u>	<u>457.420</u>	<u>1.323.200</u>	<u>(457.658)</u>	<u>865.542</u>
Relativos ao ramo não vida						
Comissões de gestão de co-seguro	1.248.701	(1.093.199)	155.502	891.921	(779.303)	112.618
Outros	1.710.248	(1.856.517)	(146.269)	12.227.375	(2.139.634)	10.087.741
	<u>2.958.949</u>	<u>(2.949.716)</u>	<u>9.234</u>	<u>13.119.296</u>	<u>(2.918.937)</u>	<u>10.200.359</u>
	<u>4.200.718</u>	<u>(3.734.065)</u>	<u>466.654</u>	<u>14.442.496</u>	<u>(3.376.594)</u>	<u>11.065.902</u>

45. Outros Rendimentos/Gastos

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Rendimentos e ganhos não correntes		
Crédito IVA Pro-rata	8.172.079	-
Restituição de impostos	1.481.759	960.421
Outros	7.097.170	7.680.958
	<u>16.751.008</u>	<u>8.641.379</u>
Rendimentos e ganhos financeiros		
Diferenças de câmbio favoráveis	12.707.990	24.248.391
Descontos de pronto pagamento	1.665.024	996.572
Juros obtidos	1.587.177	872.976
Outros	3.550.224	2.492.415
	<u>19.510.414</u>	<u>28.610.354</u>
Rendimentos de outros ativos		
Ganhos em outros ativos intangíveis	1.096.923	-
Ganhos em outros ativos tangíveis	334.637	482.571
	<u>1.431.560</u>	<u>482.571</u>
Ganhos com planos de pensões		
Comissões de gestão dos fundos de pensões (Fidelidade Macau Vida)	2.355	4.029
Outros ganhos	40.178	15.829
	<u>42.534</u>	<u>19.858</u>
Outros Rendimentos não técnicos		
Prestação de serviços		
Clientes	500.187.452	573.575.278
Outros	15.312.313	24.154.012
Regularização de saldos	2.582.866	899.923
	<u>518.082.631</u>	<u>598.629.213</u>
Gastos e perdas não correntes		
Quotizações diversas	(187.683)	(128.559)
Regularização de saldos	(357.520)	(239.602)
Insuficiência estimativa impostos	(368.829)	(422.291)
Mecenato	(511.739)	(103.397)
Dívidas incobráveis	(765.696)	(1.004.563)
Ofertas a clientes	(801.539)	(131.649)
Correções a exercícios anteriores	(992.747)	(2.707.486)
Multas e penalidades	(2.196.433)	(1.427.914)
Donativos	(3.105.325)	(1.277.458)
Outros	(5.960.625)	(2.257.258)
	<u>(15.248.135)</u>	<u>(9.700.179)</u>
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	(481.536)	(733.050)
Serviços bancários	(1.391.748)	(1.522.805)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(2.728.271)	(18.821.645)
Outros	(3.806.817)	(2.757.625)
	<u>(8.408.372)</u>	<u>(23.835.125)</u>
Perdas em outros ativos		
Perdas em outros ativos intangíveis	(55.392)	(80.032)
Perdas em outros ativos tangíveis	(266.105)	(336.492)
	<u>(321.497)</u>	<u>(416.525)</u>
Outros Gastos não técnicos		
Alocação de Gastos não Técnicos (Nota 34)		
Juros	(9.287.398)	(9.152.937)
Amortizações do Exercício	(32.974.418)	(33.394.469)
Custos com Pessoal	(125.152.176)	(162.277.002)
Fornecimento de Serviços Externos	(299.855.579)	(347.171.148)
Outros	(7.701.813)	(16.358.812)
	<u>(474.971.384)</u>	<u>(568.354.368)</u>
Custo das mercadorias vendidas	(3.046.805)	(3.713.955)
Total de outros rendimentos e gastos	<u>53.821.954</u>	<u>30.363.224</u>

A 31 de Dezembro 2022 e 2021, a decomposição das prestações de serviços a clientes foi a seguinte:

	2022	2021
Prestações de Serviços		
Serviço Hospitalar	485.046.136	565.240.372
Gestão de carteiras	6.264.718	3.677.604
Serviço de Assistência	732.713	1.309.508
Serviço de Saúde	362.648	281.458
Serviços Peritagens/ Avaliação de Sinistros	1.282.992	394.608
Reparação Automóvel	182.486	58.050
Serviços Financeiros e de Contabilidade	1.676.294	3.047
Outros serviços prestados	14.234.816	12.481.997
Descontos e abatimentos dos serviços prestados	(9.595.351)	(9.871.366)
	<u>500.187.452</u>	<u>573.575.278</u>

46. Ganhos e Perdas de Associadas e Empreendimentos Conjuntos (MEP)

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A.	325.765	99.855
Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.	-	(59.224)
Serfun Portugal, SGPS, S.A.	(19.308)	(27.058)
Transacciones Especiales S.A.	491.368	(34.924)
EA One Holding, Inc	124.848	1.574.551
BLUE ADCO - Consultoria e Assessoria em Investimentos Turísticos, S.A.	(2)	-
BLUE OPCO – Exploração e Gestão de Ativos Turísticos, S.A.	(26.422)	-
	<u>896.249</u>	<u>1.553.199</u>

47. Imposto sobre o rendimento

Os custos/proveitos com impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2022	2021
Impostos correntes		
Do exercício	51.926.512	76.637.890
Derrama municipal e estadual	2.700.147	37.918.610
Tributação autónoma	3.196.030	808.014
	<u>57.822.689</u>	<u>115.364.515</u>
Outros		
Sucursais	1.509.727	745.495
Imposto suportado no estrangeiro	3.973.082	28.567.410
Outros	347.035	(1.901.487)
	<u>63.652.533</u>	<u>142.775.933</u>
Impostos diferidos	<u>7.251.027</u>	<u>(39.680.649)</u>
Total de impostos em resultados	<u>70.903.560</u>	<u>103.095.285</u>
Lucro consolidado antes de impostos e interesses não controlados	337.270.803	406.441.452
Carga fiscal	21,02%	25,37%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2022 e 2021 pode ser demonstrada como se segue:

	2022		2021	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		337.270.803		406.441.452
Imposto apurado com base na taxa nominal	14,76%	49.769.985	20,19%	82.045.678
Diferenças definitivas a deduzir				
Dividendos de instrumentos de capital	(0,42%)	(1.429.578)	(0,61%)	(2.499.205)
Imparidades não dedutíveis	(2,58%)	(8.705.194)	(0,89%)	(3.608.947)
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	(0,02%)	(77.878)	(0,00%)	(11.609)
Correções relativas a exercícios anteriores	-	-	(0,54%)	(2.174.916)
Prejuízos fiscais utilizados	(3,49%)	(11.754.821)	(2,14%)	(8.725.038)
Outras	-	-	(0,94%)	(3.821.651)
Diferenças definitivas a acrescentar				
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	0,01%	33.881	-	-
Mais e menos valias fiscais	2,27%	7.648.046	0,27%	1.093.009
Mais e menos valias contabilísticas	7,23%	24.380.193	3,15%	12.796.766
Insuficiência de estimativa de IRC	0,00%	41	-	-
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados	0,00%	16.028	0,00%	13.636
Passivo fiscal	1,84%	6.194.392	2,88%	11.696.459
Correções relativas a exercícios anteriores	0,08%	273.538	-	-
Outras	0,67%	2.267.907	-	-
Benefícios fiscais				
Criação líquida de postos de trabalho	(0,04%)	(139.750)	(0,06%)	(236.837)
DTI	(0,31%)	(1.047.944)	(6,52%)	(26.502.093)
SIFIDE II	(2,26%)	(7.619.147)	(1,88%)	(7.656.948)
Outros	(1,27%)	(4.274.015)	(1,68%)	(6.845.276)
Imposto suportado no estrangeiro	1,18%	3.971.647	7,03%	28.566.941
Retenção na fonte	-	-	(3,12%)	(12.688.055)
Tributação autónoma	0,58%	1.965.799	0,20%	821.839
Derrama Municipal e Estadual	1,30%	4.401.103	10,07%	40.931.723
Ativos e passivos por impostos diferidos - Efeito diferenças de taxa	1,49%	5.029.328	(0,02%)	(100.191)
	21,02%	70.903.560	25,37%	103.095.285

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (exceto nos exercícios em que seja apurado prejuízo fiscal), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Longrun e das empresas do Grupo, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

48. Relato por Segmentos

O Grupo apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. Os resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais para efeitos de imputação de recursos ao segmento e avaliação de desempenho.

Um segmento operacional é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico, dos quais pode obter receitas e incorrer em despesas e, que estejam sujeitos a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros.

Os resultados podem ser segmentados por atividades sendo que existe informação financeira distinta.

Segmento Segurador

O segmento segurador, inclui seguros Vida e Não Vida.

Os seguros Vida incluem os seguintes ramos:

- “Risco”, que compreende contratos através dos quais o segurador se compromete a pagar o capital seguro em caso de morte da pessoa segura (seguro em caso de morte) ou sobrevivência da pessoa segura (seguro em caso de vida);
- “Capitalização com participação nos resultados”, que compreende contratos através dos quais um segurador do ramo Vida se compromete a pagar um determinado capital no final dos contratos e, o direito do tomador do seguro, segurado ou beneficiário de receber parte dos resultados gerados pelo contrato, e;
- “Contratos de investimento”, que compreende instrumentos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

Os seguros Não Vida incluem os seguintes ramos:

- “Acidentes de Trabalho”, que tem como finalidade assegurar os trabalhadores em caso de danos decorrentes no local e no tempo de trabalho ou a caminho de ou para o trabalho, do qual resulte lesão corporal, perturbação funcional ou doença que provoque redução na capacidade de trabalho ou de ganho ou a morte;
- “Automóvel”, que cobre os riscos a que estão expostos os veículos terrestres a motor (automóveis, motociclos, etc.), incluindo a responsabilidade civil decorrente da respetiva circulação, bem como coberturas facultativas, tais como danos próprios, assistência em viagem e proteção jurídica;
- “Doença”, que cobre os riscos relacionados com a prestação de cuidados de saúde nas modalidades prestações convencionadas, prestações indemnizatórias e combinações dos dois tipos de prestações;
- “Patrimoniais”, que cobre os riscos relacionados com perdas de bens patrimoniais causadas por “Incêndio e outros danos” que danifiquem o património, “Crédito e Caução”, relacionados com danos sofridos em caso de incumprimento de obrigações asseguradas por garantia pessoal e “Perdas pecuniárias diversas por outros riscos patrimoniais”;
- “Responsabilidade Civil”, que cobre o risco de o segurado ter que vir a indemnizar terceiros por danos que resultem em lesões corporais ou materiais pelos quais seja responsável., incluindo os seguros “Responsabilidade Civil-Geral”, “Responsabilidade Civil-Familiar”, “Responsabilidade Civil-Animais”, “Responsabilidade Civil-Exploração”, “Responsabilidade Civil-Profissional” e “Responsabilidade Civil-Produtos”;
- “Mercadorias Transportadas”, que cobre riscos relacionados com o transporte de mercadorias ou outros bens por via terrestre, marítima e aérea, e;

- “Diversos”, que abrange os danos sofridos por “Acidentes pessoais”, “Proteção jurídica – outras”, “Assistência – outras” e seguros diversos não referidos anteriormente.

Segmento Imobiliário

O segmento imobiliário inclui as seguintes atividades:

- Compra e venda de imóveis, incluindo a compra para revenda, o arrendamento ou a constituição de outros direitos reais sobre imóveis e, ainda, o desenvolvimento, promoção e administração de projetos imobiliários, na vertente de construção e reabilitação, bem como a prestação de serviços conexos;
- Aquisição e alienação de participações em sociedades, de direito nacional ou estrangeiro, com objeto igual ou diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em sociedades de responsabilidade ilimitada, nos termos da lei, e;
- Associação com outras pessoas jurídicas para, nomeadamente, formar novas sociedades, agrupamentos complementares de empresas, agrupamentos europeus de interesse económico, consórcios e associação em participação nos termos legais.

Segmento Saúde

O segmento saúde inclui as seguintes atividades:

- Cuidados de saúde privados, que inclui as principais unidades hospitalares de prestação de cuidados agudos e a rede de clínicas em regime de ambulatório do Grupo;
- Cuidados de saúde públicos, que abrange a gestão de uma unidade hospital, ao abrigo do Contrato de Parceria Público-Privada (PPP);
- Outras atividades.

A distribuição dos resultados por linhas de negócio nos exercícios de 2022 e 2021 é a seguinte:

	2022					Total
	Segmento Segurador	Segmento Imobiliário	Segmento Saúde	Outros segmentos	Ajustes de consolidação	
Ganhos e Perdas						
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	2.512.873.169	-	-	-	(8.182.140)	2.504.691.029
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	114.415.652	-	-	-	-	114.415.652
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(1.985.734.026)	-	-	-	17.110.705	(1.968.623.321)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	2.639.777	-	-	-	-	2.639.777
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	285.652.756	-	-	-	4.491.230	290.143.986
Custos e gastos de exploração líquidos	(896.985.475)	-	-	-	878.849	(896.106.626)
Rendimentos	374.074.053	97.564.781	118.802	19.637.407	(56.820.748)	434.574.295
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	(225.000.722)	56.022.791	3.297.079	(44.052.032)	(87.416.343)	(297.149.226)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	6.560.123	(42.792.284)	(924.744)	(44.546)	42.420.581	5.219.130
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (<i>overlay approach</i>)	46.570.542	(652)	-	-	4.180.767	50.750.657
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	22.509.208	863.138	26.151.450	15.300.007	33.333.579	98.157.382
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	(1.441.931)	-	-	(1.441.931)
Imposto sobre o rendimento do exercício	(49.123.569)	(37.677.973)	(2.163.634)	3.333.495	14.728.122	(70.903.560)
Interesses não controlados	-	-	188.559	-	(80.313.455)	(80.124.896)
	<u>208.451.488</u>	<u>73.979.801</u>	<u>25.225.581</u>	<u>(5.825.670)</u>	<u>(115.588.852)</u>	<u>186.242.348</u>
Ativos						
Total de ativos	<u>21.403.647.344</u>	<u>5.205.618.826</u>	<u>912.142.774</u>	<u>708.480.312</u>	<u>(7.864.862.087)</u>	<u>20.365.027.168</u>
Dos quais:						
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	8.543.279	-	-	-	626.008	9.169.287
Passivos						
Total de passivos	<u>16.912.435.903</u>	<u>363.502.371</u>	<u>598.557.734</u>	<u>113.139.139</u>	<u>(541.606.170)</u>	<u>17.446.028.976</u>
					Total segmentos	<u>2.732.755.845</u>
					Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados	<u>2.732.755.845</u>

	2021					Total
	Segmento Segurador	Segmento Imobiliário	Segmento Saúde	Outros segmentos	Ajustes de consolidação	
Ganhos e Perdas						
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	2.223.546.589	-	-	-	(5.841.320)	2.217.705.269
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	411.046	-	-	-	-	411.046
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(1.740.680.597)	-	-	-	11.731.494	(1.728.949.103)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(889.692)	-	-	-	-	(889.692)
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	115.418.625	-	-	-	5.139.160	120.557.785
Custos e gastos de exploração líquidos	(685.227.636)	-	-	-	(82.466)	(685.310.102)
Rendimentos	355.814.995	194.394.365	40.758	20.084.897	(185.641.313)	384.693.702
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	(37.194.554)	31.529.292	(41.520)	(11.357.758)	(6.664.385)	(23.728.926)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	603.517	(1.150.974)	(4.987.267)	21.722	16.583.740	11.070.739
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (<i>overlay approach</i>)	143.578.153	722.948	-	-	(80.292.943)	64.008.158
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	21.118.821	7.211.903	13.358.746	11.457.375	(10.164.520)	42.982.325
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	3.890.250	-	-	-	-	3.890.250
Imposto sobre o rendimento do exercício	(87.938.388)	(21.388.236)	4.063.553	(3.751.190)	5.918.976	(103.095.285)
Interesses não controlados	-	-	296.731	-	(74.382.187)	(74.085.456)
	<u>312.451.129</u>	<u>211.319.298</u>	<u>12.731.001</u>	<u>16.455.045</u>	<u>(323.695.762)</u>	<u>229.260.711</u>
Ativos						
Total de ativos	<u>21.317.748.956</u>	<u>4.846.260.118</u>	<u>896.313.710</u>	<u>604.731.904</u>	<u>(7.192.924.510)</u>	<u>20.472.130.178</u>
Dos quais:						
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	5.032.997.046	-	-	-	(5.002.913.269)	30.083.777
Passivos						
Total de passivos	<u>16.240.569.832</u>	<u>188.749.637</u>	<u>612.308.735</u>	<u>100.979.245</u>	<u>(353.097.277)</u>	<u>16.789.510.173</u>
					Total segmentos	<u>3.453.359.294</u>
					Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados	<u>3.453.359.294</u>

O total de ativos e passivos têm um desdobramento diferente, quando comparado com as Demonstrações Financeiras, devido ao facto de o processo de distribuição por segmentos originar um desdobramento de saldos diferentes.

Nos exercícios de 2022 e 2021, os prémios adquiridos líquidos de resseguro apresentam a seguinte composição por região:

Prémios adquiridos líquidos de resseguro	2022	2021
Portugal	1.738.622.945	1.616.841.658
Resto da Europa	71.778.849	56.506.235
África	110.600.583	50.900.476
Ásia	56.766.930	56.997.461
América do Sul	526.921.723	436.459.439
Total	2.504.691.029	2.217.705.269

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são alocados com base na localização de cada empresa.

Nos exercícios de 2022 e 2021, os ativos não correntes apresentam a seguinte composição por região:

Ativos não correntes	2022	2021
Portugal	2.226.312.555	1.995.890.074
Resto da Europa	1.277.969.708	1.170.383.911
África	76.176.521	65.415.196
Ásia	383.078	589.461
América do Sul	218.926.287	292.379.960
Resto do Mundo	99.519.308	-
Total	3.899.287.456	3.524.658.602

Os ativos não correntes incluem as rubricas “Terrenos e edifícios”, “Outros ativos tangíveis”, “Outros ativos intangíveis” e “Goodwill”.

49. Entidades Relacionadas

Conforme definido na IAS 24 são consideradas partes relacionadas do Grupo as empresas filiais, associadas e empreendimentos conjuntos do Grupo Fosun, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e os respetivos órgãos de gestão.

As Notas 3 e 5 fornecem informações sobre a estrutura do Grupo, incluindo detalhes das filiais e associadas

As transações e saldos pendentes entre entidades totalmente consolidadas do Grupo são eliminadas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as demonstrações financeiras do Grupo incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2022			Total
	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Associadas	Grupo Fosun International Holdings Ltd	
Demonstração de Resultados				
Prémios brutos emitidos	3.985.028	-	6.711	3.991.739
Prémios de resseguro cedido	-	-	(12.062.454)	(12.062.454)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	475.757	-	-	475.757
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	(239.995)	(239.995)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(214.601)	(1.239.797)	2.442.011	987.614
Custos e gastos de exploração líquidos	(76.990.850)	10.004	1.929.591	(75.051.255)
Rendimentos	5.841.450	11.585	13.315.014	19.168.050
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	(8.044.738)	-	(11.059.756)	(19.104.494)
Diferenças de câmbio	(700.801)	-	(1.422.794)	(2.123.595)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	239.262	-	1.827.778	2.067.040
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	(529.734)	219.369	(1.410)	(311.776)
	<u>(75.939.227)</u>	<u>(998.838)</u>	<u>(5.265.305)</u>	<u>(82.203.370)</u>
Ativos				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	359.201.143	-	19.273.365	378.474.508
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	-	9.169.288	-	9.169.288
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	27.577.981	-	30.562.857	58.140.838
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	70.524.964	-	67.802.100	138.327.064
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	142.292.685	327.191	-	142.619.876
Terrenos e edifícios de uso próprio	18.931	-	-	18.931
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	8.749.212	8.749.212
Contas a receber por operações de seguro direto	22.029.882	-	-	22.029.882
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	301.383	301.383
Contas a receber por outras operações	6.238.338	-	1.227	6.239.565
	<u>627.883.923</u>	<u>9.496.479</u>	<u>126.690.144</u>	<u>764.070.546</u>
Passivos				
Provisão para prémios não adquiridos	(9.315.816)	-	-	(9.315.816)
Provisão para sinistros	(242.825.705)	-	55.972	(242.769.733)
Passivos financeiros	20.569	-	4.161.606	4.182.175
Contas a pagar por operações de seguro direto	39.700.230	-	17	39.700.247
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	1.711.679	1.711.679
Contas a pagar por outras operações	370.607	3.562	-	374.169
Acréscimos e diferimentos	26.976.954	-	1.311.500	28.288.454
	<u>(185.073.161)</u>	<u>3.562</u>	<u>7.240.774</u>	<u>(177.828.825)</u>

	2021			Total
	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Associadas	Grupo Fosun International Holdings Ltd	
Demonstração de Resultados				
Prémios brutos emitidos	3.521.927	-	-	3.521.927
Prémios de resseguro cedido	-	-	(14.112.643)	(14.112.643)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	345.809	-	-	345.809
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	112.129	112.129
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(132.104)	(969.301)	8.490.979	7.389.574
Custos e gastos de exploração líquidos	(70.812.452)	27.905	2.602.392	(68.182.155)
Rendimentos	7.697.625	-	15.023.343	22.720.967
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	(6.061.173)	-	(5.322.543)	(11.383.715)
Diferenças de câmbio	1.948.440	-	478.501	2.426.941
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	49.123	-	192.449	241.571
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	1.754.924	1.623.963	29.930	3.408.817
	(61.687.881)	682.567	7.494.537	(53.510.778)
Ativos				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	439.278.072	-	100.268.856	539.546.928
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	-	23.817.158	-	23.817.158
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	56.331.343	-	31.538.105	87.869.448
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	80.307.806	-	341.129.652	421.437.458
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	2.062.062	-	3.763.209	5.825.271
Terrenos e edifícios de uso próprio	33.930	-	-	33.930
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	8.815.115	8.815.115
Contas a receber por operações de seguro direto	11.830.916	-	-	11.830.916
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	432.881	432.881
Contas a receber por outras operações	16.959.551	28.210	657.089	17.644.849
	606.803.680	23.845.367	486.604.908	1.117.253.955
Passivos				
Provisão para prémios não adquiridos	(3.521.652)	-	-	(3.521.652)
Provisão para sinistros	(182.101.516)	-	55.972	(182.045.544)
Passivos financeiros	28.109	-	3.922.330	3.950.439
Contas a pagar por operações de seguro direto	13.585.767	-	-	13.585.767
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	1.561.808	1.561.808
Contas a pagar por outras operações	899.512	4.305	1.998.473	2.902.290
Acréscimos e diferimentos	33.440.578	-	1.568.500	35.009.078
	(137.669.202)	4.305	9.107.084	(128.557.814)

Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo acionista.

As remunerações e benefícios pagos aos membros dos Órgãos Sociais durante o exercício de 2022 têm a seguinte composição:

Conselho de Administração

	Remuneração fixa	Remuneração variável	Subsídio alimentação	Encargo seg.saúde	Encargo seg.vida
Membros não-executivos					
Presidente					
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia	60.000	95.128	-	-	-

Conselho Fiscal

	Remuneração fixa	Remuneração variável	Subsídio alimentação	Encargo seg.saúde	Encargo seg.vida
Presidente					
Pedro Antunes de Almeida	14.000	-	-	-	-
Vogais					
João Filipe Gonçalves Pinto	12.600	-	-	-	-
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	12.600	-	-	-	-

Os honorários da Ernst & Young, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas, e empresas da sua rede inclusive no estrangeiro, relativos ao exercício de 2022 ascendem a 3.256.859 Euros, dos quais 2.633.596 Euros relativos à Auditoria e revisão legal de contas e 623.263 Euros relativos a outros serviços de garantia e fiabilidade.

Os outros serviços de garantia de fiabilidade incluem essencialmente: (i) Certificação do relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, (ii) Relatório sobre o sistema Gestão de Risco e Controlo Interno, (iii) Revisão Limitada, (iv) Parecer quanto aos procedimentos e controlos em matéria de prevenção do BC&FT, (v) Parecer quanto aos procedimentos específicos para política prevenção, deteção e reporte de situações de fraude de seguros e (vi) Parecer quanto aos procedimentos específicos para política de remunerações.

50. Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros

POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	2022		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de balanço
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	637.771.322	637.771.322
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	9.169.287	9.169.287
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	4.837.261.487	-	4.837.261.487
Derivados de cobertura	18.319.872	-	18.319.872
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	7.595.090.860	-	7.595.090.860
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	1.000.653.706	1.000.653.706
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	-	746.297.568	746.297.568
	<u>12.450.672.219</u>	<u>2.393.891.883</u>	<u>14.844.564.102</u>
Passivo			
Provisão matemática do ramo vida	-	1.499.859.023	1.499.859.023
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	154.516.306	-	154.516.306
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	3.135.814.789	5.375.919.624	8.511.734.413
Derivados de cobertura	4.949.949	-	4.949.949
Depósitos recebidos de resseguradores	-	54.602.705	54.602.705
Outros passivos financeiros	-	636.180.671	636.180.671
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	-	719.530.746	719.530.746
	<u>3.295.281.044</u>	<u>8.286.092.769</u>	<u>11.581.373.813</u>

	2021		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de balanço
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	951.977.507	951.977.507
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	30.083.777	30.083.777
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3.971.703.878	2.987.809	3.974.691.687
Derivados de cobertura	2.674.924	-	2.674.924
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	9.201.180.447	-	9.201.180.447
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	1.229.466.917	1.229.466.917
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	-	448.572.311	448.572.311
	<u>13.175.559.249</u>	<u>2.663.088.321</u>	<u>15.838.647.570</u>
Passivo			
Provisão matemática do ramo vida	-	1.608.929.356	1.608.929.356
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	299.670.115	-	299.670.115
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	1.760.269.963	6.358.556.065	8.118.826.028
Derivados de cobertura	23.581.767	-	23.581.767
Depósitos recebidos de resseguradores	-	81.278.509	81.278.509
Outros passivos financeiros	-	596.027.423	596.027.423
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	-	363.496.593	363.496.593
	<u>2.083.521.845</u>	<u>9.008.287.946</u>	<u>11.091.809.791</u>

O montante da rubrica “Provisão matemática do ramo vida” corresponde ao valor das provisões matemáticas de produtos de capitalização do ramo vida com participação nos resultados.

O montante considerado nas rubricas de “Outros devedores” e “Outros credores” corresponde essencialmente aos saldos a receber e a pagar de segurados, resseguradores, ressegurados, mediadores, agentes e de outras entidades externas.

GANHOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

	2022		
	Por contrapartida de		
	resultados	capitais próprios	total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	96.821.179	-	96.821.179
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(368.138.161)	-	(368.138.161)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	258.267.070	-	258.267.070
Rendimentos de instrumentos financeiros			
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	103.971.191	-	103.971.191
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	226.465.844	-	226.465.844
de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	19.634.885	-	19.634.885
de depósitos à ordem	663.623	-	663.623
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(2.095.086)	(855.036.341)	(857.131.427)
de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	151.113	-	151.113
de passivos financeiros valorizados ao custo amortizado	(12.855.939)	-	(12.855.939)
de outros	198	-	198
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(285.047.297)	-	(285.047.297)
Diferenças de câmbio	68.726.310	-	68.726.310
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)			
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(2.314.794)	-	(2.314.794)
de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	(1.096.932)	-	(1.096.932)
de outros	8.630.856	-	8.630.856
Juros de passivos subordinados	(22.360.836)	-	(22.360.836)
Juros de depósitos recebidos de resseguradores	(876.731)	-	(876.731)
	<u>88.546.494</u>	<u>(855.036.341)</u>	<u>(766.489.847)</u>

	2021		
	Por contrapartida de		
	resultados	capitais próprios	total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	70.030.268	-	70.030.268
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(251.767.007)	-	(251.767.007)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	164.204.983	-	164.204.983
Rendimentos de instrumentos financeiros			
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	89.272.696	-	89.272.696
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	202.876.410	-	202.876.410
de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	17.591.680	-	17.591.680
de depósitos à ordem	145.464	-	145.464
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	12.342.475	(243.473.756)	(231.131.281)
de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	(97.195)		(97.195)
de passivos financeiros valorizados ao custo amortizado	(22.333.626)	-	(22.333.626)
De outros	(782.718)	-	(782.718)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(213.096.230)	-	(213.096.230)
de outros	257.393.130	-	257.393.130
Diferenças de câmbio			
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	15.034.997	-	15.034.997
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	1.237.903	-	1.237.903
de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	(5.202.162)		(5.202.162)
de outros	(12.773.005)	-	(12.773.005)
Juros de depósitos recebidos de resseguradores	(74.910)	-	(74.910)
	<u>324.003.154</u>	<u>(243.473.756)</u>	<u>80.529.397</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os rendimentos e gastos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efetiva, referentes a ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam o seguinte detalhe:

	2022	2021
Ativo		
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	226.465.844	198.212.550
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	19.634.885	17.591.680
Depósitos à ordem	663.623	145.464
	<u>246.764.352</u>	<u>215.949.694</u>
Passivo		
Provisão matemática do ramo vida	(49.449.465)	(47.386.170)
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	(12.855.939)	(22.333.626)
Passivos subordinados	(22.360.836)	(12.773.005)
Depósitos recebidos de resseguradores	(876.731)	(74.910)
	<u>(85.542.971)</u>	<u>(82.567.711)</u>

OUTRAS DIVULGAÇÕES

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras do Grupo, pode ser resumida como se segue:

	2022				Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			Não valorizados ao justo valor	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	637.771.322	637.771.322
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	9.169.287	9.169.287
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3.064.326.109	551.711.739	1.221.223.639	-	4.837.261.487
Derivados de cobertura	530.104	17.789.768	-	-	18.319.872
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	6.770.589.259	604.687.323	219.814.278	-	7.595.090.860
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	-	1.000.653.706	1.000.653.706
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	-	-	-	746.297.568	746.297.568
	9.835.445.472	1.174.188.830	1.441.037.917	2.393.891.883	14.844.564.102
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	1.499.859.023	1.499.859.023
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	3.135.814.789	-	5.375.919.624	8.511.734.413
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.155.733	24.082.339	129.278.235	-	154.516.306
Derivados de cobertura	-	4.949.949	-	-	4.949.949
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	54.602.705	54.602.705
Outros passivos financeiros	-	-	-	636.180.671	636.180.671
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	-	-	-	719.530.746	719.530.746
	1.155.733	3.164.847.077	129.278.235	8.286.092.769	11.581.373.814
	9.834.289.739	(1.990.658.247)	1.311.759.682	(5.892.200.886)	3.263.190.288

	2021				
	Metodologia de apuramento do justo valor			Não valorizados ao justo valor	Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	951.977.507	951.977.507
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	30.083.777	30.083.777
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2.622.718.263	593.513.325	755.472.290	2.987.809	3.974.691.687
Derivados de cobertura	55.327	2.619.597	-	-	2.674.924
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	8.060.382.411	666.150.591	474.647.445	-	9.201.180.447
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	-	1.229.466.917	1.229.466.917
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	-	-	-	448.572.311	448.572.311
	10.683.156.001	1.262.283.513	1.230.119.735	2.663.088.321	15.838.647.570
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	1.608.929.356	1.608.929.356
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	1.760.269.963	-	6.358.556.065	8.118.826.028
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	93.297.279	79.743.947	126.628.889	-	299.670.115
Derivados de cobertura	353.152	23.228.615	-	-	23.581.767
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	81.278.509	81.278.509
Outros passivos financeiros	-	-	-	596.027.423	596.027.423
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	-	-	-	363.496.593	363.496.593
	93.650.431	1.863.242.525	126.628.889	9.008.287.946	11.091.809.791
	10.589.505.570	(600.959.012)	1.103.490.846	(6.345.199.624)	4.746.837.780

Os quadros acima apresentam a classificação de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela IFRS 13, dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 que são valorizados ao justo valor, de acordo com os seguintes pressupostos:

- Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que o Grupo tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas.
- Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base *bids* fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Todos os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor que não se enquadram nos níveis 1 e 2.

- Na rubrica “Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado” não foi calculado o justo valor dos empréstimos hipotecários atendendo à sua imaterialidade e ao facto de serem essencialmente empréstimos efetuados a empregados, com garantias reais.

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Grupo

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado no Grupo estão regulados através da sua Política de Investimentos.

Esta Política, que é revista anualmente, sem prejuízo de quaisquer outras revisões que devam ser realizadas à luz do desenvolvimento do quadro legal, tendências do mercado de ativos ou mudanças nas diretrizes de investimento da empresa e / ou perfil de risco, define:

- as principais diretrizes da gestão de investimentos e como o Grupo avalia, aprova, implementa, controla e monitoriza suas atividades de investimento e os riscos decorrentes dessas atividades;
- as atividades relacionadas ao processo de investimento do Grupo, que vão da *Strategic Asset Allocation* (SAA) à *Tactical Asset Allocation* (TAA), incluindo o processo de decisão e as atividades de controlo e *reporting*;
- as funções e responsabilidades dos intervenientes no processo de investimentos.

Desta forma, a Política de Investimentos visa garantir o alinhamento entre os objetivos da carteira e a respetiva estratégia de investimento, além de promover uma monitorização eficaz e contínua, constituindo a matriz do processo de investimento do Grupo.

A composição de um adequado portfólio de ativos é, em qualquer momento, o resultado de um processo de investimento bem estruturado, disciplinado e transparente, integrando as seguintes componentes:

- uma estratégia de investimento destinada a criar valor, enquadrada, no entanto, no perfil do negócio subscrito pelo Grupo e no seu apetite ao risco;
- uma política de investimento refletindo essa estratégia, implementada por gestores de investimentos com o conhecimento e recursos adequados;
- um controle contínuo e independente da atividade de investimento;
- adequados procedimentos de *reporting*;

Tendo presente estes aspetos, o ciclo de gestão de investimentos do Grupo é composto pelas seguintes atividades fundamentais:

- **Definir** – Definição e aprovação do ciclo geral de gestão de investimentos, incluindo, a estratégia global de investimentos, as políticas de investimentos, gestão do ativo e passivo e liquidez, bem como a alocação estratégica de ativos (SAA);
- **Investir** – Realização de todas as atividades de investimento, de acordo com as estratégias e políticas definidas (identificação, avaliação e aprovação das oportunidades de investimento, assim como, execução, liquidação e alocação dos investimentos);

- **Monitorizar** – Monitorizar a evolução do portfólio de ativos em termos de performance, liquidez e qualidade creditícia;
- **Gerir** – Revisão das estratégias, políticas, *benchmarks* e limites de acordo com as atuais e futuras condições/expectativas do mercado e capacidade interna de risco;
- **Controlar** – Garantir que todas as estratégias, políticas, procedimentos e responsabilidades atribuídas são cumpridas.

No quadro do desenvolvimento das atividades de investimento do Grupo são ainda determinantes:

1. A definição do objetivo da carteira

O objetivo principal da gestão da carteira de investimentos do Grupo é otimizar o seu retorno de uma forma sã e prudente, garantindo a proteção de todas as partes interessadas, em particular os interesses dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários. Nesse sentido, o portfólio deve ser sistematicamente otimizado de acordo com a natureza do negócio subscrito, o apetite de risco do Grupo e as suas necessidades de liquidez.

2. As regras para o investimento em ativos

Por um lado, os ativos do Grupo são investidos de forma apropriada, tendo em conta, quer a natureza e duração das responsabilidades assumidas pelo Grupo, quer a capacidade de assegurar a segurança, qualidade, disponibilidade, liquidez e rentabilidade da carteira como um todo.

Por outro lado, os ativos são bem diversificados de forma a evitar a concentração excessiva de risco na carteira como um todo.

Por fim, os ativos são investidos de modo a garantir um *cash return* regular, permitindo, assim, ao Grupo uma adequada gestão da sua liquidez.

3. As classes de ativos

Como regra geral, a carteira do Grupo é composta principalmente por ativos líquidos (de acordo com os critérios de liquidez constantes da Política de ALM e Liquidez), unidades de participação em fundos de investimento e imóveis. As classes de ativos elegíveis para investimento pelo Grupo são:

- Tesouraria (caixa, depósitos e equivalentes);
- Rendimento fixo (instrumentos de dívida de médio e longo prazo);
- Rendimento variável (instrumentos que proporcionam ganhos variáveis);
- Imobiliário (incluindo, quer para uso próprio, quer para investimento);
- Investimentos alternativos.

Produtos derivados podem ser utilizados, com carácter excecional, e num formato simples (*swaps, forwards, futuros, etc.*), para cobertura de posições específicas ou para fins de gestão de ativo-passivo.

4. Os limites de exposição

De forma a permitir ao Grupo, face às mudanças nos mercados, prosseguir os seus objetivos de investimento sem, no entanto, ocorrer uma tomada de níveis excessivos de riscos, foi definido um conjunto de targets e de limites máximos e mínimos, de acordo com os seguintes critérios:

- Classe de ativo;
- Qualidade creditícia e duração;
- Setor de atividade;
- Geografia;
- Concentração por posição;
- Moeda.

5. O processo de controlo e gestão do risco

A Direção de Gestão de Risco (DGR) é responsável por **controlar e monitorizar a alocação de ativos**, face aos targets e limites estabelecidos.

Neste sentido, estão definidos os procedimentos, e os responsáveis pelos mesmos, quando ocorrem incumprimentos dos targets e/ou limites estabelecidos.

Quanto aos **mecanismos de controlo de perdas nos ativos**, a DGR disponibiliza informação sobre a evolução dos riscos mais relevantes relacionados com os investimentos, designadamente, o seu impacto nos requisitos de capital de solvência. Assim, com base na evolução da *time weighted return* TWR e nas estimativas do requisito de capital de solvência, a DGR informa regularmente a cobertura estimada da posição de solvência, estando definidos os procedimentos a adotar quando são atingidos determinados níveis de alerta.

Encontra-se estabelecido um **processo de reporte** regular para os vários níveis do Grupo envolvidos na gestão de investimentos, de forma a permitir um adequado acompanhamento, bem como o acionamento dos mecanismos de gestão de mitigação do risco. Neste sentido, está definida a informação que deverá ser produzida, considerando o tipo de reporte, o seu conteúdo, a sua periodicidade e o órgão responsável pela sua produção.

Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a exposição a risco de crédito do Grupo apresenta a seguinte composição:

	2022		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	635.908.119	-	635.908.119
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.384.405.424	-	1.384.405.424
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	7.562.280.940	-	7.562.280.940
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	1.000.653.706	-	1.000.653.706
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	782.972.628	(36.675.060)	746.297.568
Exposição máxima a risco de crédito	11.366.220.817	(36.675.060)	11.329.545.757

	2021		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	949.974.805	-	949.974.805
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.054.047.020	-	1.054.047.020
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	9.155.436.451	-	9.155.436.451
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	1.229.466.917	-	1.229.466.917
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	393.854.496	(30.383.084)	363.471.411
Exposição máxima a risco de crédito	12.782.779.689	(30.383.084)	12.752.396.604

Qualidade de crédito

Nas classificações de risco apresentadas foi considerado o *rating* correspondente de acordo com a metodologia identificada na Nota 2.6. Os quadros seguintes apresentam a desagregação do valor de balanço a qual é apresentada de acordo com uma escala equivalente às da Standard & Poor's e Fitch.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor de balanço das aplicações financeiras tem a seguinte decomposição:

Classe de ativo	2022				
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Depósitos em Instituições de Crédito					
AA- até AA+	6.049.761	24.608	-	69.618.944	75.693.313
A- até A+	36.918.875	53.555.834	-	48.172.495	138.647.204
BBB- até BBB+	501.638.542	36.842.860	-	30.736.077	569.217.479
BB- até BB+	26.554.090	-	-	21.568.308	48.122.398
B- até B+	1.790.079	-	-	2.596.047	4.386.126
Sem rating	10.873.865	41.330.317	7.854.542	175.045.112	235.103.836
	583.825.212	131.753.619	7.854.542	347.736.983	1.071.170.356
Depósitos junto de Empresas Cedentes					
A- até A+	1.099	-	-	-	1.099
Sem rating	964.122	-	-	-	964.122
	965.221	-	-	-	965.221
	584.790.433	131.753.619	7.854.542	347.736.983	1.072.135.577
Classe de ativo	2021				
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Depósitos em Instituições de Crédito					
AAA	-	-	-	485.991	485.991
AA- até AA+	3.835.833	-	-	106.470	3.942.303
A- até A+	354.098	213.826.892	2.680.665	86.339.746	303.201.401
BBB- até BBB+	98.385.648	35.499.678	-	73.862.079	207.747.405
BB- até BB+	464.660.796	38.976	-	36.693.120	501.392.892
B- até B+	1.908.990	-	-	3.729.875	5.638.865
CCC- até CCC+	4.201	-	-	-	4.201
Sem rating	7.581.080	51.213.653	5.137.739	242.205.059	306.137.531
	576.730.646	300.579.199	7.818.404	443.422.340	1.328.550.589
Depósitos junto de Empresas Cedentes					
A- até A+	945.554	-	-	2.255	947.809
	945.554	-	-	2.255	947.809
	577.676.200	300.579.199	7.818.404	443.424.595	1.329.498.398

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade tem a seguinte decomposição:

Classe de ativo	2022				
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas					
Corporate					
AA- até AA+	-	3.906.800	1.103.903	-	5.010.703
A- até A+	-	17.083.098	1.490.155	6.425.051	24.998.304
BBB- até BBB+	34.554.289	167.918.309	38.973.540	40.128.696	281.574.834
BB- até BB+	34.164.051	181.199.872	39.096.244	32.102.497	286.562.664
B- até B+	5.185.675	151.751.400	22.780.648	47.146.137	226.863.860
CCC- até CCC+	-	773.153	2.163.194	3.595.961	6.532.308
Sem rating	70.501.242	22.441.233	7.493.160	50.655.584	151.091.219
	144.405.257	545.073.865	113.100.844	180.053.926	982.633.892
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	3.654.794	-	-	3.654.794
AA- até AA+	-	3.223.861	-	-	3.223.861
A- até A+	-	30.280.114	-	957.251	31.237.365
BBB- até BBB+	46.208.016	34.247.684	-	967.434	81.423.134
BB- até BB+	1.402.886	-	-	-	1.402.886
	47.610.902	71.406.453	-	1.924.685	120.942.040
Instituições Financeiras					
AAA	-	-	5.788.507	-	5.788.507
AA- até AA+	-	7.192.187	2.244.746	-	9.436.933
A- até A+	-	72.791.049	32.560.816	6.701.611	112.053.476
BBB- até BBB+	23.012.340	74.303.759	16.120.679	5.782.767	119.219.545
BB- até BB+	24.508.136	103.234.800	-	1.682.329	129.425.265
B- até B+	17.581.393	4.265.819	-	1.406.482	23.253.694
Sem rating	-	-	106.696.722	51.456.375	158.153.097
	65.101.869	261.787.614	163.411.470	67.029.564	557.330.517
Outros emitentes					
AAA	-	19.427.581	-	-	19.427.581
	-	19.427.581	-	-	19.427.581
	257.118.028	897.695.513	276.512.314	249.008.175	1.680.334.030

Classe de ativo	2021				
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas					
Corporate					
A- até A+	-	2.847.953	4.663.963	18.335.137	25.847.053
BBB- até BBB+	47.713.505	79.980.358	25.588.026	123.487.361	276.769.250
BB- até BB+	40.150.371	129.352.700	24.215.349	63.011.080	256.729.500
B- até B+	-	187.267.354	31.856.573	53.560.547	272.684.474
CCC- até CCC+	-	-	1.760.844	1.548.214	3.309.058
Sem rating	41.511.801	27.526.904	7.228.363	67.137.153	143.404.221
	129.375.677	426.975.269	95.313.118	327.079.492	978.743.556
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	2.898.860	-	-	2.898.860
AA- até AA+	-	3.625.256	-	-	3.625.256
A- até A+	-	240.461	-	-	240.461
BBB- até BBB+	19.016.660	2.186.793	-	-	21.203.453
BB- até BB+	1.689.744	-	-	-	1.689.744
	20.706.404	8.951.370	-	-	29.657.774
Instituições Financeiras					
AA- até AA+	-	3.007.913	-	-	3.007.913
A- até A+	-	23.565.002	116.191.141	61.206.994	200.963.137
BBB- até BBB+	983.858	23.693.004	18.585.351	10.624.012	53.886.225
BB- até BB+	48.481.071	80.747.043	-	2.334.811	131.562.925
B- até B+	20.837.117	5.370.296	-	2.004.035	28.211.448
Sem rating	-	-	-	-	-
	70.302.046	136.383.258	134.776.492	76.169.852	417.631.648
Outros emitentes					
AAA	-	-	-	292.580	292.580
	-	-	-	292.580	292.580
	220.384.127	572.309.897	230.089.610	403.541.924	1.426.325.558

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Classe de ativo	2022				
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas					
Corporate					
AA- até AA+	-	5.136.762	1.128.376	736.645	7.001.783
A- até A+	-	49.574.790	45.524.092	297.431.036	392.529.918
BBB- até BBB+	10.340.475	374.941.612	438.645.782	718.802.092	1.542.729.961
BB- até BB+	13.106.178	94.813.942	181.911.221	305.358.647	595.189.988
B- até B+	5.640.180	-	6.657.385	16.914.312	29.211.877
Sem rating	511.641	-	-	2.952.305	3.463.946
	29.598.474	524.467.106	673.866.856	1.342.195.037	2.570.127.473
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	4.297.723	11.485.144	-	15.782.867
AA- até AA+	-	900.524	-	6.040.101	6.940.625
A- até A+	-	65.748.090	-	13.488.060	79.236.150
BBB- até BBB+	372.258.115	1.543.215.346	7.942.731	308.869.037	2.232.285.229
BB- até BB+	17.678.391	-	-	3.043.658	20.722.049
B- até B+	-	-	-	1.651.456	1.651.456
CCC- até CCC+	-	-	-	44.364.092	44.364.092
	389.936.506	1.614.161.683	19.427.875	377.456.404	2.400.982.468
Instituições Financeiras					
AAA	-	4.475.426	2.646.137	891.730	8.013.293
AA- até AA+	6.763.786	6.345.166	30.118.155	4.783.757	48.010.864
A- até A+	-	366.321.655	169.371.086	701.968.327	1.237.661.068
BBB- até BBB+	5.769.508	306.143.124	97.459.399	597.966.175	1.007.338.206
BB- até BB+	73.120.278	8.366.796	2.844.790	163.378.024	247.709.888
B- até B+	28.508.198	-	-	-	28.508.198
Sem rating	-	-	-	2.936.302	2.936.302
	114.161.770	691.652.167	302.439.567	1.471.924.315	2.580.177.819
Outros emitentes					
AAA	-	9.853.125	-	-	9.853.125
BBB- até BBB+	-	-	-	1.140.055	1.140.055
	-	9.853.125	-	1.140.055	10.993.180
	533.696.750	2.840.134.081	995.734.298	3.192.715.811	7.562.280.940

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Classe de ativo	2021				
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas					
Corporate					
AA- até AA+	-	4.819.984	1.474.051	951.795	7.245.830
A- até A+	-	55.697.422	56.245.881	303.612.923	415.556.226
BBB- até BBB+	713.055	414.193.846	378.988.810	859.364.218	1.653.259.929
BB- até BB+	-	117.063.823	202.286.607	424.331.881	743.682.311
B- até B+	5.848.320	-	20.391.109	47.663.126	73.902.555
Sem rating	25.795.327	-	-	28.921.526	54.716.853
	32.356.702	591.775.075	659.386.458	1.664.845.469	2.948.363.704
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	526.387	-	-	526.387
AA- até AA+	-	1.009.769	-	8.754.373	9.764.142
A- até A+	-	91.682.543	-	13.022.205	104.704.748
BBB- até BBB+	838.251.433	1.914.620.283	9.959.847	266.392.599	3.029.224.162
BB- até BB+	55.439.670	-	-	3.355.064	58.794.734
CCC- até CCC+	-	-	-	26.234.117	26.234.117
Sem rating	-	-	-	1.361.329	1.361.329
	893.691.103	2.007.838.982	9.959.847	319.119.687	3.230.609.619
Instituições Financeiras					
AAA	-	-	-	1.892.837	1.892.837
AA- até AA+	17.242.848	11.157.480	34.217.228	4.639.396	67.256.952
A- até A+	-	359.276.427	161.506.792	894.709.211	1.415.492.430
BBB- até BBB+	-	361.517.660	79.629.461	649.084.553	1.090.231.674
BB- até BB+	72.100.366	9.120.796	6.302.364	250.418.611	337.942.137
B- até B+	35.740.946	-	-	-	35.740.946
CCC- até CCC+	-	-	-	25.228.644	25.228.644
Sem rating	-	-	-	568.322	568.322
	125.084.160	741.072.363	281.655.845	1.826.541.574	2.974.353.942
Outros emitentes					
AAA	-	-	-	104.232	104.232
BBB- até BBB+	-	-	-	2.004.955	2.004.955
	-	-	-	2.109.187	2.109.187
	1.051.131.965	3.340.686.420	951.002.150	3.812.615.917	9.155.436.452

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Classe de ativo	2022			
	País de origem			
	Portugal	Resto União Europeia	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado				
Corporate				
Sem rating	-	-	1.228.533	1.228.533
	-	-	1.228.533	1.228.533
Governos e outras autoridades locais				
BBB- até BBB+	251.221.060	290.922.774	-	542.143.834
B- até B+	-	-	12.787.911	12.787.911
CCC- até CCC+	-	-	3.164.789	3.164.789
	251.221.060	290.922.774	15.952.700	558.096.534
Instituições Financeiras				
Sem rating	-	-	374.941	374.941
	-	-	374.941	374.941
	251.221.060	290.922.774	17.556.174	559.700.008

Classe de ativo	2021			
	País de origem			
	Portugal	Resto União Europeia	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado				
Corporate				
Sem rating	-	-	1.332.298	1.332.298
	-	-	1.332.298	1.332.298
Governos e outras autoridades locais				
BBB- até BBB+	343.176.058	481.225.988	-	824.402.046
CCC- até CCC+	-	-	16.084.712	16.084.712
Sem rating	-	-	2.708.762	2.708.762
	343.176.058	481.225.988	18.793.474	843.195.520
Instituições Financeiras				
Sem rating	-	-	966.365	966.365
	-	-	966.365	966.365
	343.176.058	481.225.988	21.092.137	845.494.183

Periodicamente, o Grupo efetua uma análise coletiva do risco de cobrabilidade dos recibos por cobrar registados em balanço, de modo a identificar e quantificar as perdas por imparidade a registar como “Ajustamentos de recibos por cobrar” (Nota 43). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor de balanço dos recibos por cobrar de segurados apresentava a seguinte composição:

	2022						Valor líquido de balanço
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 e 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias e 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano	Perdas por imparidade	
Ramo vida							
Produtos de capitalização	179.751.730	620.264	6.497.132	7.286.195	(3.244.894)	(185.657)	190.724.770
Produtos vida risco	21.636.437	-	10.191.444	-	(2.539.373)	(1.282.693)	28.005.815
Ramo não vida							
Automóvel	16.793.985	24.339.414	923.590	2.728.968	3.120.109	(4.464.908)	43.441.158
Acidentes de trabalho	7.139.705	-	2.098.222	-	2.930.674	(2.367.402)	9.801.199
Assistência Animais Domésticos	2.618	3.916	815	-	-	-	7.350
Doença	19.231.461	403.694	3.061.873	2.339.928	4.612.150	(3.382.919)	26.266.187
Incêndio e outros danos	2.082.911	44.198.421	2.727.902	5.756.362	87.734.256	(2.879.312)	139.620.539
Transportes	1.854.525	3.176.985	947.038	-	7.296.953	(1.008.136)	12.267.365
Responsabilidade civil	5.906.442	10.003.030	1.078.632	-	-	(652.831)	16.335.275
Outros (inclui Acidentes pessoais)	23.785.894	-	-	693.453	5.000.507	(4.099.483)	25.380.371
	278.185.708	82.745.726	27.526.649	18.804.907	104.910.380	(20.323.342)	491.850.029

	2021						Valor líquido de balanço
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 e 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias e 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano	Perdas por imparidade	
Ramo vida							
Produtos de capitalização	3.511.830	93.464	3.294.749	271.678	1.164.683	(659)	8.335.744
Produtos vida risco	22.339.697	298.892	454.949	-	1.679.531	(2.849.211)	21.923.858
Ramo não vida							
Automóvel	878.229	515.231	6.072.936	-	225.539	(6.021.945)	1.669.990
Acidentes de trabalho	5.834.777	2.561.995	3.079.840	52.828	1.637.136	(4.670.246)	8.496.329
Assistência Animais Domésticos	4.715	107	82	84	177	-	5.165
Doença	15.868.470	6.478.188	3.979.602	6.361	3.429.248	(2.791.802)	26.970.067
Incêndio e outros danos	106.056.539	8.201.719	2.701.260	1.127.525	5.447.455	(3.581.607)	119.952.892
Transportes	15.576.248	609.334	152.281	-	283.447	(590.638)	16.030.671
Responsabilidade civil	25.532.029	1.754.273	655.670	-	3.947.884	(1.221.919)	30.667.938
Outros (inclui Acidentes pessoais)	17.806.802	362.270	689.445	941.647	6.531.225	(3.336.288)	22.995.102
	213.409.335	20.875.473	21.080.814	2.400.124	24.346.325	(25.064.316)	257.047.755

Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os fluxos de caixa previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	2022									Total
	Até 1	De 1 até 3	De 3 meses	De 6 meses	Entre 1 e	Entre 3 e	Entre 5 e	Mais de	Indeterminado	
	mês	meses	a 6 meses	a 1 ano	3 anos	5 anos	10 anos	10 anos		
Ativo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	637.771.322	-	-	-	-	-	-	-	-	637.771.322
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	9.169.287	9.169.287
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	7.585.630	12.755.446	30.134.743	19.323.123	293.177.302	777.443.099	191.826.285	262.548.591	1.277.966.012	2.872.760.232
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	18.319.872	18.319.872
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	87.144.454	169.114.390	227.212.752	731.056.342	2.383.421.911	2.010.670.375	1.114.505.651	257.828.942	1.417.186.556	8.398.141.373
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	131.956.765	665.419.215	11.237.320	43.877.469	118.396.346	93.961.622	70.630.026	170.862	81.241	1.135.730.866
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	746.297.568	-	-	-	-	-	-	-	-	746.297.568
	<u>1.610.755.740</u>	<u>847.289.051</u>	<u>268.584.815</u>	<u>794.256.935</u>	<u>2.794.995.559</u>	<u>2.882.075.095</u>	<u>1.376.961.962</u>	<u>520.548.395</u>	<u>2.722.722.968</u>	<u>13.818.190.520</u>
Passivo										
Provisão matemática do ramo vida	846.195	422	220.227	90.791	384.216	92.158	163.576	313.035	20.927.269	23.037.889
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	538.570	132.016.738	2.169.277	10.039.602	29.759.062	11.047.702	-	-	-	185.570.951
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	140.727	-	-	-	-	883.224	-	-	2.954.916	3.978.867
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	4.949.949	4.949.949
Depósitos recebidos de resseguradores	160.954	321.909	482.863	155.482.033	-	-	-	-	-	156.447.760
Outros passivos financeiros	718.011	5.414	18.788	51.092.030	97.539.621	119.966.423	851.740.706	77.488.514	-	1.198.569.508
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	719.530.746	-	-	-	-	-	-	-	-	719.530.746
	<u>721.935.204</u>	<u>132.344.482</u>	<u>2.891.156</u>	<u>216.704.456</u>	<u>127.682.899</u>	<u>131.989.507</u>	<u>851.904.282</u>	<u>77.801.549</u>	<u>28.832.134</u>	<u>2.292.085.669</u>

	2021									Total
	Até 1	De 1 até 3	De 3 meses	De 6 meses	Entre 1 e	Entre 3 e	Entre 5 e	Mais de	Indeterminado	
	mês	meses	a 6 meses	a um ano	3 anos	5 anos	10 anos	10 anos		
Ativo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	951.977.507	-	-	-	-	-	-	-	-	951.977.507
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	30.083.777	30.083.777
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3.256.212	4.543.481	8.670.428	107.983.092	77.153.364	438.656.430	212.083.013	173.899.872	1.100.823.075	2.127.068.968
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	2.674.924	2.674.924
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	33.820.579	113.583.238	267.223.168	1.283.052.114	2.305.858.274	2.327.560.380	1.693.373.775	506.835.333	1.878.906.729	10.410.213.591
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	274.583	4.800.833	27.567	1.869	23.706	50.423	293.266	153.304	-	5.625.551
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	448.572.311	-	-	-	-	-	-	-	-	448.572.311
	<u>1.437.901.193</u>	<u>122.927.553</u>	<u>275.921.163</u>	<u>1.391.037.075</u>	<u>2.383.035.345</u>	<u>2.766.267.233</u>	<u>1.905.750.055</u>	<u>680.888.510</u>	<u>3.012.488.505</u>	<u>13.976.216.630</u>
Passivo										
Provisão matemática do ramo vida	27.683.767	34.220.580	31.172.338	126.139.892	414.956.325	230.608.846	248.504.986	246.206.988	21.650.327	1.381.144.049
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	2.846.747	-	1.641.049	-	21.789.014	11.732.870	-	-	38.009.681
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	249.663.346	270.213.408	323.999.760	820.020.259	2.543.908.403	1.616.390.118	1.224.918.087	551.743.121	4.286.718	7.605.143.221
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	23.581.767	23.581.767
Depósitos recebidos de resseguradores	312.156	624.313	1.560.782	300.918.740	-	-	-	-	-	303.415.991
Outros passivos financeiros	1.236.470	3.724	13.882	37.402.481	48.765.721	95.855.699	764.799.870	11.678.772	-	959.756.619
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	363.496.594	-	-	-	-	-	-	-	-	363.496.594
	<u>642.392.333</u>	<u>307.908.772</u>	<u>356.746.762</u>	<u>1.286.122.421</u>	<u>3.007.630.450</u>	<u>1.964.643.677</u>	<u>2.249.955.813</u>	<u>809.628.882</u>	<u>49.518.813</u>	<u>10.674.547.922</u>

Os valores apresentados nos quadros acima, não são comparáveis com os saldos contabilísticos dizerem respeito a fluxos de caixa projetados.

O apuramento dos fluxos de caixa previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Grupo na gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários de forma a cumprir os requisitos de divulgação aplicáveis. Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificadas como exigíveis à vista, incluídos na maturidade “Até 1 mês”;
- Os valores que constam das rubricas de “Outros devedores” e “Outros credores” são valores exigíveis à vista, sendo classificados como maturidade “Até 1 mês”;
- Os instrumentos de capital foram classificados com maturidade “Indeterminado”;
- Nos instrumentos de dívida foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: *call*, *put* ou maturidade;
- Os montantes registados na rubrica “Depósitos recebidos de resseguradores” correspondem a provisões retidas a resseguradores, no âmbito do tratado de resseguro em vigor, sendo renováveis por períodos anuais. Os fluxos previsionais foram calculados considerando a sua próxima data de vencimento;
- Os “Derivados de Cobertura” foram classificados com maturidade “Indeterminado”, por se tratar de contratos de futuros e *forwards* cambiais;
- Para o cálculo dos fluxos de caixa previsionais dos “Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” foram consideradas as datas de maturidade dos contratos;
- No apuramento dos fluxos de caixa previsionais da provisão matemática do ramo vida e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento foram considerados os seguintes pressupostos:
 - A mortalidade foi determinada de acordo com o histórico dos últimos cinco anos do Grupo;
 - A estimação das saídas futuras por resgate dos contratos de capitalização assentou num modelo linear generalizado com quatro fatores: tipo de produto, duração inicial do contrato e diferença entre a taxa de juro de mercado, companhia de origem e taxa técnica;
 - Os rendimentos esperados foram determinados com base nas taxas da curva de taxa de juro, na duração do passivo e nas mais/menos-valias potenciais;
 - Os custos esperados foram estimados com base nos valores contabilizados do ano.

Risco de mercado

Risco de taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por tipo de exposição ao risco de taxa de juro:

	2022			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	635.908.119	1.863.203	637.771.322
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	9.169.287	9.169.287
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	943.580.219	743.372.749	3.150.308.519	4.837.261.487
Derivados de cobertura	-	-	18.319.872	18.319.872
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	7.123.461.367	469.748.653	1.880.840	7.595.090.860
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	916.650.101	2.028.600	81.975.005	1.000.653.706
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	-	-	746.297.568	746.297.568
	<u>8.983.691.687</u>	<u>1.851.058.121</u>	<u>4.009.814.294</u>	<u>14.844.564.102</u>
Passivo				
Provisão matemática do ramo vida	-	1.499.859.023	-	1.499.859.023
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	20.401.155	-	134.115.151	154.516.306
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	5.375.919.624	3.135.814.789	-	8.511.734.413
Derivados de cobertura	-	-	4.949.949	4.949.949
Depósitos recebidos de resseguradores	-	54.602.705	-	54.602.705
Outros passivos financeiros	-	636.180.671	-	636.180.671
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	-	-	719.530.746	719.530.746
	<u>5.396.320.779</u>	<u>5.326.457.188</u>	<u>858.595.846</u>	<u>11.581.373.813</u>

	Exposição a		2021	
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	949.974.805	2.002.702	951.977.507
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	30.083.777	30.083.777
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	808.155.913	641.820.216	2.524.715.558	3.974.691.687
Derivados de cobertura	-	-	2.674.924	2.674.924
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	8.681.199.672	519.980.775	-	9.201.180.447
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	1.121.250.803	14.283.821	93.932.293	1.229.466.917
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	-	-	448.572.311	448.572.311
	10.610.606.388	2.126.059.617	3.101.981.565	15.838.647.570
Passivo				
Provisão matemática do ramo vida	-	1.608.929.356	-	1.608.929.356
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	69.373.031	-	230.297.084	299.670.115
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	6.358.556.065	1.760.269.963	-	8.118.826.028
Derivados de cobertura	-	-	23.581.767	23.581.767
Depósitos recebidos de resseguradores	-	81.278.509	-	81.278.509
Outros passivos financeiros	-	596.027.423	-	596.027.423
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	-	-	363.496.593	363.496.593
	6.427.929.096	4.046.505.251	617.375.444	11.091.809.791

Risco de Moeda

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2022				Total
	Euros	Dólares Norte- Americanos	Dólares de Hong Kong	Outras moedas	
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	485.981.454	936.456	1.484.834	149.368.578	637.771.322
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	3.416.817	-	-	5.752.470	9.169.287
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3.786.237.888	402.758.786	174.031.002	474.233.811	4.837.261.487
Derivados de cobertura	17.790.744	-	-	529.129	18.319.872
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	4.192.612.869	1.640.341.858	-	1.762.136.134	7.595.090.860
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	586.601.173	226.665.148	27.543.079	159.844.306	1.000.653.706
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	207.534.433	223.966.269	277.115	337.467.719	769.245.536
	<u>9.279.833.674</u>	<u>2.494.668.508</u>	<u>203.335.970</u>	<u>2.889.332.146</u>	<u>14.867.512.070</u>
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	1.388.582.397	769.257	-	110.507.370	1.499.859.023
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	123.033.932	5.709.357	-	25.773.016	154.516.306
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	7.969.508.895	133.815.462	-	408.410.056	8.511.734.412
Derivados de cobertura	795.084	-	-	4.154.865	4.949.949
Depósitos recebidos de resseguradores	36.573.490	16.783.971	-	1.245.243	54.602.705
Outros passivos financeiros	478.668.759	65.760.786	-	91.751.126	636.180.671
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	208.368.473	176.127.693	571.239	357.411.308	742.478.714
	<u>10.205.531.030</u>	<u>398.966.526</u>	<u>571.239</u>	<u>999.252.984</u>	<u>11.604.321.780</u>

	2021				Total
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Dólares de Hong Kong	Outras moedas	
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	614.880.926	207.174.127	3.519.889	126.402.565	951.977.507
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1.517.850	21.687.510	-	6.878.417	30.083.777
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3.089.510.279	480.945.726	270.886.635	133.349.046	3.974.691.687
Derivados de cobertura	2.619.597	-	-	55.327	2.674.924
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	5.707.357.651	1.782.522.187	-	1.711.300.608	9.201.180.447
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	901.910.046	165.865.976	29.032.054	132.658.841	1.229.466.917
Outros devedores	184.491.915	160.078.674	201.540	103.800.183	448.572.312
	<u>10.502.288.265</u>	<u>2.818.274.200</u>	<u>303.640.118</u>	<u>2.214.444.987</u>	<u>15.838.647.570</u>
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	1.563.822.728	-	-	45.106.628	1.608.929.356
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(746.831.868)	96.979.252	3.125.573	946.397.157	299.670.115
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	8.016.951.962	98.542.444	-	3.331.622	8.118.826.028
Derivados de cobertura	14.909.552	-	-	8.672.215	23.581.767
Depósitos recebidos de resseguradores	33.237.830	8.878.444	-	39.162.234	81.278.509
Outros passivos financeiros	436.786.885	2.272	633.784	158.604.483	596.027.423
Outros credores	173.070.647	117.193.184	1.239.660	71.993.101	363.496.593
	<u>9.491.947.735</u>	<u>321.595.597</u>	<u>4.999.017</u>	<u>1.273.267.441</u>	<u>11.091.809.790</u>

Conforme descrito na Nota 7, o Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, essencialmente com o objetivo de reduzir a sua exposição às flutuações do risco cambial EUR/USD, EUR/GBP, EUR/JPY, EUR/USD. Assim, o impacto da sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros do Grupo com exposição ao risco cambial a variações positivas e negativas é reduzido.

As rubricas “Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro” e “Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro” têm um desdobramento diferente entre o Ativo e o Passivo, quando comparado com as Demonstrações Financeiras, devido ao facto de o processo de distribuição por moeda originar um desdobramento de saldos diferentes.

51. Divulgações Relativas a Risco de Contratos de Seguro

É apresentada em seguida uma descrição resumida das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor.

51.1 Subscrição de riscos

Os princípios de aceitação de riscos são descritos na Política de Subscrição, aprovada a 24/01/2023, a qual responde aos requisitos estabelecidos para a gestão de riscos de subscrição no Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

A Política de Subscrição divide, num primeiro nível, os riscos em duas categorias:

- Riscos Não Aceitáveis: aqueles que, em situação alguma, a Companhia estará disponível para aceitar e que se encontram listados na Política;

- Riscos Aceitáveis: aqueles que a Companhia poderá aceitar, após a avaliação adequada das suas características, nas condições definidas por entidade com delegação para tal.

Tendo em conta a diversidade de tipologia de riscos, a subscrição e gestão de riscos aceitáveis encontra-se estruturada em dois tipos de aceitação:

- Subscrição técnica;
- Aceitação delegada nos Canais de Distribuição Internos e Externos.

O modelo de delegação de competências contempla até a um máximo de 12 níveis de aceitação (máximo de 9 níveis técnicos, que inclui Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição (CAAPS), 4 níveis de delegação nos canais comerciais internos e/ou 1 nível de aceitação delegada nos canais externos). No entanto, um processo de aceitação pretende-se ágil, pelo que, não deve ter intervenção de mais de 4 níveis. O processo deve, no entanto, garantir o conhecimento do risco por parte de todos os níveis da estrutura envolvida.

Cada nível de aceitação dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No segundo tipo de aceitação de riscos, cometido às redes comerciais, enquadra-se a competência delegada nos canais de distribuição internos e externos, devidamente enquadrados por normas e procedimentos escritos, assentando, em especial, nos seguintes critérios:

- Produtos com clausulados standard;
- Riscos ou atividades com um histórico de sinistralidade equilibrado;
- Universo de risco homogéneo e de fácil identificação;
- Capitais de pequenos montantes que permitem uma diluição de risco elevada;
- Riscos com uma acumulação conhecida e controlável, relativamente a coberturas e/ou dispersão geográfica;
- Prémios de acordo com uma tarifa do produto, ajustáveis por desconto delegado de reduzida amplitude.

Tem ao seu dispor os seguintes instrumentos: tarifas, simuladores, manuais de subscrição, algoritmos que identificam riscos que exigem análise técnica cuidada e normas de delegação de competências, manuais de produtos, condições gerais e informações pré-contratuais, propostas de seguro, declarações padronizadas, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos.

O primeiro tipo de aceitação de riscos, o de Subscrição Técnica, corresponde às Direções de Negócio – órgãos de estrutura responsáveis pela gestão dos ramos de negócio, desde o desenho de produtos à gestão de sinistros, passando pela subscrição e gestão de carteira – e ao CAAPS, que dispõem de instrumentos adicionais para análise do risco.

As Direções de Negócio estão dotadas de um corpo técnico multidisciplinar fortemente especializado por ramos de seguros, coadjuvado por especialistas em atuariado integrados numa equipa que presta apoio na estimação do risco técnico a todas às diversas Direções. Quando as características do risco o justificam, recorrem a análises de risco efetuadas por empresas especializadas.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), a aplicação de condições contratuais ajustadas e a definição de prémios adequados ao risco específico, de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado. Todos os

riscos que não sejam enquadráveis nos Tratados de Resseguro são analisados pelas Direções de Negócio, havendo lugar à colocação em Resseguro Facultativo quando se considere que estão reunidas condições para aceitar o risco.

Quando os riscos em análise não se enquadram nos Manuais de Tarificação dos Resseguradores ou nas condições de aceitação definidas pela empresa, estes são remetidos para os Gabinetes de Underwriting dos Resseguradores para que sejam apresentadas propostas de condições de aceitação desses mesmos riscos.

As Direções de Negócio têm ainda ao seu dispor relatórios e análises de cariz técnico e atuarial que lhes permitem ter um conhecimento da evolução da exploração técnica do ramo e do comportamento do risco por cobertura e principais características dos objetos seguráveis.

Existe um conjunto de situações, com risco particularmente alto e/ou com um grau de incerteza elevado identificadas na Política de Aceitação de Riscos, que não estão delegadas nas Direções de Negócio, estando a competência para a sua aceitação reservada ao Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição, o qual se reúne sempre que seja necessário avaliar riscos com essas características.

51.2. Gestão técnica

A gestão técnica dos Ramos compreende o desenho de produtos, a definição de cláusulas e de preços, a definição e controlo da política de subscrição, a seleção e revisão de condições da carteira de apólices, a avaliação de cúmulos de risco e ainda o controlo dos resultados técnicos, nomeadamente o acompanhamento da evolução da receita processada, do número de contratos seguros, da distribuição da carteira por segmentos de risco e garantias, dos prémios médios, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica. Com vista ao controlo atrás referido, periodicamente são elaborados relatórios com indicadores de gestão e, recorrentemente, é preparada informação para fornecer à Direção de Resseguro, com elementos dos perfis de carteira, com o objetivo de apoiar a negociação dos Tratados de Resseguro.

Com o objetivo específico de definir e rever as políticas tarifárias e ajustar critérios de delegação de descontos e gestão de carteira, realizam-se, com periodicidade tendencialmente mensal, reuniões em que participam membros da Comissão Executiva e responsáveis das áreas de Negócio, Comerciais, Operações, Marketing e Pricing.

51.3. Instrumentos de gestão para controlo do risco

Riscos internos da organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

Estudos de perfil da carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais / responsabilidades assumidas, por tipos de atividades, tipos de objetos seguros e coberturas.

São ainda desenvolvidos regularmente estudos sobre o comportamento de sinistralidade dos produtos em função das características mais determinantes para a definição do risco.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e quantitativa da sinistralidade, da carteira (por escalões de capitais seguros, tipos de objetos seguros, tipos de atividades, coberturas), tendo como objetivo a aferição das delegações existentes e a correção de eventuais distorções, bem como, correlacionar os principais fatores de formação de preço e decidir sobre a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises periódicas da evolução da carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidade de apólices, quer em termos de produção nova e anulada, as variações de prémios/taxas médias e as alterações na distribuição dos contratos pelos vários segmentos de negócio.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respetiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida não apenas a nível de agrupamentos de ramos, mas principalmente ao nível dos produtos sob gestão.

Nos casos específicos do ramo automóvel, são feitos diagnósticos extensivos e detalhados sobre a evolução da carteira, procurando identificar problemas na exploração do ramo, e as suas causas, quer de uma perspetiva comercial, quer de uma perspetiva técnica. Em resultado desses diagnósticos são desenvolvidas propostas.

Seleção e saneamento de carteira

Esta função tem como objetivo melhorar a rentabilidade da carteira sob gestão, quer através do saneamento de riscos deficitários (frequência e/ou sinistralidade elevadas), quer pela introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prémios), quer ainda pelo aconselhamento ao Cliente (recomendação para implementação de medidas de prevenção e segurança que melhorem a qualidade do risco).

É ainda incluída nesta função a avaliação de irregularidades que são detetadas em contratos ou em sinistros, a qual poderá conduzir à implementação de medidas que, dependendo da gravidade da irregularidade, poderão levar à anulação do contrato ou da carteira do segurado.

Concentrações de risco de seguro

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais/responsabilidades assumidas, por atividades e objetos a segurar e por coberturas, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro e à política de retenção da Grupo. Em alguns casos, são desenvolvidos estudos específicos para avaliar esses impactos.

Estes estudos são ainda focalizados numa cobertura específica, numa área geográfica, no tipo de responsabilidades assumidas ou no tipo de objeto seguro, permitindo a determinação e a quantificação dos cúmulos de risco por classes, bem como a avaliação do impacto de cenários de sinistros catastróficos na carteira.

Comportamento da carteira não vida – seguro direto

Seguro Direto

	2022			2021		
	Prémios Brutos Adquiridos	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest,	Prémios Brutos Adquiridos	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest,
Acidentes	322.748.709	0,79	0,78	287.758.197	1,07	1,05
Doença	416.723.349	0,93	0,91	389.552.103	0,95	0,94
Incêndio e Outros Danos	325.709.238	0,82	0,79	287.842.870	0,95	0,94
Automóvel	483.930.091	0,97	0,96	459.218.832	0,98	0,97
Marítimo	7.173.294	0,45	0,44	6.515.459	0,39	0,37
Aéreo	12.552.906	0,14	0,13	11.194.824	0,28	0,27
Mercadorias transportadas	9.278.194	0,60	0,58	7.807.781	0,63	0,62
Responsabilidade Civil Geral	65.572.054	1,04	1,03	62.147.268	1,20	1,19
Outros ramos (Crédito e Cauções + Diversos)	96.190.255	0,57	0,56	87.576.814	0,67	0,65

Nota: Rácios relativos aos anos de ocorrência de 2022 e 2021 da empresa Fidelidade.

Nos últimos 12 meses registaram-se algumas variações no rácio de sinistros e despesas após investimentos. Apenas o grupo de ramos Marítimo, registou um agravamento do rácio em 17,5% todos os restantes grupos de ramos registaram um desagravamento dos seus rácios.

Da análise do quadro anterior, constata-se que nos últimos 12 meses apenas os prémios dos ramos Responsabilidade Civil Geral não foram suficientes para compensar as responsabilidades.

Na Fidelidade os resultados técnicos não-vida antes de impostos, em 31 de dezembro de 2022, foram positivos em aproximadamente 116,15 Milhões de Euros.

Suficiência dos prémios e constituição de provisão para riscos em curso

Seguro direto

Na Fidelidade os prémios de seguro direto não-vida, para o ramo Responsabilidade Civil Geral revelaram-se insuficientes para fazer face às responsabilidades associadas aos sinistros, aos custos de exploração e aos investimentos. Seria necessária uma redução de 2,7% nos custos, para eliminar a insuficiência de prémios registada neste ramo.

Para os restantes grupos de ramos os prémios adquiridos de seguro direto foram suficientes para satisfazer as responsabilidades assumidas.

Nos ramos não-vida, nos últimos 12 meses, o resultado operacional de seguro direto foi globalmente suficiente para satisfazer as responsabilidades associadas à sua exploração.

Líquido de resseguro

Uma vez que a provisão para riscos em curso (PRC) é calculada separadamente para cada geografia indicamos para cada uma a necessidade de constituição ou não desta provisão em 2022.

Em Portugal, à exceção dos ramos de Marítimo e Transportes, Aéreo e Mercadorias Transportadas os prémios líquidos de resseguro da seguradora revelaram-se, na anuidade de 2022, insuficientes para fazer face aos custos associados à exploração dos ramos.

Em Espanha, foi necessário constituir provisão para riscos em curso para todos os ramos à exceção de Marítimo e Transportes, Aéreo e Diversos.

Em França, foram apenas o ramo de Incêndio e Outros Ramos que necessitou que se constituísse PRC.

Foi constituída provisão para riscos em curso, de acordo com os normativos em vigor, a qual apresenta uma diminuição face à provisão constituída no período homólogo de 2021 para todas as sucursais.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão é calculada de acordo com os normativos em vigor, sendo efetuados testes por forma a determinar a adequação do nível do provisionamento.

Provisão para desvios de sinistralidade

O cálculo da provisão para desvios de sinistralidade encontra-se definido em normativos da ASF que são aplicados, quer no que concerne aos algoritmos, quer no que respeita aos ramos a considerar. Os critérios enunciados são seguidos pelo Grupo.

Provisão para sinistros

As provisões para sinistros são calculadas de acordo com a descrição constante nas políticas contabilísticas. Ao longo do ano é efetuado o acompanhamento atuarial dos níveis de provisões constituídas, sendo utilizadas, metodologias estatísticas adequadas à natureza dos riscos usados, nomeadamente a estimação por métodos estocásticos dos fluxos de caixa futuros associados às responsabilidades assumidas.

Concentração e mitigação dos riscos

Na Fidelidade, os ramos Acidentes, Doença, Incêndio e Outros Danos e Automóvel representam aproximadamente 89,0% dos Prémios Brutos Adquiridos e 93,6% dos custos com sinistros.

Tendo em vista o controlo dos riscos assumidos, o Grupo possui regras de subscrição e de aceitação que procuram efetuar uma seleção e controlar o nível de exposição a que fica sujeita.

Nos ramos não vida a mitigação do risco é efetuada principalmente através do recurso a programas de resseguro específicos para cada tipo de risco e com uma elevada exigência ao nível da qualidade dos resseguradores envolvidos.

A tabela seguinte apresenta o *rating* dos principais resseguradores que foi atualizado no final de dezembro de 2022.

Rating	% Resseguradores	
	2022	2021
A -	7,7%	16,0%
A	34,6%	32,0%
A +	34,7%	16,0%
AA	11,6	-
AA+	3,8%	28,0%
Sem Rating	3,8%	4,0%

Existe uma resseguradora sem *rating*, com uma participação de 5% nos Ramos Acidentes Pessoais, Responsabilidade Civil, Automóvel e Acidentes de Trabalho.

Existe um tratado específico do tipo *Excess of Loss* para garantia de riscos catastróficos, com uma retenção de 63.000.000 Euros e capacidade de 600.000.000 Euros.

Na Fidelidade 60,94% dos capitais seguros retidos com cobertura de Fenómenos Sísmicos situam-se na Zona I, a mais gravosa em termos de risco sísmico. Os capitais seguros retidos considerados nesta análise foram obtidos por aproximação.

Comparação dos sinistros estimados e efetivos

Na Fidelidade, a provisão para sinistros em 31 de dezembro de 2021 ascendia a 1.808 Milhões de Euros. Durante o exercício de 2022, para sinistros ocorridos em 2021 e anos anteriores, foram pagos 377.042.912 Euros.

Em dezembro de 2022 resultaria do consumo natural, um provisionamento de 1.431.144.449 Euros. No entanto assistiu-se a um reajustamento positivo superior a 116,7 Milhões de Euros, sendo a provisão, no final em dezembro de 2022, no valor de 1.314.398.059 Euros.

Para todos os ramos com exceção de Marítimo e Transportes e Diversos ocorreram reajustes negativos. O mais significativo, em termos absolutos, foi o efetuado em Automóvel que rondou os 60,3 Milhões de Euros.

Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Relativa a Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções)

	Provisão Para Sinistros em 31 de dezembro de 2021	Montantes Pagos no Exercício *	Provisão Para Sinistros em 31 de dezembro de 2022 *	Reajustamentos
Acidentes e Doença	1.120.133.280	162.172.636	902.885.104	(55.075.540)
Incêndio e Outros Danos	164.554.499	79.725.074	81.279.147	(3.550.277)
Automóvel	386.604.856	114.354.177	211.956.131	(60.294.548)
Marítimo e Transportes	1.710.494	656.839	1.277.325	223.671
Aéreo	1.591.473	432.706	1.135.563	(23.204)
Mercadorias transportadas	4.776.874	3.406.799	2.719.231	1.349.157
Responsabilidade Civil Geral	118.816.335	9.996.453	104.840.614	(3.979.268)
Crédito e Cauções	265.405	(25.845)	269.564	(21.686)
Proteção Jurídica	30.535	0	0	(30.535)
Assistência	240.750	(35)	4.203	(236.582)
Diversos	9.462.862	6.324.109	8.031.176	4.892.424
Total	1.808.187.362	377.042.912	1.314.398.059	116.746.391

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Riscos de Seguros

O Grupo subscreve contratos de todos os ramos não vida, nos quais os riscos mais significativos derivam de:

- Alterações da longevidade dos pensionistas do ramo Acidentes de Trabalho e das taxas de rendimento associadas aos ativos afetos às respetivas provisões matemáticas;
- Alterações climáticas e catástrofes naturais;
- Risco de inflação, nos ramos que demoram mais tempo até estarem integralmente regularizados;

- Nos seguros de doença, os riscos mais significativos decorrem de alterações do estilo de vida e desenvolvimentos científicos e tecnológicos.

A exposição a estes riscos é mitigada através da diversificação obtida dada a dimensão da carteira de apólices do Grupo e da abrangência de riscos subscritos em todos os ramos não vida. A variabilidade dos riscos é melhorada através da seleção dos riscos subscritos e da implementação de estratégias e políticas de subscrição que são definidas por forma a assegurar que os riscos são diversificados em termos de tipologia de risco e nível de garantias contratadas.

Adicionalmente, estão definidas políticas de revisão de sinistros e procedimentos de gestão dos mesmos. Estas políticas são regularmente verificadas garantindo-se que refletem as práticas em curso e que fundamentam o controlo efetuado. Os sinistros em gestão são periodicamente revistos, sendo investigados todos os que se suspeite serem fraudulentos. O Grupo efetua uma gestão ativa e tempestiva dos sinistros, por forma a reduzir a sua exposição a desenvolvimentos imprevistos que podem impactar negativamente nas suas responsabilidades.

Nas prestações com caráter vitalício do ramo Acidentes de Trabalho é avaliada regularmente a tábua de mortalidade aplicada, por forma a refletir a longevidade real dos beneficiários destas garantias.

O Grupo também limita a exposição ao risco quer impondo montantes máximos de valores indemnizáveis na generalidade dos contratos quer utilizando programas de resseguro que limitam a exposição nomeadamente a eventos catastróficos.

A avaliação da exposição, nomeadamente ao risco sísmico, é estudada pelos resseguradores da seguradora, sendo as respetivas conclusões consideradas aquando da aquisição e renovação dos tratados de resseguro.

Pressupostos de Avaliação do Risco

Ramos não vida, exceto anuidades

O principal pressuposto assumido na estimação das responsabilidades da seguradora é que o desenvolvimento futuro dos sinistros e indemnizações seguirá um padrão similar à experiência passada conhecida para essas variáveis. Estes pressupostos incluem hipóteses relativamente a custos médios dos sinistros, custos de gestão dos sinistros, fatores de inflação e número de sinistros em cada um dos anos de ocorrência.

Adicionalmente, são usados juízos qualitativos para avaliar a adequação das tendências passadas e se se podem ou não aplicar ao futuro, como por exemplo:

- Alteração nos fatores de mercado tal como a atitude dos clientes relativamente à ação de participar sinistros;
- Condições económicas;
- Fatores internos como a composição da carteira de apólices, garantias das apólices, e procedimentos e maior ou menor rapidez na gestão de sinistros;
- Fatores externos nomeadamente alterações legislativas, regulamentares e decisões judiciais e regulamentação ou legislação relevante que possam afetar a estimativa dos custos.

Anuidades e assistência vitalícia do ramo Acidentes de Trabalho

Nas responsabilidades com carácter vitalício do ramo Acidentes de Trabalho, são assumidos pressupostos relativamente à longevidade dos beneficiários destas prestações, taxas de desconto e encargos de gestão das mesmas.

O quadro seguinte demonstra o impacto nas responsabilidades da seguradora de alterações razoavelmente possíveis nos pressupostos indicados, mantendo todos os restantes constantes.

Pressuposto	Fator	Incremento das Responsabilidade
Longevidade	+ 20%	5,34%
Despesa	+ 10%	0,69%
Revisão	4%	2,29%
Taxa de Juro	-1%	11,69%

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade foram efetuadas para variações razoáveis dos pressupostos, com todas as outras variáveis constantes, identificando o impacto no passivo, resultado antes de imposto e capital próprio. O impacto da análise de sensibilidade no resseguro corresponde ao efeito proporcional da atual cobertura de resseguro.

A correlação entre pressupostos terá um efeito significativo na determinação da provisão para sinistros, mas para demonstrar o impacto das alterações nos pressupostos as variáveis foram alteradas de numa base individual. De referir que as alterações nos pressupostos não são lineares. A informação de sensibilidade também varia de acordo com a situação económica atual, principalmente devido ao impacto das alterações no custo intrínseco e no valor temporal das opções e garantias. Quando opções e garantias existem, elas são a principal razão para a assimetria de sensibilidades.

A análise de sensibilidade foi realizada para o negócio segurador em Portugal:

Pressupostos	Variação no pressuposto	2022			2021		
		Aumento/ (redução) nos passivos líquidos	Aumento/ (redução) no resultado antes de imposto	Aumento/ (redução) em capital próprio	Aumento/ (redução) nos passivos líquidos	Aumento/ (redução) no resultado antes de imposto	Aumento/ (redução) em capital próprio
Número de sinistros	+10%	84.234.290	(84.234.290)	(66.545.089)	54.770.770	(54.770.770)	(37.517.977)
Custo médio por sinistro	+10%	77.425.063	(77.425.063)	(77.425.063)	49.110.003	(49.110.003)	(33.640.352)
Reserva média	+10%	33.065.666	(33.065.666)	(33.065.666)	20.178.581	(20.178.581)	(13.822.328)
Longevidade	+10%	781.941	(781.941)	(781.941)	23.218.592	(23.218.592)	(15.904.735)
Longevidade	-10%	(1.728.550)	1.728.550	1.728.550	(23.915.918)	23.915.918	16.382.404
Taxa de desconto	+1%	(7.072.027)	7.072.027	7.072.027	(99.393.798)	99.393.798	68.084.751
Taxa de desconto	-1%	8.017.511	(8.017.511)	(8.017.511)	217.125.619	(217.125.619)	(148.731.049)

51.4. Políticas de resseguro

Os fatores determinantes para limitar ou transferir o risco de contratos de seguro estão em consonância com a natureza dos seguros e capitais dos riscos a segurar, distinguindo-se essencialmente entre os que podem ser considerados ramos de massa (Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Multiriscos Habitação), e os ramos de tratamento mais casuístico como são os restantes ramos de Patrimoniais, Engenharia e Máquinas, riscos Marítimos, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil e Outros.

O cumprimento de Normas de Subscrição está intrinsecamente associado aos contratos disponíveis e em vigor em Resseguro, sendo determinantes para a aceitação ou recusa de riscos e sua tarificação.

Os riscos que envolvem elevados capitais seguros ou situações gravosas são objeto de prévia análise e a sua aceitação é feita em estreita interdependência do Resseguro e por ele suportados.

No cumprimento da sua política de Resseguro, o Grupo tem recorrido à cedência de riscos via Tratados de Resseguro Proporcional e Não Proporcional, assim como de Resseguro Facultativo, e outras modalidades de Resseguro quando se revelam necessárias para uma proteção de Resseguro adequada dos riscos aceites.

Nos ramos de Incêndio e Outros Danos, Engenharia e Aviação, o Grupo tem Tratados Proporcionais.

A cobertura de Resseguro nos principais ramos patrimoniais, bem como a respetiva retenção, tem em consideração a relação entre a estrutura da carteira quanto a capitais seguros e o respetivo volume de prémios de cada ramo e também tem em conta o acompanhamento estatístico da rentabilidade dessa carteira, a relação Retenção/Prémios no fim de uma anuidade ou de um ciclo e a capacidade financeira do Grupo considerada suficientemente importante para a absorção de sinistros de frequência.

As acumulações resultantes da “Cobertura de Fenómenos Sísmicos e Riscos da Natureza”, de carácter catastrófico nas Retenções, são resseguradas em Excesso de Perdas, sendo a Retenção determinada pela capacidade financeira do Grupo.

Na determinação da Retenção por evento, tem-se em conta a baixa frequência da ocorrência de catástrofes deste tipo em Portugal, pelo que a retenção reflete o que tecnicamente é expectável do ponto de vista do impacto de uma catástrofe nos capitais do Grupo e na absorção da mesma ao longo dum período definido, trabalhando num cenário com um período de retorno de 500 anos, o que é inusual em mercados com exposição catastrófica.

As acumulações resultantes de catástrofes naturais que não as referentes a fenómenos sísmicos são protegidas por um Tratado de Excesso de Perdas, sendo a Retenção e a Capacidade definidas com base no histórico de eventos ocorridos nos últimos 15 anos e na capacidade financeira do Grupo.

Os ramos de Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Marítimo Casco, Mercadorias Transportadas e Responsabilidade Civil são protegidos por tratados de Excesso de Perdas, o que se revela mais adequado à natureza dos riscos e da carteira bem como à capacidade financeira do Grupo. Na fixação da prioridade tem-se em conta o comportamento estatístico da sinistralidade e as cotações encontradas para diferentes níveis da mesma.

Os critérios de seleção de Resseguradores têm em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, a sua capacidade de prestação de serviços. Este processo de seleção requer uma constante observação e acompanhamento dos mesmos.

As informações obtidas no Mercado Internacional, nomeadamente as divulgadas pelas Agências de *Rating*, são referências fundamentais para o seguimento da boa saúde financeira dos Resseguradores.

Desta forma, utilizamos como fator de seleção dos Resseguradores, a análise de *rating* atribuído, a cada Ressegurador, pela Agência de *Rating* S&P ou por outra equivalente (A.M. Best, Fitch ou Moody's). O *rating* mínimo exigido a um Ressegurador para fazer parte do nosso Painel de Resseguradores é de “A-”.

51.5. Ramo vida

No Ramo Vida existem três grandes famílias de contratos de seguros, abrangidos pela IFRS 4, em relação aos quais a natureza dos riscos cobertos se caracteriza de seguida:

Produtos de risco

Relativamente a estes produtos, o maior fator de risco é a mortalidade, havendo um grande número de contratos que também têm associado o risco de invalidez, sendo transferido, para as Resseguradoras, uma parte dos mesmos.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeiro do tipo:

$(\text{Prémios} + \text{Rendimentos} - \text{Sinistros} - \text{Despesas de Gestão} - \text{Variação na Provisão Matemática} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de rendas

Relativamente a estes produtos o maior fator de risco é o da longevidade.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeiro do tipo:

$(\text{Prémios} + \text{Rendimentos} - \text{Sinistros} - \text{Despesas de Gestão} - \text{Variação na Provisão Matemática} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de capitalização

O risco de taxa de juro é o principal fator de risco destes produtos.

Estão abrangidos pela IFRS 4 apenas os contratos com participação nos resultados, pelo que o rendimento atribuído aos segurados tem uma componente fixa e uma variável que depende da rentabilidade de uma determinada carteira de ativos parcialmente dependentes da discricionariedade do Grupo.

A participação nos resultados segue tipicamente uma conta financeira do tipo:

$(\text{Porcentagem dos Rendimentos} - \text{Rendimentos Técnicos} - \text{Encargos de Gestão} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos, do coeficiente de participação, da percentagem de rendimentos e dos encargos de gestão, porque nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para estes valores.

Para cada uma destas famílias de produtos apresentam-se os cash *inflows* e *outflows*, esperados para os próximos três anos (PR – Participação nos resultados).

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow
2023	152.373.659	117.831.123	-	13.971.032	13.760.042	202.445.499
2024	127.887.975	98.456.219	-	13.023.772	12.282.109	218.953.287
2025	117.128.908	89.909.350	-	12.211.817	10.952.123	168.359.157

Os quadros seguintes apresentam a alteração destes cash *inflows* e *outflows*, considerando um aumento de 5% dos resgates esperados.

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow
2023	148.770.513	116.003.730	-	13.971.032	13.415.658	245.589.583
2024	117.858.420	92.374.521	-	13.023.772	11.371.794	240.061.657
2025	102.016.130	80.448.341	-	12.211.817	9.629.450	176.034.674

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade foram efetuadas para variações razoáveis dos pressupostos, com todas as outras variáveis constantes, identificando o impacto no passivo, resultado antes de imposto e capital próprio.

A correlação entre pressupostos terá um efeito significativo na determinação da provisão para sinistros, mas para demonstrar o impacto das alterações nos pressupostos as variáveis foram alteradas de numa base individual. De referir que as alterações nos pressupostos não são lineares. A informação de sensibilidade também varia de acordo com a situação económica atual, principalmente devido ao impacto das alterações no custo intrínseco e no valor temporal das opções e garantias. Quando opções e garantias existem, elas são a principal razão para a assimetria de sensibilidades.

A análise de sensibilidade foi realizada para o negócio segurador em Portugal:

Pressupostos	Variação no pressuposto	2022			2021		
		Aumento/ (redução) nos passivos líquidos	Aumento/ (redução) no resultado antes de imposto	Aumento/ (redução) em capital próprio	Aumento/ (redução) nos passivos líquidos	Aumento/ (redução) no resultado antes de imposto	Aumento/ (redução) em capital próprio
Mortalidade	+10%	(5.345.239)	5.345.239	5.334.014	(5.625.517)	5.625.517	3.853.479
Mortalidade	-10%	6.046.731	(6.046.731)	(6.046.731)	6.362.429	(6.362.429)	(4.358.264)
Taxa de rendimento esperada	+0,5%	(10.504.256)	10.504.256	10.504.256	(10.868.333)	10.868.333	7.444.808
Taxa de rendimento esperada	-0,5%	13.694.052	(13.694.052)	(13.694.052)	16.274.772	(16.274.772)	(11.148.219)
Sinistros ocorridos não reportados	+10%	2.637.353	(2.637.353)	(2.637.353)	2.594.417	(2.594.417)	(1.777.176)

52. Gestão de Capital

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, que foi transposta para o direito interno pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

O regime de Solvência II encontra-se estruturado em três pilares.

Pilar I - Requisitos quantitativos

O regime de Solvência II define, por um lado, os critérios para determinar os fundos próprios elegíveis através da avaliação económica do ativo e do passivo e, por outro, dois níveis de requisitos de capital: o Requisito de Capital de Solvência (SCR) e o Requisito de Capital Mínimo (MCR).

O SCR é calculado tendo em conta todos os riscos a que as empresas de seguros podem estar expostas, designadamente aos riscos de mercado, de crédito, específicos de seguros e operacionais. O SCR pretende garantir a existência de fundos elegíveis em montante suficiente, para absorver perdas significativas decorrentes dos riscos a que as empresas de seguros podem estar expostas.

O MCR estabelece o nível mínimo de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades das empresas de seguros.

Caso se verifique que o SCR ou o MCR deixou de ser cumprido, ou que existe o risco de incumprimento nos três meses subsequentes, mesmo que circunstancial ou temporário, a ASF deve ser informada de imediato. No caso de incumprimento do SCR, deve ser submetido a esta Autoridade um plano de recuperação no prazo de dois meses e tomadas as medidas necessárias para assegurar, no prazo de seis meses, o restabelecimento de um nível de fundos próprios elegíveis que dê cobertura ao SCR ou a redução do perfil de risco.

No caso de incumprimento do MCR, ou da verificação do risco de incumprimento, deve ser remetido à ASF, no prazo de um mês, um plano de financiamento a curto prazo com vista a evitar o incumprimento ou ao restabelecimento dos fundos próprios de base elegíveis, pelo menos para o nível do MCR, ou à redução do perfil de risco.

Pilar II - Requisitos qualitativos e supervisão

Neste pilar, são estabelecidos requisitos qualitativos relacionados com a existência e manutenção de sistemas de governação eficazes, incluindo adequados sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e sistemas que garantam a idoneidade e qualificação das pessoas que dirigem efetivamente as empresas de seguros, as fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave (gestão de risco, auditoria interna, *compliance* e atuarial).

Um dos principais requisitos deste pilar é a realização, pelo menos anual, da autoavaliação do risco e da solvência (ORSA). Através deste exercício, deve ser efetuada uma avaliação prospetiva sobre a suficiência do capital disponível para atingir os objetivos de negócio tendo em conta o perfil de risco das empresas de seguros e uma análise de solvência perante cenários de stresse. O relatório resultante desse exercício deve ser remetido para a ASF.

Pilar III - Reporte prudencial e divulgações públicas

No Pilar III estão previstas obrigações de divulgação de informação pública e ao Supervisor.

Neste contexto, os objetivos de gestão de capital no Grupo obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que o Grupo está obrigado;
- Gerar uma rentabilidade adequada, criar valor ao acionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que o Grupo está legalmente autorizado a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e aos riscos dela decorrente.

Para atingir os objetivos descritos, o Grupo definiu um conjunto de políticas e processos.

Por um lado, implementou um sistema de gestão de risco que é parte integrante das atividades diárias do Grupo, sendo aplicada uma abordagem integrada de modo a assegurar que os seus objetivos estratégicos (interesses dos clientes, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos. Esta abordagem integrada assegura também a criação de valor através da identificação do adequado equilíbrio entre risco e retorno, garantindo, simultaneamente, as obrigações do Grupo para com os seus *stakeholders*.

A gestão de risco suporta o Grupo na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, permitindo a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Neste sentido, o Grupo, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposto, procedendo, de seguida à sua avaliação. A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, o Grupo opta por utilizar uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

Por outro lado, a realização do exercício ORSA permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida pela Companhia.

O exercício ORSA, coincidente com o horizonte temporal do planeamento estratégico da Companhia (nunca inferior a 3 anos), assume um papel fundamental na Gestão da Capital do Grupo, suportando as suas principais atividades, designadamente:

- Avaliação, juntamente com a gestão de riscos, da estrutura de apetite de risco face à estratégia de negócio e de gestão do capital;
- Contribuir para o início do processo de planeamento estratégico, através da realização de uma avaliação da adequação de capital no período mais recente;
- Monitorização da adequação do capital de acordo com os requisitos de capital regulamentar e as necessidades internas de capital.

Tendo em conta os resultados obtidos no ORSA, e caso os requisitos de capital se afastem do definido, quer em termos regulamentares, quer em termos de outros limites definidos internamente, são detalhadas ações corretivas a implementar, de forma a repor o nível de capital adequado/ pretendido.

Por fim, as obrigações de informação ao público, nomeadamente, a obrigação de divulgação anual do “Relatório sobre a solvência e a situação financeira”, que permite dispor de informação detalhada sobre o Grupo relacionada com as atividades e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital.

Dado o desfasamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial incluída no “Relatório sobre a solvência e situação financeira”, importa referir que o Grupo cumpre, de forma confortável, os requisitos de capital considerando os dados preliminares reportados à ASF trimestralmente e a informação disponível nesta data.

Para dar resposta ao cumprimento das políticas e processos, o Grupo implementou um adequado sistema de governação envolvendo, entre outros aspetos, uma estrutura organizativa que incorpora diversos órgãos que desempenham funções chave em matéria de gestão de riscos e controlo interno: Direção de Gestão de Risco, Direção de *Compliance*, Direção de Auditoria, Gabinete de *Capital Planning and Financial Optimization*, Comité de Risco, Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição e Comité de Produtos (Vida e Não Vida) e Comité de Gestão de Ativos e Passivos e Capital.

53. Concessões de serviços públicos

Principais riscos identificados são de ordem operacional e financeira

A Luz Saúde geriu o Hospital Beatriz Ângelo através da SGHL – Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A. (“SGHL”), sua filial, ao abrigo de um contrato de Parceria Público-Privada com o Estado Português (“Contrato de PPP”) até 18 de janeiro de 2022. A HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A., na qual a Sociedade detém uma participação de 10%, é também parte do Contrato de PPP e é responsável pela gestão do edifício do Hospital Beatriz Ângelo e das respetivas instalações.

Nos termos do Contrato de PPP, a SGHL esteve obrigada a prestar cuidados de saúde no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, através do Hospital Beatriz Ângelo, pelo período de 10 anos, contados a partir da entrada em funcionamento do Hospital Beatriz Ângelo (a 19 de janeiro de 2012).

No que diz respeito à gestão do Hospital, o Contrato de PPP regulou as relações entre o Estado e a SGHL, definindo os preços e as formas de pagamento, os parâmetros de qualidade, deveres de comunicação e informação, níveis de cumprimento (clínicos e não clínicos), as regras de funcionamento do hospital (por exemplo, recursos humanos) e outras obrigações e responsabilidades de cada parte e sanções em caso de não-cumprimento das obrigações contratuais.

Para além disso, o Contrato de PPP estabelecia que os volumes anuais de tratamento de pacientes do Hospital Beatriz Ângelo (definidos por referência a consultas médicas, atendimentos de emergência e serviços de internamento e de ambulatório cirúrgicos e não cirúrgicos) eram acordados através de um processo de negociação anual entre a Entidade Pública Contratante (neste caso a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.) e a Administração do Hospital, nomeadamente com base em informação histórica respeitante à procura por serviços de saúde públicos pela população da área de influência do Hospital. No entanto, de notar que o referido nível de produção era definido com base em dados históricos relacionados com os níveis de procura por serviços públicos de saúde por parte da população que vive na área de captação do Hospital.

Os preços a praticar pelo Hospital ao Serviço Nacional de Saúde estavam contratualmente acordados e eram ajustados de forma anual pelo crescimento verificado ao nível da inflação.

O Contrato de PPP previa ainda que no final de cada mês o Estado tinha que pagar 90% de 1/12 do valor anual de produção contratada (independentemente do valor real de produção verificado), sendo que o valor de acerto (que pode incluir os 10% remanescentes mais alguma eventual produção adicional realizada acima do valor contratado, já que existem áreas em que é permitido ultrapassar o limite definido de produção, tais como os atendimentos de emergência e os episódios de internamento) deveria ser apurado até final do primeiro semestre do exercício seguinte, devendo o pagamento ocorrer dentro desse mesmo período. Na presente data encontram-se ainda pendentes de conclusão os processos de apuramento e reconciliação de contas dos anos de 2015 a 2019 e dos anos 2021 e 2022.

O Contrato de Transmissão do Estabelecimento Hospitalar do Hospital Beatriz Ângelo, celebrado entre a SGHL, a Hospital de Loures, EPE e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP em 18 de janeiro de 2022, e que regula os termos e condições da transmissão do Estabelecimento Hospitalar para o Hospital de Loures, EPE dispõe que o apuramento e pagamento dos valores referentes aos pagamentos de reconciliação dos anos de 2012 a 2022 decorrerá de forma faseada até 30 de setembro de 2023.

54. Fundos de Pensões Geridos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sucursal de Macau tem sob gestão os seguintes fundos de pensões. Nestes períodos, a carteira dos fundos de pensões continha os seguintes ativos:

	2022							
	Fundo Pensões BNU	Fundo Pensões "Golden-Age Retirement"	Fundo de Pensões Guaranteed Capital	Fundo de Pensões International Stable	Fundo de Pensões International Opportunities	Fundo de Pensões Greater China Opportunities	Fundo de Pensões Emerging Markets Opportunities	Fundo de Pensões SmartSafe
Valores expressos em Patacas								
Caixa e depósitos	231.643.766	45.867.792	28.642.553	5.510.465	4.655.027	4.485.409	2.037.332	17.616.041
Instrumentos de dívida	-	640.168.555	58.884.746	35.340.742	23.836.362	20.828.617	6.596.038	49.023.963
Instrumentos de capital	-	297.967.221	-	11.654.488	50.025.507	40.386.764	13.238.280	-
Outros	-	(492.002)	(18.798)	(85.058)	(123.731)	(100.429)	(34.412)	(109.177)
	231.643.766	983.511.567	87.508.500	52.420.638	78.393.166	65.600.361	21.837.239	66.530.828
Valores expressos em Euros								
Caixa e depósitos	27.042.864	5.354.759	3.343.827	643.310	543.443	523.642	237.845	2.056.555
Instrumentos de dívida	-	74.735.408	6.874.401	4.125.796	2.782.736	2.431.602	770.043	5.723.221
Instrumentos de capital	-	34.785.685	-	1.360.584	5.840.144	4.714.885	1.545.481	-
Outros	-	(57.438)	(2.195)	(9.930)	(14.445)	(11.724)	(4.017)	(12.746)
	27.042.864	114.818.414	10.216.034	6.119.760	9.151.879	7.658.405	2.549.352	7.767.030

Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2022 de 1 Euro / 8,5658 Patacas macaenses.

	2021							
	Fundo Pensões BNU	Fundo Pensões "Golden-Age Retirement"	Fundo de Pensões Guaranteed Capital	Fundo de Pensões International Stable	Fundo de Pensões International Opportunities	Fundo de Pensões Greater China Opportunities	Fundo de Pensões Emerging Markets Opportunities	Fundo de Pensões SmartSafe
Valores expressos em Patacas								
Caixa e depósitos	18.262.080	48.166.507	76.723.593	1.644.920	3.987.518	2.517.953	557.021	31.977.773
Instrumentos de dívida	175.428.369	686.141.521	8.689.656	36.457.449	25.828.643	25.936.478	8.367.468	24.681.163
Instrumentos de capital	33.228.281	310.796.221	-	12.496.867	50.332.368	44.857.333	14.729.308	-
Outros	(167.627)	(522.552)	(112.486)	(83.591)	(131.564)	(125.053)	(40.792)	(94.230)
	226.751.102	1.044.581.697	85.300.762	50.515.645	80.016.965	73.186.710	23.613.006	56.564.706
Valores expressos em Euros								
Caixa e depósitos	2.007.197	5.294.012	8.432.739	180.794	438.271	276.750	61.223	3.514.698
Instrumentos de dívida	19.281.445	75.414.255	955.086	4.007.062	2.838.843	2.850.695	919.674	2.712.723
Instrumentos de capital	3.652.142	34.159.812	-	1.373.539	5.532.063	4.930.298	1.618.908	-
Outros	(18.424)	(57.434)	(12.363)	(9.188)	(14.460)	(13.745)	(4.484)	(10.357)
	24.922.359	114.810.646	9.375.462	5.552.207	8.794.716	8.043.998	2.595.321	6.217.063

Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2021 de 1 Euro / 9,0983 Patacas macaenses.

55. Eventos Subsequentes

Após a data da Demonstração da Posição Financeira não se registaram acontecimentos que afetem o valor dos ativos e passivos e divulgações das demonstrações financeiras do período.

B2 Relatório e Pareceres às Contas Consolidados

Certificação Legal de Contas Consolidadas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Longrun Portugal SGPS, S.A. (o Grupo), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 20.305.909.555 euros e um total de capital próprio e interesses não controlados de 2.918.998.192 euros, incluindo um resultado líquido de 186.242.347 euros), a Demonstração dos Resultados Consolidados, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidada, a Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Longrun Portugal SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF").

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Mensuração das Provisões Técnicas do Ramo Vida e dos Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguros e Operações considerados para efeitos contabilísticos como Contratos de Investimento

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Conforme detalhado nas Notas 22 e 23 às demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2022, as Provisões Técnicas do Ramo Vida e os Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguros e Operações considerados para efeitos contabilísticos como Contratos de	A nossa abordagem ao risco de distorção material na mensuração das Provisões Técnicas do Ramo Vida e Passivos Financeiros incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes: <ul style="list-style-type: none">▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno do Grupo e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Investimento ascendiam a 2.957 e 8.512 milhões de euros ("m€"), respetivamente, representando cerca de 66% do total do passivo.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras consolidadas e por representar uma estimativa significativa da gestão. Para a determinar, a gestão necessita de estabelecer pressupostos sobre eventos futuros, nomeadamente o momento e o valor da realização das responsabilidades para com os tomadores de seguros e o rendimento das carteiras de ativos subjacentes a estas responsabilidades.</p> <p>Conforme divulgado na alínea e) Nota 2.17, a determinação das responsabilidades por contratos de seguros é efetuada com base em pressupostos atuariais, dados históricos e outros métodos aceites no setor, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.</p>	<p>como relevantes na mensuração das provisões técnicas vida e valorização dos passivos financeiros;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Testes de revisão analítica, recálculos e análise das metodologias de projeção de fluxos de caixa futuros, incluindo os pressupostos financeiros e demográficos subjacentes (quando aplicável), com especial atenção sobre as responsabilidades dos produtos com taxas garantidas; ▶ Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelos atuários do Grupo para a determinação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguros do ramo vida e de contratos de investimento, incluindo a análise da consistência com os utilizados no ano anterior e tendo por referência as especificidades dos produtos, os requisitos regulamentares e as práticas no setor segurador; e ▶ Testes à plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas sobre Provisões Técnicas do Ramo Vida e Passivos Financeiros com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos dos princípios contabilísticos aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF.

2. Mensuração das Provisões para Sinistros (Não Vida)

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Conforme detalhado na Nota 22 às demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2022, as Provisões para Sinistros decorrentes de contratos de seguros não vida ascendiam a 2.247 m€ (13% do total do passivo). Estas provisões são determinadas com recurso a metodologias e pressupostos atuariais e com base no histórico de sinistralidade por ramo do Grupo e representam o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a sua regularização futura.</p> <p>Nestas provisões está incluída a estimativa das provisões para sinistros de longo prazo do ramo de acidentes de trabalho, que requer a fixação de pressupostos com recurso a julgamentos, designadamente da taxa de</p>	<p>A nossa abordagem ao risco de distorção material na mensuração das Provisões para Sinistros (Não Vida) incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno do Grupo e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na mensuração das provisões para sinistros (não vida); ▶ Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras consolidadas relativas a provisões para sinistros (não vida) para entendimento da sua evolução anual e dos principais fatores que originaram as variações mais significativas; ▶ Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado, procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelos atuários do Grupo para a determinação das responsabilidades com sinistros (não vida), incluindo a análise da consistência com os utilizados nos anos anteriores e com o padrão histórico de pagamentos por ramo, tendo por

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>desconto, tábua de mortalidade e despesas a incorrer (detalhe na alínea d) da Nota 2.17).</p> <p>Em face da materialidade destas responsabilidades nas demonstrações financeiras consolidadas e uma vez que se trata de uma estimativa significativa determinada com base em pressupostos e técnicas atuariais aplicados à informação atualmente disponível, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser diferentes dos registados, considerámos as Provisões para sinistros (Não Vida) como matéria relevante de auditoria.</p>	<p>referência as especificidades dos produtos do Grupo e suas filiais, os requisitos regulamentares e as práticas no setor segurador;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Com o apoio dos nossos especialistas em cálculo atuarial, efetuaram-se testes de recálculo das provisões para sinistros para os ramos com maior peso no passivo do Grupo (automóvel e acidentes de trabalho), tendo por base metodologias atuariais reconhecidas no setor segurador, por forma a aferir sobre a sua suficiência. Adicionalmente, para a modalidade de acidentes de trabalho análise dos pressupostos financeiros e demográficos utilizados nas estimativas das responsabilidades de longo prazo através da comparação com as práticas no setor segurador; e ▶ Testes à plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas sobre Provisões para Sinistros (não vida) com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos dos princípios contabilísticos aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF.

3. Valorização dos Instrumentos Financeiros ao justo valor

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Conforme detalhado na Nota 50, o ativo e passivo consolidados incluem Instrumentos Financeiros valorizados ao justo valor no montante de 12.451 m€ e 3.295 m€, respetivamente, os quais representam cerca de 61% do total do ativo consolidado e 19% do total do passivo consolidado.</p> <p>A determinação do justo valor dos instrumentos financeiros foi prioritariamente baseada em cotações em mercados ativos. No caso dos instrumentos com reduzida liquidez nesses mercados foram utilizados modelos de avaliação e outras informações que envolvem julgamentos, tais como informação disponibilizada por entidades especializadas, pressupostos observáveis e não observáveis no mercado e outras estimativas.</p> <p>Os valores totais de instrumentos nestas circunstâncias, reconhecidos no ativo e passivo consolidados do Grupo, ascendem a cerca de 1.441 m€ (7% do ativo) e 129 m€ (1% do passivo), respetivamente, os quais foram classificados na hierarquia de justo valor prevista no referencial contabilístico como nível 3 (Nota 50).</p>	<p>A nossa abordagem ao risco de distorção material na valorização dos Instrumentos Financeiros ao justo valor incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno do Grupo e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na valorização dos instrumentos financeiros ao justo valor; ▶ Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras consolidadas relativas a instrumentos financeiros e recálculo do justo valor os instrumentos financeiros por comparação das cotações utilizadas pelo Grupo e suas filiais (quando aplicável) com as observadas em fontes de informação externas; ▶ Análise das metodologias e pressupostos utilizados pelo Grupo e suas filiais na determinação do justo valor, tendo por referência as especificidades da sua política de investimentos, os requisitos regulamentares e as práticas no setor; e ▶ Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre Instrumentos Financeiros ao justo valor nas demonstrações financeiras consolidadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos dos princípios contabilísticos

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o risco de julgamento associado às metodologias e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em diferentes estimativas do justo valor dos instrumentos financeiros.</p>	<p>aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF.</p>

4. Imparidade do Goodwill

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em 31 de dezembro de 2022 incluem na sua demonstração da posição financeira consolidada e mais detalhadamente divulgado na Nota 15, Goodwill decorrente dos investimentos em filiais no montante de 534 m€, representando cerca de 3% do ativo consolidado.</p> <p>Em conformidade com o referencial contabilístico e conforme divulgado na Nota 2.3, o Goodwill corresponde à diferença positiva, na data de aquisição, entre o custo de aquisição de uma filial e a percentagem efetiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis e deve ser sujeito a testes anuais com o objetivo de identificar eventuais perdas por imparidade. Esta avaliação de imparidade é um processo que requer julgamentos e baseia-se em pressupostos quanto às condições económicas no mercado e financeiras das filiais (tais como taxas de desconto, inflação, taxas de crescimento/margens de lucro e projeções de informação financeira prospectiva, entre outras).</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado aos modelos de avaliação e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em estimativas diferentes de perdas por imparidade.</p>	<p>A nossa abordagem ao risco de distorção material na imparidade do Goodwill incluiu uma resposta específica através da realização dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de avaliação de perdas por imparidade no Goodwill; ▶ Análise de contratos, acordos e outra informação que suporta a propriedade, o custo da concentração de atividades e o justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes; ▶ Análise dos pressupostos utilizados nos modelos de avaliação aprovados pela Órgão de Gestão, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa, a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento na perpetuidade e as análises de sensibilidade, apoiados por especialistas internos em avaliações de negócios; ▶ Avaliação da consistência dos pressupostos usados na construção do plano de negócios face a anos anteriores, face a dados históricos e comparação com dados externos. Teste aos cálculos aritméticos dos modelos utilizados; e ▶ Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre o Goodwill nas demonstrações financeiras consolidadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos dos princípios contabilísticos aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF.

5. Aplicação da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, com a abordagem de sobreposição prevista na IFRS 4 – Contratos de Seguros

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O Grupo aplica a IFRS 9 com abordagem de sobreposição, conforme prevista na IFRS 4, reclassificando entre os ganhos e perdas e outro rendimento integral uma quantia que tenha como resultado que os ganhos e perdas no final do período de relato para os ativos financeiros designados sejam os mesmos que se verificariam se o Grupo tivesse aplicado a IAS 39 aos ativos financeiros designados. Em 31 de dezembro de 2022, o montante de ativos financeiros elegíveis para a aplicação da abordagem de sobreposição ascende a 943 m€ (Nota 6) e, para estes, o Grupo efetuou testes de imparidade como se a IAS 39 fosse aplicável e as perdas de imparidade são reconhecidas tendo por base indícios tais como, evidências de dificuldades financeiras dos emitentes ou um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado dos ativos financeiros abaixo do preço de custo. A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado à determinação das perdas por imparidade em ativos financeiros, uma vez que se baseiam em pressupostos tendo em conta os indícios de imparidade observáveis em cada momento, sendo que o recurso a diferentes pressupostos ou obtenção de informação adicional poderá resultar em estimativas diferentes das perdas por imparidade.</p> <p>O detalhe das políticas contabilísticas, metodologias, conceitos e pressupostos utilizados são divulgados na Nota 2.6 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.</p>	<p>A nossa abordagem ao risco de distorção material na classificação e imparidade dos Ativos Financeiros, incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno do Grupo e das suas filiais e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na imparidade dos ativos financeiros; ▶ Testes à elegibilidade dos ativos financeiros para aplicação da abordagem de sobreposição e testes à valorização e imparidade para uma amostra de instrumentos de capital, para assegurar a correta reclassificação das quantias entre ganhos e perdas e outro rendimento integral; ▶ Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras consolidadas relativas a ativos financeiros e recálculo por amostragem das perdas por imparidade; e <p>Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre estas matérias nas demonstrações financeiras consolidadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos dos princípios contabilísticos aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF.</p>

6. Valorização dos Investimentos em Imóveis

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em 31 de dezembro de 2022 incluem no seu ativo e mais detalhadamente divulgado na Nota 11 às demonstrações financeiras consolidadas, imóveis registados ao justo valor classificados como Imóveis de Rendimento, no montante líquido de 2.447</p>	<p>A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>m€, os quais representam cerca de 12% do ativo consolidado.</p> <p>As avaliações imobiliárias tiveram por base os métodos divulgados nas Notas 2.8 e 2.20 às demonstrações financeiras consolidadas e pressupostos cuja influência da conjuntura económica e capacidade do mercado em transacionar a oferta disponível é determinante.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras consolidadas e o risco de julgamento inerente nos pressupostos utilizados nas avaliações realizadas pelos peritos externos.</p>	<p>identificados como relevantes no processo de valorização dos investimentos em imóveis;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Testes de revisão analítica sobre as rubricas de imóveis incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas; ▶ Análise dos relatórios de avaliação elaborados pelos peritos avaliadores, aferindo a adequação dos métodos de avaliação utilizados e razoabilidade dos pressupostos assumidos; ▶ Análise comparativa de valor e pressupostos das avaliações no ano com os relatórios de avaliação realizados em anos anteriores e comparação dos preços utilizados com informação de referência no mercado; e ▶ Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre imóveis nas demonstrações financeiras consolidadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos dos princípios contabilísticos aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- ▶ elaboração do Relatório Único de Gestão e demonstração não financeira consolidada, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a

nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório Único de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório Único de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório Único Integrado de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Sociedade preparou um relatório separado do Relatório Único de Gestão, que inclui a demonstração não financeira

consolidada, conforme previsto no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o Relatório Único de Gestão.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados auditores da Longrun Portugal SGPS, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 26 de setembro de 2014 para o mandato compreendido entre 2014 e 2016. Na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2017, fomos nomeados para o mandato compreendido entre 2017 e 2019. Fomos nomeados auditores da Sociedade na assembleia geral de acionistas realizada em 21 de maio de 2020 para o mandato compreendido entre 2020 e 2022;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo nesta data; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 21 de abril de 2023

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **RICARDO NUNO LOPES PINTO**
Num. de Identificação: 11671014
Data: 2023.04.21 15:13:59+01'00'



Ricardo Nuno Lopes Pinto - ROC n.º 1579
Registado na CMVM com o n.º 20161189

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2022

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da atividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da sociedade, desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados, e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios.

Apreciámos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas consolidadas do exercício, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

PARECER

Que seja aprovado o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas consolidadas do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 24 de abril 2023.

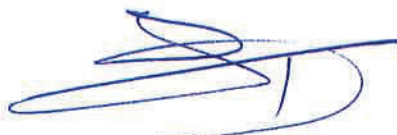
O CONSELHO FISCAL,



Pedro Antunes de Almeida - Presidente



Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Vogal



João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2022**

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas consolidadas e demais documentos de prestação de contas do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

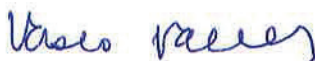
Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos principais riscos e incertezas da atividade.

Lisboa, 24 de abril 2023.

O CONSELHO FISCAL,



Pedro Antunes de Almeida - Presidente



Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Vogal



João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal

C1 Demonstrações Financeiras Separadas

Demonstração da Posição Financeira Separada

Demonstração de Resultados Separados

Demonstração das Variações no Capital Próprio Separado

Demonstração do Rendimento Integral Separado

Demonstração dos Fluxos de Caixa Separados

Notas às Contas Separadas

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA SEPARADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

ATIVO	Notas	2022			2021
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3	341,773	-	341,773	722,929
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	4	1,378,489,607	-	1,378,489,607	1,543,466,908
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		4,433,484	-	4,433,484	47,014,621
Contas a receber por outras operações	5	4,433,484	-	4,433,484	47,014,621
Ativos por impostos		75,793,871	-	75,793,871	62,453
Ativos por impostos correntes	6	75,657,601	-	75,657,601	-
Ativos por impostos diferidos	6	136,270	-	136,270	62,453
Acréscimos e diferimentos	7	2,380	-	2,380	-
TOTAL ATIVO		1,459,061,115	-	1,459,061,115	1,591,266,911

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA SEPARADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2022	2021
PASSIVO			
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	15	648,905	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações		80,013,469	5,570,340
Contas a pagar por outras operações	8	80,013,469	5,570,340
Passivos por impostos		6,295	41,464,287
Passivos por impostos correntes	6	6,295	41,464,287
Acréscimos e diferimentos	9	342,895	166,909
Outras Provisões	10	-	297,397
TOTAL PASSIVO		81,011,564	47,498,934
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	11	50,000	50,000
Outros instrumentos de capital	11	1,285,696,601	1,450,673,902
Outras reservas	12	93,478,388	93,478,388
Resultados transitados	12	(434,312)	-
Resultado do exercício	12	(741,126)	(434,312)
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		1,378,049,551	1,543,767,978
TOTAL PASSIVOS E CAPITAL PRÓPRIO		1,459,061,115	1,591,266,911

Lisboa, 23 de março de 2023

Diretor de Contabilidade e
Informação Financeira

Contabilista Certificado

Pelo Conselho de Administração

Ana Paula Bailão Rodrigues

Filipa Jesus Martins Pires

Wai Lam William MAK
Vogal

Hui CHEN
Vogal

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS SEPARADA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2022		2021
		Não Técnica	Total	
Gastos financeiros		(929,283)	(929,283)	(463,011)
De outros	13	(929,283)	(929,283)	(463,011)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)		-	-	(297,397)
De outros	16	-	-	(297,397)
Outros rendimentos/gastos	17	(8,271)	(8,271)	210,696
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES NÃO CONTROLADOS		(937,554)	(937,554)	(549,713)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	18	122,612	122,612	62,114
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	18	73,817	73,817	53,287
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(741,126)	(741,126)	(434,312)

Lisboa, 23 de março de 2023

Diretor de Contabilidade e
Informação Financeira

Contabilista Certificado

Pelo Conselho de Administração

Ana Paula Bailão Rodrigues

Filipa Jesus Martins Pires

Wai Lam William MAK
Vogal

Hui CHEN
Vogal

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO SEPARADA NOS EXERCÍCIOS DE 2022 E 2021

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

	Capital social e outros instrumentos de capital	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1,600,123,902	305	2,735	(700,537)	94,175,885	1,693,602,290
Aplicação do resultado	-	49,695	93,425,653	700,537	(94,175,885)	-
Prestações suplementares	600,000	-	-	-	-	600,000
Reembolso de prestações suplementares	(150,000,000)	-	-	-	-	(150,000,000)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	(434,312)	(434,312)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1,450,723,902	50,000	93,428,388	-	(434,312)	1,543,767,978
Aplicação do resultado	-	-	-	(434,312)	434,312	-
Reembolso de prestações suplementares	(164,977,301)	-	-	-	-	(164,977,301)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	(741,126)	(741,126)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1,285,746,601	50,000	93,428,388	(434,313)	(741,126)	1,378,049,551

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

	2022	2021
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(741,126)	(434,312)
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Variação em valias potenciais de ativos financeiros		
Valor bruto		
Valorização	-	-
Imparidade	-	-
Alienação	-	-
Imposto diferido	-	-
Variação no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		
Valor bruto		
Valorização	-	-
Alienação	-	-
Imposto diferido	-	-
Itens que não serão reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Desvios atuariais		
Valor bruto	-	-
Imposto diferido	-	-
RENDIMENTO / (GASTO) RECONHECIDO DIRETAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO	-	-
TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO	(741,126)	(434,312)

LONGRUN PORTUGAL, SGPS,S.A
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SEPARADA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em Euros)

	2022	2021
1. Fluxo de Caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	(741 126)	(434 312)
Ajustamentos por:		
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	297 397
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	(122 612)	(62 114)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	(73 817)	(53 287)
Variações:		
Variação de outras provisões não técnicas	(297 397)	-
Variação de acréscimo e diferimentos ativos/passivos	173 606	22 168
Variação de outros devedores por operações de seguros e outras operações	(10 798)	(6)
Variação de outros credores por operações de seguros e outras operações	679 516	2 025
Caixa líquida das atividades operacionais antes de impostos	(392 627)	(228 128)
Pagamento/Recebimento de impostos	11 471	(40 443)
Caixa líquida das atividades operacionais	(381 156)	(268 571)
2. Fluxo de Caixa das atividades de investimento		
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	164 977 301	150 000 000
Caixa líquida das atividades de investimento	164 977 301	150 000 000
3. Fluxos de Caixa das atividades de financiamento		
Prestações Suplementares	(164 977 301)	(149 400 000)
Caixa líquida das atividades de financiamento	(164 977 301)	(149 400 000)
4. Aumento/diminuição líquido de caixa e seus equivalentes	(381 156)	331 429
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	722 929	391 500
5. Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	341 773	722 929

Índice

1.	Nota Introdutória.....	2
2.	Políticas Contabilísticas.....	3
3.	Caixa e seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	10
4.	Investimentos em Filiais	10
5.	Outros Devedores por Outras Operações	10
6.	Ativos e Passivos por Impostos.....	11
7.	Acréscimos e Diferimentos (Ativo)	12
8.	Outros Credores por Outras Operações	12
9.	Acréscimos e Diferimentos (Passivo).....	13
10.	Outras Provisões	13
11.	Capital e Outros instrumentos de capital	13
12.	Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício	14
13.	Gastos Financeiros	15
14.	Gastos com o Pessoal	15
15.	Outros Benefícios de Longo Prazo	16
16.	Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão).....	16
17.	Outros Rendimentos / Gastos	16
18.	Imposto sobre o rendimento.....	17
19.	Entidades Relacionadas	17
20.	Eventos Subsequentes	19

1. Nota Introdutória

A Longrun Portugal, SGPS, S.A. (“Longrun” ou “Sociedade”) com sede em Lisboa, Portugal, no Largo do Calhariz, nº 30, foi constituída em 13 de fevereiro de 2014 e tem por objeto social a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. Desde esta data, integra o Grupo Fosun International Holdings Ltd..

Detém participações em outras empresas de seguros e outras empresas filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, que juntas formam o Grupo Longrun. As Companhias de seguro do Grupo participadas pela Longrun incluem a Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade”), Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. (“Via Directa”), Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (“CPR”), Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (“Garantia”), Fidelidade Angola – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade Angola”), Multicare - Seguros de Saúde, S.A. (“Multicare”), a Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade Assistência”), Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade Macau”), Fidelidade Macau Vida – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade Macau Vida”), La Positiva Seguros Y Reaseguros S.A.A. (“La Positiva”), La Positiva Vida Seguros Y Reaseguros S.A. (“La Positiva Vida”), Alianza Vida Seguros y Reaseguros S.A. (“Alianza Vida”), Alianza Compañía de Seguros y Reaseguros E.M.A. S.A. (“Alianza”), Alianza Garantía Seguros Y Reaseguros S.A. (“Alianza Garantia”), La Positiva S.A. – Entidad Prestadora de Salud (“EPS”), FID Chile Seguros Generales, S.A. (“Fid Chile”), Fidelidade Moçambique – Companhia de Seguros, S.A. (“SIM”) e Liechtenstein Life Assurance AG (“LLA”).

As demonstrações financeiras da Longrun em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2023. Na data de emissão das demonstrações financeiras, estava pendente a aprovação pela Assembleia Geral.

2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma nº 3/2018-R, de 29 de março, da ASF, e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 237/2008, de 15 de dezembro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Em 2022, a Sociedade adotou as IAS/IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2022. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 2.10 De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras, referentes a 31 de dezembro de 2022, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2021.

Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em Euros. Os totais nas demonstrações financeiras e nos quadros das notas às demonstrações financeiras poderão não corresponder à soma das parcelas devido a arredondamentos. Os valores 0 e (0) indicam montantes positivos ou negativos arredondados para zero, ao passo que o traço (-) indica zero.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Sociedade efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas na Nota 2.8.

2.2. Investimentos em filiais

São classificadas como filiais as empresas sobre as quais a Sociedade exerce controlo. O controlo é normalmente presumido quando a Sociedade detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando a Sociedade detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Estes investimentos são registados ao custo de aquisição, sujeito a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição.

O valor recuperável dos investimentos em filiais é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em filiais e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Sempre que o valor dos passivos de uma filial ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Sociedade constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa entidade.

2.3. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor através de reservas

2.4. Impostos sobre lucros

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2021 e 2022 é de 22,5% acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

A Sociedade é tributada em sede de IRC ao abrigo do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), de acordo com o artigo 69º do Código do IRC. No âmbito deste regime de tributação é a Longrun (Sociedade dominante) que apresenta uma declaração de imposto única na qual são agrupados os resultados das sociedades dominadas que integram o RETGS. O valor a receber ou a pagar de IRC afeto às sociedades dominadas é registado no balanço individual da Longrun como um valor a receber ou a pagar àquelas sociedades. O imposto correspondente à atividade individual da Sociedade é refletido na Demonstração de Resultados e/ou em Capital Próprio.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos para determinação do lucro tributável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

A situação que origina diferenças temporárias ao nível da Sociedade corresponde aos benefícios com trabalhadores.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa que venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso das variações de justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

2.5. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “Outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da atividade da Sociedade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgados nas notas às demonstrações financeiras, quando for provável a existência de influxo de benefícios económicos futuros.

2.6. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Para efeitos da Demonstração de Fluxos de Caixa, a rubrica “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor e as disponibilidades em instituições de crédito, que não estejam associados a uma natureza de investimento.

2.7. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela IAS 19 – “Benefícios dos Trabalhadores”. Os principais benefícios concedidos pela Entidade correspondem Benefícios de Longo Prazo.

Outros benefícios de longo prazo

No âmbito do ACT 2019, e conforme previsto nas suas cláusulas 32^a a 34^a e 65^a a 68^a, são estabelecidos novos benefícios de longo prazo, designados por Benefícios de Carreira.

2.8. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Sociedade. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

Imparidade de investimentos em filiais

A Sociedade avalia anualmente com referência ao final do exercício o valor recuperável dos investimentos em filiais. Sempre que possível, o valor recuperável é determinado com base em metodologias de avaliação suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando a estratégia para cada entidade, as condições de mercado e o valor temporal e os riscos de negócio para os quais são utilizados determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor. Nos restantes casos, o valor recuperável é determinado com base nos Capitais Próprios de cada empresa.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de valorização dos investimentos em filiais com impacto nos resultados da Sociedade.

Para determinar os fluxos de caixa futuros de cada entidade, quanto utilizado o método de fluxos de caixa descontados no âmbito do teste de imparidade, o cálculo é baseado no modelo de negócios aprovado pela gestão de cada entidade, para um período de 5 anos. Os fluxos de caixa são então descontados com uma taxa de desconto que reflete adequadamente o risco de cada negócio e do mercado em que a empresa opera, variando entre 6,3% e 18,1% para dezembro de 2022.

Para os períodos posteriores ao modelo de negócio, os fluxos de caixa baseiam-se numa perpetuidade que reflete as taxas de crescimento a longo prazo esperadas para cada entidade com base nas taxas de crescimento previstas de inflação, variando entre 1,5% e 3,5% para dezembro de 2022.

Abaixo encontram-se informações adicionais relativas a taxas de desconto e taxas de crescimento perpétuo:

Região	Setor	Taxa de desconto	Taxa de crescimento perpétuo
Europa	Seguros	6,3% - 9,0%	1,5% - 2,0%

A fim de avaliar a sensibilidade do montante recuperável aos principais pressupostos identificados foram efetuados testes de sensibilidade, principalmente à taxa de desconto e à taxa de crescimento perpétuo. Um aumento de 0,5 pontos percentuais na taxa de desconto e uma diminuição de 0,5 pontos percentuais na taxa de crescimento perpétuo não resulta numa potencial perda de imparidade.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais. Na Nota 6 é divulgado detalhe adicional sobre ativos e passivos por impostos.

Provisões e passivos contingentes

Conforme referido na Nota 2.5, procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

A decisão quanto ao reconhecimento de provisões e respetiva mensuração tem em conta a avaliação realizada pela Companhia quantos aos riscos e incertezas associados aos processos em curso e expectativa de concretização do dispêndio de recursos, tendo por referência a melhor informação que se encontre disponível à data de encerramento das demonstrações financeiras.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.7, as responsabilidades da Sociedade por outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações. Estas avaliações incorporam pressupostos financeiros relativos a rendibilidade e performance, entre outros, detalhados na Nota 15. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa da Entidade quanto ao comportamento futuro das respetivas variáveis.

2.9. Eventos subsequentes

Eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre as condições existentes à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

Eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições existentes após a data do balanço, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

2.10. Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

2.10.1. Normas Adotadas (Novas ou Revistas)

No decorrer do exercício de 2022 a Sociedade adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022. As alterações com relevância para a Sociedade foram as seguintes:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 3 - Concentrações de Atividades Empresariais (Emenda)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022
IFRS 3 - Concentrações de Atividades Empresariais: Referências à Estrutura Conceptual (Emenda)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022
IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Emenda)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022
IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: Contratos onerosos - custos de cumprir com um contrato (Emenda)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022

2.10.2 Normas, Interpretações, Emendas e Revisões que Irão Entrar em Vigor em Exercícios Futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (endorsed) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contabilísticas (Emenda)	12-02-2021	2022/357	01-01-2023
IAS 8 - Políticas contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de estimativas contabilísticas (Emenda)	12-02-2021	2022/357	01-01-2023
IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento: Impostos Diferidos relacionados com os Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação (Emenda)	07-05-2021	2022/1392	01-01-2023

A Sociedade está a analisar a sua implementação, não sendo possível a esta data apurar o impacto nas demonstrações financeiras.

2.10.3 Normas, Interpretações, Emendas e Revisões Ainda Não Adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras: classificação de passivos correntes e não correntes (Emenda)	23-01-2020	01-01-2024
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras: classificação de passivos correntes e não correntes - Diferimento da data de efetivação (Emenda)	15-07-2020	01-01-2024
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras: Passivos Não-correntes com <i>Covenants</i> (Emenda)	31-10-2022	01-01-2024

Estas normas não foram ainda adotadas (*endorsed*) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Sociedade no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não sendo possível a esta data apurar o impacto da sua adoção nas demonstrações financeiras.

3. Caixa e seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Depósitos à ordem		
Em moeda nacional	341.704	722.898
Em moeda estrangeira	69	31
	<u>341.773</u>	<u>722.929</u>

4. Investimentos em Filiais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Setor de atividade/Entidade	País	2022		2021	
		% Participação efetiva	Valor de balanço	% Participação efetiva	Valor de balanço
Filial					
Segurador					
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.	Portugal	85,00%	1.378.489.607	85,00%	1.543.466.908
			<u>1.378.489.607</u>		<u>1.543.466.908</u>

Durante o exercício de 2022 ocorreram as seguintes alterações:

Em junho de 2022 a Fidelidade realizou reembolsos de prestações suplementares no valor total de 164.977.301 Euros.

5. Outros Devedores por Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Contas a receber por outras operações		
Empresas do grupo - Imposto agregado	4.425.100	47.014.615
Adiantamentos a Fornecedores	5.532	-
Adiantamentos ao Pessoal	2.800	-
Outros	52	6
	<u>4.433.484</u>	<u>47.014.621</u>

6. Ativos e Passivos por Impostos

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são os seguintes:

	2022	2021
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar (Grupo RETGS)	75.657.314	-
Imposto sobre o valor acrescentado	286	-
	<u>75.657.601</u>	<u>-</u>
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar (Grupo RETGS)	-	(41.459.205)
Outros		
Segurança Social	(3.217)	(2.509)
Retenções	(3.067)	(2.573)
Outros	(11)	-
	<u>(6.295)</u>	<u>(41.464.287)</u>
Ativos por impostos diferidos	136.270	62.453
	<u>75.787.576</u>	<u>(41.401.834)</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes referentes a ativos e passivos por impostos correntes sobre o rendimento do ano, registados em conta de balanço como valores a receber ou a pagar ao Estado, apresentam o seguinte detalhe:

	2022	2021
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados	122.612	52.947
Pagamentos por conta	(16.767)	(65.463)
Imposto agregado - Filiais		
Estimativa de imposto sobre o rendimento do exercício	(3.641.919)	(82.853.873)
Pagamentos por conta	63.077.735	28.996.125
Retenções na fonte	2.309.562	2.209.199
Imposto sobre o rendimento de anos anteriores	13.806.091	10.201.860
	<u>75.657.314</u>	<u>(41.459.205)</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica "Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados" corresponde ao montante apurado da estimativa de IRC.

A Longrun, enquanto Sociedade Dominante do Grupo de Sociedades tributado ao abrigo do RETGS, tem registado no seu balanço o valor a receber ou a pagar de IRC às sociedades dominadas, conforme evidenciado nas Notas 5 e 8.

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	2022			Saldos finais
	Saldos iniciais	Variação em		
		Reservas	Resultados	
Ativo				
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	62.453	-	(62.453)	-
Benefícios com trabalhadores	-	-	136.270	136.270
	<u>62.453</u>	<u>-</u>	<u>73.817</u>	<u>136.270</u>
	2021			Saldos finais
	Saldos iniciais	Variação em		
		Reservas	Resultados	
Ativo				
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	-	-	62.453	62.453
Por prejuízos fiscais reportáveis	9.167	-	(9.167)	-
	<u>9.167</u>	<u>-</u>	<u>53.287</u>	<u>62.453</u>

No exercício de 2022 os impostos diferidos encontram-se mensurados à taxa de 21%.

7. Acréscimos e Diferimentos (Ativo)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Gastos diferidos		
Seguros de Acidentes de Trabalho	1.435	-
Rendas e Alugueres	945	-
	<u>2.380</u>	<u>-</u>

8. Outros Credores por Outras Operações

Em 31 de dezembro 2022 e 2021 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Contas a pagar por outras operações		
Empresas do Grupo		
Imposto agregado	79.982.864	5.567.926
Fornecedores conta corrente	2.835	-
Outros	9.222	200
Outras entidades		
Fornecedores conta corrente	18.450	2.214
Pessoal	99	-
	<u>80.013.469</u>	<u>5.570.340</u>

9. Acréscimos e Diferimentos (Passivo)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Acréscimos de gastos		
Auditoria	136.803	33.740
Prémios de desempenho da empresa	130.713	37.254
Outros trabalhos especializados	71.138	94.981
Férias e subsídio de férias a pagar	4.242	-
Seguros	-	935
	<u>342.895</u>	<u>166.909</u>

10. Outras Provisões

O movimento na rubrica de “Outras provisões”, durante o exercício de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	2022		
	Saldos iniciais	Utilizações	Saldos finais
Outras	297.397	(297.397)	-
	<u>297.397</u>	<u>(297.397)</u>	<u>-</u>

	2021		
	Saldos iniciais	Reforços	Saldos finais
Outras	-	297.397	297.397
	<u>-</u>	<u>297.397</u>	<u>297.397</u>

Em 2021, a rubrica “Outras provisões” diz respeito a despesas com remunerações que se encontram registados na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

11. Capital e Outros instrumentos de capital

O capital social, integralmente detido pela Millennium Gain Limited, é constituído por 50.000 ações com o valor nominal unitário de 1,00 Euro e encontra-se integralmente realizado.

Os outros instrumentos de capital são constituídos por prestações suplementares, não se encontrando previsto o seu reembolso no curto prazo. De acordo com a legislação em vigor, a restituição depende da deliberação dos acionistas a qual só pode ser aprovada se, em virtude da mesma, o capital próprio não se torne inferior à soma do capital social e da reserva legal.

O movimento das Prestações Suplementares foi, o seguinte:

	Constituições/Reembolsos						Situação em 31 de dezembro de 2022
	2014	2015	2017	2019	2021	2022	
Millennium Gain Limited							
Constituições	1.037.800.000	560.950.000	648.902	675.000	600.000	-	1.600.673.902
Reembolsos<	-	-	-	-	(150.000.000)	(164.977.301)	(314.977.301)
	<u>1.037.800.000</u>	<u>560.950.000</u>	<u>648.902</u>	<u>675.000</u>	<u>(149.400.000)</u>	<u>(164.977.301)</u>	<u>1.285.696.601</u>

12. Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2022	2021
Outras reservas		
Reserva legal	50.000	50.000
Outras reservas	93.428.388	93.428.388
	<u>93.478.388</u>	<u>93.478.388</u>
Resultados transitados	(434.312)	-
Resultado do exercício	(741.126)	(434.312)
	<u>92.302.950</u>	<u>93.044.076</u>

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até à concorrência do capital. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

Os resultados dos exercícios de 2021 e 2020 foram aplicados conforme indicado:

	2021	2020
Aplicação do resultado distribuível		
Reserva legal	-	49.695
Reservas livres	-	93.425.653
Resultados transitados	(434.312)	700.537
	<u>(434.312)</u>	<u>94.175.885</u>

13. Gastos Financeiros

Nos exercícios de 2022 e 2021, os custos de exploração apresentam a seguinte composição por natureza:

	2022	2021
Gastos com pessoal (Nota 14)	689.901	228.679
Fornecimentos e serviços externos		
Auditoria	124.491	117.773
Outros serviços especializados	103.244	107.742
Contencioso e notariado	4.590	3.037
Rendas e alugueres	1.890	-
Deslocações e Estadas	734	-
Licenças de software	-	608
Limpeza, higiene e conforto	289	-
Outros	160	160
	<u>235.398</u>	<u>229.321</u>
Impostos e taxas	3.947	4.984
Comissões	37	28
	<u>929.283</u>	<u>463.011</u>

Nos exercícios de 2022 e 2021, as rubricas da demonstração de ganhos e perdas onde estes custos se encontram registados são como segue:

	2022	2021
Conta não técnica		
Gastos financeiros	929.283	463.011
Total dos custos de exploração imputados	<u>929.283</u>	<u>463.011</u>

14. Gastos com o Pessoal

O detalhe dos gastos com o pessoal em 2022 e em 2021 é como segue:

	2022	2021
Remunerações		
Órgãos sociais	293.996	203.708
Pessoal	17.600	-
Encargos sobre remunerações	25.753	24.037
Outros benefícios a longo prazo	351.507	-
Seguros obrigatórios	1.044	935
	<u>689.901</u>	<u>228.679</u>

15. Outros Benefícios de Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Passivo		
Outros benefícios a longo prazo	648.905	-
	<u>648.905</u>	<u>-</u>

Os “Outros benefícios a longo prazo” dizem respeito à remuneração variável da Comissão Executiva, diferida e paga decorridos 3 anos sobre a data da sua atribuição, nos termos previstos na Política de Remuneração dos Órgãos Sociais da Sociedade. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o reforço deste plano de incentivo foi de 351.507 Euros para pagamento em 2025 e o valor pago foi de 95.128 Euros.

Este passivo foi reclassificado da rubrica de “Outras provisões” para a rubrica de “Responsabilidade com benefícios de empregados”, com efeitos a 1 de janeiro de 2022.

16. Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)

No exercício de 2021, a rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)” inclui constituições de 297.397 Euros de “Outras provisões” (Nota 10). Em 2022 esta provisão foi reclassificada para a rubrica “Outros benefícios a longo prazo” (Nota 14).

17. Outros Rendimentos / Gastos

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Rendimentos e ganhos financeiros		
Diferenças de câmbio favoráveis	22	3
	<u>22</u>	<u>3</u>
Outros Rendimentos não técnicos		
Juros indemnizatórios	-	211.869
	<u>-</u>	<u>211.869</u>
Gastos e perdas não correntes		
Multas e penalidades	-	(188)
	<u>-</u>	<u>(188)</u>
Gastos e perdas financeiras		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(29)	(10)
Serviços bancários	(765)	(979)
Juros suportados	(7.500)	-
	<u>(8.294)</u>	<u>(989)</u>
	<u>(8.271)</u>	<u>210.696</u>

18. Imposto sobre o rendimento

Os custos/proveitos com impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2022	2021
Impostos correntes		
Do exercício	(122.612)	(52.947)
	(122.612)	(52.947)
Outros		
Excesso / insuficiência estimativa de IRC	1	(9.167)
	(122.612)	(62.114)
Impostos diferidos	(73.817)	(53.287)
Total de impostos em resultados	(196.428)	(115.400)
Lucro antes de impostos	(937.554)	(549.713)
Carga fiscal	20,95%	20,99%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2022 e 2021 pode ser demonstrada como se segue:

	2022		2021	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		(937.554)		(549.713)
Imposto apurado com base na taxa nominal	21,00%	(196.886)	21,00%	(115.440)
Diferenças definitivas a deduzir				
Correções relativas a exercícios anteriores	-	-	1,67%	(9.167)
Diferenças definitivas a acrescentar				
Outras	(0,05%)	458	(1,67%)	9.207
Taxa efetiva de impostos	20,95%	(196.428)	20,99%	(115.400)

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (exceto nos exercícios em que seja apurado prejuízo fiscal), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras.

19. Entidades Relacionadas

Conforme definido na IAS 24 são consideradas partes relacionadas da Sociedade as empresas filiais, associadas e empreendimentos conjuntos do Grupo Fosun, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e os respetivos órgãos de gestão.

As remunerações e benefícios pagos aos membros dos Órgãos Sociais durante o exercício de 2022 têm a seguinte composição:

Conselho de Administração

	Remuneração fixa	Remuneração variável	Subsídio alimentação	Encargo seg.saúde	Encargo seg.vida
Membros não-executivos					
Presidente					
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia	60.000	95.128	-	-	-

Conselho Fiscal

	Remuneração fixa	Remuneração variável	Subsídio alimentação	Encargo seg.saúde	Encargo seg.vida
Presidente					
Pedro Antunes de Almeida	14.000	-	-	-	-
Vogais					
João Filipe Gonçalves Pinto	12.600	-	-	-	-
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	12.600	-	-	-	-

Os honorários estimados da Ernst & Young, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Sociedade, relativo ao exercício de 2022 ascendem a 139.700 Euros, dos quais 95.070 Euros relativos a serviços de auditoria e revisão legal de contas e 44.630 Euros relativos a outros serviços de garantia e fiabilidade.

20. Eventos Subsequentes

Após a data da Demonstração da Posição Financeira não se registaram acontecimentos que afetem o valor dos ativos e passivos e divulgações das demonstrações financeiras do exercício

C2 Relatório e Pareceres às Contas Separadas

Certificação Legal de Contas Separadas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Longrun Portugal SGPS, S.A. (a "Sociedade"), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira Separada em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 1.459.061.115 euros e um total de capital próprio de 1.378.049.551 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 741.126 euros), a Demonstração dos Resultados Separada, a Demonstração do Rendimento Integral Separada, a Demonstração de Variações do Capital Próprio Separada e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Separada relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira separada da Longrun Portugal SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro separado e os seus fluxos de caixa separados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Imparidade em Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>As demonstrações financeiras separadas da Sociedade em 31 de dezembro de 2022 incluem na sua demonstração da posição financeira separada e mais detalhadamente divulgado na Nota 4, Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos, líquido de imparidade, no montante de 1.378 m€, representando 94% do ativo.</p> <p>Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade pelo menos anualmente. Esta avaliação de imparidade é um processo que</p>	<p>A nossa abordagem ao risco de distorção material no reconhecimento e mensuração da imparidade em Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none">▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de avaliação de perdas por imparidade nos referidos investimentos;▶ Análise dos pressupostos utilizados nos modelos de avaliação aprovados pela Órgão de Gestão, nomeadamente as

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>requer julgamentos e baseia-se em pressupostos quanto às condições económicas no mercado e financeiras das filiais (tais como taxas de desconto, inflação, taxas de crescimento/margens de lucro e projeções de informação financeira prospetiva, entre outras).</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado aos modelos de avaliação e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em estimativas diferentes de perdas por imparidade.</p>	<p>projeções de fluxos de caixa, a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento na perpetuidade e as análises de sensibilidade, apoiados por especialistas internos em avaliações de negócios;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Avaliação da consistência dos pressupostos usados na construção do plano de negócios face a anos anteriores, face a dados históricos e comparação com dados externos. Teste aos cálculos aritméticos dos modelos utilizados; e ▶ Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos nas demonstrações financeiras separadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos dos princípios contabilísticos aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- ▶ elaboração do Relatório Único de Gestão e demonstração não financeira nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não

detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório Único de Gestão com as demonstrações financeiras, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório Único de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório Único de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Sociedade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Sociedade preparou um relatório separado do Relatório Único de Gestão, que inclui a demonstração não financeira, conforme previsto no artigo 66-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o Relatório Único de Gestão.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados auditores da Longrun Portugal SGPS, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 26 de setembro de 2014 para o mandato compreendido entre 2014 e 2016. Na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2017, fomos nomeados para o mandato compreendido entre 2017 e 2019. Fomos nomeados auditores da Sociedade na assembleia geral de acionistas realizada em 21 de maio de 2020 para o mandato compreendido entre 2020 e 2022;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade nesta data; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Sociedade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 21 de abril de 2023

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **RICARDO NUNO LOPES PINTO**
Num. de Identificação: 11671014
Data: 2023.04.21 15:14:15+01'00'



Ricardo Nuno Lopes Pinto - ROC n.º 1579
Registado na CMVM com o n.º 20161189

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2022

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da atividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da sociedade, desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados, e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios.

Apreciámos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais do exercício, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

PARECER

- Que seja aprovado o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração;
- Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 24 de abril 2023.

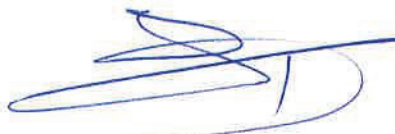
O CONSELHO FISCAL,



Pedro Antunes de Almeida - Presidente



Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Vogal



João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2022**

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas individuais e demais documentos de prestação de contas do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos principais riscos e incertezas da actividade.

Lisboa, 24 de abril 2023.

O CONSELHO FISCAL,



Pedro Antunes de Almeida - Presidente



Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Vogal



João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal

D Relatório sobre o Governo da Sociedade

Relatório de Governo Societário
Ano 2022
LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

INTRODUÇÃO

A LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A., (doravante “Sociedade”) elabora o seu Relatório do Governo da Sociedade de forma clara e transparente à luz das normas em vigor, observando as melhores práticas e recomendações aplicáveis, de modo a tornar públicos os princípios e normativos regulatórios no âmbito do Governo da Sociedade.

O presente Relatório do Governo da Sociedade respeitante ao exercício de 2022 foi elaborado em cumprimento do estabelecido no artigo 70º, nº 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais e no ponto iv), alínea a) do nº1 do artigo 32º da Norma Regulamentar n.º 8/2016 – R, de 16 de agosto.

INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. Estrutura de capital

1. ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social da Sociedade, no montante de 50.000,00 euros, é representado por 50.000 ações nominativas, com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscritas e realizadas. Todas as ações conferem direitos idênticos e são fungíveis entre si.

A totalidade do capital social da Sociedade é detida pela Millennium Gain Limited.

2. RESTRIÇÕES À TRANSMISSIBILIDADE DAS AÇÕES

As ações representativas do capital social da Sociedade são livremente transmissíveis.

3. NÚMERO DE AÇÕES PRÓPRIAS, PERCENTAGEM DE CAPITAL SOCIAL CORRESPONDENTE E PERCENTAGEM DE DIREITOS DE VOTO A QUE CORRESPONDERIAM AS AÇÕES PRÓPRIAS

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade não detinha quaisquer ações próprias.

4. REGIME A QUE SE ENCONTRE SUJEITA A RENOVAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DEFENSIVAS, EM PARTICULAR AQUELAS QUE PREVEJAM A LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE VOTOS SUSCETÍVEIS DE DETENÇÃO OU DE EXERCÍCIO POR UM ÚNICO ACIONISTA DE FORMA INDIVIDUAL OU EM CONCERTAÇÃO COM OUTROS ACIONISTAS

Os estatutos da Sociedade não contemplam limitações ao número de votos suscetíveis de detenção ou exercício por um único acionista de forma individual ou concertada.

5. ACORDOS PARASSOCIAIS QUE SEJAM DO CONHECIMENTO DA SOCIEDADE E POSSAM CONDUZIR A RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE TRANSMISSÃO DE AÇÕES OU DE DIREITOS DE VOTO

Não existem acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de ações ou de direitos de votos da Sociedade.

II. Participações Sociais detidas

6. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS SINGULARES OU COLETIVAS QUE SÃO TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS, COM INDICAÇÃO DA PERCENTAGEM DE CAPITAL E DE VOTOS IMPUTÁVEL E DA FONTE E CAUSAS DE IMPUTAÇÃO

As participações qualificadas no capital social da Sociedade a 31 de dezembro de 2022, com indicação da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação, encontram-se espelhadas no Quadro seguinte:

Acionista	Nº de Ações	% do Capital Social	% dos Direitos de Voto	Fonte e Causas de Imputação
Millennium Gain Limited	50.000	100%	100%	Constituição

7. INDICAÇÃO SOBRE O NÚMERO DE AÇÕES E OBRIGAÇÕES DETIDAS POR MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2022, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não detinham ações, nem obrigações da Sociedade.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. Assembleia Geral

a) Composição da Mesa da Assembleia Geral

8. IDENTIFICAÇÃO E CARGO DOS MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL E RESPECTIVO MANDATO

Não foi eleita mesa da Assembleia Geral para o mandato em curso.

b) Exercício do direito de voto

9. EVENTUAIS RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE DIREITO DE VOTO, TAIS COMO LIMITAÇÕES AO EXERCÍCIO DO VOTO DEPENDENTE DA TITULARIDADE DE UM NÚMERO OU PERCENTAGEM DE AÇÕES, PRAZOS IMPOSTOS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO OU SISTEMAS DE DESTAQUE DE DIREITOS DE CONTEÚDO PATRIMONIAL

Nos termos do artigo 8º dos Estatutos da Sociedade, a Assembleia Geral é constituída pelos acionistas presentes e representados nos termos da lei, sendo que a cada ação corresponde um voto.

10. INDICAÇÃO DA PERCENTAGEM MÁXIMA DOS DIREITOS DE VOTO QUE PODEM SER EXERCIDOS POR UM ÚNICO ACIONISTA OU POR ACIONISTAS QUE COM AQUELE SE ENCONTREM EM ALGUMA DAS RELAÇÕES DO N.º 1 DO ARTIGO 20.º DO CÓDIGO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Os Estatutos não contemplam qualquer percentagem máxima de direitos de votos que podem ser exercidos por um único acionista ou mesmo por acionista que com aquele se encontre em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários.

11. IDENTIFICAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES ACIONISTAS QUE, POR IMPOSIÇÃO ESTATUTÁRIA, SÓ PODEM SER TOMADAS COM MAIORIA QUALIFICADA, PARA ALÉM DAS LEGALMENTE PREVISTAS, E INDICAÇÃO DESSAS MAIORIAS

A Assembleia Geral pode deliberar em primeira convocação, desde que estejam presentes ou representados os acionistas que detenham, pelo menos, três quartos do total das ações representativas do capital social, e em segunda convocação com qualquer que seja o número de acionistas presentes ou representados e o quantitativo do capital a que as respetivas ações correspondam.

II. Administração

Conselho de Administração

a) Composição

12. IDENTIFICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO ADOTADO

A Sociedade adota uma estrutura de governo societário de natureza monista com um Conselho de Administração e um órgão de fiscalização composto por um Conselho Fiscal e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

13. REGRAS ESTATUTÁRIAS SOBRE NOMEAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral.

As vagas ou impedimentos que ocorram no Conselho de Administração são preenchidas por cooptação até que a primeira Assembleia Geral sobre elas proveja definitivamente.

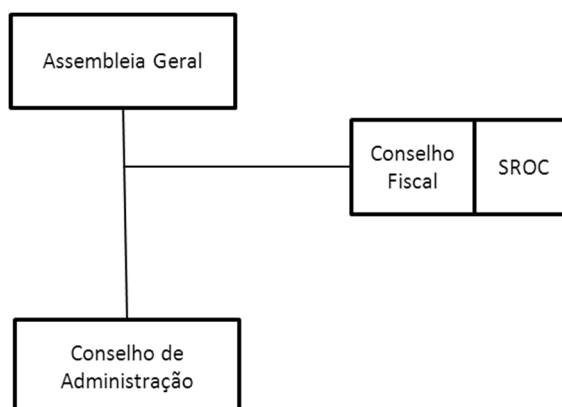
14. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO ESTATUTÁRIO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEMBROS, DURAÇÃO ESTATUTÁRIA DO MANDATO, NÚMERO DE MEMBROS EFETIVOS, DATA DA DESIGNAÇÃO E DURAÇÃO DO MANDATO DE CADA MEMBRO

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por entre dois a cinco membros, sendo o Presidente do Conselho de Administração designado pela Assembleia Geral. O mandato dos Administradores é de três anos civis, podendo ser reeleitos por uma ou mais vezes, e contando-se como completo o ano civil em que forem designados.

A 31 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração é constituído por:

Membros do Conselho de Administração (CA)	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato	*
Lingjiang XU	Presidente	23-11-2020	2020/2022	
Wai Lam William MAK	Vogal	23-11-2020	2020/2022	
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia	Vogal	23-11-2020	2020/2022	
Hui CHEN	Vogal	23-11-2020	2020/2022	

O Quadro seguinte representa a estrutura de Governo Societário da Longrun durante o exercício de 2022:



Conselho de Administração

O Conselho de Administração, enquanto órgão de governo da Sociedade, tem, nos termos do n.º 1 do artigo 13º dos Estatutos da Sociedade, os mais amplos poderes de administração e representação da Sociedade.

O Conselho de Administração não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros.

III. Fiscalização

Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

a) Composição

15. IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO (CONSELHO FISCAL, COMISSÃO DE AUDITORIA OU CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO) CORRESPONDENTE AO MODELO ADOTADO

A fiscalização da Sociedade, nos termos do artigo 413º, n.º 1, alínea a) do Código das Sociedades Comerciais, compete a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei e cujo mandato em curso corresponde ao período 2020/2022.

Os Estatutos da Sociedade remetem as competências do Conselho Fiscal para as previstas na lei.

16. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL, COM INDICAÇÃO DO CARGO DE CADA MEMBRO, DATA DE NOMEAÇÃO E DURAÇÃO ESTATUTÁRIA DO MANDATO

O Conselho Fiscal é constituído por 3 membros efetivos e um suplente, com mandatos de três anos, renováveis, tendo a seguinte composição em 31 de dezembro de 2022:

Membros do Conselho Fiscal	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato
Pedro Antunes de Almeida	Presidente	23-11-2020	2020/2022
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	Vogal	23-11-2020	2020/2022
João Filipe Gonçalves Pinto	Vogal	23-11-2020	2020/2022
Anabela de Jesus Nunes Prates	Suplente	23-11-2020	2020/2022

Os membros do Conselho Fiscal cumprem os requisitos de independência previstos no n.º.5 do artigo 414º do Código das Sociedades Comerciais, pois não estão associados a qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade, nem se encontram em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

IV. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

17. IDENTIFICAÇÃO DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS E DO SÓCIO REVISOR OFICIAL DE CONTAS QUE O REPRESENTA

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas é a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., registada na CMVM sob o n.º 20161480 e representada pelo seu sócio Ricardo Nuno Lopes Pinto, ROC n.º 1579.

18. INDICAÇÃO DO NÚMERO DE ANOS EM QUE AO SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS EXERCE FUNÇÕES CONSECUTIVAMENTE JUNTO DA SOCIEDADE E OU GRUPO

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foi designada a 26 de setembro de 2014 para exercer funções até ao final do triénio 2014/2016, tendo sido reconduzida para exercer funções até ao final do triénio 2017/2019 e em 21 de maio de 2020 para exercer funções até ao final do triénio 2020/2022.

19. DESCRIÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SROC À SOCIEDADE

Para além dos trabalhos exigidos por lei ao revisor oficial de contas, a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. presta, de forma recorrente, os seguintes serviços exigidos por lei:

- Certificação do Relatório Anual sobre a Solvência e Situação Financeira no âmbito da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da ASF; e

- Parecer sobre a adequação da política de remuneração, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do art.º 118 da Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 26 de abril, da ASF.

Para além dos trabalhos acima referidos, a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. não presta, de forma recorrente, qualquer outro tipo de serviços à Sociedade ou a sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio.

Contudo, quando haja lugar à prestação de outros serviços à Sociedade ou a sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, tal ocorrerá em estrita conformidade com os procedimentos legalmente definidos, designadamente na Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro.

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. Estatutos

20. REGRAS APLICÁVEIS À ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA SOCIEDADE

As alterações dos Estatutos da Sociedade regem-se pelo disposto na Lei em vigor.

II. Comunicação de irregularidades

21. MEIOS E POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES OCORRIDAS NA SOCIEDADE

A Sociedade tem uma cultura de responsabilidade e de *compliance*, reconhecendo a importância do adequado enquadramento da comunicação e processamento de irregularidades como instrumento de boa prática societária e implementa os meios adequados de receção, tratamento e arquivo das comunicações de irregularidades, alegadamente cometidas por membros dos órgãos sociais e por colaboradores da Sociedade ou das sociedades integradas no Grupo Fidelidade.

São consideradas como irregularidades os atos e omissões, dolosas ou negligentes, relacionados com a administração, a organização contabilística e a fiscalização interna da Sociedade que, de forma grave, sejam suscetíveis nomeadamente de:

- a) Violar a lei, os regulamentos e outros normativos em vigor;
- b) Colocar em causa o património dos clientes, dos acionistas e da Sociedade;
- c) Causar dano reputacional à Sociedade ou a sociedades integradas no Grupo Fidelidade.

Podem comunicar irregularidades, os colaboradores, mandatários, comissários ou quaisquer outras pessoas que prestem serviços a título permanente ou ocasional na Sociedade ou em qualquer entidade do Grupo, os acionistas e quaisquer outras pessoas.

III. Controlo interno e gestão de riscos

22. ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA AUDITORIA INTERNA E OU PELA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO

A Longrun sendo uma sociedade gestora de participações no setor dos seguros, não exerce a atividade seguradora ou resseguradora, estando a sua atividade circunscrita à gestão das participações detidas na Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., e nas empresas de seguros por esta detidas.

Sendo a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., a empresa mais representativa do Grupo, são aí definidos os requisitos de governação aplicados ao Grupo segurador.

O Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei nº 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para ordem jurídica interna a Diretiva Solvência II, entrou em vigor em 1 de janeiro de 2016.

Neste contexto, foi implementado um sistema global de gestão de riscos, de forma a responder aos requisitos aí previstos.

A implementação deste sistema, para além do cumprimento dos normativos aplicáveis à atividade seguradora, é entendida como uma oportunidade de melhoria dos processos de avaliação e gestão de risco, contribuindo, assim, para a manutenção da solidez e estabilidade da Sociedade.

Assim, o sistema de gestão de risco é parte integrante das atividades diárias da Sociedade, sendo aplicada uma abordagem integrada de modo a assegurar que seus objetivos estratégicos (interesses dos clientes, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos.

Por outro lado, a realização do exercício de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA) permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida pelo Grupo.

Relativamente ao sistema de governação a área seguradora do Grupo encabeçado pela Sociedade possui políticas, processos e procedimentos adequados à sua estratégia de negócio e às suas operações, garantindo uma gestão sã e prudente da sua atividade. Nestes termos, estão definidas funções-chave transversais ao Grupo, de gestão de riscos, auditoria interna, atuariado e *compliance*, no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, que são asseguradas pela Direção de Gestão de Risco, Direção de Auditoria e Direção de *Compliance*.

Aos restantes Órgãos de Estrutura compete o papel de dinamizador no processo de gestão de risco e controlo interno, no sentido de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efetuados de uma forma sã e prudente, cabendo-lhes também assegurar a existência e atualização da documentação relativa aos seus processos de negócio, respetivos riscos e atividades de controlo.

Inserido no conjunto de recomendações prudenciais das autoridades de supervisão, no sentido de garantir a continuidade operacional dos processos, sistemas e comunicações, área seguradora da Sociedade de tem um Plano de Continuidade de Negócio (“PCN”) de forma a garantir a realização de uma avaliação estruturada de danos e uma ágil tomada de decisão sobre o tipo de recuperação a empreender.

As medidas adotadas durante a fase de preparação para a aplicação do regime solvência II, bem como a sua consolidação ao longo dos anos da sua vigência, colocam a Sociedade num grau confortável de cumprimento deste novo regime.

23. EXISTÊNCIA DE OUTRAS ÁREAS FUNCIONAIS COM COMPETÊNCIAS NO CONTROLO DE RISCOS

Para além das áreas que exercem funções-chave transversais à área seguradora do Grupo encabeçado pela Sociedade no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, têm sido implementadas e reforçadas, para além da área jurídica, diversas funções corporativas nas participadas, das quais se destacam as áreas de sistemas de informação, planeamento e controlo, contabilidade e investimento.

Este modelo de governação, associado ao facto dos processos de gestão do risco operacional e de controlo interno implementados, proporcionam a disseminação, por todas as participadas, de uma cultura de gestão de risco, permite que a entidade relevante ao nível do Grupo dirija adequadamente os sistemas de gestão de risco e de controlo interno, tanto a nível individual como do grupo, dispondo de apropriadas linhas de reporte e procedimentos de prestação de informação.

24. IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS TIPOS DE RISCOS (ECONÓMICOS, FINANCEIROS E JURÍDICOS) A QUE A SOCIEDADE SE EXPÕE NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE

Remete-se, neste ponto, para a informação facultada no Relatório de Gestão 2022, em particular nas Notas às Demonstrações Financeiras.

25. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO, AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, CONTROLO E GESTÃO DE RISCOS

O sistema de gestão de risco suporta a Sociedade na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, permitindo a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Neste sentido, a Sociedade, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposta, procedendo, de seguida à sua avaliação. A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, a Sociedade opta por utilizar uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

O exercício ORSA tem um papel fundamental na monitorização do perfil de risco da Sociedade e da adequação do capital de acordo com os requisitos de capital regulamentar e as necessidades internas de capital.

IV. Sítio de Internet e Disponibilização de Informação sobre a Sociedade

26. ENDEREÇO(S)

A Sociedade não dispõe de sítio na Internet.

27. LOCAL ONDE SE ENCONTRA INFORMAÇÃO SOBRE A SOCIEDADE, ÓRGÃOS SOCIAIS E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

A informação sobre a Sociedade, sobre os órgãos sociais e os documentos de prestação de contas encontra-se disponível no Largo do Calhariz, 30, 1200-086 Lisboa.

28. LOCAL ONDE SE ENCONTRAM OS ESTATUTOS E OS REGULAMENTOS DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais estão disponíveis no Largo do Calhariz, 30, 1200-086 Lisboa.

- 29.** LOCAL ONDE SÃO DIVULGADOS A CONVOCATÓRIA PARA A REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL E TODA A INFORMAÇÃO PREPARATÓRIA E SUBSEQUENTE COM ELA RELACIONADA

As convocatórias para as reuniões da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada estão disponíveis no Largo do Calhariz, 30, 1200-086 Lisboa.

- 30.** LOCAL ONDE SE DISPONIBILIZA O ACERVO HISTÓRICO COM AS DELIBERAÇÕES TOMADAS NAS REUNIÕES DAS ASSEMBLEIAS GERAIS DA SOCIEDADE, O CAPITAL SOCIAL REPRESENTADO E OS RESULTADOS DAS VOTAÇÕES, COM REFERÊNCIA AOS 3 ANOS ANTECEDENTES

O acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes, estão disponíveis no Largo do Calhariz, 30, 1200-086 Lisboa.

D. REMUNERAÇÕES

I. Competência para a determinação

- 31.** INDICAÇÃO QUANTO À COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS, DOS MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA OU ADMINISTRADOR DELEGADO E DOS DIRIGENTES DA SOCIEDADE

A fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais cabe à Assembleia Geral, não tendo sido constituída na Sociedade uma Comissão de Remunerações.

II. Estrutura das remunerações

- 32.** DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados pelo exercício das suas funções, salvo quando a Assembleia Geral assim o delibere.

A remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade, quando exista, é fixada tendo como referência as normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como os princípios orientadores da política de fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas do Grupo.

III. Divulgação das remunerações

- 33.** INDICAÇÃO DO MONTANTE ANUAL DA REMUNERAÇÃO AUFERIDA, DE FORMA AGREGADA E INDIVIDUAL, PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE, PROVENIENTE DA SOCIEDADE, INCLUINDO REMUNERAÇÃO FIXA E VARIÁVEL E, RELATIVAMENTE A ESTA, MENÇÃO ÀS DIFERENTES COMPONENTES QUE LHE DERAM ORIGEM

Os membros do Conselho de Administração auferiram em 2022 as seguintes remunerações:

Membros do Conselho de Administração	Remuneração Fixa (EUR)	Remuneração Variável (EUR)*
Lingjiang Xu	-	-
Wai Lam William Mak	-	-
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia	60.000	95.128
Hui Chen	-	-
TOTAL	60.000	95.128

*Paga em 2023 e relativa ao exercício de 2022

- 34.** INDEMNIZAÇÕES PAGAS OU DEVIDAS A EX-ADMINISTRADORES EXECUTIVOS RELATIVAMENTE À CESSAÇÃO DAS SUAS FUNÇÕES DURANTE O EXERCÍCIO
- Não foi paga qualquer indemnização ou compensação em virtude da cessação de funções de administrador durante o exercício.
- 35.** INDICAÇÃO DO MONTANTE ANUAL DA REMUNERAÇÃO AUFERIDA, DE FORMA AGREGADA E INDIVIDUAL, PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE

O montante anual da remuneração bruta auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da Sociedade, consta do Quadro seguinte:

Membros do Conselho Fiscal	(EUR)	Observações
Pedro Antunes de Almeida	14.000	
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	12.600	
João Filipe Gonçalves Pinto	12.600	
Anabela de Jesus Nunes Prates	-	Suplente
TOTAL	39.200	

- 36.** INDICAÇÃO DA REMUNERAÇÃO NO ANO DE REFERÊNCIA DO PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
- Tal como indicado *supra* não existe mesa da Assembleia Geral eleita.

IV. Acordos com implicações remuneratórias

- 37.** REFERÊNCIA À EXISTÊNCIA E DESCRIÇÃO, COM INDICAÇÃO DOS MONTANTES ENVOLVIDOS, DE ACORDOS ENTRE A SOCIEDADE E OS TITULARES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO QUE PREVEJAM INDEMNIZAÇÕES EM CASO DE DEMISSÃO, DESPEDIMENTO SEM JUSTA CAUSA OU CESSAÇÃO DA RELAÇÃO DE TRABALHO NA SEQUÊNCIA DE UMA MUDANÇA DE CONTROLO ACIONISTA DA SOCIEDADE
- Não existem quaisquer acordos entre a Sociedade e os titulares do Órgão de Administração que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

V. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações (*stock options*)

- 38.** IDENTIFICAÇÃO DO PLANO E DOS RESPECTIVOS DESTINATÁRIOS
- Não existem planos com estas características.
- 39.** DIREITOS DE OPÇÃO ATRIBUÍDOS PARA A AQUISIÇÃO DE AÇÕES (*STOCK OPTIONS*) DE QUE SEJAM BENEFICIÁRIOS OS TRABALHADORES E COLABORADORES DA EMPRESA
- Não existem direitos de opção atribuídos para aquisição de ações de que sejam beneficiários trabalhadores.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

40. MECANISMOS IMPLEMENTADOS PELA SOCIEDADE PARA EFEITOS DE CONTROLO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Sociedade adotou um conjunto de regras objetivas e transparentes aplicáveis às transações com partes relacionadas, as quais estão sujeitas a mecanismos específicos de aprovação.

41. INDICAÇÃO DAS TRANSAÇÕES QUE FORAM SUJEITAS A CONTROLO NO ANO DE REFERÊNCIA

Todas as transações com partes relacionadas foram sujeitas a controlo.

42. DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS APLICÁVEIS À INTERVENÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA EFEITOS DA AVALIAÇÃO PRÉVIA DOS NEGÓCIOS A REALIZAR ENTRE A SOCIEDADE E TITULARES DE PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA OU ENTIDADES QUE COM ELES ESTEJAM EM QUALQUER RELAÇÃO DE DOMÍNIO OU DE GRUPO, NOS TERMOS DO ARTIGO 21.º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

As operações a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em relação de domínio ou de grupo, são objeto de apreciação e de deliberação do Conselho de Administração, estando estas operações, como todas as outras realizadas pela Sociedade, sujeitas à fiscalização do Conselho Fiscal.

II. Elementos relativos às transações

43. INDICAÇÃO DO LOCAL DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ONDE ESTÁ DISPONÍVEL INFORMAÇÃO SOBRE OS NEGÓCIOS COM PARTES RELACIONADAS

A informação sobre os negócios com partes relacionadas encontra-se nas demonstrações financeiras.